



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**UM “HOMEM DA REVOLUÇÃO”: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI
SÁTYRO COMO GOVERNADOR DA PARAÍBA (1970-1975)**

VALBER NUNES DA SILVA MENDES

CAMPINA GRANDE, PB

2019

VALBER NUNES DA SILVA MENDES

**UM “HOMEM DA REVOLUÇÃO”: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI
SÁTYRO COMO GOVERNADOR DA PARAÍBA (1970-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: José Luciano de Queiroz Aires

CAMPINA GRANDE, PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

M538h Mendes, Valber Nunes da Silva.
Um “homem da revolução”: a atuação política de Ernani Sátyro como governador da Paraíba (1970-1975) / Valber Nunes da Silva Mendes. – Campina Grande, 2019.
210 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires, Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira”.

Referências.

1. Governo Ernani Sátyro – Ditadura – Paraíba. 2. Golpe Empresarial-Militar. 3. Anos de Chumbo na Paraíba. 4. Milagre Econômico na Paraíba. 5. Comissão Estadual da Verdade da Paraíba. I. Aires, José Luciano de Queiroz. II. Oliveira, Iranilson Buriti de. III. Título.

CDU 321.6(813.3)(043)

VALBER NUNES DA SILVA NUNES

**UM “HOMEM DA REVOLUÇÃO”: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI
SÁTYRO COMO GOVERNADOR DA PARAÍBA (1970-1975)**

Dissertação avaliada em: 16 de Agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires
(Orientador)

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UAHis/PPGH/UFCG)
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (UAHis/PPGH/UFPB)
(Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

*Todas as vezes que ouço o silêncio
invadir a casa, me lembro de você, vô
Antônio Guilherme da Silva (in
memorian).*

*Me lembrarei sempre do teu sorriso, das
tuas palavras e da tua vontade de viver.
À minha (quase) vó Alice Vasconcelos
Trajano (in memorian).*

AGRADECIMENTOS

O caminho de produção desta dissertação foi, em muitos momentos, marcado por desafios, dúvidas, incertezas, e angústias; mas também de pequenas conquistas travadas às duras penas da pesquisa e da escrita. Sentimentos diversos que nos desafiam a manter o controle e a resiliência para lidar com todas as adversidades. Esses desafios fazem parte da vida de quem se aventura a realizar pesquisa científica, acadêmica e contra-hegemônica no Brasil. Por isso, a contribuição das pessoas que nos cercam é fundamental para trilhar essa jornada. Não poderia deixar de escrever este trabalho sem dar o devido crédito a estas pessoas que estiveram comigo.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que foi meu sustento e amparo em todos os momentos. Nas noites em que eu escrevia estas páginas e pensava que as coisas não tomavam o sentido e os objetivos esperados, eu olhava para meu decenário, fechava os olhos, respirava fundo e sabia que havia uma força maior que me conduzia a realizar este sonho.

Aos meus pais, Valdemir Mendes e Sayonara Nunes que são as referências mais preciosas de minha vida. À minha avó e mãe Adenilza Nunes que é a rocha principal de toda a nossa família, que criou os filhos e os netos exercendo a profissão de pedagoga e foi a minha primeira inspiração para me tornar professor. Aos meus demais familiares também sou eternamente grato, pois apesar de tantas diferenças, são muito importantes em minha vida, em minha trajetória e na minha formação humana.

À minha namorada/noiva e futura esposa Karla Maria que dividiu comigo muitos momentos deste trabalho. Desde a monografia, foi minha principal parceira com quem pude compartilhar meus avanços e regressos, minhas incertezas e convicções. Devo muito deste trabalho acadêmico a ela, pois foi nas situações em que mais precisei que encontrei nela o abrigo e o conforto para continuar seguindo em frente. Seu abraço, seu sorriso, suas palavras, e sua presença são a paz de minha alma. Ela que foi e é minha companheira para tudo: te amo.

Sou grato aos meus amigos Luandersson, Mariangela, Matheus, Valeska, Everton e Daiane, Arthur, Lucas e Jean com quem também pude compartilhar diversas conversas, risadas e brincadeiras que foram essenciais para poder sanar as inquietações e foram suporte indispensável para descomprimir a pressão da dissertação e do futuro.

Devo também registrar meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, aonde encontrei o suporte para ampliar e realizar este trabalho. As

disciplinas, os professores, a minha turma, a linha de pesquisa e os grupos de estudo foram partes importantes na construção da dissertação.

Gostaria de agradecer de modo especial ao meu orientador José Luciano de Queiroz Aires que, mesmo diante dos desencontros devido ao corre corre da universidade, soube exatamente como me deixar livre para produzir; mas ao mesmo tempo, observou, ajudou, ouviu, indicou caminhos e possibilidades que foram cruciais para continuar adiante. Tenho em você um exemplo digno de intelectual engajado, preocupado com as questões sociais e políticas e que faz do ofício de historiador um campo para realização da práxis.

Gratidão à banca composta pelos professores Luciano Mendonça de Lima e Paulo Giovanni Antonino Nunes. Desde a qualificação, as sugestões propostas foram de suma importância para agregar novos conteúdos, novas leituras, novas inquietações, novas reflexões e novos amadurecimentos que moldaram a dissertação até o texto que se encontra nestas páginas.

UM “HOMEM DA REVOLUÇÃO”: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI SÁTYRO COMO GOVERNADOR DA PARAÍBA (1970-1975)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação política de Ernani Sátyro enquanto Governador da Paraíba entre 1971-1975. Para isso, retomaremos acontecimentos que vão desde a participação de Ernani Sátyro na ruptura política de 1964, perpassando pelo apoio que promoveu ao estado de exceção arquitetado no pós-1964, para chegarmos até ao processo que lhe concedeu o cargo de Governador. Em sequência, na análise do mandato de Ernani Sátyro como Governador da Paraíba levamos em conta dois aspectos que estão correlatos: o primeiro, que aponta sua participação política neste período de ascensão do aparato repressivo tutelado pelos militares que ficou conhecido como “anos de chumbo” e de quais formas este molde autoritário foi implementado na Paraíba para coibir as manifestações de oposição à Ditadura; e o segundo, trata-se de sua atuação enquanto um agente político vinculado aos interesses sócio-econômicos locais que buscavam incorporar as benesses do propagandeado “milagre econômico”, mas refletindo os limites, as contradições e os impactos desse processo que foram impostos às classes trabalhadoras. Portanto, trabalharemos com alguns livros que trazem conteúdos da biografia política de Ernani Sátyro, que contém os discursos proferidos como deputado federal entre 1961 e 1967, são eles: “Como se fossem memórias” (1985), “Tradição e Renovação” (1994) e a série “Perfis Parlamentares, Ernani Sátyro, nº61” (2011). Outro aporte documental foram os jornais paraibanos que circulavam no período entre 1970-1975: “Diário da Borborema”, “A União”, “Correio da Paraíba” e “O Norte” que possibilitam problematizar os passos políticos do governador paraibano em diversas ocasiões. Por fim, trabalharemos com o relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) publicado em 2017, que traz casos de violação de direitos humanos que foram cometidos nesse período do exercício de mandato como governador de Ernani Sátyro. A partir desses objetivos e fontes, dialogaremos com conceitos vinculados à tradição do Materialismo Histórico dialético como “autocracia burguesa” (Florestan Fernandes) e “golpe empresarial-militar” (René Armand Dreifuss).

Palavras-chave: Ernani Sátyro; Golpe Empresarial-Militar; Anos de Chumbo na Paraíba; Milagre econômico na Paraíba; Comissão Estadual da Verdade da Paraíba.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the political performance of Ernani Sátiro as Governor of Paraíba between 1971-1975. To this end, we will resume events ranging from the participation of Ernani Sátiro in the political breakdown of 1964, through the support that he promoted to the state of exception designed in post-1964, to reach the process that granted him the position of Governor. In the analysis of Ernani Sátiro's mandate as Governor of Paraíba, we take into account two related aspects: the first, which points to his political participation in this period of the rise of the military-led repressive apparatus known as the “lead years”. and in what ways this authoritarian mold was implemented in Paraíba to curb manifestations of opposition to the dictatorship; and the second, it is about acting as a political agent linked to local socio-economic interests that sought to incorporate the benefits of the propagated “economic miracle”, but reflecting the limits, contradictions and impacts of this process that were imposed on the classes. workers. Therefore, we will work with some books that bring contents of the political biography of Ernani Sátiro, which contains the speeches given as federal deputy between 1961 and 1967, they are: “As if they were memories” (1985), “Tradition and Renewal” (1994) and the series “Parliamentary Profiles, Ernani Sátiro, No. 61” (2011). Another documentary contribution were the Paraíba newspapers that circulated in the period between 1970-1975: "Diary of Borborema", "A União", "Correio da Paraíba" and "O Norte" that make it possible to problematize the political steps of the Paraiban governor on several occasions. Finally, we will work with the final report of the State Commission of the State of Paraíba Truth and Preservation of Memory (CEVPM-PB) published in 2017, which brings cases of human rights violations that were committed during that period of office as governor. by Ernani Sátiro. From these objectives and sources, we will dialogue with concepts linked to the tradition of dialectical Historical Materialism as “bourgeois autocracy” (Florestan Fernandes) and “business-military coup” (René Armand Dreifuss).

Keywords: Ernani Sátiro; Business-Military Coup; Years of Lead in Paraíba; Economic miracle in Paraíba; Paraíba State Truth Commission.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Inauguração do prédio da Assembleia Legislativa	P. 184
Imagem 2: Inauguração do conjunto habitacional	P. 184
Imagem 3: Inauguração da Escola do Sesquicentenário	P. 185
Imagem 4: Inauguração do estádio “O Amigão”	P. 185
Imagem 5: Inauguração do Centro de Estudos do Solo	P. 186
Imagem 6: Inauguração do Centro Administrativo	P. 186
Imagem 7: Tratores da CIDAGRO	P. 187
Imagem 8: Inauguração da BR-344	P. 187
Imagem 9: Prédio da gráfica “A União”	P. 188
Imagem 10: Mercado de artesanato de Tambaú	P. 188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empresas beneficiárias do programa de incentivos fiscais por ano 1968-1976	P. 170
Tabela 2 – Número se estabelecimentos industriais 1960-1975	P.171
Tabela 3 – Ano de instalação – número total de estabelecimentos 1960- 1975	P. 171
Tabela 4 – Pessoal ocupado por gênero de indústria 1960-1975	P.172
Tabela 5 – Valor de produção industrial 1959-1975	P. 172
Tabela 6 – Valor de transformação industrial 1959-1975	P.172
Tabela 7 – PIB da indústria e serviços industriais -Estados do Nordeste- 1970-1975.....	P.173
Tabela 8 – As vinte maiores realizações do governo Ernani Sátyro	P.177
Tabela 9 – Número de casos construídos pelo convênio IPEP e BNH	P.177
Tabela 10 – Receita total 1970-1973	P.180
Tabela 11 – Receita tributária e ICM – 1970-1973	P.180
Tabela 12 - Despesa orçamentária 1970-1973	P.180
Tabela 13 – Execução orçamentária dos exercícios 1970-1973	P.180
Tabela 14 - João Pessoa e Campina Grande – inversões em infraestrutura dos distritos industriais	P.192
Tabela 15 – PIB- Agropecuária, silvicultura e pesca segundo Estados do Nordeste 1970-1975	P. 193
Tabela 16 - PIB- Serviços segundo Estados do Nordeste – 1970-1975	P. 194
Tabela 17 – Participação do PIB real setores econômicos	P. 195
Tabela 18 - Participação e crescimento do PIB real 1970-1975	P. 195
Tabela 19 – PIB per capita Estados do Nordeste 1970-1975	P. 196
Tabela 20 – Emigração da Paraíba. 1940-1970	P. 197
Tabela 21 – Imigração da Paraíba. 1940-1970	P.197
Tabela 22 – Saldo migratório da Paraíba. 1940-1970	P. 197
Tabela 23 – População residente recenseada total, urbana e rural da Paraíba. 1950-1970	P. 197
Tabela 24 – População residente recenseada total, urbana e rural do Nordeste. 1950-1970	P. 198
Tabela 25 – População residente recenseada total, urbana e rural do Brasil. 1950-1970	P.198

LISTA DE ABREVIACÕES

ADEP - Ação Democrática Popular

ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADP - Ação Democrática Parlamentar

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BEP - Banco Estadual da Paraíba

BNH – Banco Nacional de Habitação

BNM - Brasil Nunca Mais

BPR - Bloco Parlamentar Revolucionário

CEVPM-PB - Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

CIDAGRO - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba

CINEP - Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba

CONCLAP - Conselho Superior das Classes Superiores

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

ESG - Escola Superior de Guerra

FPN - Frente Parlamentar Nacionalista

FUNES - Fundação Ernani Sátyro

GAP – Grupo de Ação Patriótica

LSN - Lei de Segurança Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NAI - Núcleo de Atendimento  Indústria

GAP - Grupo de Ação Parlamentar

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCR - Partido Comunista Revolucionário

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDC - Partido Democrata Cristão

PSD - Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUA - Pacto de Unidade e Ação

SNI – Serviço Nacional de Informação

STM - Superior Tribunal Militar

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN - União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	P. 16
MOTIVAÇÕES E ENREDO DO TRABALHO.....	P. 16
TEMA, OBJETO E OBJETIVOS	P. 19
CONCEPÇÕES TEÓRICAS	P. 20
PERCURSO DOS CAPÍTULOS, FONTES E METODOLOGIA	P. 27
CAPÍTULO 1: ERNANI SÁTYRO NA ROTA DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964	P. 34
1.1 DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART: A CRISE DO POPULISMO	P. 35
1.2 O CONTEXTO DAS ELEIÇÕES EM 1962	P. 41
1.3 ERNANI SÁTYRO CONTRA O GOVERNO JANGO	P. 46
1.4 ERNANI SÁTYRO CONTRA A REFORMA AGRÁRIA	P. 50
1.5 A DEFLAGRAÇÃO E O SENTIDO DO GOLPE	P.57
1.6 A ATUAÇÃO DE ERNANI SÁTYRO NO PÓS- GOLPE	P. 67
1.7 O REORDENAMENTO DAS FORÇAS CONSERVADORAS.....	P. 72
1.8 AS ELEIÇÕES DE 1966: DA “QUEDA” À ASCENSÃO DE ERNANI SÁTYRO.....	P. 77
1.9 1967: ERNANI SÁTYRO CHEFE DO GOVERNO COSTA E SILVA	P. 82
1.10 NÓS BASTIDORES DA CASERNA: A ESCOLHA DOS GOVERNADORES DE CHUMBO	P.90
CAPÍTULO 2: ERNANI SÁTYRO NA SOMBRA DA DSN: AS BASES DA REPRESSÃO NA PARAÍBA	P.97
2.1 DOS GOVERNADORES DE CHUMBO À EXPANSÃO DA REPRESSÃO	P. 99
2.2 ERNANI SÁTYRO E A DSN COMO PLATAFORMA POLÍTICA	P. 113
2.3 O GOVERNO ERNANI SÁTYRO E A REPRESSÃO POLICIAL	P. 139
2.3.1 CASOS DE VIOLÊNCIA E REPRESSÃO	P. 144
CAPÍTULO 3: CONSTRUIR E HUMANIZAR PARA QUEM? AS CONTRADIÇÕES DO MILAGRE ECONÔMICO NA PARAÍBA	P. 152

3.1 A POLÍTICA ECONÔMICA NOS TEMPOS DO MILAGRE E SUAS CONTRADIÇÕES	P. 153
3.2 O GOVERNO ERNANI SÁTYRO E O MILAGRE ECONÔMICO	P. 161
3.3 AS MARCAS DO MILAGRE ECONÔMICO NA PARAÍBA	P. 166
3.3.1 INDUSTRIALIZAÇÃO	P. 169
3.3.2 OBRAS E CONTAS PÚBLICAS	P. 174
3.3.3 IMAGENS DA PROPAGANDA DO “MILAGRE” NA PARAÍBA.....	P.184
3.4 O MILAGRE QUE NÃO VEIO: O AVESSO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NA PARAÍBA	P. 189
3.4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS	P.189
3.4.2 ASPECTOS SOCIAIS	P. 197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	P. 200
ANEXOS	P. 202
REFERÊNCIAS	P. 206

INTRODUÇÃO

MOTIVAÇÕES E ENREDO DO TRABALHO

“Um homem da Revolução”. Talvez, esta tenha sido uma das principais expressões que couberam à vida política de Ernani Sátiro. Neste título está inscrito uma das marcas centrais de sua biografia política, isto é: o apoio que ele legou para criação, consolidação e continuidade dos vinte e um anos da Ditadura Militar no Brasil.

Nesse sentido, ocupa a cena central desta dissertação o sujeito político Ernani Sátiro e o enredo que o envolveu durante a Ditadura Militar e de modo específico, os anos em que ele foi governador do estado da Paraíba entre 1971 e 1975. Nessas linhas que se seguirão, estarão os passos, as ações e os discursos de Ernani Sátiro, buscando analisar como estes rastros do passado indicam para a formação de um político que agiu e se promoveu diante de um estado de exceção projetado no Brasil entre 1964 e 1985.

No entanto, antes de continuar pelos pormenores a respeito das ações políticas de Ernani Sátiro, seja preciso chamar atenção para um aspecto contemporâneo que circunda a produção deste trabalho acadêmico. Muito se fala sobre as marcas de continuidade que se sobressaem do passado e chegam até o presente, expondo temas que demonstram como nós fazemos parte de um país que não acertou as devidas contas com as marcas do passado que provocaram profundos rasgos na nossa formação enquanto sociedade. Temas como a escravidão, a hegemonia do latifúndio, a “democracia racial” e o preconceito, a desigualdade das classes sociais, a violência contra grupos minoritários, subalternos e periféricos, dentre outros, apontam como impera na nossa sociedade traços estruturais, sociais, econômicos e políticos que remetem à mentalidade colonial.

Como parte desse processo, um dos temas de nossa história recente que causa uma série de distorções e digressões é a Ditadura Militar. Não são poucos os entulhos existentes no presente que resguardam sua origem no período da Ditadura. Por isso encontramos políticos da mais alta cúpula da República que usam seus cargos para implementar comemorações à “Revolução” e ao “regime militar”. Políticos que defendem abertamente os ditadores, fazem apologia a torturadores e buscam vender a imagem de que no período controlado pelos militares tivemos uma época marcada por grandes feitos e realizações. Além de vermos estratos da burguesia e da classe média aderente à ideologia dominante em manifestações que pedem a “intervenção constitucional militar”.

Isto também tem a ver com o tipo de transição política que tivemos entre a ditadura à democracia. Um processo marcado pela tutela, pelo controle e pela vigilância empregada pelos militares que exerceram pressão para que não houvesse uma decisiva participação popular da sociedade na escolha dos rumos que deveriam ser tomados. Além disso, muitos agentes do Estado, direta ou indiretamente, envolvidos em crimes, transgressões e violações aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana não foram responsabilizados e julgados devido a Lei da Anistia de 1979 que livrou algozes torturadores e representantes do estado repressivo de serem levados ao banco dos réus e serem julgados.

Por isso foram-se criando e sedimentando imagens a respeito da Ditadura que não condizem com a realidade histórica. Tais imagens produziram visões de que a ditadura brasileira foi “branda”, de que “só” houve exceção política entre 1968 e 1979, ou até mesmo reproduzem narrativas falaciosas de que “só” se perseguiram “terroristas”; ao passo que também negligencia-se os casos de violência e tortura daqueles que se contrapuseram ao autoritarismo e ao projeto de sociedade vigentes à época.

Este breve preâmbulo é para demonstrar como as questões do passado afetam diretamente as preocupações com o tempo presente do historiador. Por isso, o contexto atual perpassa diretamente pelas motivações que inspiram este trabalho. Serve também para situar que as reflexões propostas ao longo do texto, buscam recuperar experiências do passado que implodem as narrativas falaciosas que repercutem no presente - quando estas, fazem com que tenhamos a impressão de que a ditadura brasileira não tenha sido tão “dura”, mas sim, “branda” e promoveu o dito “milagre econômico”.

O “acerto de contas” que se expõe nestas linhas, não trava apenas questões que se colocam em um outro tempo, que é o passado, mas também enfrenta aspectos que são do tempo presente. Por exemplo, a análise e interpretação da atuação de um político como Ernani Sátyro permite levantar questões importantes a respeito da formação do golpe de 1964, além da consolidação de um estado de exceção e como a condução de um conjunto de políticas demonstra como os anos da Ditadura no Brasil produziram um péssimo legado social, econômico e político que se espalha até os dias atuais.

Sendo assim, uma concepção crítica da realidade e do passado não deixa estas questões de lado; pelo contrário, expressa-se - em um termo de Walter Benjamin - “à contrapelo”, buscando evidenciar as contradições inerentes a estes processos históricos. Então, este texto carrega em suas linhas, uma tentativa de se contrapor a este crescente movimento fascista que quer colocar na paisagem social, nos espaços públicos e nos

poderes do Estado, essa presença militarizada no comando da sociedade. Isto porque, se o passado é capaz de nos trazer lições, as linhas de continuidade que extrapolaram o passado e nos alcançam até o presente, apontam que esta saída movida pela elite empresarial e militar em 1964, colocou o Brasil no precipício dos problemas sociais e ampliou a desigualdade de classe que impera historicamente na sociedade brasileira.

A segunda grande motivação que inspira a produção deste trabalho decorre dos estudos, eventos e debates que foram feitos em 2014 e 2015. Pois, significaram um marco na historiografia brasileira, não apenas por ser o cinquentenário do golpe de 1964 e dos trinta anos do fim da Ditadura Militar, em 1985; mas também retomam essas datas que alteraram sensivelmente os rumos da história nacional, e recentemente, trouxeram temas de intervenção política que repercutiram tanto na academia como na sociedade civil.

A títulos de exemplo, rapidamente, podemos citar dois: nas edições estaduais dos encontros promovidos pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), sete simpósios tiveram como temática central o golpe de 1964¹, inclusive na Paraíba ocorreu com o título: “Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964”. Ainda em 2014, tivemos o lançamento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade² que significou um importante passo (embora não tenha tido autonomia no sentido de levar os casos aos seus devidos julgamentos) em que o poder público federal buscou retomar os crimes cometidos e as violações de direitos humanos a partir de documentos, relatórios e sessões com pessoas e famílias que tiveram suas vidas atropeladas pelo rolo compressor da repressão. Por outro lado, essas ações da sociedade civil não foram suficientes para transpor as barreiras impostas pela Lei da Anistia promulgada em 1979, fazendo com que muitos algozes que atuaram durante a Ditadura Militar, apesar de terem seus crimes escancarados pelos relatos e provas documentais, não tivessem ido parar no banco dos réus e chegassem a ser penalizados criminalmente³.

¹ É possível encontrar a temática destes eventos a partir do link: < http://anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1220 > Acesso em 24 Jan. 2018.

² A atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pesquisou os crimes cometidos pelo Estado entre os anos de 1946 e 1988. Buscou esclarecer casos que envolviam violações de direitos humanos. Ao final de uma pesquisa de dois anos e sete meses, foram colhidos “1121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos, foram realizadas 80 audiências e sessões públicas pelo país” resultando na produção de três volumes. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571 > Acesso em 26 Out. 2016.

³ Há um trabalho da autora Alexandra Barahona de Brito, chamado: “Justiça transicional em câmara lenta: o caso do Brasil” que, em linhas gerais, compara as ações dos presidentes que assumiram durante o período da “Nova República” e demonstra a fragilidade da justiça brasileira em fazer com que com os militares que foram algozes torturadores e violaram direitos humanos sofressem qualquer tipo de punição. E muito desta ausência de justiça, se deve a dois fatores: o primeiro, porque a 1985 não se caracteriza como uma ruptura

Todos estes aspectos contribuíram com o contexto de elaboração deste texto. Portanto, trata-se de alargar a proposta temática que foi iniciada em 2015 quando iniciei a pesquisa em torno da construção dos estádios paraibanos “O Amigão” e “O Almeidão” que resultou na elaboração do trabalho de conclusão de curso⁴ em 2016. A inserção no Programa de Pós-Graduação pôde dar condições para ampliação do tema de pesquisa que passou a ser a atuação política de Ernani Sátiro durante seu mandato de governador entre 1971 e 1975⁵.

Outrossim, para além das leituras teóricas e metodológicas que fomentam parte do conjunto de conceitos que viabilizam a problemática das fontes, é importante situar a relevância do componente curricular de “História e Historiografia da Ditadura Militar” ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, ministrado pelo professor Dr. Luciano Mendonça de Lima, que além de permitir o debate sobre questões, temas e análises diversas, possibilitou situar a discussão historiográfica que existe em relação à Ditadura Militar no Brasil (que retomaremos adiante na parte das Concepções Teóricas).

1.2 - TEMA, OBJETO E OBJETIVOS

Como já citado anteriormente, o personagem central deste trabalho é Ernani Sátiro. Nosso ator principal teve uma vida política extensa e perpassou por muitos cenários e situações históricas diversas. Por isso, muito tempo antes dele ocupar o cargo de governador do estado da Paraíba já havia percorrido uma vida pública significativa: oriundo de uma família de latifundiários do sertão do estado, mais precisamente na região de Patos, teve condições de estudar no Colégio Diocesano Pio X, no Liceu Paraibano e formar-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1933. Um ano após concluir os estudos superiores, ingressou na vida política e se tornou Deputado da Assembleia Constituinte Estadual em 1934 pelo Partido Libertador. Em 1939, assumiu o cargo de chefe de polícia de João Pessoa e em 1940, foi nomeado Prefeito da capital do estado. Em

ocasionada pelas forças da sociedade, mas como uma transição tutelada e controlada pelos militares; e segundo, se deve ao fato de grande parte da sociedade brasileira banalizar os casos de violência que se caracterizam como crimes que ferem os direitos humanos.

⁴ Em 2016, pude apresentar os resultados da pesquisa com a seguinte monografia: “Festa, Alegria e futebol”: O governo Ernani Sátiro e a construção dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão” (1975)”. .

⁵ A pesquisa em torno da atuação política de Ernani Sátiro pretende ajudar no conjunto dos estudos que já foram realizados e que tinham como objeto os mandatos dos governadores paraibanos. Isto porque, até este ponto da pesquisa, verificou-se que existe uma lacuna historiográfica em torno dos “governadores biônicos”, isto é, Ernani Sátiro, Ivan Bichara (1975-1979) e Tarcísio Burity (1979-1982). .

1945, foi eleito Deputado para a Assembleia Nacional Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, 1954, 1958, 1962 e 1966 foi reeleito Deputado Federal. Com a outorgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, que acarretou o fechamento provisório do Congresso Nacional, Ernani Sáttyro foi alçado ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), permanecendo até 1969. Em 1970 foi escolhido pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici para ser o Governador da Paraíba entre 1971-1975. Em 1978, pleiteou o cargo de Deputado Federal e mais uma vez foi eleito. No ano de 1982, conquistou a reeleição e exerceu seu oitavo mandato como Deputado Federal.

Portanto, este trabalho não visa fazer uma biografia política de Ernani Sáttyro. Mas busca interpretá-lo enquanto um sujeito atuante em um determinado contexto. O que se propõe é analisar são as posições, as ações, os discursos e os vínculos aos projetos que Ernani Sáttyro produziu enquanto político. Por isso, a problemática que entrecorta todo o trabalho foi a seguinte: como Ernani Sáttyro atuou politicamente no contexto de formação e consolidação da Ditadura Militar? É partindo desta indagação que toda a trama textual busca se desenrolar tentando captar os nexos, as aproximações, as interferências e as injunções que marcaram esse contexto de acirramento das forças sociais e políticas que produziram um estado de exceção.

Em um primeiro momento, partiremos do início da década de 1960 para analisar o posicionamento político de Ernani Sáttyro perante a crise de governo do Presidente João Goulart, até a deposição do Presidente petebista. Ainda nesta parte, problematizaremos como o deputado paraibano se manteve na vida política após a queda de Jango, atuando no contexto de formação e consolidação da Ditadura até chegar a ser escolhido como Governador do estado da Paraíba. Em um segundo momento, passaremos a problematizar como foi a condução política de Ernani Sáttyro enquanto Governador, refletindo o seu papel na dinâmica econômica que foi adotada no contexto do chamado “milagre econômico”. E por fim, abriremos espaço para discutir a composição de uma política de repressão e cerceamento na Paraíba sob a tutela da governadoria de Ernani Sáttyro. Estes três pontos são os balizadores que projetam o percurso de análise a ser seguido nas páginas adiante.

1.3 - CONCEPÇÕES TEÓRICAS

O aporte teórico que embasa a produção deste trabalho retoma uma questão exposta anteriormente que busca analisar o sujeito político Ernani Sáttyro basicamente em três momentos: 1) no contexto de acirramento das lutas sociais e políticas que acabou

culminando no Golpe de Estado de 1964; 2) na sequência política arbitrária que implementou um estado ditatorial; 3) e na conjuntura em que foi escolhido como governador, desempenhando um papel tanto no molde autoritário dos “anos de chumbo”, bem como no desenvolvimento desigual e relativo do “milagre econômico” na Paraíba.

Foi baseado nesta problemática central que articula sujeito e contexto que a produção teórica resultou em uma série de escolhas, aproximações e reflexões entre o objeto de estudo, o conjunto heurístico das fontes e as leituras historiográficas a respeito da Ditadura Militar. Nesse sentido, os documentos que compõem o trabalho e permitem visualizar as ações, os posicionamentos, os discursos e os vínculos de Ernani Sátyro enquanto político, ganham sentido quando articulados com outros trabalhos e pesquisas que já problematizaram a Ditadura Militar no Brasil.

Tratar sobre a historiografia da Ditadura Militar é perpassar diretamente por um conjunto de interpretações que diferem e por muitas vezes se contrapõem. Em um estudo que buscou sintetizar este embate recuperando uma visão de conjunto das produções historiográficas, o historiador Demian Bezerra de Melo, escreveu um artigo chamado *O golpe de 64 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*, em que, de uma forma ampla, é possível constatar a seguinte situação: de um lado, poderíamos agrupar as produções que estão vinculadas ao Materialismo Histórico dialético, que tem como ponto de partida o conceito de *classe social* e *lutas de classe* como formas de compreensão e interpretação da realidade histórica. Nesse sentido, poderíamos citar historiadores como Moniz Bandeira, Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, René Armand Dreifuss e Jacob Gorender. Apesar desses autores terem produções distintas, no entanto, o núcleo conceitual que utilizam gira em torno da tradição de pensamento marxista.

Por outro lado, existem produções que trazem consigo questionamentos aos paradigmas conceituais, dentre eles, os que colocam em dúvida se a *classe social* seria uma chave interpretativa capaz de suprir e explicar as complexidades de um mundo pós-moderno. Nesse sentido, novas visões foram sendo elaboradas por outros autores como: Argelina de Figueiredo, Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis, Lúcia Grinberg e Denise Rollemberg, que abriram a possibilidade para o estudo da política a partir de outros olhares como memória, identidade, formações discursivas e representações.

Devido às múltiplas interpretações inerentes ao processo histórico que resultou no golpe de 1964 e na sequência de implementação da ditadura, emergiram divergências em

diversas matrizes. Por exemplo: como dimensionar a atuação de setores e grupos sociais na conjuntura dos embates ocorridos na primeira década de 1960? Como compreender a formação de um golpe que derrubou um regime democrático para instaurar um regime centrado no autoritarismo? Quais as características históricas, econômicas, sociais e políticas que compuseram a deflagração de um acontecimento como 1964?

Ou seja, o nível de profundidade e elasticidade dessas questões corresponde na mesma proporção às divergências historiográficas. Marcelo Badaró Mattos - em um exercício semelhante ao que foi produzido por Demian Bezerra de Melo - produziu um artigo intitulado *O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico*, no qual avança em reflexões que esboçam a contraposição interpretativa a que aludimos anteriormente.

Por exemplo, em 1977, ou seja, ainda no curso da ditadura militar, o historiador Alberto Moniz Bandeira lançou uma visão crítica a respeito do golpe da seguinte maneira: “o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio de luta de classes” (BANDEIRA, 2001, 204). Ruy Mauro Marini que formulou as bases da “teoria da dependência” afirmou que

a primeira face mostrada pelo governo militar foi a repressão policial contra o movimento de massas: a intervenção nos sindicatos, a dissolução dos organismos populares de direção (inclusive do CGT), a perseguição aos líderes operários e camponeses, a supressão de mandatos e de direitos políticos, a prisão e a tortura. Explica também a política econômica desse governo, que foi, antes de mais nada, de contenção dos salários, da restrição do crédito e de aumento da carga tributária (MARINI, 2013, 107-108).

Marcelo Badaró também aborda outros autores como René Armand Dreifuss (que analisou a participação de agentes tecnocratas na composição do golpe de 1964, e fundamentou a concepção de “Ditadura Empresarial Militar”) e Florestan Fernandes (que fez um ensaio sociológico a respeito do desenvolvimento capitalista e da dominação burguesa e como as condições específicas geraram um tipo de “Autocracia Burguesa”). Nesse sentido, embora todos esses autores tenham desenvolvido interpretações singulares, ao mesmo tempo, possuem uma concepção em comum, que segundo Marcelo Badaró é captar

A natureza de classe do golpe e do regime ditatorial que ele instala pode ser discutida, como se viu, a partir dos interesses sociais representados pelos golpistas e da ação política direta de setores das classes dominantes que articularam o golpe e participaram ativamente na direção do Estado brasileiro sob a ditadura. Por outro lado, ela se revela também naquilo que o golpe e a

ditadura buscaram conter: a ação política autônoma da classe trabalhadora. (MATTOS, 2015, p. 7)

Por outro lado, essa percepção de que existia um “sentido de classe” tanto para o golpe, como para a ditadura militar, permeou o eixo central das discussões acadêmicas entre 1960 e 1980. A partir da década de 1990, com a emergência de novos estudos, tal aspecto do “sentido de classe do golpe e da ditadura parece ter sido secundarizada, ou mesmo descartada, por uma literatura especializada mais preocupada em caracterizar o golpe de 1964, ou simplesmente como movimento militar, ou resultante de uma convergência antidemocrática” (MATTOS, 2015, p.12).

Daí então, passou-se a dar mais enfoque aos sujeitos que estiveram envolvidos no processo histórico. Estudos como o de Maria Celia D’Araújo, Gláucio Ary Soares e Celso Castro, chamado: *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*, que trabalhou com os relatos orais dos militares que participaram da conjuntura que deflagrou a tomada de poder. Outro estudo que demarcou uma diferenciação significativa em relação às interpretações até então hegemônicas, foi o trabalho de Argelina de Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, no qual parte da “teoria da escolha racional” para compreender como no cenário político em questão, poderia ter ocorrido outros caminhos, outras possibilidades e outras reformas que permanecessem dentro da ordem democrática (MATTOS, 2015, p. 14). E, para fechar este esboço das novas perspectivas a respeito do golpe e da ditadura militar, o autor Jorge Ferreira, que possui uma interlocução profícua com os trabalhos de Argelina de Figueiredo, também parte do entendimento de que o “trabalhismo” corresponderia a “um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais [...] expressou a consciência de classe, legítima porque histórica” (FERREIRA, 2001, p. 103). Ou seja, o “trabalhismo” corresponderia à relação de aproximação entre o poder do Estado e as classes trabalhadoras, de modo que, estas possuem uma relativa associação e poder de atuação frente ao poder estatal.

No entanto, ainda em que pese as novas mudanças, as novas possibilidades de problematização e as novas propostas teóricas e metodológicas, essa nova leva de estudos se defronta com questões essenciais na condução da reflexão historiográfica. Segundo Demian Bezerra de Melo, esses estudos lançam três pontos (que são diametralmente opostos às visões críticas ancoradas no materialismo histórico), eles são: 1) “esquerda e

direita foram igualmente responsáveis”; 2) “havia dois golpes em curso nos idos de 1964” e 3) “a resistência à ditadura não passou de um mito” (MELO, 2014, p. 158).

Por exemplo, quando Jorge Ferreira ao se aproximar de Argelina de Figueiredo e Maria Celina d’Araújo menciona que

Assim, os grupos progressistas da sociedade, representados pelos políticos nacionalistas e pelas alas radicais e fisiológicas do PTB, exigiam as reformas, mas igualmente como seus adversários, sem valorizar a democracia. [Citando Argelina de Figueiredo] Como conclui Argelina de Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-se para defender seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia [...] A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, com as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como grande incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas contra. (FERREIRA, 2010, p.400-401)

Ou seja, a compreensão proposta por esses autores aponta uma terminologia genérica do embate política entre “direitas” e “esquerdas”. Além disso, acaba por igualar esses grupos em um mesmo patamar enquanto avessos aos princípios e às instituições democráticas. Mas quais os limites da democracia em curso na véspera de 1964? Será que esses projetos políticos podem realmente ser equiparados? Não seria transferir a culpa do golpe para os setores que foram exatamente atingidos pela interrupção democrática? Outro detalhe: será que realmente houve uma “grande surpresa”? Mencionamos isso, pois a pesquisa lançada por René Armand Dreifuss demonstra que havia um projeto político sendo elaborado desde 1963, por meio de organismos como IPES e IBAD, e que muitas propostas foram automaticamente incorporadas no pós-golpe pelos tecnoburocratas que assumiram os cargos e os postos administrativos do Estado. É importante retomar as perguntas lançadas por Marcelo Badaró: “quem efetivamente deu o golpe que quebrou a frágil institucionalidade do regime democrático? Que interesses eles representavam? Que setores do capital foram mais diretamente beneficiados?” (MATTOS, 2015, p. 24). Essas perguntas fazem parte de uma perspectiva crítica que questiona a viabilidade de determinadas injunções lançadas a partir dessas novas leituras.

Em nossa interpretação é importante fazer essa consideração para demonstrar como existem visões e concepções distintas a respeito da Ditadura Militar brasileira. Sinteticamente, tais distanciamentos decorrem por causa das diferentes percepções a respeito da realidade histórica, dos sujeitos que nela estão inseridos e dos múltiplos processos que forjam a sociedade. A partir dessas visões e concepções, como compreender

a atuação de um sujeito em uma realidade histórica, composta por diferentes relações de força, embates de classe e conflitos entre projetos políticos divergentes? Deste ponto, abrem-se possibilidades de entendimento e interpretação crítica que se alinham às concepções baseadas no Materialismo Histórico.

Em nossas reflexões consideramos que um sujeito inserido em uma determinada conjuntura econômica, social, política e cultural deve ser compreendido no conjunto das relações sociais que se (re)produzem a partir de um processo dialético marcado pelas lutas sociais de classes que são travadas em diversos momentos e espaços. Este aspecto é um epicentro importante na medida em que se dispõe a enxergar os sujeitos, suas concepções e ações pelo sentido que elas estabelecem e interferem na composição da realidade objetiva. Portanto, ao reconhecer que o passado é resultado do desencadeamento histórico e processual das lutas de classes, ao mesmo tempo considera-se que os sujeitos fazem parte e interferem conscientemente a partir do ser social que o constitui.

Isto quer dizer que ao considerar a atuação política de Ernani Sátyro, o que se deslinda é o seu ser social formado pelos processos, marcas e experiências da realidade composta por embates sociais de classes que formaram historicamente a sociedade brasileira. Estas considerações demarcam as bases sobre as quais analisamos o conjunto heurístico das fontes. Essas bases interpretativas estão ancoradas em produções acadêmicas, sociológicas e historiográficas vinculadas ao Materialismo Histórico dialético, o qual permite avançar em pontos importantes na compreensão da atuação dos sujeitos, da realidade histórica e das condições materiais em que estão inseridos.

Por isso, o primeiro autor que serve como ponto-chave deste trabalho é Florestan Fernandes a partir do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, uma vez que em nesse ensaio sociológico, Florestan Fernandes estabelece uma leitura histórica que insere o golpe de 1964 e a sequência da ditadura militar enquanto resultantes de um processo atrelado ao desenvolvimento do capitalismo e à dominação burguesa que se formou pelas condições sociais, históricas, econômicas e políticas peculiares e específicas do Brasil. Ou seja, no rol da transformação capitalista e da dominação burguesa, a economia capitalista se forjou de maneira periférica (em relação às nações capitalistas centrais), dependente (em relação às economias hegemônicas) e subdesenvolvida (pela desigualdade estrutural perante aos países capitalistas dominantes).

Estas concepções estabelecem marcos importantes para uma compreensão ampla e dinâmica dos processos históricos que estamos trabalhando. Sobretudo, porque, como o

enfoque central perpassa por uma análise do componente político na relação com outras instâncias, Florestan Fernandes destaca sobre o aspecto político que

[...] a importância do elemento político para o desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido. Já não só a possibilidade, mas também a persistência da transformação capitalista e da dominação burguesa vão passar por um eixo especificamente político. Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação das estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias (FERNANDES, 2005, p. 343)

Isso nos remete a uma compreensão crítica a respeito das ações políticas, na medida em que elas estão imbricadas ao “desenvolvimento capitalista” e à “dominação burguesa” em um panorama marcado pela “criação, consolidação e preservação das estruturas de poder”. Nesse sentido, o papel desempenhado pela burguesia nacional brasileira, no contexto das lutas de classes durante a década de 1960 e 1970, se insere na relação dialética entre: primeiro, o panorama externo da influência exercida pelas nações capitalistas hegemônicas que passaram a interferir na política dos países periféricos e dependentes como forma de manter a sobrevivência do capitalismo e; segundo, o panorama interno, em que a elite brasileira enxerga essa dimensão ampla e, ao mesmo tempo, visualiza a ascensão de outros grupos políticos locais e pretende mantê-los à margem de qualquer possibilidade de hegemonia.

A “Revolução Burguesa” no Brasil deve ser entendida na dinâmica dos processos históricos e sociológicos que moldaram a burguesia nacional, até o ponto em que ela agiu enquanto “classe para si” e em sua consciência e em sua prática revelou um perfil “autocrático” capaz de tecer articulações com outros blocos de poder, a fim de garantir a dominação e o controle político, econômico e social. A respeito disso, retomamos Florestan para considerar este significado em torno da ação burguesa já que

Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês do Estado nacional se deteriorem. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa ‘atrasada’, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, as ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (FERNANDES, 2005, p. 343)

Por esses termos, podemos situar os pontos que formulam o território complexo dos embates sociais que movem os acontecimentos históricos que perpassam por este trabalho. 1964 e o estado autoritário que foi formulado em sequência carregam em si a dimensão reacionária e “autocrática” da dominação burguesa que participou ativamente na formação e deflagração de um longo período de exceção que prevaleceu na história brasileira entre 1964 e 1985.

Em seguida, o segundo autor que nos possibilita compreender a processualidade dos acontecimentos que desembocaram na formação do golpe e do estado de exceção é o autor uruguaio René Armand Dreifuss com o livro *1964 A Conquista do Estado*. Neste livro, René Armand Dreifuss apresenta a concepção de “Ditadura Empresarial-Militar” que permite analisar a participação direta de agentes do capital multinacional com uma parcela dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG), que a partir de 1962 vão criar núcleos orgânicos para promover uma campanha ideológica que visava desestabilizar Jango, os movimentos sociais e emperrar o programa das reformas de base. O que toma relevo nesta obra é o trabalho de pesquisa que apresenta a intensa e elaborada atuação da elite empresarial e militar que converteu seu poderio econômico em uma campanha que minou as bases do governo de João Goulart. Campanha esta que estava situada em vários níveis: mídia (revistas, jornais, rádio), livros, intelectuais, políticos (inclusive Ernani Sátyro), etc. Foi a partir desta inserção em diversos níveis que foi possível mobilizar as bases conservadoras (do ponto de vista social e moral) e liberais (pela perspectiva econômica) que se contrapunham a quaisquer medidas do governo Jango e manobravam para derrubá-lo.

1.4 - PERCURSO DOS CAPÍTULOS, FONTES E METODOLOGIA

Apresentadas as principais noções que percorrerão todo o trabalho, é preciso apresentar as partes que compõem o texto: no primeiro capítulo, buscaremos analisar a trajetória política de Ernani Sátyro até a escolha de seu nome para ser Governador em 1970; Para isso, investigaremos a atuação política de Ernani Sátyro a partir de 1961, (muito embora, como dito anteriormente, consideramos que ele já tinha uma considerável vida pública, que havia se iniciado em 1934), para analisar os momentos em que ele se aproximou das forças e frações sociais que compuseram o golpe e a Ditadura Militar, até o momento que culminou na sua escolha para ser governador do estado da Paraíba em 1970.

Nesse sentido, a problemática central do primeiro capítulo gravita em torno da seguinte pergunta: como Ernani Sátiro chegou ao cargo de governador da Paraíba em 1970? No entanto, no exercício da investigação histórica, há uma série de acontecimentos que abrem novas perguntas e por isso, antes de chegar na decisão que tornou Ernani Sátiro governador, seja preciso retomar alguns aspectos anteriores que discutem como se deu a aproximação desse político paraibano em direção às forças conservadoras e dominantes da sociedade. Ou seja, antes de compreender a escolha e o mandato de Ernani Sátiro inseridos na dinâmica da estrutura de poder repressiva arquitetada pela ditadura empresarial-militar, seja preciso problematizar: quais são os primeiros rastros do passado que vinculam Ernani Sátiro com o projeto golpista de 1964? E ainda também é possível indagar: como ele esteve associado às forças conservadora e militares no pós-golpe de 1964?

Para isso, analisaremos a atuação de Ernani Sátiro enquanto deputado federal a partir de 1961 no contexto da crise de sucessão presidencial quando Jânio Quadros renunciou ao mandato e houve a primeira ruptura constitucional com a implementação do parlamentarismo como forma de limitar os poderes de João Goulart. Em seguida, passaremos a discutir as eleições de 1962, quando localizamos participação de Ernani Sátiro enquanto parlamentar vinculado à Ação Democrática Popular (ADP) e contou com investimentos ligados ao complexo do Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), institutos estes que concentravam as forças do bloco do capital multinacional e associado, foram responsáveis, em grande parte, pelo desgaste da imagem política de Jango e que juntaram esforços junto aos militares para destituir o presidente trabalhista. Na terceira parte, discutiremos a crescente aproximação do político paraibano com o bloco empresarial e militar atuando diretamente na campanha parlamentar criada para desgastar a imagem de Jango e o programa das reformas de base. Nesse sentido, analisaremos os discursos que foram proferidos por Ernani Sátiro na Câmara do Deputados e que faziam parte da estratégia de desestabilização do governo de Jango e atacavam os movimentos sociais tidos como “subversivos”, “comunistas” e “perigosos”. Na quarta parte, problematizaremos Ernani Sátiro nos bastidores do apoio à deflagração do golpe que derrubou Jango. Como já no dia 1 de abril de 1964 o político paraibano já estava na tribuna do Congresso rompendo com a legalidade, a democracia e a constituição de 1946 para saudar o movimento militar que estava em curso pelo país.

Consumado o golpe de 1964 e criado um estado de arbitrariedade veremos na quinta parte como Ernani Sátiro foi galgando espaços políticos que visavam dar apoio à

ditadura. já que, no ano seguinte ele tornou-se Presidente do Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR). Posteriormente, quando Ernani Sátyro era líder da União Democrática Nacional, ocorreu a dissolução dos partidos e em seguida a implementação do bipartidarismo; no entanto ele permaneceu atuante nas fileiras do partido de apoio à “Revolução” e em 1966, foi indicado por Castelo Branco para que disputasse as eleições como deputado federal pela ARENA. Na sétima parte, retomaremos o papel de Ernani Sátyro enquanto líder da ARENA e representante do presidente Costa e Silva na Câmara dos Deputados. Com a outorgação do AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional, Ernani Sátyro foi designado para ocupar o cargo de ministro no Superior Tribunal Militar em 1969. E no fim do primeiro capítulo discutiremos o processo de escolha dos governadores e vice-governadores comandado pelo general-presidente Emílio G. Médici, processo em que foi Ernani Sátyro e Clóvis Bezerra foram escolhidos como governador e vice-governador, respectivamente, da Paraíba.

Em relação ao conjunto das fontes que constituem a base documental do primeiro capítulo podemos citar: algumas informações trazidas na pesquisa realizada por René Armand Dreifuss no livro *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, para apontar o envolvimento do político paraibano com o núcleo que deu golpe de 1964. O livro da série *Perfis Parlamentares* dedicado à Ernani Sátyro, que traz seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados, permite identificar passagens que apontam para sua aproximação com as forças modernizantes-conservadoras que apearam Jango do poder. Em outro enfoque, abordaremos alguns documentos pessoais que foram pesquisados na Fundação Ernani Sátyro (FUNES), em Patos, e demonstram as premiações que foram entregues pelos militares ao parlamentar paraibano pelas contribuições que realizou após o golpe de 1964. Por último, retomaremos algumas reportagens do jornal *Diário da Borborema* que tratam das “eleições” de 1970, para perceber como havia um jogo de cartas marcadas que eram escolhidas pela ditadura a fim de expandir o aparato repressivo que marcou, de maneira singular, a primeira metade da década de 1970.

No que concerne ao diálogo historiográfico, alguns apontamentos precisam ser feitos: para fazer as reflexões em torno das posições políticas de Ernani Sátyro no contexto do acirramento das lutas sociais que marcaram a primeira metade da década de 1960, foi preciso nos aproximarmos do, já citado autor uruguaio, René Armand Dreifuss, para ir captando as estratégias da “campanha política e ideológica da burguesia” (DREIFUSS, 1981, p. 229-281). Além de autores como José Paulo Netto, Maria Vitória Benevides, Dimitri Bichara, Jacob Gorender e Marcos Napolitano e também o corpo de interlocução

historiográfica, na medida em que trazem pontos essenciais na compreensão da conjuntura política que estamos abordando.

Outro ponto de diálogo consistiu na tentativa de alargar as investigações que foram iniciadas na minha monografia para conclusão da licenciatura em História, que chamei de *“Festa, alegria e futebol”*: o governador Ernani Sátiro e a construção dos estádios *“O Amigão”* e *“O Almeidão”* (1975). Este diálogo se deu pelo fato de que - até a produção deste trabalho - não encontramos referências acadêmicas sobre os mandatos dos chamados “governadores biônicos” na Paraíba: Ernani Sátiro (1971-1975), Ivan Bichara (1975-1979) e Tarcísio Burity (1979-1982).

Para o segundo e terceiro capítulos da dissertação analisaremos a formação do governo de Ernani Sátiro sob o binômio vigente à época: “segurança e desenvolvimento”. Podemos perceber essas marcas a partir de dois pontos que atuaram no conjunto de um mesmo mesmo processo, eles são: os “anos de chumbo” correspondente a uma série de medidas e ações que expandiram o aparato repressivo sob a prerrogativa da “segurança nacional”. Paralelamente ao avanço dos “anos de chumbo” estava a projeção do “milagre econômico” que foi um período em que os resultados econômicos expressos pelo Produto Interno Bruto (PIB) indicavam um significativo crescimento quantitativo. Nesse sentido, é possível apontar características que fizeram parte da política imposta pelos militares e tecnoburocratas que condizem ao tema da “segurança e desenvolvimento”.

No entanto é preciso destacar que este binômio está situado para a política nacional e assim, é possível questionar: quais foram as dimensões da “segurança e desenvolvimento”, isto é, os “anos de chumbo” e o “milagre econômico” em um estado periférico regional e nacionalmente como a Paraíba? Por isso, no segundo capítulo nos deteremos em problematizar o governo Ernani Sátiro na interface das políticas de repressão colocadas em vigência na Paraíba durante a primeira metade da década de 1970. No terceiro capítulo, questionaremos as projeções das políticas econômicas desenvolvidas pelo governo Ernani Sátiro.

De modo mais específico partiremos no segundo capítulo da seguinte problemática: de que maneira a política do governo Ernani Sátiro foi desenvolvida como parte integrante e ativa dos “anos de chumbo”? Nesse sentido, buscaremos analisar momentos, passagens e sujeitos que indicam as práticas de coerção presentes no governo Ernani Sátiro, problematizando desde a composição da política centralizadora da Doutrina de Segurança Nacional exercida pelos militares, perpassando pelo questionamento em relação ao papel repressivo desempenhado pelos governadores no cenário nacional, até chegar nas marcas

centrais das práticas de violência que foram cometidas na Paraíba durante o período de vigência do governo Ernani Sátyro.

Para isso, trabalharemos com fontes que tratam sobre a “radiografia da repressão política” a partir de um panorama nacional como o livro *Brasil: Nunca Mais*, assim como o relatório final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, que foi publicado em 2017, e aponta para a ocorrência de casos marcados pelas violações aos direitos humanos que ocorreram na Paraíba. Além disso, trabalharemos com a documentação dos anistiados políticos da Paraíba que entraram com processos judiciais para aquisição de medidas reparatória para os danos causados pela repressão empreendida no estado.

Para além desses casos em que buscamos compreender a sistematização e a execução das práticas coercitivas presentes na Paraíba, também abordaremos a atuação dos jornais paraibanos *A União* (que possui uma dimensão específica por ser a fonte oficial do governo), *Diário da Borborema* e *O Norte* que desempenharam um papel contraditório: ora de silenciamentos quanto às ações repressivas cometidas no estado, ora repercutindo as posições ideológicas de combate à luta armada que se estabelecia em alguns locais do país durante este período da década de 1970.

O diálogo historiográfico busca tecer aproximações com algumas reflexões que foram lançadas tanto no livro *Brasil: Nunca Mais* como no relatório final da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, mas tentando ampliar a partir de outros autores como Carlos Giannasi *A Doutrina de Segurança Nacional e o Milagre Econômico*, que analisa a execução da política baseada na Doutrina de Segurança Nacional como substrato ideológico das ações executadas pelos militares e políticos e Pedro Henrique Campos *Estranhas catedrais: as empreiteiras e a ditadura civil-militar* que aponta a relação existente entre a formação das políticas de repressão vinculadas aos interesses e apoios da elite empresarial.

No terceiro capítulo do trabalho partiremos da seguinte problemática: como analisar a política econômica imposta no governo Ernani Sátyro na interface do “milagre econômico”? Para isso, discutiremos as medidas econômicas que foram implementadas pela Ditadura Militar e quais as principais características correspondentes à Paraíba, para refletir a respeito das políticas que foram adotadas no governo Ernani Sátyro. Questionaremos se o slogan de propaganda do governo Ernani Sátyro que era “Construir e humanizar” significou melhorias quantitativas e qualitativas para a sociedade paraibana.

O conjunto das fontes utilizadas para compor o capítulo serão: as edições da *Revista do Fisco* situadas entre 1971 e 1975. Tal revista elaborada pelos membros do Fisco Estadual permite recompor as medidas econômicas que eram tomadas durante o governo Ernani Sátiro, por exemplo, a mudança nas regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que possibilitou um maior poder de arrecadação ao estado; além de conter as indústrias e os setores agrícolas que contavam com os investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP) e do Núcleo de Assistência Industrial (NAI). Por esta revista é possível refletir sobre as linhas de atuação na política econômica conduzida pelo governo Ernani Sátiro. Outras fontes serão os dados econômicos dos censos (industriais, agropecuários e comerciais) do IBGE, além dos dados econômicos e sociais da SUDENE. Estes documentos possibilitam ter uma visão mais ampla dos impactos que foram ocasionados pelas políticas econômicas do governo. Em seguida, trabalharemos com os jornais paraibanos *A União* e *Diário da Borborema* para problematizar as imagens e as narrativas que foram produzidas por estes veículos impressos, que colocavam Ernani Sátiro, as obras e as realizações como os grandes marcos e feitos, formando uma imagem da Paraíba em um tempo de “progresso e desenvolvimento” graças às “obras e realizações” feitas por Ernani Sátiro.

Para analisar o desenvolvimento das políticas econômicas que foram outorgadas pelos militares, dialogaremos com o livro *A política econômica nos anos de chumbo* em que os autores trabalham sob diferentes enfoques - mas com um mesmo fio condutor - que buscam refletir sobre os impactos das transformações ocasionadas pelas políticas econômicas que privilegiaram setores estratégicos da elite multinacional e associada, sobretudo no período de maior crescimento econômico. Tal crescimento econômico foi explorado como forma de propagandear os feitos e as realizações da Ditadura. Estas propagandas foram analisadas no livro *Reinventando o otimismo* de Carlos Fico, e nos servem para fazer comparações e contrapontos àquilo que era repercutido pela imprensa escrita local. Por fim, outra produção importante que aborda os limites e as contradições desse período do “milagre econômico” é o livro *1964 e o Regime Militar brasileiro* escrito por Marcos Napolitano.

Feitas estas considerações introdutórias que buscam apresentar os pontos de partida seja do enredo que envolve a produção deste trabalho, perpassando pelo tema, objeto, objetivos, concepções teóricas e o percurso dos capítulos, poderemos seguir e avançar para analisar todos estes aspectos elencados vistos por “dentro”, na processualidade dos

acontecimentos, nos aproximando do personagem Ernani Sátyro e captando os elementos centrais da realidade histórica em que ele esteve inserido.

Capítulo 1

ERNANI SÁTYRO NA ROTA DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964

1. ERNANI SÁTYRO NA ROTA DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964

1.1 - DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART: A CRISE DO POPULISMO⁶⁷

A primeira metade da década de 1960 foi um período marcado pelas várias tensões e embates sociais. Neste curto recorte temporal tivemos: a renúncia do presidente Jânio Quadros; uma crise política e militar que visava impedir o vice-presidente João Goulart de assumir a presidência; um arranjo tramado nos bastidores do Congresso para implementar o parlamentarismo; dificuldades econômicas herdadas da gestão desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek; manifestações sociais no campo e nas cidades; eleições em 1962 marcadas pelo financiamento estrangeiro para políticos contrários a João Goulart; plebiscito para o decidir sobre o retorno do presidencialismo marcado pela vitória de Jango nas urnas; tentativas de levar à frente o programa das reformas de base, que eram travadas pelo Congresso; ascensão de grupos econômicos e militares que tramavam a queda de João Goulart; levantes militares ordenados por generais conspiradores desencadearam-se pelas cidades; manobras políticas que romperam a legalidade constitucional e derrubaram o Presidente e, por fim, como um golpe final, criou-se um estado de exceção que perdurou por mais de vinte anos e imprimiu marcas profundas e presentes até hoje em nossa sociedade.

Segundo René Armand Dreifuss, no pano de fundo destes embates, residia um conflito entre dois grandes projetos políticos: o primeiro, denominado de “nacional reformista” que ganhou ênfase a partir da ascensão política do presidente João Goulart e contava com o apoio dos movimentos e entidades da classe trabalhadora. O segundo era formulado por diretrizes “modernizantes conservadoras” que agrupava forças do capital multinacional e associado - que tinha participado da dinâmica desenvolvimentista posta em

⁶ A temática a respeito do “populismo” permeia um debate historiográfico que se situa paralelamente às divergências correspondentes à Ditadura Militar. No entanto, para este trabalho, sinteticamente, partimos da composição teórica lançada por Octávio Ianni que define o populismo como: “uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorreram numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário [...] Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país” (IANNI, 1978, p. 207).

⁷ Ao mesmo tempo, o conceito sobre populismo perpassa por uma série de debates historiográficos. Para situar o contraponto a essa perspectiva, o livro de Jorge Ferreira *O populismo e sua história. Debate e Crítica* encaminha possibilidades de discussão em torno do conceito sobre populismo.

prática no período do presidente Juscelino Kubitschek - e que a partir das mudanças políticas, passou a atuar com o objetivo central de minar as medidas e reformas que o projeto nacional-reformista colocava na agenda das mudanças sociais (DREIFUSS, 1981, p.125).

No entanto, estes dois blocos se tornaram divergentes na medida em que houve um desgaste no interior do sistema político populista⁸, dado que Jango não estava - pelos olhos da burguesia transnacional - alinhado ao conjunto de interesses das classes dominantes. Isto porque quando visualizamos o curso da política brasileira na década de 1950, principalmente nos anos presididos por Juscelino Kubitschek, a presença dos interesses “multinacionais e associados” já tinham grande influência nas medidas econômicas que eram postas em prática no arcabouço desenvolvimentista. Além disso, estava na base política do populismo⁹, o controle das classes populares, que limitava a mobilização política dos sindicatos e dos movimentos de massa. Neste sentido, Dreifuss aponta que este equilíbrio de forças garantia uma espécie de “pacto populista” baseado em uma “conciliação múltipla de interesses” possibilitando margens de desenvolvimento econômico. (DREIFUSS, 1981, p. 125).

Foi apostando na continuidade deste modelo que a fração multinacional e associada apoiou a candidatura de Jânio Quadros, que era vinculado ao partido de maior feição conservadora, a União Democrática Nacional (UDN), nas eleições presidenciais de 1960. Tal apoio representava que as “diretrizes políticas [de Jânio] compatibilizavam-se com as recomendações de grupos de interesses empresariais”. Este suporte foi um dos fatores que levou Jânio a superar o Marechal Henrique Lott na corrida presidencial e vencer em 1960¹⁰. Tão logo assumir a faixa presidencial, Jânio Quadros recebeu uma visita do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) em que lhe foi entregue um

⁸ De acordo com Octávio Ianni “O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido, é o que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes” (IANNI, 1978, p. 209-2013)

⁹ Quando acompanhamos a interpretação elaborada por René Armand Dreifuss sobre a “crise do populismo” (Capítulo 1) percebemos que o autor uruguaio se aproxima de uma perspectiva crítica que havia sido elaborada por autores como Octávio Ianni, que escreveu “O colapso do populismo no Brasil” (1968), que apontou como a estrutura conciliadora do populismo não acomodava as contradições internas, gerando a derrocada a partir do golpe e a implementação da Ditadura Militar a partir de 1964. No entanto, é preciso considerar que há um debate historiográfico em curso, que levanta a seguinte questão: 1964, sinaliza a queda de um modelo político “populista” ou “trabalhista”? Neste ponto do trabalho, nos aproximamos da leitura proposta por René Armand Dreifuss, que a crise entre 1961 e 1964, constituiu-se como uma conjuntura que levou ao término do “pacto populista”.

¹⁰ Jânio venceu as eleições com 5.636.623 dos 12,5 milhões de votos totais, ou seja, com 48%. José Paulo Netto, no livro *Pequena História da Ditadura Brasileira*, faz uma breve análise crítica das eleições em 1960, principalmente no que concerne à participação popular, já que dos 70 milhões de cidadãos, apenas 12,5 milhões poderiam votar já que excluía-se os analfabetos, os soldados e marinheiros.

documento chamado “Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento” que dava ênfase a alguns pontos como “o papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento de desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia”. (DREIFUSS, 1981, p. 126).

O apoio e as indicações feitas pelos agentes burocráticos do capital associado se refletiu no momento em que Jânio Quadros arquitetou a equipe ministerial de seu governo, uma vez que atendeu aos interesses expressos no documento da CONCLAP e inseriu técnicos representantes da classe empresarial vinculados à fração multinacional, bem como militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG)¹¹, nos cargos burocráticos do Estado. Esta associação da parcela multinacional-associada com os militares esguianos seria a base central da oposição montada ao vice-presidente João Goulart nos anos seguintes.

O bloco modernizante e conservador enxergava que Jango poderia ser a expressão de um novo getulismo, na medida em que havia sido ministro do trabalho na gestão de Vargas, ocupado a vice-presidência de Juscelino Kubitschek e pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi neste ponto que a estratégia arquitetada pelo bloco empresarial e dominante viu-se inicialmente ameaçada, pois a eleição de Jango, que venceu Milton Campos - candidato que compunha a chapa junto com Jânio - não estava nos planos e representava uma herança política que não estava propriamente alinhada aos interesses da elite que ocupava os quadros burocráticos do governo federal.

No entanto, para além dessas contradições que ocorriam dentro da arena política, no plano econômico, o péssimo legado nas contas públicas deixado por Juscelino Kubitschek começou a despontar como um dos principais entraves ao projeto modernizante-conservador. Havia um descontrole em áreas essenciais como “inflação, estagnação agrária, dificuldade de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens duráveis” (DREIFUSS, 1981, p. 128).

Tal arranjo se agravou quando Jânio Quadros, em uma manobra política ousada, renunciou ao mandato de presidente. Tanto na leitura apresentada por José Paulo Netto como em René Armand Dreifuss, ambos consideram que esta atitude não foi um ato irrefletido, mas havia sido uma cartada que pretendia que “as massas apelassem à sua volta e ele pudesse governar com mãos de ferro” (NETTO, 2015, p. 30) a partir de um “mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes

¹¹ Na página 127 do livro de Dreifuss, há uma importante avaliação dos principais cargos burocráticos do governo Jânio Quadros que ficaram sob o controle da elite empresarial e dos militares esguianos.

médias [...] de empresários e o apoio resolutivo de uma coalizão militar” (DREIFUSS, 1981, p. 129). Por outro lado, a resposta não saiu como Jânio queria e o tiro saiu pela culatra, pois não houve nenhuma manifestação significativa que clamasse por seu retorno ao poder.

Abria-se, naquele instante, a primeira batalha entre Jango e as forças conservadoras. Os ministros militares que haviam sido nomeados por Jânio Quadros: o marechal Odílio Denis (Ministro do Exército), brigadeiro Grun Moss (Ministro da Aeronáutica que atuava também no Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD), o almirante Sílvio Heck (Ministro da Marinha) e Orlando Geisel (Chefe da Casa Militar, além de ser da ESG e do IBAD), romperam a legalidade constitucional que garantia a posse direta de Jango à presidência e decretaram que o vice-presidente não assumiria o cargo, passando o comando do país ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

Como Jango havia recebido a notícia durante uma viagem à China, no decorrer da sua volta ao Brasil, formou-se uma resistência armada encabeçada pelo governador Leonel Brizola, pelo general do III Exército, Machado Lopes e o governador de Goiás, Mauro Borges, concentrados no Rio Grande do Sul. Formaram a rede da legalidade e tornaram Porto Alegre um centro de resistência ao movimento dos generais militares que desejavam impedir a posse de Jango. Esta iniciativa de resistir ao impasse criado pelos Ministros Militares tomava corpo¹², sobretudo, porque Jango havia se tornado um vice-presidente eleito pela maior parte da população votante do país, ou seja, contava com apoio popular, além de possuir um histórico de aproximações com os movimentos trabalhistas.

Este cenário apontou para a instabilidade institucional que vigorava no país naquele momento. Em meio a esta tensão política, abriu-se a brecha para um projeto de emenda constitucional que mudava o sistema político brasileiro do presidencialismo para o parlamentarismo. Por um lado, isto garantiria que Jango assumisse a presidência, e, por outro lado, os segmentos golpistas poderiam influenciar na escolha do primeiro ministro, que atuaria no campo de forças do poder legislativo e minimizaria as propostas oriundas do executivo. Este foi o arranjo arquitetado principalmente pela base política do Partido

¹² Alguns marcos dessa campanha que visava garantir que João Goulart assumisse a presidência foram: o marechal Henrique Teixeira Lott - que havia intervido para garantir posse de Juscelino Kubitschek colocando tanques na ruas do Rio de Janeiro - também se dispôs a fazer o mesmo por Goulart e acabou sendo preso por ordens do Ministro da Guerra Odílio Denys. A tomada da Rádio Guaíba que retransmitia para 150 emissoras de rádio os discursos legalistas em defesa da constituição. Entidades como a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) se posicionaram favoráveis à Jango. Sindicatos e entidades trabalhistas se mobilizaram em manifestações e greves em apoio à Jango. (NAPOLITANO, 2014).

Social-Democrata (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), que formaram o núcleo de negociação com a cúpula militar que chancelou a proposta parlamentarista, já que se tratava de diminuir significativamente os espaços de poder do presidente.

Esta foi a primeira manobra arquitetada pelos parlamentares e militares contra Jango. Também seria a primeira incursão de Ernani Sátiro contra Jango. No dia anterior à sessão de votação referente ao parlamentarismo, quando muitos deputados estavam debatendo sobre a possibilidade da aprovação do projeto, Ernani Sátiro ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para defender a proposta parlamentarista. Chamava os demais deputados a realizar uma “tomada de posição, aquela do verdadeiro patriotismo, do verdadeiro amor às instituições”, afinal de contas, era um momento para que todos se “dessem as mãos com a preocupação única de resolver uma crise de que não temos [os deputados] culpa, de que não fomos causa, mas que, afinal, aí existe a desafiar o nosso patriotismo”. Para o deputado paraibano, a emenda parlamentarista era uma “solução rápida, pedida por milhões de brasileiros, por milhares de famílias que querem a pacificação da pátria”. E ele mesmo reconhecia que apesar das intransigências que tal medida significava, como seria possível “deixar de votar em uma emenda parlamentarista [...] sob o fundamento de que ela não é perfeita [...] e há erro de técnica de qualquer natureza?” Ou seja, era preciso deixar de lado “as sutilezas, as filigranas, os detalhes e soluções adjetivas” para que os congressistas votassem “patrioticamente” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 471)¹³.

Desta passagem, há vários elementos que podemos apontar para constituir uma crítica mais aprofundada da posição de Ernani Sátiro em defesa do projeto parlamentarista. O primeiro ponto a ser enfatizado, se trata da percepção que os deputados tinham daquele momento, pois a emenda constitucional foi, de fato, uma “solução rápida” encontrada para problema que havia sido criado pelos ministros militares que impediram a posse de Jango. Uma “solução rápida” tramada entre o núcleo do PSD e da UDN no congresso. Em segundo lugar, não se tratava de uma “solução pedida por milhões de

¹³ A série dos Perfis Parlamentares trata-se de uma iniciativa da Câmara dos Deputados que contém passagens biográficas de parlamentares que ocuparam por vários anos o legislativo federal. Ernani Sátiro teve um perfil elaborado por Flávio Sátiro Fernandes denominado *Ensaio biográfico e seleção de documentos e discursos*, publicado pela Biblioteca Digital da Câmara, em 2011. Ao longo da monografia para a conclusão da graduação em História (“Festa, alegria e futebol: o governador Ernani Sátiro e a construção dos estádios ‘O Amigão’ e ‘O Almeidão’ - 1975) pude iniciar uma crítica de algumas passagens, principalmente no que concerne ao projeto do livro que compôs imagens do biografado - Ernani Sátiro - ao molde de um quadro positivista: elogioso, descritivo, proeminente; que ao nosso ver, é preciso retomar a atuação desses personagens políticos do passado analisando as contradições inerentes às ações e ao ambiente das relações de força em que estão inseridos.

brasileiros [e] por milhares de famílias”. Pelo contrário, foi um acordo travado nos bastidores daqueles que romperam com a legalidade constitucional da carta magna de 1946 que estava em vigência. Em terceiro lugar, votar “patrioticamente” traduzia-se no apoio que os parlamentares deveriam efetivar ao projeto parlamentarista como uma rota de fuga para os problemas da crise política que residia nos embates de força entre a composição trabalhista/nacionalista/legalista e os ministros militares.

E assim, após o projeto ter sido negociado com os militares, foi votado pelo Congresso Nacional no dia 2 de Setembro de 1961. No dia da votação, Ernani Sátiro votou pela aprovação da emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo. Durante o pronunciamento afirmou: “nos termos do meu pronunciamento anterior, voto pela aprovação da emenda parlamentarista, porque estou certo de que ela atende aos interesses da paz da família brasileira” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1961). Sendo assim, a influência de Ernani Sátiro, que era secretário-geral da UDN¹⁴, foi compactuar com a trama urdida entre o PSD e os militares contra Jango. O deputado paraibano compôs parte dos 233 votos que aprovaram o parlamentarismo, vencendo os 55 deputados que se colocaram contrários à proposta¹⁵.

Partilhamos da interpretação proposta por José Paulo Netto de que o parlamentarismo significou um “golpe branco” (NETTO, 2015, p. 29-32). Pois, no conjunto dos acontecimentos, é possível perceber que houve um conluio de forças orquestradas pelos ministros militares para barrar a posse legal e constitucional de Jango. Diante da resistência que se instaurou, inicialmente, no Rio Grande do Sul e se espalhou por outros estados; além das derrotas no pedido de impedimento¹⁶ e na votação do parlamentarismo, a opção dos ministros militares - apesar de não serem favoráveis à posse de Jango - foi cancelar a medida parlamentarista costurada nos bastidores entre PSD e UDN como uma forma de remendar os dispositivos constitucionais que garantiam os poderes a Jango.

¹⁴ Ernani Sátiro foi escolhido como secretário geral da UDN na Convenção Nacional do Partido, em abril de 1961, denominada “Convenção da Vitória”. É importante mencionar que tornou-se expressiva a formação de grupos internos dentro da própria UDN: por um lado, o grupo chamado de “Bossa Nova” que tinha uma perspectiva mais liberal e apoiava a implementação das reformas sociais; e por outro lado, a ala da “Banda de Música” que Ernani Sátiro fazia parte e era composta por integrantes tidos como tradicionais e conservadores que tinham como liderança central Carlos Lacerda. Esta segunda ala que iria se aliar com o complexo IPES/IBAD/ADP/ESG contra o presidente Jango, as reformas de base e os movimentos sociais. Sobre as tramas e embates internos da UDN, recorreremos à tese de doutorado de Maria Vitória Benevides chamada “UDN e o Udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)”.

¹⁵ NAPOLITANO, Marcos. 1964: a História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁶ No dia 29 de agosto o Congresso votou pelo impedimento ao vice-presidente Goulart. Pedido que foi negado devido aos 299 votos contrários à proposta e 14 votos favoráveis ao pedido. (NAPOLITANO, 2014).

Toda esta manobra política que resultou em um “golpe branco” visava, no fim das contas, instaurar uma “camisa de força” em Jango, para limitar a atuação política do presidente, além de frear qualquer proposta oriunda do segmento trabalhista. Nesse sentido, o primeiro-ministro seria escolhido a partir do conjunto de interesses hegemônicos pelos militares e congressistas de centro-direita que ocupavam a maior bancada de votos. Outro aspecto relevante para nosso entendimento é que 1961, foi o primeiro momento em que Ernani Sátyro se posicionou politicamente junto às forças conservadoras, dando os primeiros sinais para os vínculos que firmaria com o bloco modernizante-conservador, que a partir daquela conjuntura aumentaria todos os esforços e as manobras possíveis para minar a atuação de Jango através de uma campanha ideológica para afetar as medidas empreendidas pelo presidente.

1.2 - O CONTEXTO DAS ELEIÇÕES EM 1962

Outro aspecto importante que incidiu diretamente na conjuntura da crise política da década de 1960, foi o embate ideológico inserido no panorama de Guerra Fria. Durante este período se acentuaram os conflitos que já vinham se desenrolando nas décadas anteriores. Ao observarmos o conjunto dos acontecimentos, percebemos que a postura do bloco estadunidense foi criar estratégias ofensivas para estabelecer um domínio hegemônico da doutrina capitalista como um contraponto às experiências socialistas que tomavam corpo. Ou seja, a tensão entre estes dois blocos de poder foi se alargando e atingindo níveis críticos em determinadas ocasiões, como por exemplo, na crise dos mísseis entre Estados Unidos, União Soviética e Cuba, em 1962.

Vários episódios demonstravam que a hegemonia estadunidense estava em crise. Poderíamos citar como exemplos: as guerras de libertação, que davam uma resposta aos impérios (e estes possuíam apoio americano) estabelecidos há anos, resultando na criação dos movimentos de independência (em 1947, na Índia; em 1954 na Argélia) que “geralmente contaram com a simpatia e o apoio da União Soviética”. Além das guerras independentistas de descolonização, há de se destacar as guerras revolucionárias que instituíram Estados socialistas (Cuba em 1959; China; Dien Bien Phu, em 1954). (NETTO, 2015, p. 34-35).

Tais vitórias afrontavam diretamente os planos da hegemonia capitalista. Assim, os EUA levaram ao máximo o expoente da “doutrina Truman” que se pautava pela “orientação anticomunista, hegemônica e belicista” fundamentando as bases da Doutrina

de Segurança Nacional (DSN)¹⁷ que pôs em prática “uma política externa em escala mundial para deter e reverter a erosão da sua hegemonia, operando a partir de uma contrarrevolução preventiva” (NETTO, 2015, p. 35). Deste modo, vários planos de intervenção - direta ou indireta, militarmente, economicamente ou diplomaticamente - começaram a ser desenvolvidos, inclusive aqui no Brasil, como veremos a seguir.

A partir de 1959, a CIA passou a investir nas ações do IBAD “cujo objetivo principal era corromper processos eleitorais” e atuou ativamente nas eleições de 1962. Em 1961, “[...] o Departamento de Estado norte-americano e a CIA desenvolveram atividades específicas para a desestabilização do governo Jango, visto por Washington como ‘não confiável’ e ‘infiltrado’ por comunistas”. Outra instituição brasileira que recebeu apoio privado estrangeiro foi a Associação Democrática Parlamentar (ADP), que agregava políticos que tinham proximidades com o projeto modernizante-conservador, inclusive, Ernani Sátyro fez parte dessa organização como veremos mais adiante. E por fim, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que atuou, tanto em campanhas ideológicas para a população em geral, mas que também serviu como um dos principais centros em que a elite orgânica arquitetou os ataques à Jango e aos movimentos trabalhistas; por outro lado, também teve a chancela norte-americana para funcionar a partir dos interesses multinacionais e associados (NETTO, 2015, p. 38-39).

Em nossa interpretação, é preciso retomar o conjunto dessas ações movidas pela classe empresarial que contou com a aprovação e o subsídio ideológico fornecido pelos norte-americanos através de uma larga campanha contra quaisquer vestígios de organização sindical, trabalhista, estudantil que tivesse uma interpretação e atuação crítica ao sistema dominante do capitalismo. Além disso, esses fatores são importantes para compreender como Ernani Sátyro cumpria um papel político vinculado ao projeto burguês que tramou a desestabilização e queda do governo de Jango. Ou seja, os discursos proferidos pelo então deputado patoense na Câmara Federal podem ser lidos tanto pelo seu conteúdo, mas também como uma expressão de um movimento maior que estava sendo realizado pelos agentes do capital multinacional e associado que passaram a agir sistematicamente a partir de 1962.

¹⁷ Uma das principais bases de irradiação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil foi a Escola Superior de Guerra (ESG) fundada em 1949, a partir da aproximação de militares brasileiros e americanos, que fundaram a ESG tendo como modelo a National War College (NETTO, 2015, p. 36). No contexto da década de 1960, a atuação da ESG esteve estreitamente vinculada ao complexo IPES/IBAD como centros da elite orgânica - tanto dos militares como dos empresários - que tramavam uma ampla campanha contra o governo de Jango,

Um dos episódios centrais do ano de 1962 foi a eleição para deputados, senadores e governadores. Tratou-se de um momento em que a elite orgânica esteve de mãos dadas para apoiar - seja financeiramente, com propostas de governo ou recursos - os candidatos que estivessem alinhados à proposta de oposição ao governo Jango. Aos olhos da burguesia que investiu nos candidatos conservadores, essa seria uma forma de estrangular as propostas de governo que vinham do presidente para serem aprovadas pelo Congresso.

Como vimos, o IBAD foi um instituto criado em 1959, mas que durante o período eleitoral de 1962, foi um dos principais expoentes que marcavam a interferência dos interesses estrangeiros e capitalistas no pleito dos candidatos que concorriam às vagas das casas legislativas e dos governos estaduais. Atuando em conjunto estava o IPES que reuniu uma equipe de tecnoburocratas e empresários que utilizavam o capital financeiro como forma de exercer força tanto na opinião pública - através da imprensa: seja na rádio, na televisão, nos jornais, panfletos e revistas¹⁸ - como nos políticos que estavam concorrendo, pois a partir deles seria possível colocar em pauta os anteprojetos que contrariavam as reformas de base anunciadas por Jango.

Ou seja, como bem destacou Dreifuss, “o congresso se transformou em um crucial campo de batalha” (DREIFUSS, 1981, p. 319). Principalmente porque havia a contraposição de dois grandes grupos de parlamentares: por um lado, estava a já citada Ação Democrática Parlamentar (ADP); e por outro, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Estes dois grupos retomavam o embate entre os dois projetos: modernizante-conservador e nacionalista-reformista, respectivamente, colocando no centro dos debates que ocorriam no Congresso a divergência política e de classe que se agravou nesta conjuntura.

O complexo IPES/IBAD que compunha a base do projeto modernizante-conservador passou a interferir nas pautas discutidas no Congresso através da aproximação com os integrantes da ADP, que segundo Dreifuss “era um bloco multipartidário de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD e organizados através de uma rede, em todo o país de grupos da Ação Democrática Popular - ADEP”, e como já vimos anteriormente, tinha o apoio da CIA. O alcance da ADP na Câmara era significativo, já que no final de 1962 “contava com aproximadamente 200 representantes”, ou seja, “quase metade dos votantes na Câmara dos Deputados”

¹⁸ Sobre este aspecto, Dreifuss dedicou um capítulo inteiro (VI) para discutir a “campanha ideológica da burguesia” (DREIFUSS, 1981, p. 229-279) analisando como entre 1962 e 1964 houve uma imensa campanha capitaneada pela elite empresarial em diversas esferas da vida social a fim de influenciar a sociedade brasileira a aderir ao projeto dominante que circulava em vários tipos de mídia.

(DREIFUSS, 1981, p.320). A extensa pesquisa realizada por René Armand Dreifuss, nos possibilitou encontrar a participação de alguns parlamentares paraibanos que participaram desse grupo: Janduhy Carneiro (PSD), Plínio Lemos (PL), João Agripino (UDN), Abelardo Jurema (PSD) e Ernani Sátyro (UDN) (DREIFUSS, 1981, p.321).

Ao vermos os nomes dos políticos paraibanos que faziam parte da ADP, percebemos que a leitura de Dreifuss destaca pontos importantes, já que a adesão dos parlamentares ao grupo não se dava por uma questão partidária, mas ideológica: era preciso estar alinhado às propostas desenvolvidas pelo bloco modernizante-conservador, fazendo com que a atuação política estivesse pautada nos interesses multinacionais e associados agrupados no complexo IPES/IBAD. Esses parlamentares que estavam articulados com a ADP seriam os principais nomes que receberiam o apoio para a campanha eleitoral de 1962.

Se em 1961, a estratégia dos militares e do núcleo político conservador foi instituir um “golpe branco” com o parlamentarismo, no ano seguinte, as eleições foram o principal episódio que concentrava as forças empresariais e estrangeiras (leia-se, estadunidenses) em torno da manutenção do bloqueio a Jango. Nesse sentido, aos olhos da elite, era crucial que a composição dos políticos que fossem escolhidos pelo povo seguisse a lógica de continuidade ao “golpe branco” de 1961. Sobre este aspecto, Dreifuss aponta que

Nessas eleições, a elite orgânica lançou toda a sua legítima e ilegal força política e econômica por trás da investida para assegurar a eleição de um bloco de governadores, senadores e deputados conservadores e, se possível, modernizantes [...] O que se poderia considerar como a mais abrangente operação jamais empreendida pela elite orgânica no campo de ação eleitoral, operação esta que envolvia todos os recursos do complexo IPES/IBAD e organizações paralelas, foi a intervenção simultaneamente encoberta e pública nas eleições de outubro de 1962. (DREIFUSS, 1981, p. 323-324).

Estas instituições interferiram direta e indiretamente no processo eleitoral, através de uma captação de recursos financeiros que era proveniente das empresas. Este financiamento privado era investido na candidatura de políticos que formulavam o programa eleitoral de acordo com os interesses da elite empresarial (DREIFUSS, 1981, p. 324). Para se ter uma noção do quão grandiosa foram os gastos, Dreifuss destaca que “as enormes somas, jamais vistas, gastas pela rede IPES/IBAD/ADEP/Promotion S.A. [corresponde] pelo menos o equivalente a uns 12,5 milhões de dólares, possivelmente até vinte milhões” (DREIFUSS, 1981, p. 336). Além disso

Quando finalmente houve as eleições de outubro de 1962, a elite orgânica por intermédio da rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/Promotion S.A. havia financiado

250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Mais de um terço da Câmara dos deputados veio a ser beneficiado com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia do financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP, que em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR (DREIFUSS, 1981, p. 331).

Ainda de acordo com Dreifuss, aqui na Paraíba, os candidatos que receberam o apoio financeiro foram: “Ernani Sátyro, Flaviano Ribeiro, Janduí Carneiro, Luíz Bronzeado, Plínio Lemos e Raul Goes” (DREIFUSS, 1981, p. 334). Ou seja, dos seis citados, três pertenciam a ADP e, dentre eles, estava Ernani Sátyro. A documentação acessada por René Armand Dreifuss, em especial as atas das reuniões realizadas pelos integrantes do IPES/IBAD demonstram como a elite empresarial atuou diretamente no financiamento de candidatos estratégicos que ocupavam uma posição alinhada aos interesses do capital multinacional e associado. E quando visualizamos o conjunto das ações parlamentares, os vínculos partidários, os discursos proferidos e os votos realizados constituem aspectos que apontam para uma posição política baseada na plataforma do bloco modernizante conservador, tendo em vista que Sátyro era um parlamentar do partido mais à direita, a UDN (partido que mais recebeu dinheiro para as eleições de 1962). Ao mesmo tempo, sua posição chave dentro do partido enquanto secretário-geral, o seu voto à emenda parlamentarista e a vinculação à ADP foram fatores que fizeram com que ele recebesse o investimento das elites empresariais. O próprio Ernani Sátyro confessou em uma entrevista concedida à Maria Vitória Benevides que recebeu recursos para a campanha de 1962. A autora menciona que:

o deputado udenista Ernani Sátyro, por exemplo, não apenas admite ter recebido fundos do IBAD para a sua campanha, como justifica a utilização do poder econômico ‘em defesa da democracia e contra a ameaça comunista (BENEVIDES, 1986, p.89)

E nas eleições de 1962, contando com o financiamento do capital multinacional e associado, Ernani Sátyro se tornou deputado federal pela quinta vez, com 9.899 votos¹⁹.

¹⁹ Ernani Sátyro foi o décimo colocado nas eleições de 1962. Compôs o legislativo federal com: Teotônio Neto (PSD), Humberto Lucena (PSD), Milton Cabral (PTB), Vital do Rêgo (UDN), Abelardo Jurema (PSD/ADP), Janduhy Carneiro (PSD/ADP), Flaviano Ribeiro (UDN), Arnaldo Lafayette (PTB), Plínio Lemos (UDN/ADP), Raul Goés (UDN), Luíz Bronzeado (UDN) e Bivar Olinto (PSD). Disponível em: < http://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/1962.html > Acesso em 26 abril de 2019. Esses dados mostram que o partido da UDN conseguiu formar a maioria da bancada de deputados paraibanos com seis candidatos eleitos. Outro aspecto importante, é que todos os parlamentares paraibanos pertencentes à ADP citados por Dreifuss (p.321) foram eleitos, incluindo também João Agripino que foi escolhido para senador. E por fim, todos que receberam financiamento do complexo IPES/IBAD, mencionados por Dreifuss

Em nossa interpretação, é possível atribuir um sentido às eleições de 1962 que interferiu diretamente na atuação política de Ernani Sátiro, uma vez que demarca um momento chave de sua adesão ao bloco modernizante-conservador que fazia oposição a Jango. Portanto, pensar a atuação política do deputado federal patoense, trata-se de percebê-lo dentro da engrenagem que foi construída pela elite empresarial para desestabilizar Jango e posteriormente, barrar as reformas de base do governo, utilizando os parlamentares conservadores que ocupavam o Congresso Nacional.

Isto implica dizer que quando retomamos os discursos que foram pronunciados por Ernani Sátiro, é preciso levar em consideração todo esse arranjo em que ele estava inserido: ou seja, uma posição política estritamente vinculada aos interesses das classes dominantes. E para nós é impossível fazer uma leitura de seus discursos, de sua atuação política, se perdermos de vista as injunções de classe que estavam imbricados nessa conjuntura em que os dois projetos de poder mais expressivos estavam em conflito.

Por outro lado, este embate que se estendia em vários espaços da sociedade, também esteve presente no Congresso Nacional e inclusive, pautou muitas discussões travadas entre parlamentares de orientação ideológicas divergentes. Por isso que, após as eleições de 1962, as tensões entre o presidente Jango, o Congresso e o parlamentarismo vão se tornar cada vez mais crescentes, mais agudas. E isto pode ser indicado a partir dos discursos de oposição que Ernani Sátiro endereçou ao presidente entre 1962 e 1964, em que o deputado paraibano usou a tribuna para tecer severas críticas a Jango e aos movimentos sociais²⁰. Os principais temas e acontecimentos que mexiam com a vida política nacional e repercutiam no legislativo federal tornavam-se o centro das divergências e colocavam o país em uma crise institucional pela falta de soluções para os problemas estruturais.

1.3 - ERNANI SÁTIRO CONTRA O GOVERNO JANGO

Já em dezembro de 1962, quando as atenções se voltavam para o plebiscito que iria ocorrer em janeiro de 1963, para decidir sobre a continuidade do parlamentarismo ou o

(p.334) também foram eleitos em 1962, demonstrando como o poder econômico empresarial foi decisivo para a composição de uma bancada conservadora no Congresso para barrar as reformas.

²⁰ Segundo o site da CPDOC/FGV, Ernani Sátiro realizou mais de vinte discursos contrários ao presidente Jango. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro> > Acesso em 04 mai de 2018.

retorno do presidencialismo, Ernani Sátyro ocupou a tribuna do Congresso para atacar Jango mais uma vez. Em seu pronunciamento dizia

O destino do Parlamentarismo no Brasil, nesta breve experiência desse regime, está selado. Todos sabem, e não é preciso ser um observador político profundo, nem de alta sensibilidade, que a decisão será contra o Parlamentarismo [...] Esse sistema não teve a possibilidade de viver porque começou a ser asfixiado, desde os primeiros dias do seu advento, por uma série de crises provocadas pelo poder Executivo, ou melhor, pelo Sr. Presidente da República (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 472)

O período de tempo em que vigorou o parlamentarismo no Brasil em 1961/1962 demonstrou como os problemas estruturais vinculados ao capitalismo - tanto internacionalmente, como nacionalmente - interferiam diretamente na condução da política. Os levantamentos estatísticos relativos à economia brasileira neste período, indicam um cenário crítico que perpassava diversos segmentos como: inflação alta, diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), queda na produção industrial, decréscimo nos investimentos estrangeiros, além de empréstimos contraídos do Fundo Monetário Internacional (FMI)²¹.

No entanto, o pronunciamento de Ernani Sátyro não levava em conta esta dimensão econômica que travava a atuação do parlamentarismo e da política nacional como um todo. E se não levava em conta era porque havia um interesse de sua parte em desestabilizar o governo Jango. Como já vimos, o parlamentarismo foi uma saída tramada nos bastidores entre políticos conservadores e militares que não aceitavam Jango como presidente, a fim de colocá-lo em uma “camisa de força” para impedir qualquer movimentação e atuação expressiva. Então como poderia o próprio Jango ser culpado por uma situação que não foi escolha dele?

E ao fundo, esta questão aponta para a fragilidade do parlamentarismo instituído pelo “golpe branco” de 1961: primeiro, porque não se tratava de uma vontade popular e não tinha respaldo da maioria da sociedade; segundo, porque os políticos da ADP,

²¹ No site da Fundação Getúlio Vargas, encontramos os seguintes dados econômicos:

PIB: **1960** = 9,4%; **1961** = 8,6%; **1962** = 6,6%; **1963** = 0,3%; **1964** = 3,4%.

PIB per capita: **1960** = 6,2%; **1961** = 5,6%; **1962** = 3,6%; **1963** = -2,2%; **1964** = 0,5%

Inflação: **1960** = 30,5%; **1961** = 47,7%; **1962** = 51,3%; **1963** = 81,3%; **1964** = 89,9%.

Investimentos estrangeiros (milhões de dólares): **1960** = 99 mi.; **1961** = 108 mi.; **1962** = 69 mi.; **1963**: 30 mi.; **1964** = 28 mi.

Acesso em 29 abril 2019. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-joao-goulart-1961-1964/mapas/indices-economicos-no-governo-jango> > Tais dados econômicos sinalizam aspectos da crise econômica que resguardava significativas aproximações com o acirramento das relações de força no campo da política. Portanto, esta situação econômica acabava por agravar a situação política do governo Jango, criando um cenário de adversidades que limitava as condições de vida da sociedade e servia como pedra de toque para a narrativa de oposição a Jango.

associação que Ernani Sátyro fazia parte, travava as possibilidades de maior expressão de Jango pela obstrução via Congresso Nacional. Um exemplo disto foi quando os integrantes da ADP “levaram à Câmara dos Deputados a rejeitar a nomeação de Santiago Dantas, empresário, político do PTB, para o posto de Primeiro Ministro” (DREIFUSS, 1981, p. 323). Ou seja, a indicação dos nomes para ocupar o cargo de Primeiro Ministro, ao passar pela aprovação do Câmara, e por tabela da ADP, significava que estava sendo aprovado um nome que estivesse em consonância às orientações e interesses do complexo IPES/IBAD.

Não foi a toa que em pouco mais de dezesseis meses aconteceram três mudanças de Primeiro Ministro: Tancredo Neves, Brochado Rocha e Hermes Lima. Havia marcas de que tal sistema não se sustentaria, conforme os embates em torno da pauta reformista eram barrados pelo legislativo. E quando Jango pôde testar sua popularidade e aprovação junto à população através do plebiscito que questionava a permanência do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo, a afirmativa de Ernani Sátyro - embora não fosse vontade do deputado paraibano - que a vitória seria a favor do presidencialismo se confirmou: “9.457.448 eleitores votaram pelo presidencialismo, contra os 2.073.582 que optaram pela continuidade do regime parlamentarista” (NETTO, 2014, p. 44). Tal vitória, conseguida por uma significativa margem da população votante demonstrava o apoio a Jango e demarcava como o processo instaurado em 1961, era nitidamente antipopular.

Todavia, o que nos interessa de modo particular, é perceber como por trás da “culpa” que Ernani Sátyro atribuiu ao Presidente, ao afirmar que, por uma “série de crises”, Jango havia “asfixiado” as chances do parlamentarismo; em contrapartida, há o aspecto dos interesses que moviam esse tipo de pronunciamento: que é a atuação de Ernani Sátyro compactuada com a campanha de desestabilização a Jango, empreendida pelos agentes do capital multinacional e associado em diversas instâncias da sociedade, inclusive, no Congresso Nacional.

Em suma, em nossa interpretação, a partir de 1962, Ernani Sátyro se vincula de maneira efetiva ao projeto conservador capitaneado pela elite empresarial e chancelado pelo imperialismo estadunidense que visava derrubar Jango, controlar as classes trabalhadoras e reordenar o capitalismo nacional para os interesses do capital multinacional e associado. Assim, a partir desse ano e, posteriormente (1963-1964), percebemos que através dos discursos feitos na tribuna da Câmara havia uma oposição contundente ao presidente e ao projeto reformista.

Tal percepção de que os discursos de Ernani Sátiro continham um teor ideológico alinhado ao projeto conservador das elites empresariais pode ser captado através dos discursos presentes no livro “Perfis Parlamentares”, em que são reproduzidos na íntegra, os pronunciamentos, os debates e os apartes que outros deputados lhe fizeram durante o contexto de acirramento das lutas de classe presentes no início da década de 1960. Assim, só é possível fazer uma leitura dessas traduções taquigráficas, através de dois movimentos: o primeiro, é analisar o teor contido nas linhas que descrevem seu posicionamento político; o segundo, é discutir tais discursos como marcas de força e de poder que buscavam alterar o cenário político e social de acordo com os interesses empresariais. Em outras palavras, é preciso ir caminhando pelas partes internas dos textos, sem perder de vista a dinâmica e os vínculos ideológicos que eles apresentam no enredo mais amplo da política e da luta de classes.

Sendo assim, é possível encontrar oito discursos²² que tratam sobre diversos temas como: reforma agrária, a crise entre os ministros militares e Carlos Lacerda em 1963, a instabilidade da democracia, o clima de agitação política, condenando o comício do dia 13 de março, além de saudar a dita “Revolução de 1964”. Ou seja, retomaremos algumas passagens desses discursos para discuti-los na dinâmica mais ampla dos embates políticos entre os projetos de poder modernizante-conservador e nacional-reformista.

Talvez, um primeiro aspecto importante a ressaltar antes de adentrar nos pormenores de alguns destes pronunciamentos, é considerá-los no conjunto dos interesses que cercavam a atuação de determinados políticos no Congresso Nacional. Em outras palavras, é preciso reconhecer que não se trata de um posicionamento político tão somente individual, isolado e desorganizado em termos ideológicos. Por exemplo, como vimos, o deputado paraibano era vinculado à ADP, que por sua vez, tinha significativas aproximações com o complexo IPES/IBAD. Estes fatores são importantes, pois trata-se de refletir sobre uma determinada atuação política articulada com outros deputados e senadores que haviam recebido recursos financeiros nas eleições de 1962 e passaram a pautar questões interessadas à elite empresarial que os financiou. Isto porque, concluído o

²² Não é o nosso objetivo problematizar todos os discursos, pois fugiria do nosso eixo principal que está centrado nos pontos que aproximam Ernani Sátiro às frações dominantes que mobilizaram o golpe de 1964. Outra observação: reconhecemos que o deputado paraibano deve ter realizado mais de oito pronunciamentos entre 1963 e 1964, no entanto, é preciso considerar que quem fez a seleção e exposição de tais falas, no livro que tomamos como fonte, foi Flávio Sátiro Fernandes, um familiar direto de Ernani Sátiro. Então, é preciso considerar que pode ter acontecido outros discursos que não estão nos “Perfis Parlamentares”, mas que por ora, serão apenas trabalhados algumas passagens enunciadas pelo deputado paraibano contidas na referida série biográfica patrocinada pela Câmara dos Deputados.

pleito eleitoral, o “apoio” passou a ser a interlocução desses políticos com o Grupo de Ação Parlamentar (GAP) que era gerenciado pelos grupos de estudo do IPES, que disponibilizava subsídios e materiais aos integrantes da ADP para encaminhar matérias de interesse ao núcleo do IPES/IBAD. Segundo René Armand Dreifuss

O Grupo de Ação Parlamentar se encarregava do bloqueio do Executivo, suprimindo a rede ADEP/IBAD/ADP de apoio material e logístico [...] Assim, os grupos de Estudo preparavam emendas aos projetos de lei do governo nas áreas econômicas, sociais e políticas que se estendiam desde as propostas de controle de greve até uma das mais importantes preocupações do IPES, a Lei de Remessa de Lucros, bem como a Lei do Código Eleitoral até a Legislação de Telecomunicações (DREIFUSS, 1981, p. 237)

1.4 - ERNANI SÁTYRO CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Em 1963, formou-se uma das principais engrenagens da oposição travada contra Jango: a articulação combinada entre IPES/GAP/ADP foi responsável por obstruir as tentativas do executivo e legislativo de empreender as reformas de base que visavam expandir a participação popular na política. Em todos os temas centrais do debate político, os grupos de estudos formulados por tecnoburocratas formulavam propostas sintonizadas com os interesses da elite empresarial para intervir nos projetos formulados pelo governo. Ou seja, em relação à “Remessa de lucros, Reforma Tributária, Reforma Eleitoral, Reforma Constitucional, Reforma Agrária, Reforma Judiciária, Reforma do Legislativo, Reforma Bancária, Habitação popular, Inflação e Planejamento” (DREIFUSS, 1981, p.238-242) os agentes do capital multinacional e associado, não tinham apenas lançado uma “campanha estruturada para alcançar o poder, mas também um programa de Governo [...] que após 1964, foi adotado para inúmeras reformas administrativas, constitucionais e sócio-econômicas” (DREIFUSS, 1981, p. 244).

No entanto, antes de serem adotadas pelo governo militar, essas propostas da burguesia foram apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Reformas de Base, realizado em janeiro de 1963, que serviu entre outras coisas, para expandir as demandas da elite em torno de um projeto modernizante e conservador. Este primeiro evento, congregou os principais expoentes do complexo IPES/IBAD/ESG que estavam empenhados em conter o avanço dos movimentos sociais e das reformas propostas pelo governo trabalhista de Jango. Foi a partir deste encontro que surgiram os anteprojetos da elite, que se contrapunham aos projetos da base nacionalista-reformista. Desse modo, as reflexões, interesses e demandas da classe empresarial, foram formuladas com um verniz de

cientificidade e técnica, passaram a ser convertidas em projetos de lei que seriam protocoladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pelos integrantes da ADP. A respeito deste aspecto, Dreifuss destaca que “tendo-se discutido os textos finais no IPES, os anteprojetos seriam destinados à ADP para sua introdução no Congresso. A sua apresentação deveria aparecer como criação da ADP para acentuar seu prestígio” (DREIFUSS, 1981, p. 322).

Toda esta movimentação e articulação entre o núcleo empresarial/militar com os políticos conservadores, fez com que “em março de 1963, já houvesse sido apresentados 23 projetos através dos deputados da ADP, que o IBAD/IPES patrocinava e controlava” (DREIFUSS, 1981, p. 240). Assim, os congressistas da ADP, em muitos de seus pronunciamentos, retomavam as teses levantadas pelos grupos de estudos ipesianos, reverberando o pensamento das elites em relação às reformas sociais, políticas e econômicas.

Por exemplo, ao nos aproximarmos com mais ênfase dos discursos de Ernani Sátiro, encontramos um em que ele menciona a “desnecessidade de reforma da Constituição para possibilitar a reforma agrária” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.493), proferido no dia 15 de maio de 1963. Nesta ocasião o deputado paraibano se colocou contrário ao projeto do PTB para realização da reforma agrária. Isto porque o centro do debate estava em torno do artigo 146, nº16 da Constituição Federal de 1946, que fazia menção sobre os casos de desapropriação de terras “por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”²³.

Nas palavras de Ernani Sátiro “o caminho [para a reforma agrária] estava dentro da constituição” e argumentava que a posição dele e a de seu partido era de que “queriam as reformas de base [assim] como a agrária, a bancária e como tantas outras. Entendendo, no entanto, que essas reformas deveriam ser feitas num clima normal sem paixões e pressões”. E continuava dizendo que as reformas “não se manifestassem através de pressões ilícitas, de movimentos de subversão que vêm de fora para dentro do Congresso”. Assim, segundo ele “o que condenamos, entretanto, é a pressão ilegal, é a movimentação

²³ Durante este período, Ernani Sátiro compunha o grupo político udenista que radicalizava os termos da não aceitação da reforma agrária, sobretudo, a que foi encaminhada pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha - que foi a única a ser votada - que mesmo constando no texto a “necessidade de indenização prévia para os casos de desapropriação”, limitava que o ressarcimento do Estado deveria ser feito “mediante títulos da dívida pública, contanto que não houvesse correção monetária acima dos dez por cento ao ano”. Ou seja, o projeto de emenda constitucional do PTB não representava uma alteração significativa ao que já estava posto em legislação; por outro lado, houve uma significativa oposição da UDN, em que Ernani Sátiro chegou a chamar esta emenda de “emenda monstruosa” (BENEVIDES, 2015, p. 146).

das massas, é a concessão de prazos, é a ameaça de revolução de o povo fazer a reforma pelas próprias mãos”. Portanto, era preciso “resolver a questão da reforma agrária, sem tocar na Constituição da República”. E finalizou batendo o martelo da sua posição perante a proposta do governo para a reforma agrária: “não votaria nunca a emenda do PTB, porque se aprovada estaria extinto o direito de propriedade” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 493-499).

A partir desses fragmentos e da leitura completa do discurso, é possível captar aspectos importantes do posicionamento de Ernani Sátiro em relação a um tema que estava na esteira dos debates e das lutas sociais do Brasil na década de 1960. Fica claro, de antemão, que o núcleo udenista havia fechado questão em torno da reforma agrária de modo a garantir que não se “tocasse na Constituição” para mudar o artigo 146, principalmente no que se refere à indenização em dinheiro recebida pelos donos de terra em caso de desapropriação. Isto porque, Ernani Sátiro sabia que o “caminho por dentro da Constituição” garantia privilégios às elites oligárquicas e latifundiárias, que, mesmo nos casos de desapropriação de alguns lotes de terra, concedia o benefício financeiro para muitos espaços devolutos, isto é, espaços que não tinham produtividade alguma.

Ou seja, quando se tratou de alterar um dos pilares da desigualdade social no Brasil, que é o acesso à terra com condições de permanência, por meio de uma proposta democratizante para as populações do campo, o governo Jango e o núcleo parlamentar trabalhista enfrentou severas oposições do setor modernizante-conservador e da fração latifundiária que compunha o Congresso Nacional, dentre eles, Ernani Sátiro. Quando retomamos alguns aspectos da trajetória de Ernani Sátiro, percebemos que seu lastro político sempre esteve vinculado às classes dominantes do sertão de Patos, a saber, grandes proprietários de terras que estabeleciam o poder e a influência política a partir dos vastos hectares que possuíam.

Quando tivemos a oportunidade de realizar o trabalho acadêmico de conclusão de curso em 2016, já citado anteriormente (página 4), retomamos um fragmento escrito por Flávio Sátiro Fernandes na série biográfica dos “Perfis Parlamentares”, em que ele aborda o histórico de formação da parentela dos “Sátiro” na região de Patos. Nas palavras do biógrafo de Ernani Sátiro, há o seguinte destaque

O seu trisavô, José Raimundo Vieira, dono de extensas porções de terras no município de Patos, fez parte da primeira composição da câmara de vereadores daquele município, quando de sua criação e instalação em 1833. O seu bisavô Miguel Sátiro e Sousa, o primeiro desse nome, foi também membro daquela câmara, no século XIX, além de integrante da antiga Guarda Nacional. O avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, grande latifundiário do sertão

paraibano, foi deputado na Assembleia Legislativa da província em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piencó, um dos mais antigos e extensos da região [...]. Por fim, seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político de Patos a partir do início do século passado, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do major Miguel”. Além de deter a chefia política do importante município, Miguel Sátyro foi deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas. (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 44)

Ao ler a genealogia da família Sátyro, um aspecto chama atenção: desde seu trisavô, bisavô, avô e até chegar ao seu pai, percebe-se que há um vínculo entre latifúndio e política, corroborando a ideia de que o poder exercido era proveniente das terras que detinham” (MENDES, 2016, p. 44). Nesse sentido, em nossa interpretação, este é um primeiro aspecto que circundou a elaboração do discurso de Ernani Sátyro que contrapôs o projeto petebista para a reforma agrária: ele estava defendendo o interesse da classe a qual pertencia, a elite latifundiária do sertão paraibano, que naquele momento, agregava-se junto às vozes dos detentores de terra que eram congressistas, assim como da elite empresarial ipesiana que tentava barrar a efetivação da reforma agrária proposta pelo governo.

Outro aspecto importante para compreender o posicionamento de Ernani Sátyro contrário à emenda constitucional para realizar a reforma agrária, consiste na tentativa de percebê-lo enquanto participante de um partido - UDN - que “contava com um grande número de proprietários rurais” (BENEVIDES, 2015, p. 141). Sobre este aspecto, é possível retomar alguns elementos do trabalho realizado pela Maria Vitória Benevides, chamado: “A UDN e o Udenismo” – que, apesar de partir de outras orientações teóricas e metodológicas das quais nós escolhemos para analisar nosso objeto de estudo - traz uma importante contribuição para problematizarmos as ações dos sujeitos que compunham o partido da UDN, a partir de uma vasta pesquisa acessada tanto nos arquivos do partido udenista, assim como dos anais da Câmara dos Deputados.

Como Ernani Sátyro assumiu o cargo de secretário-geral do partido em 1961, a sua atuação enquanto uma figura de liderança ficou marcada pelos pronunciamentos que fez sobre temas importantes, dentre eles o da Reforma Agrária. Sobre este tema, Maria Benevides destaca que: “em termos de defesa de interesses econômicos a UDN expressava, também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terras” (BENEVIDES, 2015, p. 165), Sendo assim, a UDN constituída pelo grande número de proprietários rurais, agiu de acordo com os interesses econômicos pautados por este grupo, que nesse contexto,

era barrar a reforma agrária tal como ela foi apresentada pelo PTB. Outro ponto importante mencionado pela autora que estamos dialogando é que

nos primeiros anos sessenta que a reforma agrária se transforma em tema realmente polarizador e a UDN se opõe à emenda constitucional proposta para a desapropriação, assim como às modalidades da indenização. Acima de tudo, a questão torna-se eminentemente política: a UDN veria, com a maior desconfiança, qualquer possibilidade de se reforçarem os poderes do presidente João Goulart e se ampliarem as bases da "esquerda", representada pela aliança parlamentar PTB-PSB com apoio da CGT, do movimento estudantil e de setores progressistas da Igreja. (BENEVIDES, 2015, p. 141)

Daí, podemos perceber que os esforços da UDN não se concentravam apenas em deter o projeto governista da reforma agrária, mas também havia uma “questão eminentemente política” que era limitar “os poderes do presidente João Goulart e reduzir as bases da esquerda como a “Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do movimento estudantil e dos setores progressistas da igreja”. É por isso que ao retomar o discurso de Ernani Sátyro, encontramos ataques sistemáticos ao que ele chamava de “movimentos de subversão”, “movimentos de massa” que faziam crescer a “ameaça da revolução”. Portanto, compreendemos como a campanha política contrária à Jango, às reformas de base e aos movimentos sociais, estava imbuída por componentes ideológicos que eram (re)produzidos por sujeitos que defendiam o posicionamento de acordo com os interesses da elite empresarial, de tal modo que “a defesa de interesses de grupos econômicos era explícita na atuação de Hebert Levy (apoiado pela Confederação Rural Brasileira e pelo Jornal “O Estado de São Paulo”), Aliomar Baleeiro, Ernani Sátyro, Oscar Dias Correa, Eurico Rezende, entre outros” (BENEVIDES, 2015, p. 146).

E o resultado da campanha arquitetada pelos setores conservadores e da elite presentes no Congresso Nacional, a partir da aliança entre UDN e PSD, garantiram que o projeto de Reforma Agrária encaminhado pelo PTB fosse rejeitada por 176 votos contrários à emenda constitucional *versus* 121 votos favoráveis, sinalizando uma derrota governista (BENEVIDES, 2015, p. 145), mas que também assinalava a ascensão do oposição que o Congresso havia estabelecido a qualquer movimentação do presidente João Goulart em direção às reformas de base.

Outro episódio que ocorreu no segundo semestre de 1963 foi quando o presidente Jango concedeu uma entrevista à revista “Diário de Notícias”, na qual abordava a dificuldade encontrada pelo governo para colocar à frente os planos de votar o conjunto das reformas de base, sobretudo pela oposição que havia sido formada no Congresso Nacional, bem como criticava o posicionamento dos setores de elite que manipulavam as

tramas do jogo político para poder desestabilizar seu programa de governo. Ou seja, em outras palavras, Jango aproveitou o espaço que lhe foi concedido na revista para apontar os principais sujeitos sociais que tramavam contra seu governo: a elite empresarial, os congressistas e alguns governadores que haviam vendido seu apoio em favor dos interesses vinculados ao capital transnacional.

Diante da repercussão que o tom da entrevista causou nos meios midiáticos, houve uma rápida resposta dos setores conservadores e opositores à João Goulart. E um dos que fizeram questão de ocupar a tribuna para condenar o conteúdo da entrevista concedida pelo presidente foi Ernani Sátyro. Pronunciou um discurso de dez páginas chamado: “Ameaçadas as instituições democráticas no Brasil”, no dia 21 de Novembro de 1963. De uma forma geral, o deputado paraibano acusava o presidente Jango de ser o grande ameaçador das “instituições democráticas” brasileiras, e aproveitava a ocasião para continuar destilando severas críticas ao projeto reformista do presidente Jango.

De início, Ernani Sátyro chamou a entrevista de “famigerada, inoportuna e criminosa”. Criticou o posicionamento do presidente, pois apresentava “intenções golpistas”, através de “processos subversivos”. Para o deputado, “havia uma série de indícios para um esquema de ilegalidade armada que se expressava em uma empreitada subversiva: as greves ilegais e as greves políticas que o Sr. Presidente da República legitimou”. Além disso, elencava que “o estado de sítio enviado ao Congresso”, “os ataques do presidente ao Congresso Nacional” e o “atentado ao governador Carlos Lacerda” eram fatores que estavam “a serviço do esquema de ilegalidade, da subversão e do golpe contra as instituições democráticas” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 514-519). Por estes aspectos, Ernani Sátyro argumentava que

O Sr. João Goulart mostra-se incapaz de administrar uma nação, vive a provocar crises todos os dias, a deflagrar greves a todo instante, a pregar as reformas mais radicais, porque tudo isso constitui a cortina de fumaça, tudo isso constitui a parede que faz encobrir a sua capacidade, a sua desídia, o seu desamor pela coisa pública (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 520).

A partir dessa ocasião é possível perceber o nível de sofisticação e planejamento nas ações movidas pela classe dominante que buscavam desestabilizar o governo, criminalizar os movimentos sociais e sindicais e barrar as reformas de base que eram propostas pelo governo. A começar pela entrevista em si, pois a revista em questão, revista “Diário de Notícias” contribuiu ativamente na campanha ideológica movida através dos

meios de comunicação²⁴, uma vez que seu líder, J. Dantas possuía ligações com o grupo de Opinião Pública, organizado e financiado pelo IPES (DREIFUSS, 1981, p. 233). Isto quer dizer que é preciso levar em conta que a reportagem veiculada pelo jornal, apesar de ter aberto um espaço de fala para o presidente Jango; por outro lado, circulava entre leitores e um público que recebia um tipo de mensagem portadora de um conteúdo ideológico de acordo com os interesses da elite empresarial.

Assim, essa entrevista ocorreu em um dado momento que o presidente Jango passou a se aproximar das pautas e reivindicações dos trabalhadores, buscando incorporá-las no projeto das reformas. Esta aproximação vai ser vista pela classe dominante como um sinal de “subversão”, como uma via para a “comunização” da sociedade brasileira e apontava para o “perigo” de continuidade de Jango permanecer no poder. É por isso que Ernani Sátyro enfatizava com insistência na “subversão das greves”, na “incapacidade [de Jango] de administrar a nação”, pelo “desamor [de Jango] com a coisa pública” de considerar que as reformas de base do governo eram “radicais” e, portanto, não passariam pelo crivo do Congresso Nacional.

Com estes pronunciamentos é possível perceber como Ernani Sátyro tinha um posicionamento político que se vinculava organicamente com os interesses da elite. É possível captar seu empenho para encaminhar ataques àqueles que estavam na contramão dos planos da classe dominante: Jango, os movimentos sociais e as reformas de base. Por isso, que ao retomar essas passagens dos discursos de Ernani Sátyro, é preciso levar em conta que ele não era apenas um parlamentar isolado, desarticulado politicamente e distante do debate público. Ou seja, havia um posicionamento orgânico do deputado paraibano junto à classe empresarial que tinha iniciado uma ampla campanha, situada em vários níveis da sociedade, para retomar à frente dos acontecimentos políticos e econômicos.

Sendo assim, estes - e tantos outros - discursos de Ernani Sátyro se juntavam ao curso dos acontecimentos que fizeram com que 1963 se tornasse um ano marcado pelo avanço da polarização política, ideológica e social. Isto porque, se visualizarmos a sucessão de fatos em conjunto, percebemos alguns aspectos: 1) evidenciava-se o aumento das tensões políticas, principalmente as que eram travadas entre o presidente e o

²⁴ Campanha esta que se estendia por uma vasta rede de jornais e rádios como: Diários Associados (grupo presidido por Assis Chateaubriand), Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal da Tarde (jornais que pertenciam ao grupo da família Mesquita), TV Record, TV Paulista, Jornal do Brasil, Correio do Povo, O Globo (grupo da família Marinho), Tribuna da Imprensa, Notícias Populares, Correio Paulistano, Diário de Pernambuco, Diário do Paraná, Imprensa Nova, A Noite e Repórter Sindical (DREIFUSS, 1981, p. 233-234).

Congresso Nacional; 2) Houve uma manobra política travada pelos congressistas conservadores alinhados ao capital multinacional e associado para esvaziar os projetos das reformas de base; 3) A perda de apoio de alguns setores do alto comando militar; 4) Uma crescente mobilização entre os meios de comunicação, empresariado e latifundiários para expandir a oposição ao presidente através de mecanismos conspiratórios; 5) Ampliação do ataque movido pela elite para criar uma “crise de domínio” (NETTO, 2015, p. 56).

1.5 - A DEFLAGRAÇÃO E O SENTIDO DO GOLPE

O que se viu a partir de 1964 foi um alargamento desses aspectos mencionados anteriormente. Houve portanto, um acirramento travado entre os campos de força do governo, da elite empresarial e dos movimentos dos trabalhadores. Como já foi citado anteriormente, houve um “nível crescente de luta de classe” (DREIFUSS, 1981, p. 133), que demonstrava a crise estrutural que o capitalismo brasileiro vivenciava.

Lutas que eram travadas em diversos espaços e setores da sociedade: nas ruas, os movimentos sociais do campo e da cidade buscavam expressar as demandas da classe trabalhadora através das manifestações e greves; na política, os parlamentares travavam discussões sobre os projetos reformistas além de avançar nas tramas conspiratórias; na imprensa, os jornais alinhados à plataforma liberal da elite passou a atacar Jango e o programa das reformas de base, reproduzindo reportagens que apresentavam as reformas como a porta de entrada necessária para implementar o comunismo; nas universidades, nas igrejas, etc.

Por um lado, o presidente Jango que apostava na aliança entre PSD-PTB para efetivar o programa das reformas de base, viu de início que o partido majoritário na Câmara (PSD) não seguiria os planos do governo, fazendo com que a frente oposicionista no Congresso fosse tomando cada vez mais vulto, corpo, e sendo portanto, capaz de barrar as tentativas do presidente de levar adiante as reformas tais quais eram encaminhadas pelo executivo e por parlamentares trabalhistas. As ações de combate ao presidente e aos trabalhadores engajados passaram a ser muito mais contundentes, pois, por exemplo, já falava-se abertamente em depor o presidente Jango do poder. Sobre isto, José Paulo Netto destaca que

A partir de janeiro de 1964, os conspiradores, civis e militares, prepararam-se para a derrubada de Jango, que supunham teria como resposta uma significativa reação política e popular, implicando mesmo a eclosão de uma guerra civil; por isto, articulados com militares e empresários, pelo menos dois governadores -

Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo - já acumulavam clandestinamente arsenais e organizavam para a ação golpista as suas políticas militares (NETTO, 2015, p. 62)

Podemos perceber que as frações dominantes haviam elaborado uma articulação que perpassou por vários setores da sociedade - latifundiários, industriais, empresários, militares e políticos - e a partir de 1964 alçaram um tipo de estratégia que visava, inclusive, o enfrentamento bélico que contava com a adesão de dois expressivos estados do país, Minas Gerais (Magalhães Pinto) e São Paulo (Ademar de Barros), além da Guanabara que era governado por Carlos Lacerda, político udenista, franco opositor dos movimentos de trabalhadores e de Jango.

Além da articulação interna dos conspiradores, havia o “apoio diplomático de Washington para reconhecer o governo golpista e, igualmente, para uma eventual intervenção militar norte-americana”, garantido pelo embaixador Lincoln Gordon e por Vernon Walters. Desse modo, a campanha ideológica movida contra Jango passou a ser arquitetada nos termos de uma “guerra revolucionária” que precisava ser barrada pela “opinião pública” e pelas “forças vivas da nação”. A partir daí, “sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio maciço apoio dos meios de comunicação social criou-se uma atmosfera psicossocial de confronto e caos: a ‘corrupção’ e a ‘subversão’ estariam tomando conta do Brasil e as ‘forças vivas da nação’ já não podiam ‘suportar um presidente desacreditado” (NETTO, 2015, p.63).

Foi nesse clima de instabilidade política, econômica e social que aconteceu o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. O evento reuniu os principais movimentos sociais, juntando cerca de duzentas mil pessoas. Um dos principais oradores da noite era o presidente Jango, e em sua fala anunciava sobre o decreto que “desapropriava as terras localizadas às margens das rodovias e dos açudes para entregá-las aos trabalhadores rurais”; assim como falou a respeito de outro decreto que “encampava refinarias de petróleo particulares” e as passava para responsabilidade da Petrobras (GORENDER, 1987, p. 61).

Ou seja, o discurso de Jango na Central do Brasil demonstrava como o presidente estava disposto a levar adiante o programa das reformas de base; no entanto, sem apostar na aliança e conciliação entre PSD-PTB, mas investiria no apelo popular e dos movimentos de trabalhadores para angariar forças suficientes, a fim de pressionar o Congresso Nacional para votar as medidas da reforma de modo que atendessem às demandas populares. E quando a elite se deparou com o teor do discurso de Jango, com as

medidas anunciadas e com a população em massa nas ruas cobrando pelas reformas sociais, ali, pode ser considerado o estopim para que as frações dominantes que compunham o projeto modernizante conservador passassem a tramar a estratégia real para retirar o presidente Jango do poder. As classes empresariais já não tinham mais dúvida de que era preciso derrubá-lo para garantir a manutenção do projeto capitalista.

Tal situação levou os grupos conservadores a maximizar os ataques desferidos a Jango. Seguindo nessa linha, Ernani Sátiro também não deixou o Comício do dia 13 de março passar ao largo de suas críticas. Na semana seguinte, no dia 17 de março de 1964, o deputado paraibano foi à tribuna para falar sobre o “comício provocador do dia 13 de março” e criticar a mensagem feita pelo presidente Jango durante a ocasião no Rio de Janeiro.

Para Ernani Sátiro, tratava-se de um “comício ilegal”, feito em um “local proibido”, utilizando de “recursos do povo, recursos do erário” para poder realizar “os maiores impropérios contra o Congresso Nacional”. Adiante, retomava os pontos do discurso que mencionavam sobre os decretos editados pelo presidente, a respeito da desapropriação de terras, que na concepção do deputado paraibano se tratava de “uma violação da lei e da Constituição”. Mas, “um dos trechos mais lamentáveis, mais dolorosamente lamentáveis da mensagem de S. Exa [o presidente] é aquele em que incita à luta de classes”, uma vez que “a mensagem do Sr. Presidente da República está toda ela cheia de slogans comunistas, do começo ao fim, inclusive a luta de classe”. E continua afirmando que, por dentro do texto, há uma série de elementos que demarcam a posição “comunista” do presidente, por exemplo, ao ressaltar alguns termos como: “lutas de classe” é slogan comunista, como ‘reformas de base’ é slogan comunista, como ‘mudança das estruturas’ é slogan comunista, como ‘alteração radical das instituições é slogan comunista”. Ou seja, todas essas expressões eram “marxistas” e pertenciam à “técnica leninista da luta de classes” que visava o “solapamento das instituições vigentes” para efetivar a “implantação de um regime criminoso, porque quer infelicitar a população brasileira” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 536-549).

Com este pronunciamento, Ernani Sátiro se somava ao arrepio que a classe empresarial sentiu quando percebeu a dimensão que o Comício do dia 13 de março tomou no cenário político daquele contexto, fazendo com que a adesão ao presidente e as reformas ganhassem um amplo apelo popular. A resposta da elite veio através de várias formas, mas uma das mais contundentes veio a partir da convocação para as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” promovidas pela Igreja Católica que pregava o fim da

“comunização” em curso na sociedade brasileira. E a partir de então, outros setores que também estavam alinhados ao projeto conservador também travaram duras críticas ao presidente.

E como estamos percebendo, o Congresso Nacional foi um dos principais redutos da crítica formulada ao presidente Jango. A crítica de Ernani Sátyro se juntava com outros pronunciamentos de deputados que faziam marcação cerrada na política empreendida por Jango. De modo que o Congresso Nacional havia se tornado, àquela altura, um espaço de embates marcados pelo apoio ou rejeição ao presidente, assim como às reformas de base.

Foi ambientado nestas condições que aconteceu o discurso de Ernani Sátyro contra o Comício do dia 13 de março. Pelos olhos da elite conservadora, que podemos dizer ser os mesmos olhos de Ernani Sátyro - de modo que é perceptível visualizar como o deputado paraibano estava compactuado organicamente com os interesses do bloco multinacional e associado - o acontecimento na Central do Brasil demonstrava os “planos comunistas” do presidente. Ora, Jango estava ladeado das lideranças da Central Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes, da Frente Parlamentar Nacional, etc, e isto era a prova viva de que ele estava a um passo para a “implantação de um regime criminoso que visava infelicitar o povo brasileiro”.

De fundo, vemos como os discursos retóricos de Ernani Sátyro usavam um artifício binário: “nós” (“verdadeiras forças vivas da nação”, cristãos, tradicionais) contra “eles” (comunistas, marxistas, subversivos, revolucionários) e ao mesmo tempo, funcionava a partir da difusão do medo, isto é, apresentando estas mudanças que os movimentos sociais e o presidente buscavam realizar como o estabelecimento do caos, da destruição e da ruína da sociedade brasileira. Ou seja, a fala do deputado paraibano está marcada por distorções a fim de criar um clima de tensão em que os “inimigos” precisavam ser destruídos. Esse era o fator ideológico que movia a campanha de desestabilização de Jango.

No entanto, é preciso que se diga que o programa das reformas de base não era um projeto revolucionário. Até mesmo porque na trajetória política de Jango, não encontramos vínculos concretos dele com os projetos políticos que buscavam instalar uma sociedade socialista. E nesse sentido, estamos concordando com as interpretações propostas por René Dreifuss ao destacar que as reformas alteravam as bases da luta de classes em três aspectos: 1) “desvencilhava-se do passado populista de reconciliação com as várias frações de classe dominante e manipulava a classe trabalhadora”; 2) “O Brasil passava a assumir uma nova postura diante do capital transnacional; além de um novo posicionamento na política externa”; 3) “O bloco de poder [de Jango] tentou moldar o Estado para que

desempenhasse um papel nacionalista, distributivo e desenvolvimentista” (DREIFUSS, 1981, p. 135).

O que queremos destacar é que a insistência da elite em torno da “comunização”, da “subversão”, nada mais era do que uma estratégia ideológica para camuflar as verdadeiras intenções que estavam em curso, que era a retirada de Jango do poder. Serão estes chavões, repetidos à exaustão em vários veículos de comunicação, que serão utilizados para justificar a implementação de um governo controlado pelos militares e empresários. Naquela altura dos acontecimentos, a cúpula golpista do IPES e da ESG, com o apoio logístico e diplomático dos Estados Unidos, havia traçado a estratégia para derrubar Jango. Conforme expressa Marcos Napolitano

No roteiro do embaixador [Lincoln] Gordon, a ação contra Goulart deveria ser reativa ao fechamento do Congresso, a uma greve geral, à intervenção nos estados governados pela oposição. Na previsão da embaixada essa ação de Goulart não tardaria e não poderia pegar os ‘democratas’ desprevenidos (NAPOLITANO, 2014, p.)

No entanto, a previsão do núcleo golpista não se consumou e o gatilho foi disparado antes do previsto: a presença de João Goulart na solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da PM foi o estopim para o general Mourão Filho armar as tropas e marchar para o Rio de Janeiro. Daí que no rastro dos acontecimentos que redundaram no golpe em si, podemos compreendê-los em duas partes: a primeira, do ponto de vista militar e a segunda, pela ação político institucional (NETTO, 2015, p.57-63). A ação militar foi detonada a partir do envio das tropas comandadas pelo general Mourão Filho e do general Carlos Luiz Guedes, que ocorreu na noite do dia 31 de março para o dia 1 de abril; seguido da inação das forças armadas que compunham o “dispositivo militar” comandadas pelo general Assis Brasil; das imposições feitas pelo comandante do II Exército Amaury Krueel e pelo ministro da Guerra general Jair Dantas Ribeiro para que Jango rompesse com os movimentos trabalhistas, abandonasse as bases populares e combatesse os comunistas, fizeram com que Jango percebesse que no campo militar, as forças golpistas já estavam estruturadas para o enfrentamento, e naquele momento, formavam uma frente maior do que os setores militares em favor da resistência e da legalidade que se formava em Porto Alegre sob o comando de Leonel Brizola e do general do III Exército Ladário Teles. E por mais que os movimentos sindicais tenham chamado as bases para uma greve geral, a quartelada já estava em curso e “nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República” (GORENDER, 1987, p. 66)

A segunda parte do golpe se efetivou no campo político, na medida em que o presidente do Senado Auro de Moura Andrade (mesmo sabendo que o presidente estava em território nacional e não havia declarado renúncia ao cargo) infringiu as normas constitucionais e declarou vaga a presidência da república, fazendo com que automaticamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumisse o cargo de chefe do executivo. José Paulo Netto, também chama atenção que tanto a manobra militar, como a manobra política foram acompanhadas pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon, e já no dia seguinte, dia 3 de abril, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson cumprimentava Mazzili por ter assumido a presidência (NETTO, 2015, p. 69).

Neste sentido, nos interessa de modo particular discutir também como o golpe foi aclamado pelos parlamentares conservadores que apoiaram a quartelada militar e a inconstitucionalidade de terem usurpado Jango do poder sem nenhuma base jurídica ou legal. Porque, se por um lado, o empresariado, os latifundiários e os setores religiosos - principalmente da Igreja Católica - promoviam as marchas para tentar criar uma aparente legitimidade popular à dita “Revolução”; por outro lado, muitos congressistas fizeram questão de ocupar a tribuna para saudar e parabenizar as forças que tinham “salvo” o país.

Foi daí que Ernani Sátyro, no dia 1 de abril fez um discurso chamado “A revolução de 31 de março e a Constituição”. Ou seja, quando foi feito esse pronunciamento, Jango ainda estava na presidência, tendo em vista que a consumação da manobra inconstitucional orquestrada por Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzili, aconteceu na madrugada do dia dois para o dia três de abril. Este detalhe temporal é importante, porque o teor do discurso de Ernani já prenunciava o que aconteceria com Jango e com os movimentos sociais. Isto porque, o deputado paraibano sabia da movimentação das tropas que saíram às ruas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Sabia que o levante militar já estava em curso contra o presidente, e naquele instante, o discurso de Ernani Sátyro junto ao de outros parlamentares do Congresso Nacional, preparava o terreno para o golpe final desferido no âmbito político. Por isso retomamos algumas passagens na íntegra

Seria realmente pueril admitir, pretender que, deflagrada uma crise militar desta natureza, não se **verificassem atentados à Constituição da República**, quer num setor quer noutro; que não **houvesse restrições às liberdades individuais**; que não houvesse uma série de **medidas que rigorosamente dentro da normalidade constitucional não podiam ser tomadas**. [...] O senhor João Goulart continuava a não governar, continuava a não administrar o Brasil, não em virtude de possível deficiência do sistema ou do regime de governo, mas por uma coisa que está entranhada na sua natureza, por aquilo que faz parte do seu próprio ser, da sua própria essência, que é a **incapacidade de governar** ao lado da capacidade de conspirar, porque a sua inteligência, as suas energias só se

movimentam, só se mobilizam em tudo aquilo que é sub-reptício, em tudo aquilo que vai por baixo contra a Constituição, contra a lei e contra a própria moralidade administrativa [...] Por aí se vê que não bastava ao Sr. Presidente da República atentar contra os princípios da hierarquia das Forças Armadas, porque atentava, antes de tudo, contra o princípio hierárquico da própria categoria das leis, dos decretos e das portarias. **Era subversão constante e permanente** [...] Porque, repito, para que fique bem fixado o meu pensamento, numa altura como esta dos acontecimentos, deflagrada uma crise, **são inevitáveis os atentados à Constituição da República** [...] Mas, benditos arranhões os que porventura forem feitos, **porque pior seria a Constituição rasgada, o povo brasileiro humilhado e o comunismo triunfante no Brasil** [...] Esteja certo o povo de que estes órgãos, nas suas atividades espúrias, não continuarão a agir livre e impunemente contra o Brasil no regime democrático [...] a primeira coisa que se fará, a primeira coisa que se há de fazer, em momentos como este, é prender, e legalmente, os cabeças, os líderes desses órgãos que pretendam paralisar as atividades normais da nação, como ainda ontem ameaçava um nobre deputado [...] Não tenhamos dúvida, Sr. Presidente, que no desfecho dessa crise sairá engrandecida a Constituição, sairá engrandecida a democracia. **Pode ser que surjam arranhões, pode ser que surjam algumas frestas, mas essas frestas, esses arranhões hão de realizar uma democracia que o Sr. João Goulart, no seu primarismo e na sua maldade, não foi capaz de construir no Brasil.** (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 550-557) (grifos nossos).

Podemos visualizar de início, que a intenção de Ernani Sátyro foi antes de mais nada, colocar a culpa do que estava acontecendo no presidente Jango. Em segundo lugar, o deputado paraibano já estava falando sobre os possíveis “atentados à Constituição da República”, sobre “as restrições das liberdades individuais” e ainda mais, sobre as “medidas que rigorosamente dentro da normalidade constitucional não podiam ser tomadas”. Mas, na argumentação sustentada por Ernani Sátyro isto acontecia porque o presidente Jango era o responsável pela crise que estava acontecendo, e por isto, “era inevitável os atentados à Constituição da República”. Como vimos, a visão da elite em relação ao presidente Jango era “subversão constante e permanente” e que havia se mostrado “perigoso” para o Brasil como: na campanha para o plebiscito, quando o presidente “dessangrou o Tesouro, exauriu as reservas da Petrobras e mobilizou o falso nacionalismo identificado com o comunismo” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 552). Para Ernani Sátyro, o presidente movia uma “criminosa ação político-administrativa contra o Brasil e contra o Congresso Nacional” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 552). E ainda ia além afirmando que Jango era a “negação da Constituição e das leis”, era um “agente da subversão”, que havia “se identificado e deixado dominar pelo comunismo” e que deixava “funcionar órgãos espúrios como CGT, PUA e UNE” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 555).

Por mais que esses movimentos, ainda no dia 1º de abril, houvessem buscado traçar uma estratégia para conter a movimentação das tropas e barrar o aquartelamento em curso,

Ernani Sátyro traduziu o que aconteceria (e o que de fato aconteceu), com os “órgãos espúrios [CGT, PUA e UNE] que não continuariam a agir livremente no Brasil” e “a primeira coisa a se fazer é prender, legalmente, os cabeças, os líderes desses órgãos”. E mesmo que o “legalmente” tenha sido empregado, a marca central desse discurso é o anúncio dos “ataques à Constituição”, demonstrando qual seria o próximo passo a ser dado pelos congressistas: derrubar Jango e institucionalizar a violência contra as entidades engajadas.

Em nossa interpretação, estes termos marcados, que formam os argumentos do discurso de Ernani Sátyro constituíam uma visão ideológica (re)produzida pela elite conservadora que visava derrubar Jango e combater os movimentos da classe trabalhadora. É por isso que recorrentemente encontramos passagens que falam sobre a “incapacidade de governar” do presidente, sobre a atuação de “órgãos espúrios” em referência à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Pacto de Unidade e Ação (PUA). Ao mesmo tempo, é interessante perceber como essa contraposição ao presidente e às entidades de classe, possuem um tom de agressividade, de ameaça e de violência. Ali no calor dos acontecimentos, no calor das palavras é possível captar o ódio que promoveu o estabelecimento de um estado de exceção.

O tom violento que marca o discurso de Ernani Sátyro é parte integrante do mesmo processo que foi implementado já no dia 1º de abril, quando, arbitrariamente, foram depostos e cassados governadores como Miguel Arraes (Pernambuco), Seixas Dória (Sergipe), e posteriormente, Mauro Borges (Goiás). José Paulo Netto também chama atenção para a implementação de um terrorismo por parte dos militares que começaram a perseguir “líderes sindicais, estudantes e dirigentes de organizações nacionalistas e populares [que] foram presos arbitrariamente e submetidos a tratamento vexatório”. E assim, foi instaurado uma “operação limpeza” que a ditadura passou a “intervir nos sindicatos (452), nas federações (43) e confederações (3) de trabalhadores; além disso, membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados”. Só no dia 1º de abril, “sete civis foram mortos”, “a sede nacional da UNE foi incendiada e a do ISEB, vandalizada”, “jornais, editoras e livrarias foram empastelados e fechados”, as “bibliotecas foram objeto de ataques e assaltos policiais”, ao mesmo tempo em que “milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos”, iniciavam-se os “expurgos nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias” (NETTO, 2015, p. 70).

Nesse sentido, não foram apenas os tanques e os soldados nas ruas que instauraram a ditadura, mas sim uma ampla campanha tramada pela alta cúpula militar junto com

empresários, políticos conservadores e setores da sociedade civil, como por exemplo a Igreja Católica, e alguns aparelhos privados como a mídia. A “salvação” que era tão propalada pelos setores que tramaram a queda de Jango, foi obtida a partir da instauração de um processo notadamente violento e que marcaria os vinte e cinco anos da ditadura.

Outro aspecto importante, é que, se a violência e o arbítrio já começaram a ser empregados no dia 1º de abril de 1964, atingindo principalmente os sujeitos que compunham os setores sociais engajados; se já no dia 1º de abril é possível encontrar marcas de violência pelos vários espaços das cidades e do campo, em nossa interpretação, o discurso de Ernani Sátiro traduziu também a violência que foi impetrada pelo Congresso Nacional ao povo brasileiro.

Essas palavras do deputado paraibano significaram seu último golpe contra o presidente Jango. Ainda mais, é possível dizer que com essas mesmas palavras, desferiu um golpe contra a democracia, mesmo dizendo que “no desfecho da crise, sairia engrandecida a Constituição e a democracia”. Pelo contrário, como atestam os fatos, não foi a democracia, ou as forças populares que venceram em 1964; foi sim, o grande capital multinacional e associado que se aliou aos militares para patrocinar um projeto golpista a fim de matar a democracia e estabelecer com mãos de ferro, uma ditadura, um estado de exceção.

Com essas palavras, Ernani Sátiro definitivamente “abraçava a ruptura constitucional” (MENDES, 2016, p.54), selava sua participação ativa no processo que tinha como objetivo desgastar a imagem de Jango, apregoando-lhe sentenças como “incapaz” ou “agente da subversão”, para poder esvaziar o debate em torno das reformas de base que atendessem aos mais necessitados, e por fim, poder criminalizar os movimentos sociais e da classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos dizer que Ernani Sátiro foi um dos agentes políticos que atuou diretamente para a implementação da ditadura em 1964. E é por isso que buscamos recuperar alguns acontecimentos anteriores - o golpe branco de 1961, o parlamentarismo, as eleições de 1962, o combate à reforma agrária e às reformas de base, os ataques à Jango - para demonstrar como foi que o deputado paraibano contribuiu para que o golpe empresarial-militar tivesse êxito e derrubasse Jango.

Por fim, como já dissemos anteriormente, o nosso objetivo foi problematizar a atuação política de Ernani Sátiro nesse contexto do golpe de 1964. Por isso, em muitos momentos nós demos ênfase ao seu posicionamento político em questões centrais que moveram a cena política brasileira nessa conjuntura de acentuada crise e de lutas de classe.

Mas é importante dizer que, embora o nosso objeto seja a participação política de um sujeito, este também é parte integrante de um amplo cenário, composto por outras pessoas, entidades e interesses. É por isso que em conjunto à análise de uma participação política, seja preciso considerar as explicações mais amplas a respeito dos impactos ocasionados no rumo da sociedade brasileira.

Essas visões e explicações mais amplas podem ser compreendidas a partir de dois pontos: o primeiro, é considerar um aspecto de ordem externa, pois o golpe de 1964 se estruturou em um contexto marcado pelos embates da Guerra Fria, na medida em que a política norte-americana estava “fomentando movimentos de contrarrevolução preventiva em escala mundial” (NETTO, 2015, p.74). É por isso que encontram-se atualmente, provas empíricas que atestam a interferência dos Estados Unidos em países que pudessem ter qualquer influência soviética para implementar um projeto socialista. Todavia, é bom que se diga que 1964, não é apenas um resultado direto advindo das pressões externas. E aí entramos no segundo ponto: que é o componente interno da sociedade brasileira e insere o golpe empresarial-militar na estrutura “dinâmica das lutas de classe” (NETTO, 2015, p. 74).

Uma luta de classes que como vimos, era composta por dois projetos: um modernizante-conservador (formado por agentes do capital multinacional e associado, que se vincularam com integrantes das Forças Armadas) e outro nacional-reformista (que agrupava a proposta do presidente Jango e tinha o apoio de setores da pequena burguesia nacional, das classes subalternas e dos movimentos sociais). Na conjuntura da década de 1960, esses dois blocos passaram a entrar em contradição devido ao desgaste e os limites do arranjo político, econômico e social que caracterizavam o capitalismo brasileiro, fazendo com que o populismo entrasse em crise e o modo de acumulação capitalista passasse a ser questionado e criticado. Daí que a divergência de classe entre esses dois projetos fez com que os embates aumentassem e se desdobrassem na consumação de um golpe que encerrou a democracia por vinte e cinco anos e aprofundou o abismo social que historicamente se (re)produziu no Brasil.

Nesse sentido, o 1º de abril de 1964, foi resultado de uma série de embates que já vinham em curso e sintetizou o episódio central dessa trama de contradições que demarcam “a conquista do Estado” (DREIFUSS, 1981) por parte do bloco modernizante-conservador. E nesse sentido, retomamos duas passagens dos autores que discutimos até aqui

[...] a luta de classes foi promovida pelo bloco multinacional e associado liderado pelo IPES na “sociedade civil”, de acordo com uma estratégia determinada, com focos de ação específicos e deliberados e com liderança e organização elaboradas. O fato de se ter, finalmente, recorrido à intervenção militar para desferir o golpe final contra o governo de João Goulart apenas enfatizou que a classe dominante, sob a proteção do Estado, possuía vastos recursos, incontestavelmente maiores que os das classes dominadas, para impor seu peso sobre a sociedade civil (DREIFUSS, 1981, p. 489)

[...] a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital [...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras [...] O golpe de 1º de abril, solução política imposta pela força, derrotando as forças democráticas, nacionais e populares, significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira (NETTO, 2015, p. 75-77).

1.6 - A ATUAÇÃO DE ERNANI SÁTYRO NO PÓS-GOLPE DE 1964.

Nesta parte do capítulo, o objetivo central é discutir a atuação parlamentar de Ernani Sátyro no pós-golpe de 1964. Para isso, continuaremos com o exercício de problematizar alguns dos principais acontecimentos políticos que demarcaram a aproximação de Ernani Sátyro com o grupo empresarial e militar que orquestrou o golpe e derrubou Jango do poder.

Como vimos anteriormente, o caráter violento e arbitrário do golpe de 1964, pode ser encontrado desde a sua gênese, tendo em vista que há várias marcas (prisões, cassações, torturas, perseguições, etc) que demonstram que já no nascedouro houve a implementação de um terrorismo de Estado. Desde o dia 1º de abril que verificou-se uma série de atentados à pessoas e à entidades representativas dos trabalhadores, como aconteceu nos prédios da UNE e do ISEB que foram invadidos, depredados, violados e queimados. Como parte desse processo, encontramos a mesma veia sanguinária que se abateu sobre o campo político, tendo em vista que muitos parlamentares que indicassem qualquer traço ou postura de aproximação com os ditos “subversivos” ou “comunistas” eram sumariamente cassados e perdiam seus cargos e direitos políticos. Não são poucos os relatos que comprovam como muitos políticos foram perseguidos nos primeiros dias de

abril de 1964, assim como nos meses subsequentes²⁵. E por mais que Ranieri Mazilli fosse, teoricamente, o Presidente da República, quem de fato dava as cartas do jogo político era o Supremo Comando Revolucionário - formado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Este núcleo, assessorado por personagens com históricos nem um pouco democráticos como Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva, que foi editado e instituído o Ato Institucional nº 1, no dia 9 de abril de 1964.

No conjunto dos artigos que compunham o AI-1, estava descrito que o “Presidente da República poderia cassar mandatos e suspender por dez anos direitos políticos de parlamentares, políticos e intelectuais, servidores públicos, diplomatas e membros das Forças Armadas”. Tal medida, implicava diretamente uma mudança entre os três poderes do Estado, criando assim, uma concentração excessiva de ações que poderiam ser feitas ou desfeitas pelo chefe do executivo; e por outro lado, limitava as atribuições dos poderes legislativo e judiciário. No dia seguinte, saiu a primeira lista com os políticos cassados, retirando de uma única vez 102 parlamentares, dos quais 40 eram deputados federais. Com essa medida, os militares continuavam instalando o medo e o controle na esfera legislativa, dando uma mensagem clara de que poderiam intervir a qualquer momento tanto no Congresso Nacional, como nas Assembleias Legislativas ou nos cargos executivos. E assim, sem nenhuma explicação, justificativa, ou direito de defesa, os parlamentares eram retirados de seus cargos.

Com essa “limpeza”, o próximo passo dado pelos militares foi a escolha do presidente e vice-presidente e, no dia 11 de abril, os congressistas que permaneceram em seus cargos escolheram o Marechal Castelo Branco para presidente e José Maria Alkmin (PSD) para vice-presidente. Dos 361 votos que colocaram Castelo Branco na presidência, estavam os da bancada paraibana que contribuiu para que o militar fosse escolhido para o cargo máximo do executivo. Ruy Carneiro, Argemiro de Figueiredo, João Agripino, Bivar Olinto, Flaviano Ribeiro, Humberto Lucena, Jandui Carneiro, João Fernandes, Luís Bronzeado, Milton Cabral, Plínio Lemos, Raul Góes, Teotônio Mota, Vital do Rêgo e claro, Ernani Sátyro, votaram para a escolha de Castelo Branco para a presidência.

²⁵ Um dos exemplos mais marcantes foi o de Gregório Bezerra, que era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e foi deputado federal pelo estado de Pernambuco. No dia 2 de abril de 1964 foi preso, submetido por situações de graves torturas, chegando a ser amarrado a um veículo e foi arrastado pelas ruas de Recife. Anos depois, em 1983, ele concedeu uma entrevista ao jornalista Chico Maria da TV Borborema, em que descreve detalhadamente a violência que sofreu nas mãos de algozes militares. A entrevista está no livro “Confidencial Entrevista” (2013).

O que nos interessa destacar - para além da contribuição que a bancada paraibana realizou nesta votação para concretizar o estado de exceção – são as condições em que esta “eleição” aconteceu. Isto porque, como vimos, a decretação do Ato Institucional foi acompanhada de um expurgo aos políticos que estavam aproximados da classe trabalhadora e passassem a ser considerados subversivos pelos militares. Esta abertura fez com que os militares pudessem estar amparados em um Ato e usassem essa prerrogativa para caçar e cassar mandatos políticos que estavam na base nacional-reformista. O que Ernani Sátyro havia chamado de “atentados à Constituição” passaram a ser a regra para o cotidiano não apenas do Congresso Nacional, mas também para as Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e prefeituras que passaram a ter seus ocupantes depostos e sem direito a julgamento. O que foi dito por Ernani Sátyro como um “arranhão para salvar a constituição” passou a ser um verdadeiro rasgo, uma ferida, que era aberta em todas as ocasiões que os mandatos políticos e tantos outros sujeitos eram perseguidos e reprimidos com mãos de ferro pelos militares.

Aliás, por falar em Ernani Sátyro, ao acompanhar os anais e os diários do Congresso Nacional desses dias que instauraram o terror na classe trabalhadora, não encontramos em nenhum momento uma passagem que indicasse que seu cargo de deputado federal estivesse sob ameaça ou sob a sombra da perseguição dos militares. Não encontramos nenhum pronunciamento do deputado paraibano que se contrapusesse às medidas que estavam sendo tomadas pelos militares e instituía a violência e extrapolavam os direitos e garantias individuais.

Nesse sentido, esse silêncio de Ernani Sátyro para condenar as ações de repressão que estavam em curso, é parte do apoio que a UDN promoveu para criar uma legitimidade ao governo empresarial-militar que se formava naquele momento. Não é a toa que a bancada udenista votou maciçamente em Castelo Branco para presidente e tentava justificar como uma “necessidade da Revolução” impugnar a cassação de mandatos que “afrontavam os princípios revolucionários”.

Por isso, questionamos: até que ponto é possível falarmos na existência de “eleições”? Não apenas nesse episódio, mas também como em todos os outros momentos em que se falou sobre “eleições” durante o período de 1964 a 198, porque há de se refletir quais as condições em que essas “eleições” ocorreram. Porque se há um componente central nesses processos políticos, é que todas as escolhas feitas para os cargos eletivos, antes de mais nada, tiveram que passar pelo crivo e pelo controle dos militares, como veremos mais adiante especificamente em 1970 na escolha dos governadores.

Nesse sentido, a votação para presidente e vice-presidente em abril de 1964 pode ser questionada baseada em dois pontos: primeiro, que Castelo Branco, antes de ser escolhido pelos congressistas, já havia sido o selecionado pelo empresariado que estava na articulação da campanha contra Jango e que derrubou o presidente trabalhista. René Armand Dreifuss, relata que no dia 2 de abril, enquanto os setores comemoravam nas ruas a “vitória da Revolução”, no escritório do IPES na Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, os empresários já estavam escolhendo o futuro presidente. E nesta mesma reunião, haviam fechado a questão pelo nome de Castelo Branco. Daí em diante, ficou acertado que seria desenvolvida uma campanha utilizando a mídia para criar um consenso em torno do general para levá-lo ao cargo de presidente. (DREIFUSS, 1981, p. 419). Ou seja, a escolha do nome de Castelo Branco se insere na dinâmica da articulação firmada entre os setores da elite empresarial e militar que estavam envolvidos diretamente no golpe de 1964.

O segundo aspecto que não poderia deixar de constar, é que precisamos visualizar a relação imbricada no conjunto dos acontecimentos: no dia 9 de abril, na decretação do AI, estava descrito que deveriam ocorrer eleições para presidente e vice-presidente nas próximas 48 horas. No dia 10 de abril, institucionalizou-se à “caça às bruxas” daqueles parlamentares considerados “subversivos” ou com aproximação com o comunismo. Na primeira lista dos militares estava o nome de 40 deputados federais, dando um sinal de que qualquer parlamentar poderia ser cassado e perder seus direitos políticos, caso se afastasse dos interesses da “Revolução”. No dia 11, ocorreu a votação para presidente e vice-presidente, sem a presença dos 40 deputados que foram cassados. Assim, poderíamos pensar: qual parlamentar, diante das perseguições que já estavam em curso e eram de conhecimento dos congressistas haveria de votar desfavoravelmente ao candidato da “Revolução”? É claro que isto não exime de toda a responsabilidade daqueles que contribuíram para a implementação da Ditadura; mas, quem desse mostras de “subversão” já estaria por tabela, assinando a cassação do próprio mandato.

Por isto que tal análise se estende para os outros casos em que se fala das “eleições”. Pois, desde o primeiro passo dado pelos militares em direção aos cargos públicos, a marca central desses processos é a violência que foi instaurada, seja na escolha dos parlamentares que deveriam participar, dos que poderiam assumir, daqueles que deveriam ser retirados, ou permanecer sob a tutela e o controle do poder Executivo.

A eleição de Castelo Branco significava um importante passo, tanto para os setores militares como empresariais. Pois, demonstrava que os militares da Escola Superior de Guerra haviam se estabelecido no núcleo central de poder que controlaria o Estado. E por

outro lado, dava garantias de que os empresários que estavam na trama do golpe passariam a estabelecer as diretrizes econômicas do Estado, uma vez que, os ministérios, cargos e pastas administrativas foram distribuídas entre os tecnoburocratas ipesianos²⁶, dando amplas margens para que o capital multinacional e associado pudesse manter o controle hegemônico do plano econômico.

Seguindo parte desse processo, no campo político, o Ato Institucional fez com que os parlamentares que não estivessem dentro dos parâmetros da “Revolução” passassem a ser perseguidos e em muitos casos, retirados de seus cargos e condenados à perda dos direitos políticos. Com uma parcela dos ficaram no Congresso Nacional, os militares formularam uma bancada chamada “Bloco Parlamentar Revolucionário” e sobre este grupo, René Armand Dreifuss coloca que

A maioria dos membros da ADP associou-se ao recém-criado Bloco Parlamentar Revolucionário - BPR, formado em março de 1965 por 206 membros da Câmara dos Deputados e consolidado após entendimentos entre o General Golbery, General Cordeiro de Farias e Nilo Coelho, do PSD. O BPR era liderado por Adauto Lúcio Cardoso [UDN] e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Bilac Pinto [UDN]. O núcleo do BPR era formado por deputados do PSD (48), PTB (23) e por aproximadamente 90 membros da UDN (DREIFUSS, 1981, p. 454)

Como podemos perceber, além da UDN ter sido um partido que apoiou à instauração do golpe, também foi o partido que mais contribuiu com contingente parlamentar (quase 90 deputados) para participar do principal instrumento de interferência militar no Congresso Nacional, que foi o Bloco Parlamentar Revolucionário. E ao que consta nas biografias de Ernani Sátyro²⁷, ele participou deste grupo, continuando na esteira dos políticos udenistas que buscavam legitimar as medidas e as ações - inclusive as violentas, como por exemplo às cassações, que veremos mais adiante - que os militares tomavam.

²⁶ René Armand Dreifuss dedicou um capítulo intitulado “O complexo IPES/IBAD no Estado - a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica” (p.417-478), em que demonstrou como os cargos centrais do governo militar, foram ocupados por agentes que trabalharam na campanha contra Jango. Por exemplo, o General Golbery do Couto e Silva foi designado como chefe o Serviço Nacional de Informações (SNI); o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica foi repassado para Roberto Campos; o chefe da Casa Civil foi ocupado por Luiz Viana Filho; na chefia da Casa Militar, o responsável era o General Ernesto Geisel; o Ministério da Guerra seria entregue ao General Costa e Silva; na pasta da Fazenda, o mandatário era Octávio Gouveia de Bulhões, etc.

²⁷ Quando mencionamos as “biografias de Ernani Sátyro”, de fato, estamos nos reportando a três livros que trazem um pouco da trajetória política de Sátyro, são eles: o já mencionado “Perfis Parlamentares, nº61” (2011); “Como se fossem memórias” (1984); “Tradição e Renovação” (1994). E aqui, é importante fazer uma problematização: nestas três fontes citadas, lançam a informação de que Ernani Sátyro foi escolhido como presidente do Bloco Parlamentar Revolucionário. Esta informação destoa da que foi apresentada na citação de René Armand Dreifuss, de que a presidência do BPR foi ocupada por Adauto Lúcio Cardoso e Bilac Pinto. Portanto.

Ou seja, nos anos iniciais da ditadura, a UDN caminhou na contramão dos outros partidos, pois, enquanto alguns congressistas do PTB, do PSD e demais agremiações sofriam com as perseguições e expurgos, a base da UDN permaneceu “intocável”. Segundo Maria Helena Moreira Alves “nota-se que a UDN foi totalmente poupada dos expurgos. Como partido extremamente conservador, ele fornecia a principal base político-parlamentar do novo Estado” (ALVES, 2005, p. 50). De modo tal, que essa “principal base político-parlamentar” pode ser observada nos cargos que os udenistas começaram a ocupar: Daniel Krieger foi eleito presidente do Senado, Bilac Pinto assumiu a presidência da Câmara, Milton Campos foi designado para o Ministério da Justiça, Raimundo de Brito foi destinado ao Ministério da Saúde e Sandra Cavalcanti foi nomeada presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Bilac Pinto, durante a convenção extraordinária da UDN em novembro de 1964, chegou a afirmar que: “Outro não é o motivo porque o presidente Castelo Branco afirma reiteradamente que a UDN é o esteio de seu governo”²⁸, se referindo a aproximação que existia entre os militares e os udenistas²⁹. Desse modo, os políticos udenistas iam construindo uma posição privilegiada ante os militares: por um lado, o elitismo e o liberalismo do partido casava-se com os interesses da repressão aos “subversivos” e “comunistas” e chancelava as mudanças econômicas em favor da classe dominante; por outro lado, a perseguição não chegava com força máxima aos quadros da UDN, e assim o partido poderia ir galgando cargos centrais na ditadura.

1.7 - O REORDENAMENTO DAS FORÇAS CONSERVADORAS

Em 1965, ocorreram mudanças sensíveis no jogo político nacional. Isto porque os militares passaram a interferir cada vez mais na organização dos processos eleitorais, criando um molde repressivo de modo a favorecer os políticos que estavam alinhados à

²⁸ Esta frase foi retirada do jornal “O Estado de São Paulo” do dia 10 de novembro de 1964 e está citada no trabalho da Maria Victória Benevides (1984, p. 95).

²⁹ Esta aproximação entre políticos udenistas e militares não ocorreu apenas após o golpe de 1º de abril de 1964. Maria Victória Benevides chama atenção que desde 1962, alguns parlamentares como: Daniel Krieger, Aliomar Baleeiro, Otávio Mangabeira, Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Paulo Sarasate e Magalhães Pinto; já tinham relação com militares esguianos conhecidos, dentre eles: Castelo Branco, Ademar Queiroz, Olímpio Mourão, Odílio Denys, Cordeiro de Farias e Costa e Silva (BENEVIDES, 1984, p. 93).

“Revolução”. Por exemplo, em junho de 1964, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 9, que atribuiu mais três anos de mandato ao presidente e vice-presidente, fazendo com que ficassem no Executivo nacional até 1967. “Em julho de 1965, tendo em vista as eleições de outubro, o governo militar já indicava a criação de uma nova edição da Lei Orgânica dos partidos” a fim de “reduzir o número de legendas” (SOBREIRA, 2016, p. 52). Ou seja, isso significava que os militares enxergavam que para dar continuidade ao projeto vencedor em 1964, era preciso alterar a dinâmica do legislativo.

Àquela altura, não era possível mais que nenhum civil se candidatasse à presidência. “Juscelino Kubitschek havia sido cassado em junho de 1964, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto estavam rompidos com Castello Branco e Carlos Lacerda em franca oposição ao governo, já renunciara sua candidatura” (BENEVIDES, 1984, p. 97). Ou seja, os principais políticos de proeminência nacional que esperavam as eleições presidenciais marcadas para 1965, perceberam que os militares não estavam operando uma intervenção temporária, mas estavam alargando as condições para continuar no poder. Essa percepção criou algumas desavenças entre essas lideranças políticas com os militares, como foi o caso de Carlos Lacerda que “desistiu” da campanha presidencial.

Neste sentido, pela legislação vigente, as eleições eram divididas em dois momentos: uma parte, em 1965 para os cargos de governador; e a outra parte, em 1966, para deputados, senadores, prefeitos e vereadores. Assim, nessa primeira parte, apenas 11 unidades federativas passaram pela votação para o governador³⁰. Dentre os quais estava a Paraíba. O processo eleitoral de 1965 aqui na Paraíba foi marcado pela disputa, tanto nos setores internos da UDN, como também pelo acirramento entre as chapas opositoras que colocaram frente a frente João Agripino (UDN) e Ruy Carneiro (PSD).

O plano central dos embates que havia dentro da UDN, era marcado pela cisão entre o João Agripino e os “agripinistas” que levavam em conta sua articulação com outro importante líder político, Pedro Gondim, além de ter uma projeção positiva nos quadros internos da UDN em esfera nacional, sendo um importante nome da ala nacionalista do partido. Por outro lado, o outro personagem que disputou os interesses no Diretório Regional para concretizar sua indicação ao cargo de governador foi Ernani Sátyro. Àquela altura, Ernani Sátyro também tinha um peso significativo dentro da UDN, tendo em vista que em abril de 1965 havia sido escolhido para presidir o partido. Ele tinha um trânsito

³⁰ Os estados que tiveram eleição foram: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

entre os “liberais” e os “lacerdistas” dentro do partido udenista, fazendo com que tivesse uma significativa proeminência. Por isso “à época, Ernani Sátyro tinha força política equiparada à de João Agripino, sendo cotado para disputar o pleito de governador naquele ano, criando uma disputa interna entre os dois principais líderes políticos da UDN paraibana (SOBREIRA, 2016, p. 79)³¹. No entanto, na votação feita pelo Diretório Regional em junho de 1965, escolheu-se pelo nome de João Agripino (governador) e Severino Cabral (vice-governador). Este seria um dos primeiros entraves entre João Agripino e Ernani Sátyro dentro da UDN; sendo uma disputa que se seguiria anos depois e em outras ocasiões na ARENA paraibana.

Pelo lado do PSD havia um consenso em torno do nome de Ruy Carneiro para pleitear o cargo de governador. Em relação ao cargo de vice-governador, que deveria ser indicado pelo PTB, aconteceram algumas incertezas em torno de nomes como Petrônio Figueiredo, Arnaldo Lafayette e José Maranhão. Mas, a figura de mais proeminência dentro da sigla petebista era Argemiro de Figueiredo que terminou por se auto indicar à composição da chapa junto à Ruy Carneiro. (SOBREIRA, 2016, p. 81).

O resultado das eleições que garantiu a vitória da coligação udenista foi através de uma apertada votação: 168. 712 votos (João Agripino) contra 165. 782 votos (Ruy Carneiro). Assim como na Paraíba, outros sete estados garantiram a vitória udenista, o que significava a eleição de candidatos que apoiavam diretamente a “Revolução”. No entanto, a derrota em três estados: Guanabara (Negrão de Lima - PTB), Minas Gerais (Israel Pinheiro - PSD) e Santa Catarina (além de Alagoas onde não houve nenhum candidato com maioria absoluta e Castelo Branco acabou indicando um interventor (SOBREIRA, 2016, p. 53), foi o pretexto utilizado pelos militares da “linha dura” para a edição de mais um Ato Institucional, que foi publicado em 27 de outubro de 1965.

Nas linhas do AI-2 estava descrito, dentre outras coisas: a “extinção de todos os partidos políticos”, o “estabelecimento da eleição indireta para presidente da República”, continuava com a “cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de direitos políticos”, além de possibilitar a “intervenção federal nos estados” e facilitar as regras para a “decretação do estado de sítio” (BENEVIDES, 1984, p. 97). Em uma perspectiva mais geral, o AI-2 ampliou a desproporção entre os poderes que o AI-1 já havia iniciado, na

³¹ Este trabalho do Dimitri Bichara Sobreira é importante para reconhecermos uma parte significativa da dinâmica que engendrou o funcionamento do partido udenista após o golpe de 1964, e principalmente, analisar como se deu o processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba. Em relação às eleições de 1966, ele pormenoriza os embates que aconteceram dentro da UDN e desembocaram na composição arenista na Paraíba.

medida em que instituiu mais atribuições ao Executivo nacional, sem a necessidade de permanecer “travado” no Congresso, como por exemplo, “a redução da maioria simples para aprovação de emenda constitucional”, ou “sobre questões orçamentárias das Forças Armadas” que passariam ser controladas pelo Executivo; além de “aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal para dezesseis magistrados indicados pelo Presidente”; e também, “os crimes políticos passariam a ser julgados em tribunais militares” (SOBREIRA, 2016, p. 53).

Em termos concretos significava que os militares não estavam dispostos a correr o risco de jogar, ainda que nas aparências, um jogo “democrático”. Ou seja, o AI-2 assinalava a tendência da Ditadura que é o alijamento das forças populares das decisões políticas. Demarcava de uma vez por todas, que as forças militares que empreenderam o golpe em 1964, não estavam apenas realizando uma “intervenção temporária” - como se aventou em alguns setores políticos - mas que colocava em prática um projeto político e econômico que correspondia aos interesses da elite multinacional e associada, mas também limitava a participação popular, o engajamento social das classes subalternas e sequer, considerar a existência de uma oposição sistemática e crítica. Por isso, a eleição ocorrida em 1965 seria a última por votação direta, pois até os anos finais da Ditadura os governadores seriam escolhidos pelos generais-presidentes.

Ernani Sátyro foi portanto, o último presidente da UDN, tendo em vista a extinção dos partidos políticos devido ao AI-2. Neste contexto, seria a segunda “derrota” do deputado paraibano no início da Ditadura, pois na primeira, seu nome não havia sido escolhido para o pleito governamental em 1965, e logo em seguida, perdia seu cargo de maior proeminência dentro da UDN. A autora Lúcia Grinberg, cita que Ernani Sátyro lançou uma “nota se mostrando ‘chocado’ e considerado uma medida ‘excessiva’ a extinção das legendas partidárias” (GRINBERG, 2009, p. 60). Por outro lado, a opinião de Ernani Sátyro não era a unanimidade dentro do partido udenista, uma vez que outros parlamentares aplaudiram a extinção dos partidos políticos como Juraci Magalhães (Ministro da Justiça) e Magalhães Pinto, para quem “a extinção dos partidos era inerente ao processo revolucionário” (BENEVIDES, 1984, p. 97). Por isso, acreditamos que a oposição de Ernani Sátyro ao AI-2 tenha sido pontual para aquela ocasião em que ele perdeu o cargo de presidente do Diretório Nacional de suas mãos; e não fruto de uma crítica sistemática que implicasse uma ruptura dele com os militares.

Em seguida ao AI-2 veio o Ato Complementar nº 4, no dia 20 de novembro de 1965, no qual criava o sistema do bipartidarismo, em que só existiriam um partido da

situação e outro da “oposição”. O que se observou foi que a “estrutura política da UDN tornou-se base do partido da situação e a maioria dos políticos sobreviventes do PTB, a base da oposição”. O “impasse estava por conta do PSD que apesar terem apoiado o golpe, eram rivais da UDN”. (SOBREIRA, 2016, p. 55). No entanto, apesar dos “impasses” os políticos que eram do PSD formaram junto com a UDN o partido de apoio aos militares: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

No dia 30 de novembro de 1965 formava-se a ARENA. A maior parte dos políticos que a formaram vieram dos quadros da UDN - que também atuavam no Bloco Parlamentar Revolucionário³², como Ernani Sátyro - além da adesão de integrantes do PSD. Estas duas frentes compuseram praticamente a totalidade dos participantes do partido da “Revolução”. E neste aspecto a ARENA paraibana havia conseguido uma característica singular, na medida em que “uniu rivais históricos, [mas] por outro lado, possibilitou a manutenção de suas disputas locais pelo poder” (SOBREIRA, 2016., p. 59). Ou seja, é preciso considerar que a aliança entre a antiga UDN e o antigo PSD, não se tratava de uma coesão unívoca, mas que existia diversas frações de classe, diferentes concepções sobre os temas políticos, etc. De todo modo, é possível refletir: será que a adesão do PSD à ARENA não se tratava, sobretudo, de uma alternativa para sobreviver ao crescente cerceamento político?

No entanto, a composição da ARENA não deixou estas considerações de lado. A saída encontrada foi permanecer com o esquema das sublegendas, isto é, dentro de um mesmo partido, poderia coexistir diferentes concepções partidárias. Por exemplo, dentro da ARENA, poderia existir a ARENA 1, ARENA 2 ou ARENA 3. O que na prática criava um partido amplo, mas que a sua base era composta por políticos de diferentes segmentos partidários.

Outra implicação direta ocasionada pelas sublegendas, corresponde à observação feita anteriormente a respeito das “disputas locais de poder”. Assim, a ARENA ao ser constituída e manter em seu programa a característica das sublegendas, constituía uma forma de acomodar diferentes grupos oligárquicos de uma determinada localidade, sem fazer com que as divergências descambasse para o caminho da oposição. Por isso, é preciso considerar que este formato não foi arquitetado gratuitamente, tendo em vista que os grupos oligárquicos - apesar de suas divergências - mantinham o apoio à Ditadura.

³² O autor Sérgio Lamarão chegou a dizer que “Na prática, o BPR foi o embrião da ARENA, partido oficial do governo”. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/bloco-parlamentar-revolucionario-bpr> > Acesso 29 abr. 2019.

Nesse sentido, Dimitri Sobreira afirma que “O que levou essa base oligárquica a aderir à ARENA foi a identificação com a ‘Revolução’ de 1964” (SOBREIRA, 2016, p. 59). No entanto, em nossa interpretação, além da “identificação”, é preciso considerar que grupos oligárquicos, especialmente os latifundiários, foram parte ativa e integrante na deflagração e no apoio ao golpe de 1964. Aspecto este que acentua o caráter de classe que esteve inscrito no processo que culminou na derrubada de Jango. Em suma: para além da “identificação” estava imiscuído um vínculo que os grupos oligárquicos tinham com a Ditadura. Aliás, o próprio Ernani Sátyro e os deputados e senadores que tinham suas bases políticas assentadas nas oligarquias locais, eram a prova viva de que esse grupo social da elite estava de mãos dadas com a “Revolução”.

Por isso, quando o AI-2 e o Ato Complementar nº4 foram postos em prática e o partido da “Revolução” foi criado, os militares entenderam que não poderiam romper de todo com a estrutura político-partidária que já estava em vigência; pois, se houvesse uma transformação acentuada no arcabouço político, corria-se o risco de perder o apoio desse setor social - oligarquias - tendo em vista que era um dos principais sustentáculos da Ditadura nas esferas estaduais e municipais.

1.8 - AS ELEIÇÕES DE 1966: DA “QUEDA” À ASCENSÃO DE ERNANI SÁTYRO

Foi a partir desse conjunto de circunstâncias que aconteceu a outra parte das eleições em 1966, em que foi colocado frente a frente pela primeira vez a ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Como já mencionado anteriormente, a disputa ocorreria para os cargos de deputado federal, deputado estadual, senador, prefeito e vereador. A nossa análise trará mais ênfase tanto para a disputa senatorial como para deputado federal aqui na Paraíba, pois trazem elementos particulares em relação a atuação de Ernani Sátyro durante a corrida para a escolha dos candidatos que concorreram às eleições.

A ARENA paraibana foi fundada em março de 1966, quando criou-se o Diretório Regional. Nesta ocasião ficou-se decidido quem faria parte do Conselho de Gabinete, formado tanto por políticos com cargos estaduais e federais, assim como um terço de integrantes representativas de entidades (classes patronais e operários, representantes estudantis e profissionais liberais) (SOBREIRA, 2016, p. 95). Dos sessenta e cinco nomes que compuseram o quadro inicial, foram eleitos para presidente Clóvis Bezerra e para vice-presidência Sílvio Porto. De um modo geral, “os membros do Diretório Regional que

assumiram cargos eram indivíduos dotados de vida pública que exerciam cargos eletivos e/ou profissões de respaldo na sociedade” (SOBREIRA, 2016, p. 96).

No entanto, a figura central do partido arenista na Paraíba era o governador João Agripino, tendo em vista que ele passou a ser o principal interlocutor entre as bases dos Diretórios Municipais e do próprio Diretório Estadual com a ARENA nacional e diretamente com Castelo Branco. Sendo assim “apesar de não ser o presidente do Diretório Regional, todas as decisões daquele órgão teriam sido aprovadas por ele [João Agripino]” (SOBREIRA, 2016, p. 103).

Os meses que seguiram à formação do Diretório Regional na Paraíba, abriram a corrida pela indicação dos cargos que seriam pleiteados. E de modo particular, havia uma acirrada concorrência para o cargo de senador, uma vez que cada estado só poderia eleger apenas um candidato, pois o senado federal seria renovado em um terço de suas vagas. Como a ARENA paraibana reuniu membros de partidos diferentes, embora houvesse uma certa interligação entre eles, foi a partir dessa artificialidade - que era a proposição de um único partido do governo, que buscava assentar as diferentes marcas partidárias - que levou ao choque das frações de classe que compunham o partido da “Revolução”.

A dissensão entre os nomes que deveriam disputar a eleição para senador ocorreu entre Pedro Gondim e Ernani Sátyro. O primeiro, era integrante do antigo PDC e havia firmado um apoio com a UDN por intermédio com João Agripino para as eleições de governador que aconteceram em 1960, e por esta associação Pedro Gondim foi eleito. Quando se iniciou o processo eleitoral para governador em 1965, os dois políticos repetiram o apoio firmado em 1960, e desta vez, Pedro Gondim apoiou a candidatura de João Agripino para governador. Esse vínculo foi essencial para a vitória apertada que Agripino teve contra Ruy Carneiro. Do outro lado, estava Ernani Sátyro que havia sido o último presidente da UDN, tinha sido cogitado para disputar o governo do estado em 1965, era um dos principais nomes junto com João Agripino da ARENA paraibana, além de ter aproximações com o núcleo militar que engendrou o golpe de 1964.

Nesse sentido, ambos sustentavam que tinham condições para concorrer ao cargo senatorial. Pedro Gondim apostava em uma suposta “tradição” da política paraibana de que o governador em exercício, caso tivesse filiação com o governador anterior, àquele caberia o apoio para a candidatura para senador deste (SOBREIRA, 2016, p. 1118). Por outro lado, Ernani Sátyro afirmava que “se me candidato é porque considero que minha longa vida pública me habilita a isto [...] Ao partido é que cabe decidir se minha aspiração é ou não justa e legítima” (Correio da Paraíba, apud em SOBREIRA, 2016, p. 119).

Em um primeiro momento, buscou-se a saída para o impasse buscando o sistema das sublegendas³³, o que levaria Pedro Gondim e Ernani Sátiro a concorrer entre si pela maioria dos votos da ARENA. No entanto, Pedro Gondim não apostaria nesta possibilidade pois enxergava um caminho difícil para conseguir vencer o adversário que concorreria na chapa opositora do MDB: Ruy Carneiro. Por isso, se por algum acaso, Ernani Sátiro vencesse as eleições dentro na sublegenda arenista, os votos de Pedro Gondim poderiam ir diretamente para Sátiro, e aí teria uma campanha que no final das contas, serviria de “escada” para outro candidato. A partir dessa situação, Pedro Gondim lançou uma nota à imprensa em que abria mão de ser candidato ao senado, preferindo concorrer ao cargo de deputado federal. (SOBREIRA, 2016, p. 120).

Assim, abria-se as portas para Ernani Sátiro encaminhar sua candidatura ao senado dentro do partido arenista. Nesse sentido, ele continuava reafirmando seu interesse em participar do pleito senatorial, afirmando que: “como sabe toda a Paraíba, sou candidato a Senador. Se meu nome, como espero, for realmente escolhido pelos arenistas paraibanos, não pouparei esforços no sentido de fazer vitoriosa minha candidatura” (O Norte, 5 jul. 1966, apud em SOBREIRA, 2016, p. 121).

No entanto, dentro do partido da ARENA, o nome de Ernani Sátiro não era unânime. O primeiro grande entrave era de que havia muita dúvida a respeito se Ernani Sátiro teria fôlego político suficiente para vencer as eleições contra Ruy Carneiro. Segundo, porque havia um núcleo de antigos membros do PSD na ARENA, como por exemplo, Teotônio Neto, que foi uma das principais lideranças pessedistas na Paraíba junto com Ruy Carneiro. E por esse histórico partidário anterior, a adesão dos pessedistas, mesmo estando dentro da ARENA não ia para Ernani Sátiro, mas para Ruy Carneiro³⁴. No

³³ Sistema esse que é passível de problematização. Jairo Nicolau explicou o funcionamento das sublegendas da seguinte maneira: “em uma determinada disputa eleitoral, concorrem três candidatos da ARENA (A, B, C) divididos em sublegendas e um único candidato do MDB. Os três candidatos da ARENA obtêm a seguinte votação: A - quinhentos votos; B - trezentos; C - duzentos. O candidato do MDB, D - novecentos votos. O somatório dos votos da Arena é de mil votos, superando a votação do emedebista. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela Arena seria eleito” (NICOLAU, citado em SOBREIRA, 2016, p. 121). No entanto, esta passagem foi discutida no trabalho de Dimitri Sobreira, uma vez que poderíamos questionar a viabilidade das “eleições” no período ditatorial, pois os votos realizados não iam propriamente a um candidato, mas sim ao partido. E mesmo que o candidato (D, por exemplo) de um partido recebesse mais votos que o político do outro partido (A), o que valeria ao final das contas, era o somatório correspondente às sublegendas. Ou seja, quem vence não é o político que recebe mais votos, mas sim, o partido que recebe mais votos.

³⁴ Este é um exemplo marcante da artificialidade que havia na oposição entre ARENA e MDB, mesmo em períodos eleitorais. O que decidia de fato, em determinadas circunstâncias, não era ser da ARENA ou do MDB, mas sim, eram as filiações partidárias anteriores que davam a cartada final nas decisões políticas. Ou seja, a ARENA apesar de ser o partido do governo, da “Revolução”, não foi capaz de acabar com as disputas oligárquicas e partidárias que estão na gênese do processo político paraibano.

lado do MDB, ainda havia as provocações à campanha de Ernani Sátyro. Por exemplo, o “Deputado Estadual José Gayoso chegou a dizer que ele era o melhor adversário para Ruy dentro da ARENA, pois era ‘ruim de urna’ (O Norte, 26 mar. 1966, apud em SOBREIRA, 2016, p. 122).

Deste modo, a candidatura de Ernani Sátyro começou a definhar antes mesmo de chegar no processo de escolha dentro do partido arenista. Após reuniões entre João Agripino, Pedro Gondim e Teotônio Neto, enxergou-se a dificuldade de encaminhar seu nome à disputa do senado. Tanto por questões internas da ARENA, quanto por ter um candidato opositor no porte político de Ruy Carneiro, mas também, por questões financeiras, já que o orçamento estimado girava em torno dos cem milhões de cruzeiros³⁵.

Nas vésperas da convenção partidária que bateria o martelo nos nomes que deveriam disputar as eleições, Ernani Sátyro elaborou uma carta em que anunciou sua desistência de concorrer ao cargo de senador. Em suas palavras dizia que

[...] existem áreas do partido que não sufragarão meu nome. A resistência resulta, ora, da marca de lutas passadas, ora das circunstâncias em que surgiu a minha candidatura [...] Não tenho dúvidas de que, dentro dos quadros da ARENA paraibana, não faltarão nomes capazes de despertar entusiasmo que não pude ascender e superar obstáculos que não consegui transpor (Diário da Borborema, 20 set. 1966, apud em CITTADINO, 2006, p. 316).

Tratava-se portanto, de uma carta embalada pela angústia de quem não havia conseguido superar a “resistência” que existia pela sua indicação. Afinal de contas, não era ele quem tinha conseguido “despertar o entusiasmo” e “ascender e superar os obstáculos” que foram colocados à sua candidatura para senador³⁶. E o que tornava a situação mais obscura para Ernani Sátyro era o fato de que não haveria mais tempo para colocar seu nome à disposição para disputar outro cargo, tendo em vista que todos já estavam ocupados por “companheiros ilustres e delicados, já em plena campanha”. Diante dessas circunstâncias, Ernani Sátyro anunciava que não concorreria a nenhum cargo e sairia da vida pública.

Mas haveria de ser o fim?

³⁵ A autora Monique Cittadino foi quem abordou este aspecto financeiro como um dos entraves à eleição de Ernani Sátyro para o cargo de senador (CITTADINO, 2006, p. 315) A autora se baseia em uma informação obtida através da pesquisa que realizou no jornal Diário da Borborema, em que o jornalista William Tejo apresenta esta versão (Diário da Borborema, 27 ago. 1966). Outro elemento empírico apresentado pela autora que reforça a tese sobre a falta de recursos financeiros, foi a partir da entrevista que ela própria realizou com o ex-secretário de Administração, Antônio Carlos Escorel. Nesta entrevista, o ex-secretário comenta que “João Agripino indagou não só a Ernani Sátyro como também a Pedro Gondim se eles teriam tais recursos [...] Diante da negativa de ambos, as respectivas candidaturas ficaram automaticamente afastadas” (CITTADINO, 2006, p. 316)

³⁶ Seu nome foi substituído pelo de Aluísio Afonso Campos.

Sem dúvidas, há de ter sido um momento que pesou na trajetória política de Ernani Sátiro, uma vez que ele tinha ficado sem nenhuma saída aparente naquele instante para continuar prestando seus serviços à “revolução” e se beneficiando dela. A prova é que, um ano depois, em 1967, quando Castelo Branco saiu da presidência e chegou a falecer, Ernani Sátiro fez um discurso de homenagem ao general-presidente, e lembrou desses acontecimentos políticos que cercaram a eleição de 1966, para dizer que

[...] tendo encontrado circunstâncias adversas à minha candidatura como senador federal pela Paraíba, candidatura que eu, talvez um tanto ingenuamente, considerava natural, dentro dos quadros políticos do meu Estado, resolvi tirar-me de cena, não com um voto perpétuo de renúncia à vida pública, mas, de qualquer modo, num gesto que implicava longo afastamento, e quem sabe, em consequência, o encerramento de minha modesta carreira política (SÁTYRO, 1984, p. 98).

Ou seja, por um ato aparentemente “ingênuo” de considerar “natural” sua candidatura ao senado e de ter encontrado resistências pela continuidade de seu nome para a disputa, Ernani Sátiro se “retiraria da cena” política? Será que Ernani Sátiro teria encontrado o “encerramento da sua modesta carreira política?”

Bem, o fato é que poderíamos dizer que Ernani Sátiro foi “salvo” pela “revolução”: ainda na convenção partidária da ARENA (1966), Castelo Branco interveio diretamente à João Agripino para que solucionasse o impasse da não candidatura de Ernani Sátiro. Para o general-presidente era inaceitável que um “homem da revolução” ficasse de fora dos quadros políticos da ARENA. E na continuação do discurso anterior, Ernani Sátiro afirmou que

Daí a crescer meus olhos, a nobreza de seu gesto, apelando para o governo e a ARENA da Paraíba, no sentido de que não fosse aceita minha renúncia e meu nome voltasse a figurar na representação do meu Estado, se não como senador, já que a essa altura isso não era mais possível, pelo menos como deputado federal (SÁTYRO, 1984, p. 99)

Dimitri Sobreira apresentou uma matéria do colunista Hélio Zenaide, no jornal O Norte em que afirmava que “tanto o presidente Castelo Branco, quanto o marechal Arthur da Costa e Silva, recém-eleito presidente da República, demonstram-se insatisfeitos com o afastamento da candidatura de Sátiro, chamada na imprensa local de ‘degola’” (O Norte, 5 out. 1966, apud em SOBREIRA, 2016, p. 124). E, claro, diante da palavra de ditadores como foram Castelo Branco e Costa e Silva, estava clara a exigência a ser cumprida para que João Agripino incorporasse Ernani Sátiro na disputa de 1966.

Foi então que João Agripino viajou para para o Rio de Janeiro para decidir sobre a questão de Ernani Sátiro diretamente no Diretório Nacional com Castelo Branco e Costa e

Silva, que acabaram salvando Ernani Sátyro da “degola”. Resultado: Sílvio Porto - que não tinha nenhuma relação direta com a história - “abriu mão” de ser candidato à deputado federal, abrindo uma vaga que logo foi preenchida pela candidatura de Ernani Sátyro para o Legislativo federal.

E o que parecia ser o “encerramento da carreira política” e da “degola” de Ernani Sátyro acabou dando um novo ímpeto e nas eleições, Sátyro foi eleito pela sexta vez como deputado federal com 18.124 votos - resultado, vale dizer, até surpreendente, uma vez que ele dobrou a quantidade de votos, se comparada com as eleições de 1962, quando recebeu 9.899 sufrágios.

Assim, se em 1962, o apoio financeiro do IBAD foi um dos fatores essenciais para que Ernani Sátyro impulsionasse sua campanha eleitoral, sendo revertida posteriormente em sua eleição, e por consequência, se aproximasse do bloco multinacional e associado em torno da campanha contra Jango, as reformas e os movimentos sociais; por outro lado, em 1966 a intervenção de Castelo Branco e Costa e Silva para que a ARENA paraibana não deixasse de fora um candidato como Ernani Sátyro, que era um aliado de primeira hora da “revolução”, sem dúvidas, foi um dos elementos que contribuíram decisivamente para que o deputado patoense chegasse à mais um mandato legislativo na Câmara Federal.

1.9 - 1967: ERNANI SÁTYRO CHEFE DO GOVERNO COSTA E SILVA

Nesse sentido, o ano de 1967 pode ser visto como um momento de ascensão política de Ernani Sátyro tendo em vista que ele passou a ocupar cargos centrais dentro da cúpula militar que comandava com mãos de ferro o cenário político nacional. Isto porque, Ernani Sátyro passou a exercer a chefia do governo Costa e Silva no Congresso Nacional e presidente da ARENA. Exercendo estas funções, o deputado paraibano iria acompanhar e apoiar a expansão do aparato repressivo arquitetado pelos militares em resposta a uma série de questionamentos, críticas e oposições que surgiram às medidas que eram impostas pelo governo militar.

É por isso que quando acompanhamos os discursos de Ernani Sátyro datados entre 1967 e 1968, encontramos passagens e palavras que demarcam o endurecimento da ditadura. Por exemplo, em uma sessão do dia 6 de abril de 1967, o deputado paraibano proferiu discurso intitulado: “A Revolução de 64 e a segurança nacional” em que busca dar algumas respostas a um pronunciamento anterior feito pelo líder da oposição do MDB, Mário Covas, em que este acusava e criticava algumas medidas que estavam sendo

tomadas pelos militares, como por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a Constituição de 1967. Assim, Ernani Sátyro vai tentar fazer uma defesa e justificar o porquê da “Revolução” ter implementado tais ações. Em suas próprias palavras

Não somos uma Revolução envergonhada. Sabemos o que fizemos e por que fizemos. Eu mesmo ocupei esta tribuna, antes daquele movimento, cerca de vinte ou mais vezes, para reclamar contra tudo o quanto se praticava no Brasil em matéria de subversão e corrupção [...] havia uma verdadeira deformação e desmoralização das hierarquias [...] as próprias Forças Armadas eram, a cada momento, desrespeitadas na sua direção e na sua chefia, por movimentos de inferiores, alimentados pelo próprio presidente da República [...] Os estudantes que queriam estudar não podiam estudar, porque se armavam greves subversivas, greves dirigidas, greves teleguiadas, com os piquetes armados às portas das escolas [...] Os operários que queriam trabalhar, não podiam trabalhar, porque, do mesmo modo, se armavam as greves políticas, com os piquetes também instalados [...] os operários eram obrigados a fazer greve, sem querer, contra sua própria vontade, contra sua própria liberdade; greves essas que estavam a serviço das forças subversivas que dominavam a Nação [...] O desassossego nos campos, a pretexto de uma reforma agrária [...] também não podiam trabalhar os que queriam trabalhar, porque o que havia era a subversão, era o caos, era a desordem. **Foi contra tudo isso que se fez a Revolução de 31 de março**, foi contra tudo isso que procedemos arriscando a nossa própria vida, sacrificando nossas energias em benefício deste País (SÁTYRO, 1984, p. 76-77) (grifos nossos)

Este retrato de que período anterior à “revolução” só havia “subversão”, “corrupção”, “desmoralização das hierarquias”, “greves subversivas”, “greves políticas”, “caos” e “desordem” que afetavam as Forças Armadas, os estudantes, os operários e o campesinato, fazia parte do dicionário conservador que era repetido não apenas por Ernani Sátyro, mas pelos agentes que estavam vinculados ao estado de exceção, para buscar justificar as razões que levaram a consumação da dita “Revolução”.

Há uma reatualização de palavras, termos e expressões que são usadas como pano de fundo de uma narrativa comprometida em defender as ações que foram realizadas no passado. Mas, também é possível captar outro sentido: tais assertivas ditas e repetidas por Ernani Sátyro não estavam apenas sendo empregadas como uma forma distorcida de análise do passado, no caso, 1964; consideramos que estes discursos estavam endereçados a uma contingência do momento em si que foi pronunciado. Ora, uma das expressões que abrem o pronunciamento do deputado paraibano foi: “não somos uma revolução envergonhada. Sabemos o que fizemos e por que fizemos”. Em um pequeno trecho como este que destacamos, ele repetiu a palavra “subversão” quatro vezes. Aproveitou para atacar o ex-presidente Jango, o movimento do militares subalternos, o movimento dos estudantes, dos trabalhadores, dos operários e dos camponeses. Ou seja, mesmo falando sobre 1964, a intervenção de Ernani Sátyro também era uma tentativa de mandar um

recado e deixar claro que nenhum desses grupos teria espaço no molde repressivo da ditadura. Como ele próprio disse: “foi contra tudo isso que se fez a revolução de 31 de março”.

Outra passagem importante deste mesmo discurso é quando Ernani Sátiro, ainda usando a retórica para aplaudir a “revolução”, disse que “se a revolução não fosse vitoriosa não estaríamos aqui com este Congresso aberto a ouvir palavras brilhantes, discursos flamejantes como o que ontem ouvimos da parte do Deputado Mário Covas” (SÁTYRO, 1984, p. 78). São passagens como estas que exigem do historiador o lugar da crítica. Exatamente para não cairmos nas armadilhas que as palavras podem criar. Por dois aspectos: “ironicamente”, Ernani Sátiro elogiava a “revolução”, pois ela era quem garantia que os deputados pudessem falar “abertamente” para criticar as ações que estavam sendo realizadas pelos militares; e depois, pelo elogio que o líder da ARENA (Sátiro) fazia ao líder do MDB (Covas). Por estes termos poderíamos até esquecer que estava em vigência no Brasil um projeto de exceção que tinha como marca central a violência e a repressão.

Os parlamentares que ainda teciam uma crítica à ditadura podiam ser colocados, a qualquer instante, na lista dos políticos perseguidos, pois as paredes do Congresso Nacional estavam permeadas por olhos e ouvidos atentos a vigiar qualquer parlamentar que saísse dos limites que cerceavam à funcionalidade tutelada das ações legislativas³⁷. Por exemplo, o deputado Mário Piva (MDB), em um dos apartes realizados ao discurso de Ernani Sátiro, chegou a dizer que “o relator da Constituição [1967], tinha a seu lado um telefone, ligado diretamente ao Palácio do Planalto e somente tomava qualquer deliberação após ouvir o Palácio do Planalto pelo telefone” (SÁTYRO, 1984, p. 81), demonstrando como o Executivo controlava as matérias que deveriam ser aprovadas ou revogadas no Congresso. Além disso, é possível encontrar discursos de Ernani Sátiro em que podemos questionar a relação entre ARENA e MDB, na medida em que não parece ser de situação *versus* oposição. Sustentamos esta leitura, porque ao acompanhar os debates provenientes das traduções taquigráficas dos livros que utilizamos, indicam que o lugar de crítica da oposição é uma atividade limitada dada as condições de atuação em que os parlamentares emedebistas se encontravam: repressão, controle e vigilância. Outro componente que corrobora a dúvida da relação entre ARENA e MDB corresponde aos congressistas do

³⁷ A Constituição de 1967, apesar de representar um dos marcos do autoritarismo vigente na ditadura, garantia a imunidade parlamentar, que foi novamente retirada após o AI-5. Por isso, quando retomamos o discurso de Mário Covas, faz-se necessário ressaltar que a legislação ditatorial, ainda que repressiva, possuía dispositivos que buscavam aparentar marcas de “legalidade”.

MDB que entraram na “oposição”, não por uma questão ideológica, mas porque não aceitavam a proximidade e o convívio com membros que eram integrantes de outros partidos que eram adversários antes do AI-2 (por exemplo, a relação entre Rui Carneiro – PSD - e Pedro Gondim - PDC).

Portanto, embora reconheçamos que existe certa artificialidade nas relações entre o partido do governo e o partido da oposição, não podemos esvaziar ou desconsiderar as passagens políticas que apresentam componentes relacionados ao aparato repressivo que estava em vigência, e que contava com o apoio de parlamentares como Ernani Sátiro, que neste discurso em defesa da “Revolução e da Segurança Nacional” disse

Não nos envergonhamos de dizer que estamos dentro de uma revolução, e que houve cassações, de acordo com os Atos Institucionais. **Deputados, cassados de acordo com os atos da revolução, não podiam continuar a exercer aqui seus mandatos.** Temos a coragem de o confessar, não nos envergonhamos disso [...] que praticamos alguns males para evitar o mal maior da subversão, da desgraça, do caos e da própria destruição de nosso País (SÁTYRO, 1984, p. 78) (grifos nossos)

Ou seja, Ernani Sátiro foi um parlamentar que defendeu abertamente a cassação dos mandatos de alguns deputados federais “incompatíveis” com a “revolução”. Isto aponta como a base do discurso do governo continha em si passagens expressas de violência e de repressão. Nesse caso, poder-se-ia questionar se a fala de Ernani Sátiro marcada por este teor autoritário não seria uma voz solitária ou sem repercussão dentro do Congresso Nacional. No entanto, acreditamos que ao produzir uma mensagem deste tipo através de seus discursos, o deputado paraibano estava participando diretamente do processo repressivo que estava em curso no Brasil naquela época.

Como vimos, o ano de 1967 foi marcante pela expansão das fronteiras do autoritarismo, que teve como carro chefe a Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada em 13 de março, pelo Decreto-Lei nº 314. Os artigos que compõem tal legislação descrevem páginas sombrias, que iriam dar sustentabilidade jurídica aos “anos de chumbo” para que os militares agissem à exceção dos direitos e garantias individuais. Isto implicava diretamente que em nome da “segurança nacional”, o Estado poderia utilizar de quaisquer mecanismos de força para conter os “antagonismos”. Por isso se baseava no tripé: 1) “guerra psicológica” (que correspondia à área de propaganda e contrapropaganda, nos campos político, econômico, psicossocial e militar); 2) “guerra revolucionária” (que fazia menção aos conflitos internos que visavam a conquista subversiva); e 3) como os tribunais poderiam utilizar o Decreto como ponto de acusação para as atividades desenvolvidas pela

oposição (que resultava na ampliação dos crimes que atentavam contra a “segurança nacional”, e discriminava o aumento das penas que deveriam ser empregadas nos julgamentos). Nesse sentido, é preciso considerar que

A Lei de Segurança Nacional (LSN) é, no máximo, aquela específica que concentra e condensa todos os critérios e conceitos enfeixados pela Doutrina de Segurança Nacional, considerando sua obra mais acabada e perfeita. Mas o espírito geral desse pensamento conservador espraiou-se por um vasto campo da legislação nacional e das instituições do Estado (BRASIL NUNCA MAIS, 2011, p. 83)

Assim, a LSN é a maximização da legislação repressiva e que iria permanecer viva até os anos finais da Ditadura. A partir dela, começaria a execução de projetos militares e jurídicos para aniquilar os “antagonismos internos” nos diferentes setores da sociedade brasileira. Como foi pontuada a partir da citação anterior, a LSN se “espraiou por um vasto campo” que atingiu e foi incorporada em diversas “instituições do Estado”. Por isso que ao retomar o discurso de Ernani Sátyro compreendemos na prática, que o que está por trás das palavras do deputado paraibano em dizer que “praticamos alguns males para evitar o mal maior da subversão, da desgraça, do caos e da própria destruição do nosso País” são os componentes ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional que cria seus próprios adversários para serem enfrentados em nome da nação³⁸.

Tal pensamento continuou sendo empregado como justificativa para combater as manifestações que se espalharam pelo Brasil em 1968. Acontecimentos políticos importantes demonstravam como setores da sociedade como trabalhadores, estudantes, operários e alguns políticos, utilizavam alguns espaços para expressar críticas mais contundentes à Ditadura Militar. Por exemplo, o movimento operário que produziu as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), que “foram dois movimentos que representaram, ao mesmo tempo, o ponto mais alto da luta dos trabalhadores contra a Ditadura no período e o início de um longo refluxo na luta operária que se estendeu por cerca de 10 anos” (COSTA, 1997, p. 186). Ambas as greves colocaram dezenas de milhares de trabalhadores e operários nas ruas, exigindo melhorias na política salarial. No entanto, em ambas as circunstâncias a resposta dada pelos militares foi o enfrentamento, principalmente em São Paulo, quando tropa de choque, cavalaria e agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) fecharam as entradas e saídas da cidade de Osasco e

³⁸ Veremos os detalhes da Doutrina de Segurança Nacional no capítulo seguinte, quando analisaremos como as ações políticas de Ernani Sátyro dão continuidade ao projeto da DSN, na medida em que incorpora as bases de um Estado autoritário, bem como reproduz um tipo e o modelo de sociedade que mantém as engrenagens de uma sociedade injusta.

cercaram as fábricas que estavam paralisadas. Como destaca Edmilson Costa “a repressão contra os trabalhadores constituiu-se numa operação de guerra contra o setor mais avançado da classe operária” (COSTA, 1997, p. 188).

Outro momento chave que repercutiu pela violência empregada pelos militares foi quando o estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, que participava de uma manifestação em que os alunos não queriam que o restaurante universitário fosse fechado, acabou sendo reprimida violentamente por militares, de tal maneira que o estudante foi assassinado por policiais. Logo em seguida, diversas passeatas saíram às ruas, levando cerca de 100 mil pessoas, que protestavam contra o arbítrio da polícia e da Ditadura. Como parte desses movimentos, cerca de três mil estudantes se concentraram na Universidade de Brasília (UnB) para protestar devido a morte de Edson Luís. Em resposta, as forças militares invadiram o campus da UnB e prenderam cerca de quinhentas pessoas na quadra, além de decretar a prisão de sessenta e sete estudantes e um dos alunos, Waldemar Alves foi baleado na cabeça ficando em estado grave no hospital.

Diante desses fatídicos acontecimentos que revelavam a brutalidade com que os militares respondiam às manifestações populares que criticassem a ditadura, o deputado federal Márcio Moreira Alves proferiu um discurso se contrapondo às ações policiais que haviam ocorrido na UnB e conclamava os brasileiros a não participarem da festa cívica de 7 de setembro, para “boicotar o militarismo” como forma de protestar pelos recentes episódios de violência que o Estado brasileiro havia cometido contra cidadãos. Tal pronunciamento gerou uma série de perseguições ao deputado. O Procurador-Geral da República deu entrada no processo de cassação do mandato de Moreira Alves. Este pedido foi acolhido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e foi levado à votação no plenário no dia 12 de dezembro de 1968. No entanto, diferentemente do que planejavam os militares, a maioria dos deputados votaram contra o pedido de cassação, vencendo por 216 a 141 votos³⁹.

Para a Ditadura, esta derrota foi o pretexto utilizado para decretar o Ato Institucional nº 5 já no dia seguinte em 13 de dezembro de 1968. De modo que é possível

³⁹ Ao acessarmos as traduções taquigráficas do Diário da Câmara dos Deputados desta sessão do dia 12 de dezembro de 1968, encontramos o resultado final da votação, mas não visualizamos quais deputados votaram a favor ou contra, pois a votação foi secreta, não podendo afirmar de certeza, se Ernani Sátiro votou pela cassação de Márcio Moreira Alves. No entanto, não podemos deixar de considerar que o deputado paraibano era o líder do governo Costa e Silva e da ARENA na Câmara dos Deputados e já havia defendido abertamente a cassação de mandatos que eram “incompatíveis” com a “revolução”, ou seja, há indícios que apontam na direção de que Sátiro possa ter votado favoravelmente à perda do mandato de Moreira Alves.

questionar se diante das circunstâncias, diante das críticas que estavam sendo feitas à Ditadura e aos seus desmandos, nos parece que o projeto que culminou no AI-5 já estava elaborado, pronto e engavetado; no entanto, faltava o episódio que viesse a detoná-lo. Por isso, os militares viram no fato dos congressistas não terem aprovado a cassação do mandato de Moreira Alves um acinte, uma afronta aos interesses da “segurança nacional”. Seria um ato que não passaria em branco, pois àquela altura dos acontecimentos, se o Congresso Nacional passasse por cima dos militares seria mais uma derrota que colocaria em xeque a viabilidade do governo. Por isso, quando o resultado da votação saiu, o “bode expiatório” estava pronto e o AI-5 foi decretado.

Recuperamos estas passagens políticas para tentar visualizar a posição política de Ernani Sátyro mediante estes acontecimentos. As traduções taquigráficas desse período demonstram que o deputado paraibano, como líder do governo Costa e Silva na Câmara, buscava tentativas de “acalmar” os ânimos da oposição, por exemplo, ao dizer em abril de 1968 que “não havia um projeto para implementar um estado de sítio e nem editar um novo ato” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 641) - o que se viu que não era verídico logo após a votação do caso Moreira Alves. Em relação ao caso dos estudantes que faziam passeatas para criticar a Ditadura, disse Ernani Sátyro: “as reivindicações válidas dos estudantes, [são aquelas] quando feitas pelas vias normais, e não em comícios e passeatas - [estas] não serão atendidas” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011). Para o deputado paraibano, não eram aceitáveis que as manifestações pregassem o fim do regime, pois na medida em que faziam isso em praça pública estavam confrontando os limites impostos pela Constituição. Ou seja, nos casos em que se abria a possibilidade de crítica, Ernani Sátyro era o porta-voz do governo na Câmara para tentar buscar explicações, justificativas e expressar o pensamento da elite militar a respeito dos fatos que estavam acontecendo.

Nesse sentido, o político paraibano manteve-se até às últimas consequências alinhado aos interesses dos militares. A ponto por exemplo, dele ser condecorado com medalhas militares, como: “Ordem do Mérito Militar” (dada pelo presidente Costa e Silva, no dia 5 de setembro de 1968); “Medalha do Mérito Tamandaré” (concedida pelo Ministro da Marinha no dia 20 de maio de 1968) e a “Medalha do Pacificador” (honraria do Ministério da Guerra, do dia 17 de outubro de 1967). A respeito desta última medalha, Medalha do Pacificador, há uma consideração curiosa, pois foi

uma das moedas postas em circulação pelo CIE [Centro de Informações do Exército] foi a concessão aos torturadores da **Medalha do Pacificador, condecoração meritória**, cobiçada por oficiais, **políticos**, empresários, pois **registrava o reconhecimento de atos de bravura ou de serviços relevantes prestados ao Exército** (GASPARI, 2014, p. 24). (grifos nossos)

Ou seja, enquanto estava vigência um severo programa de restrição das liberdades individuais, em que sujeitos eram violentados e torturados por sua posição política de oposição e de não aceitação de um estado de exceção, enquanto muitos estavam em porões e eram vítimas do arbítrio tendo sua própria condição humana negada; por outro lado, estava Ernani Sátyro com uma medalha no peito que viria ser o prêmio máximo concedido aos torturadores. Estava o deputado paraibano sendo agraciado pelos militares pelo “reconhecimento de atos de bravura ou de serviços relevantes prestados ao Exército”. Isto pode nos levar a refletir que: os “serviços prestados” por Ernani Sátyro como líder do governo Costa e Silva e líder da ARENA na Câmara, lhe garantiram uma honraria que era concedida por militares de alta patente, inclusive, os militares que praticavam as torturas⁴⁰.

Por este tão grave contraste, que demonstra como Ernani Sátyro era uma figura-chave no rol dos políticos que estavam envolvidos com a cúpula militar, nós poderíamos pensar que após o fechamento do Congresso Nacional pela decretação do AI-5, o deputado paraibano ficaria distante da cena política, já que não poderia exercer mais seu cargo como líder de governo. No entanto, em 1969, Costa e Silva garantiu-lhe mais uma prova de reconhecimento: Ernani Sátyro foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar. Ou seja, passaria a assumir a função de vestir a toga da mais alta cúpula militar em um contexto no qual os crimes considerados políticos eram julgados por tribunais militares⁴¹.

E apesar de ter sido uma “passagem rápida”, tendo em vista que ficou de maio de 1969 até agosto do mesmo ano, quando Ernani Sátyro saiu do STM, já havia uma expectativa pela escolha de seu nome para ocupar o cargo de governador do estado, que seria realizada no ano seguinte, em 1970. Como o Ato Institucional nº 3, baixado em 1966, havia estabelecido eleições indiretas para governador, a escolha dos executivos estaduais seriam feitas em duas etapas: a primeira, o general-presidente Emílio Médici escolheria os

⁴⁰ É preciso considerar que não se tratava de uma mera condecoração. Elio Gaspari chama atenção que em 1975, “apenas 42 dos 769 capitães da infantaria podiam colocá-la na túnica”. Em “março de 1972, o ministro Orlando Geisel concedeu a Medalha do Pacificador a Carlos Alberto Brilhante Ustra” (GASPARI, 2014, p. 24-25)

⁴¹ Como este é um período no qual Ernani Sátyro se afasta da vida pública, não é, neste momento, investigar os casos em que ele atuou como juiz-ministro do STM. No entanto, há um livro que Ernani Sátyro escreveu em 1977, chamado “Direito Penal Militar e Segurança Nacional”, em que retoma acórdãos, votos e despachos da época em que foi integrante do Tribunal Militar; livro que futuramente poderemos investigar.

nomes, tanto do governador como do vice-governador; e na segunda, as Assembleias Legislativas de cada estado colocariam esses nomes em “votação”.

Nesse sentido, o primeiro semestre de 1970 foi marcado pela tensão de qual nome seria escolhido pelo general-presidente Médici. Assim, é preciso considerar que tratava-se de um momento-chave dentro desta conjuntura, uma vez que os governadores escolhidos seriam os responsáveis pela condução do Estado autoritário nas bases federativas. Daí que a interferência neste pleito de 1970 ter sido tão decisiva, uma vez que perpassava pelos governadores a estrutura repressiva que havia sido montada desde 1964. Outro aspecto importante é: o interesse primordial da ditadura militar era a escolha de um nome que fosse consenso nas bases partidárias arenistas, mas também um nome que levasse adiante os interesses da “segurança nacional”, capaz de reprimir as manifestações opositoras que passavam atuar cada vez mais fora da zona da legalidade e partiam para as ações concretas, como por exemplo, da luta armada.

1.10 - NOS BASTIDORES DA CASERNA: A ESCOLHA DOS GOVERNADORES DE CHUMBO.

O primeiro semestre de 1970 foi um período marcado pelas negociações políticas que giravam em torno dos futuros governadores que deveriam assumir o executivo estadual em março de 1971. Com a vigência do Ato Institucional nº3 ficava estabelecido que a “eleição” dos governadores deveria ser realizada de forma indireta, isto é, os nomes seriam escolhidos pelo Presidente e depois seriam votados pelas Assembléias Estaduais. Por isso, o general-presidente Emílio G. Médici incumbiu um antigo político udenista, Rondon Pacheco para visitar os diretórios estaduais da ARENA a fim de estabelecer os possíveis nomes que poderiam ser escolhidos.

De modo que a partir do encaminhamento traçado pelas bases arenistas, em conjunto com a negociação feita com os governadores em exercício, era definido os nomes que deveriam ser encaminhados ao Presidente e ao fim, era o próprio general-presidente quem dava a cartada final e batia o martelo para os cargos de Governador e Vice-Governador. Então, assim que Médici fechava a questão em torno de um nome, tão logo saía o anúncio do político escolhido. E sucessivamente, durante os meses de maio, junho e julho eram publicadas as reportagens sobre os governadores que haviam sido escolhidos pelo general-presidente.

No entanto, durante maio e junho, não saiu o nome do futuro governador da Paraíba, assim como faltava a indicação dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Estes estados foram os três últimos a ter o nome do governador e vice-governador escolhidos e anunciados. Por esta razão, vários nomes passaram a ser cogitados pela imprensa. Quando acompanhamos a reportagem do jornal Diário da Borborema, encontramos passagens que retratam este aspecto da dúvida que pairava em torno do sucessor de João Agripino.⁴²

Até que no dia 9 de julho de 1970, a primeira notícia sobre a escolha de Ernani Sátiro para governador foi a Revista Veja⁴³, que também repercutiu na mesma edição que Rondon Pacheco e Raimundo Padilha seriam os futuros governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente. Fechava-se portanto, a escolha dos 21 nomes que ocupariam o cargo de chefe do executivo estadual. Daí então, a imprensa paraibana começou a repercutir a escolha de Ernani Sátiro como governador.⁴⁴

Desse modo, é possível questionar as tramas que envolveram a transição do governo João Agripino para Ernani Sátiro, assim como refletir sobre o próprio processo na escolha dos governadores. Antes de mais nada, é preciso considerar as marcas de autoritarismo que estão presentes do início ao final do processo de escolha dos governadores. Por um lado, o AI-3 aumentava o fosso que separava a sociedade brasileira das decisões políticas mais importantes; e por outro lado, tais decisões passavam a ser decididas pelos militares. Pois, por mais que Rondon Pacheco tivesse recebido a missão de Emílio G. Médici para colher os possíveis nomes nas bases arenistas estaduais, quem dava a palavra final na questão era o general-presidente. Ou seja, a escolha dos governadores implicou em uma série de negociatas tramadas nos bastidores e restritas à alta cúpula dos militares. Por consequência nos leva a pensar: depois dos Atos Institucionais, que reprimiram, que cassaram mandatos, que fizeram muitos parlamentares perderem seus direitos políticos, que colocaram o Congresso Nacional e algumas Assembleias Legislativas de portas fechadas; quais seriam os parlamentares das Assembleias Legislativas, já ocupadas majoritariamente por membros da ARENA, iriam votar contrários à indicação de Emílio G. Médici? Tais eleições eram apenas cortina de fumaça

⁴² No dia 4 de julho de 1970, o colunista da seção de Política assinada por Tarcísio Cartaxo mencionava os nomes de “Ernani Sátiro, Coronel Rodin de Sá e José Medeiros” (Diário da Borborema, 4 jul. 1970)

⁴³ “Ernani já estaria escolhido desde o dia 30” (Diário da Borborema, 7 jul. 1970)

⁴⁴ “Acabou o Ernani sai ou não sai: saiu” (Diário da Borborema, 9 jul. 1970)

para tentar dar ares de legalidade ao processo político que foi marcado pela tutela, controle e escolha estratégica dos governadores para atuar entre 1971 e 1975.

Podemos destacar que todo o processo foi montado para garantir a continuidade do projeto de repressão que estava em curso. A escolha dos governadores significou também, um dos episódios que evidenciam o caráter autoritário e anti-popular que marcou a ditadura, uma vez que todos os governadores de chumbo escolhidos por Médici e aprovados pelas Assembleias Legislativas tinham um papel decisivo na conjuntura de acirramento da repressão aos movimentos sociais que se contrapunham aos rumos políticos que estavam em vigência no Brasil.

Lista 1: nome dos estados e dos governadores escolhidos em 1970

ESTADOS	GOVERNADORES
Amazonas	João Valter
Pará	Fernando Guilhon
Maranhão	Pedro Neiva de Santana
Ceará	Cesar Cals
Pernambuco	Eraldo Leite Gueiros
Sergipe	Paulo Barreto
Espírito Santo	Arthur Gerhardt
Santa Catarina	Colombo Machado Sales
Goiás	Leonino Caiado
Acre	Wanderlei Dantas
Piauí	Alberto Tavares Silva
Rio Grande do Norte	Cortês Pereira
Alagoas	Afrânio Lages
Bahia	Antonio Carlos Magalhães
São Paulo	Laudon Natel
Mato Grosso	José Fragelli
Paraná	Haroldo Leon Perez

Rio Grande do Sul	Euclides Triches
Minas Gerais	Rondon Pacheco
Rio de Janeiro	Raimundo Padilha
Paraíba	Ernani Sátyro
Guanabara	Chagas Freitas ⁴⁵

Fonte: Diário da Borborema, 9 jul. 1970.

Dos vinte e dois governadores escolhidos é possível fazer uma separação baseada entre “políticos” e “técnicos”⁴⁶, ou seja, foram selecionados para ocupar os cargos de chefes do executivo estadual, pessoas que já tinham uma vivência política, mas também outras que tinham apenas uma atuação anterior na área técnica de cargos burocráticos. A formação deste quadro político de governadores expressa a perspectiva que era colocada como lema governamental do general-presidente Emílio G. Médici, que era “Segurança e Desenvolvimento” (que analisaremos mais adiante nos capítulos 2 e 3, respectivamente).

Como parte desse panorama mais geral, podemos nos debruçar sobre a passagem política de João Agripino para Ernani Sátyro. A respeito deste ponto, não há um consenso sobre a influência do então governador João Agripino na escolha do nome de Ernani Sátyro. De acordo com a autora Monique Cittadino, no livro *Ditadura Militar e Poder Local* há uma divergência nos relatos de João Agripino e Ernani Sátyro relacionados a essa transição. A partir do relato de João Agripino, dá-se a entender que o nome de Ernani Sátyro foi escolhido a partir do aval que havia, inclusive da parte dele como governador, para que Sátyro fosse o escolhido por Médici. No entanto, no relato de Ernani Sátyro não há menção desta interferência de João Agripino, pois segundo o político patoense, seu nome havia sido escolhido apenas pelo general-presidente Médici⁴⁷ (CITTADINO, 2006, p. 344). Por outro lado, é preciso considerar que quando esses relatos foram feitos em 1977

⁴⁵ O caso de Chagas Freitas foi uma “exceção”, já que ele foi o único governador escolhido que pertencia ao MDB. Isso ocorreu porque a maioria dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do estado da Guanabara eram do MDB. No entanto, essa “exceção” não era um “ponto fora da curva” para os militares, tendo em vista o próprio perfil de Chagas Freitas, que sempre foi um apoiador da ditadura e, ainda assim, posteriormente, a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara foi fechada por intervenção dos militares.

⁴⁶ Esta divisão entre “políticos” e “técnicos” foi lançada pela colunista Graziela Emerenciano, do *Diário da Borborema* no dia 11 jul. 1970. No entanto, apesar desta separação servir como um parâmetro de análise, a combinação entre os “políticos” e os “técnicos” tinha uma proposta de governo baseado na centralização e maximização das ações de coerção (verificado com os “anos de chumbo”) mas também de expansão do capitalismo (através do “milagre econômico”). Portanto, retomaremos com mais ênfase essa combinação nos capítulos seguintes.

⁴⁷ A autora Monique Cittadino utiliza a entrevista de Ernani Sátyro concedida à Fundação Getúlio Vargas em 1977.

havia uma disputa entre Sátyro e João Agripino em torno da hegemonia interna da ARENA paraibana. Portanto, tal questão a respeito da possível influência de João Agripino na escolha do nome de Ernani Sátyro fica esmaecida diante da divergência que havia entre os dois políticos que resultou na produção de diferentes narrativas sobre a passagem de governo.

O que não se pode negar de fato, tendo em vista que se trata de uma característica inerente a todo o processo, é que a palavra final era dada pelo general-presidente Médici. Como veremos adiante, o que prevaleceu como um parâmetro geral para a escolha dos governadores foi o histórico político dos sujeitos, suas ações de apoio aos militares e a posição de classe na estrutura social.

A partir destes fatores, Ernani Sátyro foi escolhido para ser governador do estado da Paraíba entre os anos de 1971 e 1975. Pois, como vimos ao longo deste primeiro capítulo, o histórico político de Ernani Sátyro foi de estrita vinculação com as forças conservadoras: era da UDN - partido que no espectro poderia ser colocado como aquele situado mais à direita, se comparado com os outros partidos - participou ativamente do desgaste e da deposição política do presidente Jango, integrou o Bloco Parlamentar Revolucionário, teve sua candidatura salva pela intervenção do general-presidente Castelo Branco, foi líder da ARENA e do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados e foi ministro da mais alta corte militar do país, o Superior Tribunal Militar.

Portanto, quando o general-presidente Médici bateu o martelo na escolha de Ernani Sátyro para o cargo de governador e Clóvis Bezerra para vice-governador e encaminhou os nomes à Assembleia Legislativa para que fossem “votados” pelos deputados estaduais no dia 3 de outubro de 1970, o resultado não poderia ser diferente: 22 votos garantiram a “vitória” de Ernani Sátyro e Clóvis Bezerra. Na ocasião os 12 deputados do MDB compareceram à sessão⁴⁸, mas se abstiveram do voto, afinal de contas, como já refletimos anteriormente, qual Casa Legislativa seria capaz de se contrapor aos nomes impostos pelo presidente? Eram eleições com os nomes vencedores já conhecidos.

No momento e nas circunstâncias políticas em que estava o Brasil, os militares já tinham dado provas suficientes de que qualquer medida fora das amarras implementadas, a máquina repressiva era acionada através de vários mecanismos coercitivos como:

⁴⁸ O Diário da Borborema do dia 3 out. 1970 noticiava: “MDB comparece às indiretas, mas não vota em Ernani”.

cassações, perda de mandatos e direitos políticos, fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Assim, sob tais circunstâncias, Ernani Sátyro tornava-se governador do estado da Paraíba: graças a escolha de Médici e pelos votos da bancada arenista na Assembleia Legislativa da Paraíba. O Diário da Borborema lembrou que Ernani Sátyro se juntava à galeria dos governadores da Paraíba que haviam assumido ao cargo indiretamente, isto é, sem o voto direto da população. Galeria composta por políticos como: Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Argemiro de Figueiredo. Outro detalhe é que tal enredo representava uma quebra na democracia do estado, pois, se por um lado, desde 1947, os governadores escolhidos até então, tinham sido eleitos pelo voto direto; 34 anos depois, as “eleições” de 1970 significaram mais um dos episódios que expressavam o autoritarismo e a intervenção militar nas esferas sociais e políticas.

Esta situação leva a questionar o seguinte: será que se não fosse pela conjuntura política de alijamento popular das decisões, em que a regra geral era intervenção e repressão sistemática nos campos do poder público e se vigorasse condições democráticas, será que Ernani Sátyro teria sido escolhido como governador através do voto popular? Esta é uma pergunta impossível de responder, tendo em vista que Ernani Sátyro nunca concorreu ao cargo de governador em cenários de ordem democrática⁴⁹. Todavia, nos leva a refletir a respeito das limitações no apoio popular que Ernani Sátyro e os demais governadores de chumbo tinham nas suas respectivas bases estaduais.

Ainda sobre este aspecto que busca problematizar sobre a legitimidade/popularidade no caso específico de Ernani Sátyro, na mesma edição do Diário da Borborema que detalhou as nuances da votação que representou a “vitória” de Ernani na Assembleia Legislativa, encontramos uma reportagem com a seguinte menção referente ao recém-eleito governador:

“ruim de urna” - o futuro governador Ernani Sátyro nunca perdeu uma votação para deputado, mas nunca teve votação expressiva. Seus assessores explicam, confidencialmente, que é porque ele não morre de amores pelas concentrações populares e porque não é orador de massa no sentido populista do termo” (Diário da Borborema, 3 out. 1970).

Pelo Diário da Borborema, quem assumia ao cargo de governador em 1970, “confidencialmente” era “ruim de urna”, pois “nunca teve votação expressiva” devido ao fato de “não morrer de amores pelas concentrações populares”. No entanto, na lógica

⁴⁹ O mais próximo que Ernani Sátyro chegou de disputar uma eleição para governador foi em 1965. No entanto, seu nome não era consenso nas bases da UDN paraibana, que preferiu escolher João Agripino para disputar as eleições contra Ruy Carneiro.

ditatorial não importava estabelecer vínculos sólidos de popularidade ou de legitimidade. O que estava no horizonte dos militares naquela altura era estabelecer mandatos fortes que levassem à frente as políticas de repressão aos movimentos sociais que questionavam ao regime e ao mesmo tempo, firmar governadores que desempenhassem ações para expandir o “milagre econômico”.

Sendo assim, Ernani Sátyro (e os outros 21 governadores) assumiu o mandato no dia 15 de março de 1971. Em seu discurso de posse proferido na Assembleia Legislativa, selava mais uma vez seu apoio aos militares dizendo: “Serei fiel à Revolução de 31 de março de 1964” (SÁTYRO, 1994, p. 26). Suas juras de fidelidade ao governo dos militares seriam a tônica de tantos outros discursos pronunciados entre 1971 e 1975. Quando pensamos na trajetória percorrida por Ernani Sátyro entre 1961 e 1970 podemos perceber como ele foi um parlamentar que ascendeu politicamente a partir das posturas, ações e discursos alinhados aos militares que tomaram o poder. No dia 15 de março de 1971, Ernani subiu ao degrau mais alto que pôde chegar em sua vida política graças ao vínculo orgânico que produziu sistemática e historicamente a partir de diferentes situações com os militares.

Dali em diante, estava aberto oficialmente o mandato de governo de Ernani Sátyro que buscaremos analisar nos capítulos seguintes. Vale lembrar que nos próximos capítulos iremos investigar a atuação política de Ernani Sátyro sob as bases da “segurança e desenvolvimento” que eram as linhas-mestras da política empreendida nos “anos de chumbo” e do “milagre econômico”. Portanto, daremos ênfase, por um lado, à engrenagem política arquitetada pelos militares e governadores como forma de coibir as práticas dos movimentos de oposição que expandiram suas práticas de luta ao decorrer da primeira metade da década de 1970; e como tal política de repressão teve marcas singulares na Paraíba. Por outro lado, analisaremos as condições e os limites atrelados ao chamado “milagre econômico”, tentando encontrar pontos de aproximação e distanciamentos em relação à política econômica que foi desenvolvida durante o governo de Ernani Sátyro.

Capítulo 2

**ERNANI SÁTYRO NA SOMBRA DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL:
AS BASES DA REPRESSÃO NA PARAÍBA (1971-1975)**

2. ERNANI SÁTYRO NA SOMBRA DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL: AS BASES DA REPRESSÃO NA PARAÍBA (1971-1975)

Como vimos, Ernani Sátyro havia chegado ao governo do estado da Paraíba pelas mãos do general-presidente Médici e pela intervenção da Ditadura Militar. Uma escolha que não foi realizada à toa, pois era a escolha por um político que já tinha dado várias demonstrações de apoio, proximidade e vínculos consolidados ao regime estabelecido pelos militares. No longo percurso do primeiro capítulo vimos como Ernani Sátyro havia se aliado e atuou em conjunto às forças conservadoras que manobram para derrubar Jango da presidência. Foram discursos, votações, alianças, ações e posicionamentos ideológicos que se atrelaram à contrapropaganda para desestabilizar o então presidente trabalhista. Consumado o golpe, a proximidade do deputado paraibano ao núcleo militar se tornou cada vez mais crescente: ocupou a presidência do Bloco Parlamentar Revolucionário, exerceu a liderança da ARENA e do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados e ocupou o cargo de ministro no Superior Tribunal Militar.

Por isso, quando Médici bateu o martelo na decisão de escolher o governador da Paraíba, escolheu o político que havia se estabelecido como um aliado fiel ao regime, um aliado de primeira hora e que permaneceu irrestritamente vinculado aos militares. Nesse sentido, quando Ernani Sátyro subiu as escadas do Palácio da Redenção como governador foi devido ao histórico de apoio que exerceu como deputado e ministro entre 1964 e 1968-9.

Assinalados estes aspectos que fazem parte da interpretação crítica que se pode fazer a respeito da escolha por Ernani Sátyro, passaremos a analisar neste capítulo a atuação do nosso personagem enquanto governador. Partiremos da seguinte problemática: de que maneira a política do governo Ernani Sátyro foi desenvolvida nos moldes dos “anos de chumbo”? Ou seja, quais as marcas dos “anos de chumbo” no exercício do mandato de governo de Ernani Sátyro?

Para isso, subdividimos o capítulo em quatro partes: na primeira, analisaremos como se estruturou a formação do quadro de governadores (p.92-93) escolhidos em 1970, para compreender como o mandato de Sátyro se insere no contexto de acirramento das forças repressivas, representando uma guinada tanto do ponto de vista local como nacional. Na segunda parte, problematizaremos a relação de Ernani Sátyro com a Doutrina de Segurança Nacional, sendo esta, uma base ideológica no fomento das políticas desenvolvidas na Paraíba. Na terceira parte abordaremos os casos de perseguição e

repressão cometidos pelas forças de segurança que atuavam na Paraíba durante o mandato de Ernani Sátyro; analisando as correspondências históricas e conjunturais que apontam como a violência política apresenta características que se aproximam do contexto nacional, mas também possui marcas próprias e particulares ao estado. Na quarta parte, questionaremos o papel aparentemente contraditório dos jornais: ora como difusores de notícias que abordavam as “descobertas” e o “desbaratamento” dos opositores ao governo; mas também, que silenciavam os casos que ocorriam na Paraíba.

As fontes que subsidiaram a formação deste capítulo são: o relatório-livro do *Brasil: Nunca Mais*, que compõe uma “radiografia da repressão política”, analisando as bases de formação do aparelho repressivo do Estado ditatorial. O relatório final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba que apresenta os elementos correspondentes às violações de direitos humanos cometidos no estado durante a Ditadura. Além dos casos apresentados no relatório da Comissão, também trataremos da documentação dos anistiados políticos da Paraíba. A conjunção desses três aportes heurísticos possibilitam situar como a Paraíba estava inserida no contexto dos “anos de chumbo”. Para compreender o papel exercido por Ernani Sátyro como componente deste processo utilizaremos o jornal *A União* que traz reportagens, matérias e crônicas relacionadas ao governo como instrumento de força e coerção.

2.1 - DOS GOVERNADORES DE CHUMBO À EXPANSÃO DA REPRESSÃO

Como vimos no capítulo anterior, a escolha dos governadores e vice-governadores fez parte de uma política centralizadora que compunha o crescente distanciamento da população nas decisões políticas. No entanto, além de representar o distanciamento civil na participação política, analisaremos o quadro apresentado no capítulo 1 (páginas 92-93) para compreender como essas escolhas foram projetadas para expandir a política de repressão que estava em curso na primeira metade da década de 1970. Para isso, rastreamos os governadores selecionados, problematizando o histórico de formação política pertinente a cada um, a atuação pré e pós-golpe de 1964 e encontrar os pontos de aproximação, as características em comum e situar o arcabouço político formado pelos governadores de chumbo.

Em Alagoas, Afrânio Salgado Lages⁵⁰ - Formado em Direito, foi professor da Faculdade de Direito de Alagoas. Participou do movimento de orientação fascista da Ação Integralista Brasileiro (AIB) desde 1935. Também desempenhou funções “técnicas” no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, presidiu a Caixa Econômica Federal de Alagoas, participou do Tribunal de Contas da União, do conselho da SUDENE, do conselho do Banco Nacional do Nordeste e da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas . A partir de 1954, vinculou-se à UDN. No Piauí, o governador escolhido foi Alberto Tavares Silva⁵¹, que era descendente de políticos atuantes na região norte do Piauí. Além disso, era formado em engenharia civil, e atuou como eletricitista e mecânico. Era da UDN desde 1947 e com o AI-2 e o ato de instauração do bipartidarismo vinculou-se à ARENA.

Na Bahia, Antônio Carlos Magalhães⁵² era formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia e entrou para a vida política em 1954 como deputado federal pela UDN. Foi um dos deputados mais combativos na oposição ao governo Jango, chegando a escrever um livro chamado “Não era fácil ser revolucionário”. Participou ativamente do golpe de 1964 e apoiou a quartelada e as manobras políticas inconstitucionais que derrubaram Jango. Após o AI-2 e a criação da ARENA, tornou-se o primeiro presidente da ARENA do estado da Bahia. Em 1967 foi escolhido para ser prefeito de Salvador.

No estado do Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhardt⁵³ possuía graduação em Engenharia Civil, foi integrante do Departamento de Estradas e Rodagens do Espírito Santo; Secretário de Planejamento de Viação de Obras Públicas; em seguida, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo e chefiou a Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento. No Ceará, César Cals de Oliveira Filho⁵⁴ era militar e possuía formação em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Trabalhou no departamento de engenharia da SUDENE, presidiu a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza e também foi

⁵⁰ Afrânio Salgado Lages. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afranio-salgado-lajes> > Acesso: 8 maio 2019.

⁵¹ Alberto Tavares Silva, disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva> > Acesso em 8 maio 2019.

⁵² Antônio Carlos Magalhães. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes> > Acesso em 8 maio 2019.

⁵³ Arthur Carlos Gerhardt. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-carlos-gerhardt-santos> > Acesso em 8 maio 2019.

⁵⁴ Cesar Cals de Oliveira. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho> > Acesso em 8 maio 2019.

presidente da Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança. Após o golpe, chegou à patente de tenente-coronel e foi designado como conselheiro administrativo da Eletrobras.

Em Santa Catarina, Colombo Machado Sales⁵⁵ também foi do ramo da Engenharia Civil e formou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Ocupou diversos cargos técnicos na área das construções: foi engenheiro do Ministério da Viação e Obras Públicas (1951), secretário do governo do Distrito Federal (1964). Após o golpe, foi designado como presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal (1966), assumiu o cargo de professor-colaborador da Universidade de Brasília, ocupou o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional dos Portos e Vias Navegáveis, além de ter sido membro do Conselho Nacional dos Transportes e do conselho da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO).

No estado de Pernambuco, o governador escolhido foi Eraldo Gueiros Leite⁵⁶, que era Formado em Direito e começou a trabalhar como promotor da Justiça Militar em 1937. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi convidado pelo general Eurico Gaspar Dutra para servir no Conselho da Justiça Militar sediado em Fernando de Noronha. Em 1947, foi admitido ao STM. Após o golpe de 1964, à convite do general-presidente Castelo Branco, foi para o Rio de Janeiro assumir a Procuradoria Geral da Justiça Militar. No governo de Costa e Silva, retornou ao STM devido à intervenção do general-presidente.

Para o estado do Rio Grande do Sul, foi escolhido Euclides Triches⁵⁷, que pertenceu às Forças Armadas desde 1941. Foi diplomado como Engenheiro Metalúrgico pela Escola Técnica do Exército. Atuou na política a partir de 1951 como prefeito de Caxias do Sul através da legenda entre UDN e PSD. Em 1962 era vinculado à ADP e conseguiu ser eleito como deputado federal. Apoiou o golpe de 1964 como líder do PDC na Câmara dos Deputados. Com a extinção dos partidos e a criação do bipartidarismo vinculou-se à ARENA e foi vice-líder do partido e do governo na Câmara dos Deputados.

No Pará, Fernando José de Leão Guilhon⁵⁸ foi o selecionado. Com formação acadêmica em engenharia, atuou como diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Pará entre 1964 e 1966, época em que o estado era governado por Jarbas Passarinho.

⁵⁵ Colombo Machado Sales. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/colombo-machado-sales> > Acesso em 9 maio 2019.

⁵⁶ Eraldo Gueiros Leite. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-gueiros-leite> > Acesso em 9 maio 2019.

⁵⁷ Euclides Triches. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/triches-euclides> > Acesso em 9 maio 2019.

⁵⁸ Fernando José de Leão Guilhon. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Jos%C3%A9_Le%C3%A3o_Guilhon > acesso em 9 maio 2019.

Em seguida, foi designado diretor-presidente da Companhia de Docas do Pará entre 1966 e 1970. Francisco Vanderlei Dantas⁵⁹, o escolhido para governar o Acre, era formado em Filosofia, Ciências, Letras, História e Geografia. Foi professor e atuou como técnico no Ministério da Educação. Foi diretor-geral do Departamento Nacional de Educação e participou do Plano Nacional para Erradicação do Analfabetismo. Na década de 1960 vinculou-se ao PSD e atuou como deputado federal entre 1962 e 1968.

Para o estado do Paraná, Haroldo Leon Perez⁶⁰ foi o selecionado. Possuía formação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Em 1958, foi eleito deputado estadual pela UDN. Feito que também repetiu em 1962. Apoiou o golpe de 1964 e após o AI-2 e o bipartidarismo integrou-se à ARENA. Em 1966 foi eleito deputado federal e no ano seguinte tornou-se vice-líder da ARENA na Câmara dos Deputados. Nos anos de 1967 e 1968 foi um dos principais defensores das políticas impostas pelos militares. Formou junto com Ernani Sátyro uma das principais bases de apoio para o governo. Foi um dos defensores para a aprovação da cassação do mandato do deputado federal Márcio Moreira Alves. Assumiu o governo do Paraná em 1970 afirmando “A Revolução que chega ao Paraná” para “agir com mão de ferro contra a corrupção e a subversão”. No entanto, em 1971 foi pego em casos de corrupção com empreiteiras e renunciou ao cargo de governador.

João Valter Andrade⁶¹, responsável pela chefia estadual do Amazonas, era militar e engenheiro das Forças Armadas e havia participado da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Entre 1961 e 1962 elaborou o Plano Geral de Obras do Exército. Após o golpe de 1964 chegou ao cargo de coronel. Em 1967 foi designado para ser o superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em Mato Grosso, o governador José Manuel Fontanillas Fragelli⁶² era formado em Direito e foi promotor de justiça em Campo Grande. Em 1947, foi eleito deputado federal pela UDN. Em 1964 foi um dos fundadores da Ação Democrática de Mato Grosso, que foi criado para estabelecer ações de oposição ao governo de João Goulart. Manteve-se no cargo de deputado federal após 1964 e integrou-se a ARENA.

⁵⁹ Francisco Vanderlei Dantas. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/francisco-vanderlei-dantas> >. Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁰ Haroldo Leon Perez. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/peres-haroldo-leon> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶¹ João Valter Andrade. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-valter-de-andrade> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶² José Manuel Fontanillas Fragelli. Disponível em: < <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-manuel-fontanillas-fragelli> > Acesso em 10 maio 2019.

No Rio Grande do Norte, José Cortez Pereira de Araújo⁶³ era filho da elite rural da região de Currais Novos, formado em Filosofia, Teologia e Desenvolvimento Rural. Filiou-se à UDN em 1950. Foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e diretor do Banco do Nordeste e membro do conselho da SUDENE. Seu mandato como governador foi marcado por casos de corrupção, superfaturamento em obras e apadrinhamentos em cargos públicos e assassinato de opositores.

Em São Paulo, Laudo Natel⁶⁴ foi o escolhido para o executivo estadual. Com Formação em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou no Banco Noroeste, Banco Bradesco e dirigiu a Associação Comercial de São Paulo. Foi presidente do Sindicato dos Bancos de São Paulo e foi da Comissão Bancária do Conselho Monetário Nacional. Elegeu-se vice-governador de São Paulo com mais de 1 milhão de votos e compôs ao lado de Adhemar de Barros uma das principais oposições ao presidente Jango. Com o desgaste da relação entre Adhemar de Barros e os militares que culminou na cassação do mandato do governador, Laudo Natel assumiu o cargo de chefe do executivo. Nomeou o general Figueiredo como responsável da pasta de segurança e Antônio Delfim Netto como secretário de economia. Ao terminar o mandato, voltou a integrar a administração do Bradesco. Em 1970, através da intervenção de Delfim Netto (que já era Ministro da Economia) junto à Médici, foi escolhido como governador de São Paulo.

Leonino di Ramos Caiado⁶⁵ foi selecionado para ser o governador de Goiás. Em sua trajetória, atuou inicialmente como engenheiro-chefe do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. A partir de 1965, esteve à frente do Plano de Obras de Desenvolvimento de Goiás como superintendente. Entre 1969 e 1970 foi prefeito de Goiás. No estado de Sergipe, Paulo Barreto⁶⁶ foi o nome da vez. Com formação em Engenharia pela Escola Politécnica de Sergipe, teve uma carreira profissional onde desempenhou cargos no Departamento de Estradas e Rodagens, também foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, integrante do conselho da Superintendência de Obras Públicas de Sergipe e componente do conselho deliberativo da SUDENE.

⁶³ José Cortez Pereira. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-cortez-pereira-de-araujo> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁴ Laudo Natel. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁵ Leonino Caiado. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonino-di-ramos-caiado> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁶ Paulo Barreto. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/paulo-barreto-de-meneses> > Acesso em 10 maio 2019.

No Maranhão, Pedro Neiva Santana⁶⁷ era formado em Medicina e foi prefeito de São Luís durante o Estado Novo (1937-1945). Participou da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e diretor da Faculdade de Ciências Médicas e reitor da Fundação Universidade do Maranhão. Foi secretário da fazenda do Maranhão durante o governo de José Sarney entre 1966 e 1970. Em Minas Gerais, a chefia do executivo estadual ficou com Rondon Pacheco⁶⁸. Formado em Direito, entrou para a vida pública como opositor ao governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Em 1945, passou a integrar os quadros da UDN. De 1945 a 1967 atuou como deputado estadual e depois federal. Foi um dos mais proeminentes colaboradores e apoiadores do golpe de 1964. Integrou o Bloco Parlamentar Revolucionário que visava apoiar os militares. Participou da fundação da ARENA, sendo secretário-geral e depois vice-líder do partido. Foi escolhido para ser chefe do Gabinete Civil do general presidente Costa e Silva. Em 1970, recebeu de Médici a missão de viajar para os estados e definir junto aos diretórios estaduais da ARENA, a lista tríplice que serviria como base na escolha dos governadores.

No Rio de Janeiro, Raimundo Padilha⁶⁹ foi o político escolhido. Em 1932, participou da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), formada por Plínio Salgado com o objetivo de divulgar a literatura, as obras e as ideias de autores fascistas. Em 1933, engajou-se na Ação Integralista Brasileira (AIB). Participou das conspirações que tentaram derrubar o Estado Novo de Vargas. Foi descoberto pelas forças do governo e foi preso. Chegou a se envolver com núcleos de espionagem nazista no Brasil. A partir de 1945 juntou-se a remanescentes da AIB para ingressar no Partido de Representação Popular (PRP). No entanto, a partir de 1954 participou das eleições pela UDN. Contrapôs-se à vitória de Juscelino Kubitschek alegando fraude. Atuou na movimentação que visava impedir a posse de JK. Eleito como deputado federal em 1958 e 1962, foi um dos parlamentares mais ativos na deflagração do desgaste ao governo de Jango. Apoiou irrestritamente o golpe de 1964, filiou-se à ARENA e foi um dos defensores da Constituição de 1967.

⁶⁷ Pedro Neiva Santana. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pedro-neiva-de-santana> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁸ Rondon Pacheco. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-rondon> > Acesso em 10 maio 2019.

⁶⁹ Raimundo Padilha. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha> > Acesso em 10 maio 2019.

No estado da Guanabara, houve uma “exceção” com a escolha de Chagas Freitas⁷⁰ por ter sido o único governador escolhido em 1970 que era do MDB. Formado em Direito, ingressou na vida política entre 1937-1938 compondo um grupo com Carlos Lacerda para se contrapor à vigência do Estado Novo. Por ser de família abastada, através de apadrinhamento, teve a possibilidade de ser designado para a Polícia Militar do Distrito Federal, onde conheceu os generais Odílio Denys e Orlando Geisel. A partir de 1945, por influência de Adhemar de Barros, ingressou na UDN. No ano seguinte, teve uma rápida passagem pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, migrou para o Partido Social Progressista (PSP) que era comandado por Adhemar. Com este formou uma sociedade e adquiriu os jornais cariocas “A Notícia” e “O Dia”. Utilizou o espaço dos jornais como propulsores para se lançar à vida política e foi eleito deputado federal em 1954, 1958 e 1962. Chagas Freitas havia conseguido uma ampla projeção devido ao alcance que seus jornais possuíam nas camadas populares. Por esta popularidade política, chegou a ser presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas. Na crise sucessória entre Jânio e Jango, Chagas Freitas foi um dos articuladores para elaboração e aprovação da emenda parlamentarista. Entre 1963 e 1964, redirecionou a linha editorial dos jornais para atacar Jango e posteriormente, simpatizar apoio à “revolução” e ao governo militar. Com o AI-2 e a implementação do bipartidarismo, vinculou-se ao MDB e conseguiu uma expressiva vitória em 1966. Após o AI-5, em 1968, e a cassação de mandatos, Chagas Freitas conseguiu estabelecer um programa de novas filiações ao MDB e com isso, passou a controlar grande parte dos Diretórios Municipais do estado da Guanabara. Durante sua atuação como deputado federal, manteve uma posição fisiológica de não se opor às políticas outorgadas pelos militares. Com isso, conseguiu ter trânsito entre os militares e controlar uma ampla base estadual do partido. Em 1970, durante a escolha dos governadores, seu nome era o mais proeminente dentro estado e o general Orlando Geisel, general Adalberto Pereira dos Santos (Comandante do I Exército) e o governador Francisco Negrão, cancelaram a escolha de seu nome junto a Médici.

Ao retomar os aspectos da biografia política dos governadores escolhidos em 1970, é possível captar as características gerais que formularam o molde repressivo forjado pelo estado de exceção que estava em curso. É preciso reiterar que a escolha dos governadores

⁷⁰ A descrição de Chagas Freitas foi feita com mais detalhes, pois ele foi o único governador escolhido em 1970 que era pertencente ao MDB. Isto ocorreu porque a parte majoritária da Assembleia Legislativa da Guanabara era composta por deputados emedebistas. Mas também, porque Chagas Freitas, apesar de ser do MDB, não tinha tantos distanciamentos em relação aos governadores arenistas. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas> > acesso em 11 maio 2019.

que atuaram entre 1971 e 1975 era um momento chave na conjuntura política de expansão do cerceamento de direitos sociais e individuais, com cassações, perda de mandatos, torturas, exílio, perseguições, luta armada, etc, uma vez que seriam os governadores, os responsáveis por conduzir e expressar a ideologia e as ações do “núcleo duro” que estava no poder. Por isso que a escolha dos 22 governadores representava a seleção de perfis que estivessem alinhados ao projeto dominante.

A colunista social Graziela Emerenciano, do *Diário da Borborema*, uma das responsáveis em noticiar a escolha dos governadores, trouxe uma divisão baseada em perfis “políticos” e “técnicos”. Na reportagem, ela descreveu: “Dos 22 governadores escolhidos, 9 não tem militância política e são rotulados como técnicos, os 13 restantes foram recrutados na esfera política” (*Diário da Borborema*, 9 jul. 1970). No entanto, apesar de ser uma classificação plausível e ser um importante ponto de partida para a análise dos governadores; por outro lado, tem algumas limitações, por exemplo: Laudo Natel (São Paulo) foi colocado no grupo dos “políticos” por ter sido vice e posteriormente governador de São Paulo, todavia, quando acompanhamos a biografia política de Laudo Natel vimos uma significativa atuação “técnica” como banqueiro do Bradesco, do Banco Noroeste e do Conselho Monetário Nacional. Outro exemplo é Afrânio Lages (Alagoas), que também está agrupado no time dos “políticos”. Em contrapartida, vimos que ele ocupou cargos “técnicos” no TCE e na Caixa Econômica Federal de Alagoas. O mesmo acontece em outros casos como José Cortez (Rio Grande do Norte), Alberto Tavares (Piauí) e Francisco Vanderlei (Acre).

Portanto, a nossa leitura de análise extrapola esses marcos - mesmo não deixando de reconhecer a sua importância, e que retomaremos essas definições quando necessário. Assim, para além da classificação entre “políticos” e “técnicos” também seja preciso refletir: qual a condição social de classe que esses sujeitos pertenciam? Quais os traços em comum na trajetória política? Quais as expressões ideológicas sustentavam? E se falamos em “técnicos”, qual o perfil predominante dos “técnicos” escolhidos?

Começamos pela primeira pergunta: qual a condição social de classe a que esses sujeitos políticos pertenciam? Encontramos membros de oligarquias (Ernani Sátyro, Francisco Vanderlei, Alberto Silva), latifundiários (Antônio Carlos Magalhães, José Cortez Pereira), jornalistas (Chagas Freitas), banqueiros (Laudo Natel, Afrânio Lages), juristas (José Fragelli, Eraldo Gueiros, Haroldo Perez, Rondon Pacheco) engenheiros (Leonino Caiado, Colombo Machado, Arthur Gerhardt, Paulo Barreto, Fernando Guilhon) e militares de alta patente (João Valter Andrade, Euclides Triches, César Cals). Em nossa

interpretação, este aspecto é fundamental para compreender parte da dinâmica política estabelecida pelos militares desde 1964. Quando a “revolução” venceu e se impôs enquanto expressão de um projeto econômico e social vinculado às frações dominantes, a sequência dos fatos políticos demonstra que, além do alijamento popular das decisões, houve a exclusão sistemática de congressistas, nas mais diversas instâncias, que não se enquadravam no arcabouço hegemônico. Isto é, as perseguições, as cassações e a perda de direitos políticos eram impetrados à parlamentares que divergiam do projeto de classe imposto a partir de 1964.

Na outra ponta deste processo de alijamento popular e de exclusão de congressistas situados fora do esquadro hegemônico, encontramos os políticos que, por sua condição sócio-econômica e ideológica, contribuíram, permaneceram e cresceram no jogo político controlado pela ditadura. É nesta segunda ponta que estão situados os governadores de chumbo. Todos, sem exceção, entraram na vida pública devido à posição de classe dominante que possuíam, uma vez que utilizaram do poder econômico como instrumento para ascensão política. Este aspecto seria determinante para a continuidade da atuação pública após o golpe e, mais ainda, havia se tornado elemento indispensável para seguir nas regras impostas pela ditadura. Portanto, a manutenção do projeto do projeto político ditatorial se entrelaça intimamente com a manutenção do projeto de classe enquanto dominante e dirigente.

A segunda pergunta versa sobre quais as passagens que compuseram as trajetórias políticas dos governadores escolhidos em 1970? Ao analisar a historicidade das trajetórias encontramos um conjunto de aproximações que demarcam pontos de convergência. O primeiro aspecto a considerar é que o lastro político está vinculado com a condição sócio-econômica, isto é, a formação desses sujeitos na vida pública a partir de experiências, momentos e conjunturas foi modulado pela percepção social de classe a que pertenciam. Nesse sentido, encontramos sujeitos que já haviam percorrido um longo caminho na política associados à plataforma conservadora e elitista. Por exemplo, dos 22 governadores escolhidos, 9 pertenciam ao extinto partido da UDN. Partido que era constituído por integrantes de estratos da elite burguesa e latifundiária, que assentava-se em uma base ideológica do liberalismo econômico e do conservadorismo moral, que firmou os primeiros vínculos mais orgânicos com os agentes do capital multinacional e associado e que historicamente atuou contra o populismo (tanto contra Getúlio Vargas, como Juscelino Kubitschek e João Goulart).

Por isso, não é à toa encontrarmos políticos como Raimundo Padilha que era vinculado ao grupo de orientação fascista da AIB e havia participado da oposição ao governo de Getúlio Vargas e chegou tramar movimentações conspiratórias para derrubar o Estado Novo, tendo se envolvido também no caso em que houve a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitscheck; como Afrânio Lages que também foi aderente à AIB e promoveu a difusão do ideário e da literatura fascista no Brasil; Antônio Carlos Magalhães que foi um dos mais proeminentes parlamentares que atuaram na desestabilização de Jango; José Fragelli um dos criadores da Ação Democrática de Mato Grosso, uma instituição criada para expandir a contra-propaganda ao governo João Goulart; assim como os demais: Haroldo Perez Leon, Alberto Tavares Silva, José Cortez Pereira, Rondon Pacheco e o próprio Ernani Sátiro eram parlamentares que projetaram suas candidaturas, mandatos e atuação política vinculados à estrutura ideológica conservadora (na moral e nos costumes) e liberal (na economia) que foi operacionalizada para derrubar Jango.

Na história da carreira do político paraibano constam momentos de sistemática oposição aos governos populistas (exceto Jânio Quadros que era do Partido Trabalhista Nacional – PTN – que era apoiado pela UDN). Ernani Sátiro fazia parte da ala udenista chamada “Banda de Música”, composta por políticos que exerciam acirrada contrariedade ao segundo governo de Getúlio Vargas, sobretudo, no contexto de criação da Petrobrás. Esta mesma ala permaneceu ativa na sequência dos governos de Juscelino Kubitscheck e João Goulart⁷¹.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que apesar desses políticos udenistas terem uma vivência política marcada por vários mandatos consecutivos e um histórico de associação às forças conservadoras, esta análise também se estende para os demais políticos que não eram da UDN, por exemplo: Laudo Natel (Partido Republicano - PR), Euclides Triches (Partido Democracia Cristã - PDC), Francisco Wanderley Dantas (PSD) e Chagas Freitas (PSP); uma vez que estes sujeitos também participaram ativamente na deflagração da campanha anti-janguista que culminou com a deposição do presidente trabalhista. Com destaques para Laudo Natel que na década de 1960 era vice-governador do estado de São Paulo e em conjunto com o governador Adhemar de Barros formaram um dos fronts de contundente oposição ao governo Jango; e Chagas Freitas que utilizou os espaços jornalísticos que controlava (“O Dia” e “A Notícia”) para promover a campanha

⁷¹ Ernani Sátiro. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro> > Acesso em 15 maio 2019.

ideológica contra o presidente João Goulart e apoiar a instauração do golpe e do governo militar.

Ao recuperar tais passagens políticas encontramos um fio condutor que interliga esses sujeitos, isto é, há um elo de interesses e uma determinada formatação ideológica construídas tanto pelas condições sociais de classe que pertencem, bem como pelas experiências históricas que propiciaram a associação em torno de um projeto modernizante-conservador que orquestrou as forças conservadoras em direção à desestabilização e derrubada do governo democrático e populista de Jango em 1964.

Por isso, chegamos ao terceiro ponto: quais os vínculos que esses políticos estabeleceram no pós-1964? Trata-se, portanto, de questionar o elo de aproximação orgânica criada a partir de novas condições. Como esses sujeitos permaneceram ativos em um cenário político que se apresentava adverso para as forças sociais subalternas que se encontravam perseguidas, cassadas e alijadas da vida pública?

Como já apontamos anteriormente, os indivíduos que formariam futuramente o grupo dos governadores de chumbo, estavam no outro pólo do processo já que havia sido eles próprios que participaram ativamente na desagregação e queda do populismo janguista. Por exemplo, conforme problematizado no primeiro capítulo, Ernani Sátyro subiu ao parlatório da Câmara dos Deputados para fazer um inflamado discurso chamado “A Revolução de 31 de março e a Constituição” em que atacava Jango, os movimentos sociais, a “subversão” e a “comunização” da sociedade brasileira, que traduzido de outra forma era o próprio Ernani Sátyro abraçando o golpe em curso.

E essa situação de aproximação orgânica com as forças modernizantes-conservadoras não ficou apenas retida no episódio de março de 1964; pelo contrário, se desdobrou em novas formas e em novos momentos em que os políticos que estamos discutindo passaram a fazer parte da própria estrutura repressiva arquitetada pelos militares.

Tomemos como exemplo novamente Laudo Natel: enquanto vice-governador de São Paulo e que havia atuado junto com Adhemar de Barros para derrubar Jango em 1964, no ano seguinte, tentou concorrer ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo. Sua candidatura foi apoiada pelo então ministro da guerra Arthur da Costa e Silva. No entanto, não venceu o pleito ficando em segundo lugar. Quando Adhemar de Barros foi cassado em 1966 e Laudo Natel assumiu o governo do estado nomeou o general Augusto Fragoso como secretário de segurança pública, o coronel João Baptista Figueiredo para o comando da Polícia Militar e Delfim Netto como secretário da fazenda. Ou seja, no curto governo

entre 1966 e 1967 exerceu o mandato alinhado às diretrizes políticas e econômicas lançadas pela ditadura.

Antônio Carlos Magalhães esteve envolvido junto à políticos como Pedro Aleixo, Paulo Saraste e Juraci Magalhães na articulação para criação da ARENA. Por isso, foi o primeiro presidente da ARENA do estado da Bahia. Em 1966 participou da reunião com o general-presidente Castelo Branco, o ministro da justiça Carlos Medeiros Silva, o ministro da marinha almirante Augusto Rademaker, o ministro da guerra general Ademar de Queirós e o general Osvaldo Cordeiro de Farias que decretou o Ato Complementar nº 27 que determinou o fechamento do Congresso Nacional devido a recusa do deputado Aduino Lúcio Cardoso na ordem de cassação de seis deputados.

Haroldo Leon Peres a partir de janeiro de 1967 foi escolhido como vice-líder da ARENA na Câmara dos Deputados, traçando junto com Ernani Sátyro (que era líder do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados) estratégias para tentar buscar legitimidade legislativa para as matérias que eram outorgadas pelos militares. Rondon Pacheco também foi um dos aliados de primeira hora das manobras de exceção promovida pelos militares: integrou o Bloco Parlamentar Revolucionário, participou da fundação da ARENA, foi secretário-geral e vice-líder da ARENA, assumiu a chefia do gabinete civil do general-presidente Costa e Silva,

Eraldo Leite Gueiros, futuro governador de Pernambuco, logo após o golpe, foi nomeado para assumir a Procuradoria Geral da Justiça Militar à convite de Castelo Branco. No governo seguinte de Costa e Silva, foi nomeado ministro do STM. Raimundo Padilha que viria assumir o governo do Rio de Janeiro, atuou enquanto parlamentar em defesa dos projetos de interesse da cúpula militar, aprovados pela Câmara dos Deputados. Por isso, participou da comissão que compôs a Constituição de 1967, esteve presente na elaboração de leis como a Reforma Bancária, a criação do Banco Central e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse sentido, é possível perceber que: se em 1964, a confluência desses personagens em torno do projeto modernizante e conservador foi o elo de ligação para participar e atuar na deposição do presidente Jango; por outro lado, o fio condutor do autoritarismo era o elo que unia tais sujeitos que passaram a fazer parte da própria estrutura de poder composta pelos militares. Na outra ponta do processo: perseguição, exílios, mortes, torturas, represálias, cassações, perda de direitos políticos, etc; estavam os políticos que haviam apoiado o golpe e que a partir de 1964 passariam a fazer parte do próprio governo agindo sob a tutela e o controle estabelecido pelos militares.

Vale ressaltar também que muitos dos políticos que apoiaram o golpe de 1964, motivados por diversos interesses, também ficaram pelo caminho e caíram fora do barco como: Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Pedro Gondim, entre outros. No entanto, tal saída era decorrente da percepção de que o governo estabelecido pelos militares não se tratava de uma suposta “intervenção temporária” que tão logo “devolveria os poderes” democráticos. A consumação do golpe e a formação de um governo amparado na autocracia das elites constituiu-se como um momento-chave na deflagração de um projeto de poder movido pelas classes dominantes que atuavam em conjunto no novo ordenamento capitalista que seria implementado. Por isso, para aqueles que em determinada medida, se opunham ao curso da dominação, ou não se enquadravam na dinâmica política, poderiam ser tragados pela nova composição política que passou a ser dominante e autoritária.

Em suma: os políticos que compuseram o quadro dos escolhidos por Médici haviam permanecido inseridos no radar, na estrutura, no apoio e eram partes integrantes do governo. Em maior ou menor grau, não apenas continuaram na atividade parlamentar, mas passaram a ocupar cargos centrais de confiança, de articulação e de decisão que exprimiam a restrita parcela que continuou íntima e organicamente vinculada com o epicentro autoritário controlado pelos militares.

Por último, deixamos para concluir esta parte fazendo uma breve análise a respeito da presença dos “técnicos” na lista dos nomes chancelados pelo general-presidente Emílio G. Médici. Ou seja, cabe-nos perguntar: por quais motivos, interesses ou objetivos estaria por trás da escolha de sujeitos que não possuíam vivência política - em termos de vida pública, ou atuação enquanto parlamentares - mas apresentavam como característica e histórico o desempenho de funções técnicas? Qual o perfil dos “técnicos” que foram escolhidos para assumir o cargo de chefe do executivo? Como isso se traduzia na dinâmica dos “anos de chumbo” e no “milagre econômico”?

Em nossa interpretação, aqueles que são considerados de perfil “técnico”⁷² são: João Valter Andrade (Amazonas), Fernando Guilhaon (Pará), César Cals de Oliveira (Ceará), Paulo Barreto (Sergipe), Arthur Carlos Gerhardt (Espírito Santo), Colombo Machado (Santa Catarina), Leonino Caiado (Goiás) e Pedro Neiva Santana (Maranhão).

⁷² Como dissemos anteriormente, essa definição que separa os escolhidos para assumir os estados em 1970, entre “políticos” e “técnicos” foi elaborada pela colunista Graziela Emerenciano, do Diário da Borborema. Apesar da separação conter problemas, por desconsiderar que alguns “políticos” também já tinham exercido funções técnicas; no entanto, consideramos tal separação útil por possibilitar problematizar qual o perfil “técnico” foi escolhido pelo general-presidente Médici.

Nesse sentido, retomaremos alguns aspectos já apresentados dessas trajetórias e ampliaremos com outros elementos para refletir sobre os pontos de aproximação que indicam as possíveis razões que levaram esses “técnicos” a serem escolhidos para governar entre 1971 e 1975.

Começando por João Valter de Andrade (Amazonas), que foi formado em engenharia civil pela Escola Militar. Entre 1961 e 1962 assumiu o Plano Geral de Obras do Exército e após o golpe, chegou à patente de coronel e foi designado como Superintendente da SUDAM em 1967. Trabalhou nos batalhões especializados em construção de rodovias, chefiou a Comissão de Obras do Grupamento de Elementos de Fronteira em Manaus e foi responsável pela implantação das primeiras colônias militares da Amazônia - Tabatinga e Clevelândia. Fernando José Guilhon (Pará) foi engenheiro civil, diretor do Departamento de Estradas e Rodagens-PA (1964-1966) e diretor presidente da Companhia de Docas do Pará (1966-1970).

César Cals (Ceará) foi militar do Exército e engenheiro civil, atuou na chefia do serviço de obras da 10ª Região Militar em Fortaleza (1952), foi diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí (1961), trabalhou no departamento de engenharia da SUDENE, presidiu a companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (1962 e 1963), além de ter sido presidente da Companhia Hidrelétrica Boa Esperança (1963) sendo o responsável pela construção da Usina Boa Esperança, foi conselheiro administrativo da Eletrobras e presidente das Centrais Elétricas do Maranhão 1967 - 1970. Trabalhou em projetos de usinas, redes de distribuição de energia e barragens. Paulo Barreto (Sergipe) foi engenheiro civil, dirigiu o Departamento de Estradas de Rodagens-SE, integrou o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, foi membro da Superintendência de Obras Públicas de Sergipe; participou da Superintendência de Agricultura e Produção; além de ser do conselho deliberativo da SUDENE.

Arthur Carlos Gerhardt (Espírito Santo) também engenheiro civil e atuou no Departamento de Estradas de Rodagens-ES (1962), foi secretário de Planejamento de Viação e Obras Públicas (1966); além de ter sido diretor presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (1967), atuou no Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo e foi diretor da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (1969).

Colombo Machado era engenheiro civil; desempenhou a função no Ministério da Viação e Obras Públicas no Departamento Nacional dos Portos, Rios e Canais (1951); assumiu a administração do Porto de Laguna; foi chefe do Distrito de Portos e Vias

Navegáveis em Santa Catarina (1959). Em 1964, tornou-se coordenador executivo da reestruturação administrativa do DF. Dois anos depois, foi nomeado para o conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), assumiu o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional dos Portos e Vias Navegáveis (1967); atuou ainda como chefe da Assessoria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes; membro efetivo do Conselho Nacional dos Transportes; conselheiro da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO). Foi presidente dos conselhos de administração da Companhia Brasileira de Dragagem e atuou na Terminais Salineiros do Nordeste (Termisa) (1969)]. Leonino Caiado (Goiás) tinha formação em engenharia civil e diretor chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); foi superintendente do Plano de Obras de Desenvolvimento de Goiás (1965). Também atuou como Secretário de Planejamento do estado de Goiás, fundou a Companhia de Habitação de Goiás.

Na esteira da descrição dos cargos que foram ocupados pelos escolhidos com perfil “técnico”, encontramos um ponto em comum: todos tinham formação acadêmica em engenharia - exceto Pedro Neiva Santana, do estado do Maranhão, que era médico. Visualizamos a atuação desses engenheiros em diversos ramos: estradas e rodovias, obras públicas, portos, transportes, usinas, barragens e eletrificação. Desempenharam funções em diversos órgãos públicos por um longo período, tendo alguns, atuado desde a década de 1940 na Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, 1960 e que mesmo após o golpe, permaneceram exercendo suas funções como engenheiro em autarquias e instituições públicas no desenvolvimento de importantes construções.

Isso sinaliza alguns elementos que não podem ser negligenciados, uma vez que a seleção por sujeitos com esse histórico e tipo de atuação profissional se insere no contexto marcado pela ambivalência combinada entre a expansão dos “anos de chumbo” e do “milagre econômico”. Repressão e crescimento econômico. “Segurança e Desenvolvimento”. Por isso, a explicação pela escolha de perfis “técnicos” está associada ao conjunto de interesses dos militares no desenvolvimento de projetos de obras e construções que além de atender demandas específicas da elite tecnocrata e militar, também exercia influência na continuidade do projeto de desenvolvimento capitalista implementado nesses anos de maximização das cifras de crescimento econômico que analisaremos de forma mais detida no próximo capítulo.

Deste modo, na manutenção do projeto de desenvolvimento capitalista e dominação burguesa era preciso incorporar sujeitos que tivessem uma formação técnica

específica para expandir o projeto político, econômico e social que estava sendo controlado pelos militares. Era preciso contar com profissionais que soubessem como atuar por dentro das engrenagens burocráticas do poder público a fim de criar zonas sensíveis de absorção no atendimento aos interesses e demandas de empresas privadas que eram selecionadas para a execução de grandes projetos e empreendimentos. Portanto, os engenheiros e técnicos operam no campo político, mas possuem uma posição estratégica na execução das obras do “milagre econômico”.

2.2 ERNANI SÁTYRO E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL COMO PLATAFORMA POLÍTICA

A partir deste ponto, podemos perceber como a estrutura de poder controlada pelos militares foi utilizada para definir os nomes que iriam conduzir a política nas instâncias estaduais. Por isso, a escolha dos governadores se insere no contexto de execução do projeto político dos “anos de chumbo”. Vimos que, para cada estado, os escolhidos tinham pontos de aproximação como: condições sócio-econômicas da elite burguesa; histórico associado às forças conservadoras e opositoras ao populismo; apoio ao golpe e aos militares que passaram a dar as cartas no jogo político e participação na condução de medidas coercitivas impetradas durante a ditadura.

Por isso que a descrição da parte anterior foi para buscar compreender como Ernani Sátyro estava inserido neste molde autoritário que foi utilizado como base para montagem dos governos estaduais, pois, visto através de uma película mais ampla foi possível captar como a escolha dos governadores constituiu-se por uma decisão arquitetada, planejada e projetada dentro de um conjunto de interesses da burguesia dominante que estava em vigência.

Nestes termos, Ernani Sátyro era inextricavelmente compatível com o arcabouço reacionário: era latifundiário ligado à oligarquia “sátyro” do sertão paraibano da região de Patos, teve uma vida política na UDN com uma atuação parlamentar marcada pelo conservadorismo e pela defesa dos interesses dominantes, se agregou ao projeto capitaneado pela elite em conjunto com os militares para derrubar Jango, a fim de reordenar o desenvolvimento do capitalismo e estabelecer uma dominação burguesa expressa pela autocracia e coerção. Sob essa nova estrutura, Ernani Sátyro manteve-se atuante na vida pública se acomodando e contribuindo para o enrijecimento político àqueles que eram considerados como adversários e inimigos.

Nesta parte do capítulo, passaremos a analisar como o governo de Ernani Sátiro se desenvolveu na Paraíba. Para esta análise, problematizaremos quais são as marcas do arcabouço autoritário dos “anos de chumbo” através do governo Ernani Sátiro. Portanto, retomaremos passagens políticas através de discursos e reportagens de jornais que apontam para a reprodução e execução do ideário da Doutrina de Segurança Nacional como elemento central na formação do governo de Sátiro.

Quando Ernani Sátiro subiu as escadas do Palácio da Redenção como primeiro governador “biônico” da Paraíba, representava não apenas a estrutura repressiva arquitetada pelo projeto político dos “anos de chumbo”; implicava também refletir: em que medida seu governo manteria ou diferiria dos governadores antecessores, Pedro Gondim e João Agripino, no sentido de lidar com as forças sociais que se opunham à “revolução”? Este questionamento levanta situações importantes, na medida em que problematiza os momentos de constituição do autoritarismo como instrumento central da atuação política governamental.

Pedro Moreno Gondim foi governador da Paraíba entre 1958 e 1965. Assumiu em 1958 devido ao afastamento do então governador Flávio Ribeiro Coutinho por causa de problemas de saúde. Nesta época, Pedro Gondim pertencia ao PSD e buscou lançar seu nome como candidato para as eleições de 1960. No entanto, devido às articulações políticas de Ruy Carneiro, que era líder do partido, lançou-se o nome de Janduhy Carneiro para disputar as eleições governamentais. Diante desse impasse, Pedro Gondim saiu do PSD, migrou para o PDC e levou consigo a base política que havia conseguido formar enquanto governador do estado entre 1958 e 1960. Como o PSD buscou apoio com o PTB, era necessário que o PDC, através de Pedro Gondim, buscasse firmar vínculos com outros partidos. Nesse sentido, a saída encontrada foi compor uma aliança com a UDN. A partir dessa composição entre PDC e UDN, Pedro Gondim conseguiu engrenar e catapultar a sua candidatura para disputar as eleições de 1960. Nessas eleições, Pedro Gondim conseguiu vencer Janduhy Carneiro e ser eleito para o mandato de governador entre 1960 e 1965.

O governo de Pedro Gondim esteve inserido na acirrada conjuntura política nacional da primeira metade da década de 1960, de modo que, na Paraíba, também encontramos fatos que remontam à polarização social e os embates de classe que demarcam este período. Pedro Gondim havia se estabelecido na política através da estrutura populista vigente à época, no sentido de que buscava congregar em torno de seu mandato político, espaço para as forças sociais oriundas da organização popular, dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, abria zonas de interlocução para interferência dos

grupos da elite oligárquica na estrutura do poder político estadual. Tal combinação - que em certa medida, remete para a situação política do populismo janguista - que se constituía como a base de sobrevivência para o regime populista, passou a encontrar injunções, conflitos e contradições entre as classes, o que levou a criar situações políticas, econômicas e sociais que demonstravam os limites, os desafios e a desagregação deste modelo político.

Para exemplificar melhor este cenário de embates na Paraíba, podemos retomar as seguintes situações: a morte do líder camponês João Pedro Teixeira em 1962; a chacina de Mari em 1964 e a invasão ao prédio da Faculdade de Direito às vésperas do golpe de 1964.

No primeiro caso, o líder camponês João Pedro Teixeira havia conseguido estabelecer um grupo de trabalhadores do campo em torno da luta por melhores condições de vida e de trabalho na lavoura da região de Sapé. Sua atuação como líder das Ligas Camponesas ficou reconhecida devido a projeção e a forte inserção nas camadas populares que estavam nesta região do brejo, que era responsável pela larga produção de gêneros agrícolas e era controlada por famílias latifundiárias como a dos Veloso Borges e dos Ribeiro Coutinho. Diante da deflagração da luta camponesa em torno de uma pauta concreta que apontava para a necessidade de criação de novas condições sociais e de trabalho, esta empreitada logo foi vista como "subversiva" e fonte de irradiação das "ideologias subversivas" que passaram a romper com as relações sociais no campo. (SOBREIRA, 2016, p.63)

Diante desta articulação política oriunda dos de "baixo" que criou um front de luta para a definição de políticas mais justas e necessárias devido a degradação das condições materiais e de vida da classe camponesa, os latifundiários e oligarcas passaram também a atuar, estabelecer e produzir bases de dominação social para minar e romper com este tipo de organização popular. Nem que para isso, fosse preciso atacar o epicentro e a cabeça do movimento: por isso, em 1962, pistoleiros foram contratados para montar uma emboscada e dar cabo à vida de João Pedro Teixeira. Na estrada que interliga Sapé a BR-230, chamada de Café do Vento, os capangas encomendados assassinaram à tiros o líder João Pedro Teixeira.

Além do caso causar grande repercussão local, durante as investigações descobriu-se que o crime havia sido planejado pelo latifundiário Agnaldo Veloso Borges, que à época era suplente a deputado estadual. Aproveitando-se dessa situação, orquestrou uma manobra junto aos seus interlocutores na Assembleia Legislativa, para que um deputado em exercício saísse e abandonasse o cargo eletivo, fazendo com que ele (Agnaldo Veloso

Borges) assumisse a vaga em aberto para aproveitar a imunidade parlamentar e não fosse julgado por ter sido o mandatário do assassinato de João Pedro Teixeira.

O segundo caso foi a "chacina de Mari". Ocorrida em 1964, camponeses da região de Mari (cidade próxima à Sapé) estavam trabalhando em uma plantação e preparando a terra para o cultivo. Neste momento, policiais militares e capangas interceptaram o grupo de trabalhadores sob a alegação de que eles estariam invadindo um espaço que não os pertencia. Diante da situação, os policiais e os capangas assassinaram quatro trabalhadores rurais. (SOBREIRA, 2016, p. 64)

Este caso ganhou uma significativa repercussão em que demonstrava a polarização das ações e opiniões: por um lado, várias críticas foram feitas ao governador Pedro Gondim por admitir que indivíduos pertencentes às forças de segurança pública estivessem envolvidos no caso, assim como empregar uma violência desproporcional em uma situação que envolvia trabalhadores rurais; por outro lado, estavam os que aplaudiram e apoiaram a ação de abater os camponeses sob a prerrogativa de que a propriedade privada não deveria ser invadida.

A situação colocou Pedro Gondim diante de um desgaste político entre as forças sociais oriundas dos movimentos sociais do campo que se contrapuseram veementemente ao arbítrio, à violência e a repressão que se abatia aos trabalhadores rurais; e por outro lado, os interlocutores e defensores da elite agrária e latifundiária exigiam que o governador assumisse um posicionamento para garantir o direito de que as propriedades fossem protegidas pelo poder público e que não fossem ocupadas. Resultado: Pedro Gondim enviou vários contingentes policiais para a região com o intuito de abafar e cessar o clima de tensão que se instalou na região. (SOBREIRA, 2016, P. 65)

O terceiro caso, a invasão ao prédio da Faculdade de Direito, ocorreu em março de 1964 em decorrência da visita do governador Carlos Lacerda à João Pessoa. Àquela altura, o então governador do Rio de Janeiro era conhecido por ser um dos maiores expoentes na crítica e na desestabilização do governo Jango. Com isso, grupos estudantis se organizaram para se contrapor e protestar pela sua ida à capital do estado. Ao saber que os estudantes estavam se organizando para promover um ato político contrário a Carlos Lacerda, o deputado estadual Joacil de Brito articulou uma invasão policial ao prédio da Faculdade de Direito onde se realizaria a presença de Lacerda.

Dá que sob a anuência do governador e sob a solicitação do deputado estadual, as forças de segurança do estado invadiram o espaço da Faculdade para retirar, à força, os

estudantes que ali estavam presentes. A ação truculenta da Polícia Militar dispersou os estudantes, fazendo com que o ato fosse reprimido. (SOBREIRA, 2016, p. 67)

Nesse sentido, é importante perceber como esses três fatos, agregados a outras passagens, demonstram como o uso das forças públicas de segurança do estado em prol da defesa de interesses privados e ideológicos da elite política e latifundiária tornou-se parte do governo de Pedro Gondim. Na balança populista de seu governo, o que mais pesou foi a pressão e a articulação das forças oligarcas. Na balança populista de seu governo, pesou o histórico de ter sido apoiado em 1960 por membros das classes detentoras de terras, os quais pertenciam a UDN e que durante o governo de Gondim exigiam a retribuição desse apoio a partir da garantia de que o governo estadual agisse na proteção às suas propriedades e na anuência aos crimes que eram cometidos contra às forças populares e sociais que atuavam no campo.

Isto também demonstra como a violência impugnada aos grupos subalternos, aos movimentos sociais e às forças populares possui uma característica específica na Paraíba, uma vez que o arbítrio e a repressão sistemática se iniciou antes mesmo do golpe, antes mesmo de 1964 e que com a sucessão dos fatos políticos tal situação se agravaria mais ainda. Nesse sentido, foi a partir do governo Pedro Gondim que se estabeleceram as bases de criação do autoritarismo como elemento central na condução política ao longo da década de 1960.

Por isso que nas tramas do golpe, a elite paraibana também se alinhou ao projeto armado, firmando contatos com representantes de São Paulo para garantir armamentos que pudessem ser utilizados em uma suposta tentativa de resistência por parte dos trabalhadores rurais (SOBREIRA, 2016, p. 68-69) Quando a quartelada se iniciou em 31 de março e se irradiou pelos estados chegando também na Paraíba, a violência foi a palavra de ordem que orientou as ações repressivas.

Como o movimento golpista começou a despontar e foi ganhando adesões sobretudo no meio político a partir de manifestações no Congresso e em outras casas legislativas, assim também agiu o governador Pedro Gondim que lançou uma nota no dia 1º de abril afirmando apoiar às forças militares.

E se na Paraíba o autoritarismo já fazia parte da base política do governo Pedro Gondim antes mesmo do golpe de 1964, a Assembleia Legislativa também tratou de antecipar a institucionalização da repressão através do projeto encaminhado pelo deputado Joacil de Brito. Nesse projeto, estava expresso a possibilidade de cassação dos mandatos de políticos que fossem considerados "subversivos", "comunistas" e incompatíveis com a

"revolução". Projeto que não foi alterado em nenhum item e, tão logo, foi votado e aprovado⁷³. E antes mesmo que o Ato Institucional nº1 fosse decretado, na Paraíba, o projeto do deputado Joacil de Brito significou a legalização da perseguição política. (SOBREIRA, 2016, p. 74)

Daí em diante, a estrutura repressiva que já estava em curso na Paraíba, foi redimensionada e legalizada através da implementação do dispositivo jurídico que garantia a possibilidade de perseguição e eliminação de políticos e civis que se contrapusessem aos ditames outorgados pelos militares. Foi a partir desta situação que se desenrolou a guinada coercitiva na Paraíba e se desdobrou até o final do mandato do governador Pedro Gondim.

No ano de 1965, o tema central da política paraibana era definir os nomes que concorreriam na disputa eleitoral para o cargo de governador. Da parte de Pedro Gondim houve uma espécie de "retribuição" pelo acordo e apoio firmado pela UDN à sua candidatura em 1960. Desta vez, Pedro Gondim apoiaria o lançamento da candidatura de um político proveniente do partido udenista. E apesar das divergências udenistas para definir a escolha entre Ernani Sátyro e João Agripino, naquele contexto, o nome que alcançava maior projeção nacional e que possuía maior inserção nas bases oligárquicas que hegemonizavam a UDN era João Agripino. Deste modo, seu nome foi escolhido para disputar as eleições em 1965.

Do lado do PSD, o candidato escolhido foi Ruy Carneiro, um cacife antigo da política paraibana e que exercia significativa influência no cenário político estadual.

Frente a frente, João Agripino e Ruy Carneiro, a disputa entre dois políticos que representavam blocos divergentes, mas que, além disso, se tratava de uma eleição que contrapunha um dos mais significativos quadros da política local. E esta eleição de 1965 ficou marcada pelo acirramento e pela definição estabelecida com uma pequena margem de diferença de votos. Com pouco mais de três mil votos, João Agripino foi eleito governador. Sem dúvidas, a relação entre Pedro Gondim e João Agripino foi essencial para a vitória deste no pleito eleitoral.

E se podemos afirmar que na sucessão entre Pedro Gondim e João Agripino, encontra-se uma continuidade devido a relação de proximidade que havia entre ambos,

⁷³ Para compreender a política de cassação de mandatos na Paraíba: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: **Saeculum** – Revista de História, nº 31, João Pessoa: jul./dez. 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: AIRES, José Luciano de Queiroz; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; SILVA, Vânia Cristina (Orgs). **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora CCTA, 2016.

também pode-se dizer que houve uma estrita continuidade na manutenção do projeto repressivo estabelecido durante o governo de Pedro Gondim. Isto porque, encontramos passagens que demonstram como João Agripino levou adiante uma série de medidas coercitivas que visavam minar as ações sociais que questionavam os rumos estabelecidos pelos militares que controlavam a política e a economia nacional.

Vemos este traço repressivo do governo João Agripino com mais ênfase a partir do ano de 1968, quando na Paraíba, desencadeou-se uma série de levantes, protestos, comícios e passeatas que levantavam questões e críticas às políticas de repressão que eram tomadas pelos militares. O detonador, que concentrou decisivamente a luta de oposição ao autoritarismo dos militares, foi a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro. Na Paraíba, assim como em diversos outros estados, ocorreram protestos estudantis que arregimentaram forças para lançar críticas à condução política tutelada pelos militares. Na medida em que os protestos foram se tornando maiores por causa da crescente adesão estudantil, os militares reagiram e o que se seguiu foram ações coercitivas que buscavam dispersar os estudantes.

Na Paraíba, o secretário de segurança pública do estado, brigadeiro Firmino Ayres lançou uma nota nos principais veículos de informação, proibindo quaisquer concentrações, passeatas ou comícios. [CITTADINO, 2006, p. 326]. No entanto, apesar da nota lançada pelo secretário, os estudantes não cessaram as movimentações e ocorreram manifestações, passeatas, comícios-relâmpagos em Campina Grande e João Pessoa.

Como consequência, as forças de segurança da Polícia Militar do estado passaram a coibir violentamente os protestos estudantis. Ao longo do mês de abril de 1968, houve confrontos, prisões e estudantes foram alvejados por armas de fogo disparadas pelos militares. Diante da repercussão negativa, o governador João Agripino foi à imprensa afirmar o reconhecimento das pautas estudantis; no entanto, não permitiria que tais manifestações quebrassem sua autoridade. (CITTADINO, 2006, p. 325).

Mesmo após a nota do secretário de segurança pública e o pronunciamento do governador, novas manifestações foram realizadas e mais uma vez, a postura do poder público estadual foi a de não tolerância, utilizando o emprego da força e da violência: muitos estudantes ficaram feridos, o centro da cidade de João Pessoa ficou permanentemente ocupado por tropas da PM para impedir novas aglomerações, houve a ocupação do Restaurante Universitário que era um dos principais pontos de encontro dos estudantes para organização de novas ações, as vias de acesso à Cidade Universitária

foram interditadas e o Instituto Central de Matemática assim como outras partes da Universidade Federal da Paraíba foram fechadas. (CITTADINO, 2006, p. 330).

Outra leva de conflitos aconteceu no mês de agosto de 1968, devido às políticas educacionais que estavam sendo implementadas pelos militares e com a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira o estopim para a formação de novos levantes estudantis foi despertado. Por isso, os estudantes ocuparam o prédio de Faculdade de Filosofia, chegando a permanecer quase uma semana formando um reduto para chamar atenção e a mobilização popular. Diante da ameaça de que os alunos seriam removidos à força do prédio, eles resolveram sair do espaço. Ainda assim, para evitar que novas concentrações se formassem, tropas foram espalhadas pelo centro de João Pessoa e a Companhia de Policiamento Ostensivo foi acionada para coibir qualquer tentativa de manifestação. (CITTADINO, 2006, p. 330-331).

Em Campina Grande, houve um comício-relâmpago organizado pelos estudantes universitários e secundaristas que visava prestar apoio e solidariedade aos discentes de João Pessoa. Tão logo o comício foi iniciado na Praça da Bandeira, a Polícia Militar tratou de interromper, dissolver o comício, além de dispersar os estudantes que estavam ali presentes. Logo em seguida, várias tropas foram destacadas para permanecer no policiamento ostensivo do centro da cidade para evitar a formação de novos levantes.

Ainda em outubro de 1968, novos conflitos entre a Polícia Militar e os estudantes aconteceram na Paraíba em decorrência da prisão dos estudantes que haviam ido para Ibiúna, em São Paulo, para participar do XXX Congresso da UNE. Como o Congresso foi interceptado pelos grupos de vigilância e repressão do governo de São Paulo, muitos ficaram detidos, inclusive, alunos que eram da Paraíba. Por isso, entre os dias 23, 24 e 25 ocorreram manifestações que exigiam a libertação dos representantes paraibanos que haviam ido para o Congresso. E tal qual aconteceu durante as mobilizações anteriores, a violência policial foi utilizada como instrumento principal para coibir e retrain a movimentação popular.

A Casa Civil do governo da Paraíba chegou a emitir uma nota em que culpava os estudantes pela radicalização com o objetivo de promover a "desmoralização da autoridade, a humilhação das forças armadas [...] e o desrespeito a propriedade pública e privada" e que, em resposta, os policiais militares empregaram os meios necessários para que a situação não saísse do controle. (Jornal O Norte, 22 out. 1968, apud em CITTADINO, 2006, p.334).

Nesse sentido, quando analisamos o conjunto desses casos de conflito, de confronto, de coerção, de expressão do autoritarismo enquanto instrumento político para coibir as manifestações públicas, vemos também que o governador João Agripino não largou mão da política repressiva aos movimentos populares que havia sido parte integrante e constituinte do governo de Pedro Gondim. Isto demonstra como João Agripino permaneceu estritamente vinculado com a forma autocrática de governo estabelecida pelos militares a fim de garantir o domínio das classes subalternas e garantir condições para continuidade do projeto capitalista de acumulação.

Prova maior desta relação entre João Agripino com o núcleo militar foi quando Castelo Branco elaborou duas listas: uma para indicar os possíveis futuros presidentes, com o nome de quatro militares e quatro civis, e nesta lista constava a indicação de João Agripino. A outra lista continha a sugestão de políticos que pudessem vir a ser vice-presidentes do general Costa e Silva, e neste documento juntamente com Pedro Aleixo e Bilac Pinto estava o nome de João Agripino (CITTADINO, 2006, p. 340/341). Ou seja, isso aponta para a proximidade e a interlocução política que João Agripino possuía com os militares.

Apoio garantido até mesmo nas situações mais delicadas, por exemplo, após a edição e outorga do AI-5, quando João Agripino saiu em defesa dos militares, alegando que tal ato era "um meio de manter a continuidade da Revolução, preservando-se a ordem pública e o processo de desenvolvimento nacional". (Jornal A União, 19 dez. 1968, apud em CITTADINO, 2006, p.342). Para João Agripino, a manutenção da "ordem pública" e o "desenvolvimento nacional" eram imprescindíveis ainda que isso significasse em termos práticos a maximização da atuação repressiva e coercitiva imposta pela ditadura.

Por estas passagens expostas, tanto as relacionadas ao governo de Pedro Gondim como as do governo de João Agripino, podemos perceber como se estruturou na Paraíba modelos políticos baseados na coerção, na repressão como instrumentos políticos utilizados pelo Estado. Assim, vemos como a linha de continuidade que se estabelece entre Pedro Gondim e João Agripino está relacionada ao uso e ao emprego da violência para combater e se contrapor a quaisquer iniciativas populares de contestação ao regime e às políticas econômicas e sociais adotadas.

Nesse sentido, podemos dizer que o governo de Ernani Sátyro não inaugura uma proposta política baseada no autoritarismo, mas por outro lado, herda este traço e amplia a estrutura repressiva que correspondia à época de Pedro Gondim, perpassou por João

Agripino e, que ao longo do mandato, dá continuidade às práticas de violência política fomentada pelos seus antecessores.

Para analisar a atuação política de Ernani Sátyro, buscando captar as nuances e as minúcias que formam o quadro mais amplo da estrutura de poder, é imprescindível recorrer ao jornal oficial do governo do estado, A União. Isto porque, são nas páginas do jornal do governo que se estampa a versão e a visão "oficial" a respeito dos acontecimentos. Deste modo, buscamos retomar algumas reportagens que demonstram como durante o governo de Ernani Sátyro houve a difusão de informações, situações e acontecimentos que constituíam-se como elemento central na reprodução de um ideário e de um projeto político correspondente à Doutrina de Segurança Nacional.

Nesse sentido, separamos as passagens jornalísticas em três eixos: o primeiro, trata sobre a projeção de Ernani Sátyro enquanto protagonista principal da política paraibana; o segundo, corresponde ao combate ideológico travado contra os ditos "subversivos"; e o terceiro aspecto está associado a difusão das ações, das obras e realizações promovidas pelo governo estadual e pela "revolução".

A respeito do primeiro aspecto, temos que levantar algumas considerações que contextualizam, tanto no âmbito nacional como no âmbito local, a situação da imprensa. De um ponto de vista mais amplo, os jornais funcionavam ideologicamente mediante a estrutura da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº5 que estabeleceram uma série de regras em publicações, como por exemplo: “Não propiciar o incitamento à luta de classes; comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil; tumultuar os setores comerciais, financeiro e de produção; veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários (GASPARI, 2014, p. 216)⁷⁴.

Outro autor que permite compreender os limites da atuação da imprensa em nível local é o jornalista Gilvan de Brito, em seu livro *A Ditadura na Paraíba*. em que narra sobre a presença cotidiana de um agente da Polícia Federal na redação do jornal Correio da Paraíba. O jornalista menciona que

Pouco depois, às 18h30, chegava o censor da Polícia Federal [...] Ele as recebia [as reportagens] e sentava-se diante de uma mesa vazia e começava a ler. Separava algumas para esquerda, outras para a direita. [...] Depois, levantava os óculos com a ponta dos dedos, olhava nos meus olhos e dizia enquanto separava os papéis: "isso aqui não pode, isso pode, isso aqui tem que ser modificado". [...] Certo dia me perguntou: "você é comunista?" Eu tive um susto. "Comunista, por

⁷⁴ Esta citação retrata uma ordem que foi assinada pelo general Cesar Montagna de Souza em 1969. Esta ordem foi enviada para todas as redações de jornal do Rio de Janeiro; mas, por outro lado, nos serve de base empírica para demonstrar como os jornais se tornaram um dos principais alvos da censura à determinados tipos de notícias.

quê?" "Você só escreve em letras vermelhas!" Eu respondi "Ah, sim. Pensei que era só porque eu sempre que posso falo mal do governo". [...] À saída, ele pedia a Bosco Gaspar as notícias vindas pelo telex e condenava a maioria à lata do lixo [...] [Deixava] a relação das matérias proibidas para o dia seguinte que ainda poderiam chegar pelo telex ou qualquer outro meio de informação [...] Ali estava o noticiário dos crimes cometidos pela ditadura, naquela data, que não poderiam ser divulgados sob qualquer hipótese. (BRITO, 2014, p. 77-79).

Este relato demonstra a ocorrência da censura prévia, o controle de informações e a alteração de versões sobre os fatos, que acontecia sistematicamente nas redações dos jornais e revistas. Por isso, o trabalho com os jornais correspondentes a este período devem levar em consideração o aspecto de que os impressos estavam sob o ordenamento jurídico e ideológico criado pelo AI-5, que permitia a constante vigilância e interferência de agentes policiais que atuavam cotidianamente nas redações, bem como acentua e maximiza a necessidade de que na reflexão historiográfica seja preciso problematizar as versões produzidas pelas fontes jornalísticas. Portanto, durante todo o percurso de análise, buscamos manter esse aspecto da dúvida em evidência, no sentido de que, faz-se preciso questionar a estrutura, as notícias, as recorrências, as imagens e os efeitos que são intencionalmente projetados dentro desse contexto ditatorial.

Tecidas estas considerações que buscam enquadrar o panorama geral e local a respeito da produção jornalística, passamos para o primeiro ponto, que trata sobre a projeção da atuação política de Ernani Sátyro a partir do jornal oficial do estado, *A União*. Percebemos que, desde o primeiro momento de governo, já no discurso de posse, Ernani Sátyro se preocupou com o papel desempenhado pelo jornal oficial. Disse Sátyro que iria "começar pela nova feição que quero imprimir à Imprensa Oficial do Estado [...] Será intérprete do pensamento do Governo [...] Espero aparelhar as nossas gráficas para fazer também o 'Diário do Poder Legislativo". Assim, já no primeiro dia enquanto governador, Ernani Sátyro buscou evocar a imprensa oficial enquanto um "pedaço de nossa História, um pedaço da Paraíba". (SÁTYRO, 1994, p. 27).

Instaurou-se ali, no discurso de posse, um elemento ímpar desenvolvido durante o governo: o imbricamento ideológico que relacionava o governador com a (re) produção de conteúdo através do jornal oficial do estado. Ao analisar as páginas do jornal *A União* verificamos uma sucessiva aproximação entre governo e imprensa⁷⁵. Aquele, preocupado

⁷⁵ Esse aspecto retoma uma questão que está em aberto: como o jornal oficial do estado *A União* foi modificado a partir das mudanças políticas de governadores? Será possível captar as transformações do jornal a partir da historicidade política? A amplitude temporal e interpretativa dessa questão extrapola os objetivos traçados neste trabalho. No entanto, consideramos que, ao longo da existência do jornal *A União*,

em estabelecer as bases, as condições e os mecanismos de potencialização no funcionamento do jornal; e este, modulado e interferido para projetar concepções alinhadas ao projeto político, econômico e social dominante.

Trazendo essa perspectiva para mais próximo do conteúdo documental, encontramos outras ocasiões que materializam este intercâmbio entre governo e imprensa estatal. Por exemplo, em julho de 1971, Ernani Sátyro disponibilizou novas instalações físicas e novo maquinário, chamado de "off-set", para o jornal oficial. Na cerimônia de inauguração do novo espaço e do novo maquinário, o governador afirmou

A União só acaba se meu governo acabar [...] Eu quero A União assim: viva e permanente. Eu quero A União expressando a palavra do governo, defendendo o governo toda vez que isto for necessário [...] Indica que a Direção deste órgão está correspondendo à orientação do governo. Está cumprindo as ordens do governo, aparelhando-se para prestar os serviços tão esperado de sua capacidade e das suas responsabilidades perante a Paraíba (SÁTYRO, 1994, p. 37-38).

Em outra ocasião, desta vez em março de 1973, houve a inauguração do novo prédio do jornal oficial. A *União* ampliou seu campo de atuação e passou a ser, além de jornal, também passou a ser gráfica e editora. Durante a ocasião Ernani Sátyro retomou o fio discursivo dos outros pronunciamentos dizendo que

Eu quero é que no meu governo ela [a imprensa] seja realmente a UNIÃO de todos os paraibanos, a UNIÃO de todas as nossas aspirações e inspirações, a UNIÃO de todos os nossos propósitos de progresso, pelo desenvolvimento do nosso estado [...] E vamos aprimorar cada vez mais o jornal na sua feição intelectual principalmente como órgão de imprensa moderno [...] E teremos oportunidade, então, através de uma gráfica bem aparelhada, de fazer publicar livros [...] A gráfica oficial vai ser também uma indústria, ela vai vender [...] (SÁTYRO, 1994, p. 134)

Estas passagens apresentam elementos que destacam a relação entre o governador Ernani Sátyro e o jornal oficial *A União*, sobretudo porque, foi durante este período de 1971 e 1975 que o periódico oficial passou por mudanças que visavam maximizar o poder de veiculação de informações, reportagens e notícias que, em maior ou menor grau, pautavam matérias que eram de interesse do governo do estado. Portanto, na medida em que o governo buscava dotar *A União* de novas condições para divulgação, isto significava também que através dessa nova estrutura poderia-se projetar a repercussão de seu próprio governo, uma vez que pelas páginas da imprensa oficial, Ernani Sátyro constituía uma nova vitrine para esboçar seu alinhamento ideológico, as obras, realizações e as ações políticas.

vários níveis de interferência do poder político foram estabelecidos como forma de difundir a visão hegemônica do governo e reproduzir um ideário social associado às elites.

Nesse sentido, a Secretaria de Comunicação, Divulgação e Turismo passou a ser uma das pastas de maior importância na dinâmica de poder estabelecido pelo governo de Ernani Sátiro. O chefe desta pasta era Noaldo Dantas, um dos poucos que permaneceu no cargo durante a passagem do governo João Agripino para Ernani Sátiro. Não à toa, em 1971, durante a reunião nacional dos secretários de divulgação promovido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), comandada pelo general Otávio Costa - general responsável pela produção e difusão de material propagandístico do governo de Médici⁷⁶ - que destacou esta característica importante em relação a Paraíba, pois era o único estado que havia estabelecido uma continuidade na chefia da Secretaria de comunicação. [Inserir reportagem do Jornal A União, 2 jun. 1971].

Nesse sentido, a análise de conjunto do periódico oficial do estado aponta para uma ênfase sistemática em lançar a imagem de Ernani Sátiro em diversos momentos, situações, ações e eventos que buscam retratar a constante atuação política do governador: seja em inaugurações (“Governo prepara novo rush de obras” - *A União*, 26 out. 1971; “Sátiro dá 106 obras à Paraíba em oito meses” - *A União*, 12 dez. 1971), seja nas reuniões do conselho deliberativo da SUDENE, seja nas festividades cívicas (“Ernani Sátiro nas solenidades de Tiradentes” - *A União*, 23 abr. 1971), seja na proximidade com os líderes militares (“Médici e Ernani: amigos velhos” - *A União*, 20 abr. 1971; “Ernani exalta papel da PM na comunidade” - *A União*, 23 abr. 1971; “Ernani diz que a política é a segurança para o povo” - 25 abr. 1971), seja reiterando o papel do governador (“Ernani em três meses: um governo amigo” - *A União* 16 jun. 1971; “Ernani: um governo amigo que começou logo trabalhando” - *A União* - 17 jun. 1971; “Mais de dez mil pessoas receberam Ernani em Patos” - *A União*, 17 nov. 1971; “Ernani é recebido com chuva de flores em Bayeux” - *A União* 23 nov. 1971; “Campina aplaude Ernani de pé pela integração da URN” - *A União*, 21 dez. 1971).

O ápice desse processo de interlocução entre o governador Ernani Sátiro e o papel da imprensa como difusora de uma proposta e de um projeto políticos ocorreu quando Ernani Sátiro passou a escrever as crônicas semanais chamada “Sempre aos domingos”. Os textos que, como diz o título, eram publicados todos os domingos, não se restringiam apenas ao jornal oficial, mas também eram divulgados por outros jornais como Diário da Borborema, O Norte, Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba. Nas chamadas “crônicas

⁷⁶ No livro *Reinventando o otimismo* Carlos Fico analisa a política de informações e propagandas produzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas, controlada, durante a década de 1970, pelo general Otávio Costa.

domingueiras” Ernani Sátiro apresentava o balanço das suas atuações políticas, anunciava as realizações do governo e abordava temas vinculados à cultura, literatura e personagens políticos.

De diversos modos, cotidianamente, imagens eram difundidas para promover Ernani Sátiro como personagem central da política paraibana. Apesar de toda essa estrutura informativa que era um dos carros-chefe do governo de Sátiro e buscava projetar e criar um efeito de ação política; no entanto, isto não implica dizer que havia uma adesão popular, uma popularidade e um respaldo social que marcasse o governo do estado. Isto porque, ao longo dos anos de governo ditatorial, o controle de informações, notícias e reportagens veiculadas era meticulosamente arquitetado dentro do arcabouço de repressão vigente. Ou seja, nesse processo os chefes políticos - tanto em âmbito nacional, tanto em âmbito local - eram retratados como líderes e condutores do processo político⁷⁷. Ainda mais durante esse período de maior fechamento e repressão da ditadura, era preciso contrabalancear o peso do autoritarismo com a difusão de outros arquétipos, por exemplo, destacando as “obras e realizações”, o “milagre econômico” e o “papel desempenhado” pelos governantes.

Portanto, quando falamos sobre propaganda durante o período ditatorial não estamos nos referindo a uma possível popularidade ou que havia uma ampla adesão social ao projeto orgânico da ditadura; em contrapartida, destacamos que no rol do controle à imprensa, que estabelecia uma vigilância constante com as informações divulgadas, paralelamente, podemos encontrar uma proposta de difundir um conteúdo propagandístico com ênfase nas “obras e realizações”, no “milagre econômico” e no “papel desempenhado” pelos líderes e chefes políticos. É nesta segunda parte que se insere a atuação do jornal oficial do estado, *A União*, que retratou cotidianamente a atuação política de Ernani Sátiro como agente responsável pelas “realizações” que ocorriam na Paraíba.

Talvez, esta repercussão tenha alcançando um nível tão elaborado que acaba por gerar interpretações como a que foi colocada pela autora Janaína Gomes da Silva, que expôs uma leitura sobre este período destacando que

A grande maioria do povo paraibano apoiava o regime militar, ou acomodaram-se a esse sistema de governo. No contexto político local, os governadores João Agripino (1965-1969) e Ernani Sátiro (1970-1974) gozavam de ampla popularidade, e ambos estavam em consonância com as diretrizes do governo central. A título de exemplo, constatei durante a pesquisa hemerográfica, que em

⁷⁷ A imagem política forjada pela ditadura foi modulada de diferentes formas e níveis a partir do contexto em que a ditadura estava inserida. Carlos Fico em *Reinventando o otimismo* apresenta a ambiguidade da propaganda arquitetada pelos veículos de informação que buscava combinar o estilo sóbrio, frio e fechado dos militares com a tentativa de produzir um retrato positivo e otimista.

vários momentos durante os anos de 1970 a 1974, o então governador Sátyro, era alvo de elogios por parte da bancada emedebista, portanto, da oposição. Além disso, o mesmo era noticiado como sendo um grande líder, capaz de unir a Arena paraibana. (SILVA, 2017, p.10).

No entanto, é preciso considerar que a característica central da política desenvolvida na ditadura é a autocracia. Trata-se de um período marcado pela violência e pela truculência das ações repressivas que eram executadas em completa desproporção de força e recursos se comparadas com a que a oposição possuía. Ao mesmo tempo, se já era difícil estabelecer uma linha de oposição à ditadura, durante este período de 1970-1975 tornou-se ainda mais inviável projetar uma oposição, tendo em vista que praticamente todos os canais institucionais, públicos ou privados, estavam funcionando sob a Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº5 que produziram a prerrogativa legal para eliminar e tirar do jogo político qualquer tipo de oposição sistemática.

Assim, chegamos ao segundo aspecto que retoma o papel da imprensa oficial como reprodutora de um discurso alinhado à Doutrina de Segurança Nacional. Doutrina esta que foi utilizada na campanha contra o governo Jango, permaneceu no pós-64 como o fermento ideológico para produzir os “inimigos” da ditadura e serviu como base para instrumentalizar as políticas de repressão. No contexto dos “anos de chumbo”, a atuação autoritária do regime funcionou sob diferentes formas e níveis: controle de informações, perseguições, cerceamento das liberdades e do direito à expressão, prisões, tortura, violação dos direitos humanos, etc. Estas formas eram, em sua grande maioria, realizadas de modo velado, fechado e no obscurantismo imposto pelos militares. Ao mesmo tempo, era imprescindível estabelecer uma narrativa ideológica que alcançasse os grupos estritos que tinham acesso aos veículos de informação. É por esta via que os jornais pavimentaram uma série de narrativas que se contrapunham aos movimentos sociais que estabeleceram oposição à ditadura.

Deste modo, se consideramos que o jornal *A União* era o intérprete do governo - tal como Ernani Sátyro mencionava - organicamente, o periódico oficial também funcionou como um dos intérpretes de combate ao que era colocado enquanto “subversivo” e “terrorismo”. A partir de abril de 1971, o jornal *A União* criou uma coluna chamada “Notícias Militares” assinada pelo jornalista Maviael de Oliveira que publicou estas palavras no primeiro texto da coluna

Cumpre-se assim, por força do destino o vaticínio de tornar-me de fato e de direito, o primeiro cronista militarista pela afinidade a gente digna das Forças Armadas e pela comunhão de sentimentos brasileiros que nos une perante o altar da Pátria, especialmente no **repúdio ao comunismo ateu e destruidor** que

vivem a soldo da **subversão e do terror** de modo especial aqueles que manhosamente começam a se infiltrar nos postos de mando da vida pública nacional, numa afronta à causa revolucionária de 1964. Essa pois a nossa conduta dentro deste jornal do Governo do Estado: a mesma de antes da Revolução e a de sempre até a morte! (Jornal *A União*, 13 abr. 1971) (Grifos nossos)

Durante os casos em que havia ações diretas das forças de oposição através da luta armada, por exemplo, com o sequestro de embaixadores ou quando a polícia conseguiu “desbaratar” os espaços onde os integrantes das forças estavam, ocorria uma ampla campanha nas páginas da imprensa, sobretudo, com o intuito de tentar esvaziar ou desqualificar a atuação desses grupos.

Um caso a este respeito aconteceu entre o dezembro de 1970 e janeiro de 1971 quando o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi capturado e, em troca, os militantes queriam a libertação de presos políticos. Enquanto isso, a edição de capa do jornal *A União* trazia a notícia: “Embaixador suíço continua nas mãos dos terroristas” (Jornal *A União* 7 jan. 1971). Pouco dias depois, após a negociação que firmava a liberação do embaixador e de alguns presos políticos, a manchete era “Libertado Bucher após 960 horas de cativo” (Jornal *A União* 17 jan. 1971). No mesmo dia, *A União* transcrevia um editorial do *Jornal do Comércio* intitulado “Terrorismo esvaziado” que transmitia a seguinte posição

Toda a população do país está revoltada com a prática do **terrorismo**. Não se coadunam com o temperamento do brasileiro os atos de violência. O nosso povo não aceita nem admite gestos desse tipo. [...] A verdade, porém, é que estamos vendo como a posição do **governo vai esvaziando o terror e a subversão** [...] O que se verifica diante deste episódio é que **a subversão e o terror não têm condições de agir em nosso país** [...] Parece-nos que nada mais do que isto pode servir como **desmoralização do terrorismo** [...] **O terrorismo e a subversão, em nosso país se constituem de uma minoria** que não conta com o apoio nem com solidariedade do nosso povo. Povo que, ao contrário, acompanha com entusiasmo e vibração o trabalho do governo pelo desenvolvimento nacional (Jornal *A União* 17 jan. 1971) (Grifos nossos)

Outros casos que recebiam grande notoriedade eram sobre os chamados “ex-subversivos” ou “ex-terroristas” que se “arrepentiam” de seus atos e acabavam nas páginas dos jornais confessando os “crimes” que haviam cometido. Em maio de 1971 o jornal *A União* dedicou uma página inteira de seu periódico para apresentar o caso do ex-militante Reinholdo Amadeu Klement, que havia participado da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi preso pela Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS) em Porto Alegre. O “ex-revolucionário” escreveu um texto chamado “Tomada de Posição” no qual comentava que

A minha evidente vontade e sinceridade de transformar a sociedade me levou a confundir uma série de valores com a violência do terrorismo [...] A esquerda em geral está em descrédito não porque existe uma guerra propagandística contra ela, mas por sua estagnação, falta de visão, podridão moral e mesquinha [...] Mas o fato que é importante, e que deve vir à tona, é a maneira pela qual o jovem entra para o terrorismo [...] o jovem se lança ao terrorismo por problemas de auto afirmação, de autoridade dos familiares e por problemas enfrentados na escola, levam em geral o estudante a lançar-se na esquerda, sonhando encontrar nela a libertação, mas passar da esquerda para o terrorismo é uma viagem pequena e rápida [...] A minha continuidade dentro do terrorismo se deu mais pelo medo a repressão do que pela convicção do que executávamos [...] Espero que, como eu, a juventude brasileira consciente, crítica e compreensiva frente aos problemas que são próprios dela e do país não se lançando em violências desnecessárias que atrapalham suas vidas e que nada constroem (Jornal *A União*, 9 maio 1971).

Tal relato é completamente marcado por um eixo discursivo forjado com a proposta de criar uma imagem negativa da participação e atuação da VPR, bem como deixa a tentativa de convencer outros jovens a não participarem do engajamento político. Anexo ao relato estava uma entrevista com vinte e três perguntas em que o ex-militante confessa o envolvimento nos “crimes de assalto a bancos, fábricas, roubo de carros, distribuição de panfletos e a tentativa de sequestro do cônsul norte americano”. Em um sentido geral, a entrevista endossa o tom lançado no texto “Tomada de Posição”, em que busca caracterizar a inserção de jovens na luta política como um “desvio” de “auto afirmação” ocasionado por falta de autoridade familiar” ou “problemas na escola” que formam “jovens problemáticos”. Ainda comentou sobre a “participação de integrantes em cursos de terrorismo em Cuba”. Abordou sobre os “cursos marxistas que recrutavam terroristas”. Por fim, concluiu dizendo que a entrevista estava sendo concedida por “livre e espontânea vontade” (Jornal *A União*, 9 maio, 1971).

Afinal, quem iria dizer diferente estando preso no DOPS?

É importante ressaltar que a divulgação desse tipo de conteúdo, que buscava se posicionar de modo completamente avesso à luta armada e às ações diretas de combate à ditadura, não era uma exclusividade da imprensa oficial do estado. Um dos jornais mais assíduos no combate ao “terrorismo” e à “subversão” foi o *Diário da Borborema* que tinha como principal espaço de circulação Campina Grande.

Nesse sentido, estes jornais cumpriam uma dupla função: primeira, que ao se contrapor aos movimentos de luta armada, estavam funcionando sob a estrutura informativa controlada pelos militares e atribuindo uma visão negativa, pejorativa e desqualificadora das ações de oposição que estes grupos travavam; segundo, ao projetar esse tipo de imagem, estavam difundindo uma percepção ideológica que atendia aos interesses de uma elite que além de permanecer associada ao projeto ditatorial, controlava

os veículos midiáticos e buscava interferir na formação da opinião pública a respeito dos grupos de oposição. Portanto, por mais que consideremos os jornais paraibanos pertencentes a diferentes grupos políticos e representasse diferentes composições políticas; por outro lado, somos levados a refletir se esta característica de “combate à subversão” se constituía em um traço comum ou um fio aglutinador que aproximava os diferentes grupos políticos dominantes que controlavam os jornais locais.

Embora seja difícil avançar nesta questão devido a elasticidade e a profundidade que ela produz, é preciso reconhecer que a imprensa paraibana e com ênfase o periódico oficial do estado *A União* desempenharam um papel de combate ideológico travado contra os movimentos sociais e políticos contestatórios, que naquela conjuntura de enrijecimento das ações repressivas, haviam passado a atuar de maneira direta através da luta armada. Nesse sentido, as informações de enfrentamento à “subversão”, ao “terrorismo” e ao “comunismo” faziam parte da retórica hegemônica que era estampada cotidianamente nos jornais.

O projeto dominante e repressivo, além centralizar a difusão de informações alinhadas ideologicamente, também visava cassar qualquer tipo de contra informação ou contrapropaganda. Um exemplo dessa consideração pode ser encontrado em duas reportagens de *A União* que traziam as seguintes matérias: “Paraibanos subversivos denunciados em Recife” (Jornal *A União* 17 set. 1971) e outra que complementa esta anterior e dizia: “Quatro testemunhas no processo contra o PCBr” (Jornal *A União*, 25 set. 1971). Os “paraibanos subversivos” são Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, José Bernardo da Silva, Ailton José de Araújo, Marconi César de Araújo, Boenerges Timóteo de Sousa e José Araújo Lira, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) por estarem “organizando a distribuição dos panfletos ‘A Voz Operária’ em Campina Grande”. Além disso, “lutavam pela anistia dos presos políticos, pela restauração do habeas corpus e através da propaganda subversiva reorganizar o Partido Comunista em Campina Grande” (Jornal *A União* 17 set. 1971).

A partir desse fragmento, podemos dimensionar como o controle de informações era um elemento-chave na política de repressão e vigilância instaurada pela ditadura, já que estava expressamente vedada pela Lei de Segurança Nacional a distribuição de qualquer outro meio de informação que destoasse da narrativa hegemônica e era controlada pelo crivo da censura prévia. Também aponta para o nível acentuado da coerção, pois os “paraibanos subversivos” em questão, estavam realizando a distribuição de panfletos, buscando a restauração do habeas corpus e tentando reorganizar o Partido

Comunista, ou seja, no conjunto, são elementos básicos da composição política (informação, direitos individuais e organização partidária) que em um contexto de ditadura são sumariamente suprimidos sob a prerrogativa da “segurança nacional” que elencava seus inimigos: “subversivos”, “terroristas”, “comunistas”, “socialistas”, etc.

Ao longo do mandato de governador, Ernani Sátyro expressou por diversas vezes e em diferentes momentos esse posicionamento conservador moldado pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional. No entanto, como vimos, este aspecto não era uma novidade na trajetória política de Ernani Sátyro, uma vez que ele parte desse mesmo ideário serviu como fermento para mover a campanha contra Jango, “justificar” a deposição do presidente trabalhista e apoiar a instauração de um regime de exceção política que passou a perseguir e cercear os opositores. Os adeptos da DSN já reproduziam o vocabulário e as concepções como forma de manter a adesão ao projeto político autocrático que foi estabelecido a partir de 1964.

Assim também ocorreu com Ernani Sátyro: tanto anteriormente ao golpe, tanto no calor dos acontecimentos que cancelaram o golpe e até mesmo no pós-golpe, houve uma reprodução constante das concepções conservadoras que fomentaram a DSN. O que significa dizer que durante o mandato de Ernani Sátyro a retórica da DSN serviu como instrumento de poder para demarcar a posição estabelecida pelo governo para coibir diferentes formas de manifestação política que estivessem na contramão dos ditames da “Revolução”.

Segundo Carlos Alberto Giannasi, os temas mais recorrentes da DSN eram: “o papel geopolítico baseado na bipolaridade - ocidente cristão e democrático; e oriente comunista e ateu”; além disso, possuía uma visão “elitista da sociedade”, na qual uma elite compreenderia os anseios e os problemas da população a fim de resolvê-los, dentro de um clima de unidade social, em que todos estariam vinculados à Nação. (GIANNASI, 2013, p. 146-147).

Para captar a singularidade dessas concepções expressas por Ernani Sátyro escolhemos algumas passagens relacionadas aos momentos de comemorações, cerimônias oficiais e inaugurações que eram realizadas nas datas festivas em alusão ao dia 31 de março de 1964. Tais ocasiões abrem possibilidade para problematizarmos como é que o componente ideológico conservador fazia parte da retórica e da atuação política de Ernani Sátyro. Por isso, selecionamos três momentos: as comemorações feitas em 1972; as festividades de 1973 e as cerimônias de 1974.

O ano de 1972 foi um ano áureo para a propaganda lançada pelos militares. A conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, os bons índices econômicos que projetavam o “milagre” e as grandes obras que estavam sendo realizadas, tudo isso aliado ao sesquicentenário da Independência serviu como fermento para produzir uma série de comemorações⁷⁸. Não foi à toa, por exemplo, que em 1972, o governo federal junto à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) promoveram a Taça da Independência (também chamada de de Mini Copa) que foi um grande evento de futebol, que reuniu vinte seleções (quatro a mais do que a Copa do Mundo de 1970) e foi sediado em doze estádios. Torneio que foi vencido pela seleção brasileira e serviu ainda mais como incremento para as ações de propaganda desenvolvidas durante este período.

Seguindo essa proposta, o governo do estado da Paraíba lançou um conjunto de ações comemorativas que durou um mês, entre março e abril de 1972. Tais ações visavam celebrar a passagem de um ano do governo de Ernani Sátiro, o oitavo ano da “revolução” e o sesquicentenário da independência. Esse entrelaçamento de festividades foi o tom geral das realizações promovidas pelo governo estadual. Deste modo, foi estabelecido um “rush” de inaugurações por todo o estado. Em uma dessas ocasiões, em Brejo das Freiras, Ernani Sátiro ocupou o palanque para dizer

Este é um dos momentos mais felizes desta fase em que estamos comemorando tantas coisas. Desde o dia 15 de março que comemoramos o primeiro aniversário do nosso governo. Desde o dia 15 de março também comemoramos o aniversário da Revolução, que transcorreu no dia 31. Desde o dia 15, começamos a comemorar os 150 anos de nossa independência política. Juntamos todas as efemérides, todos esses acontecimentos, para fazer na Paraíba inteira, uma festa não de foguetes, não de festins, de fogos de vista, de encenação, de luz feérica, mas uma **festa de inaugurações**. [...]

É assim que nós comemoramos ao mesmo tempo a data menor - que é o aniversário de meu governo; e as duas maiores, que são: os 150 anos de nossa independência e os oito anos da Revolução de 1964. Os dois grandes marcos da nossa história. Dois grandes marcos porque, em 1822, nós nos separávamos de Portugal - a terra-madre, a colonizadora, a desbravadora, para estabelecer nossa independência política. Veio uma série de acontecimentos: veio a República em 1889, a Revolução de 1930; vieram outros movimentos de Estado que mudaram o governo e transformaram a situação. **Mas as duas grandes datas da nossa história, uma foi a de 7 de setembro de 1822 - em que deu vida à nossa liberdade e a de 31 de março de 1964 - em que se evitou que a nossa liberdade morresse.** (SÁTYRO, 1994, p. 96-98) (Grifos nossos)

No jogo de palavras elaborado por Ernani Sátiro, o que importava era a “festa de inaugurações” e por se tratar de 150 anos de emancipação política, ele estava

⁷⁸ Dois trabalhos situam e problematizam as comemorações produzidas ao longo do ano do sesquicentenário: 1) “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência: entre consenso e consentimento” da autora Janaína Martins Cordeiro. 2) “Dormia a nossa pátria mãe tão distraída: comemorações ao sesquicentenário da independência do Brasil em Campina Grande” da autora Roberta Gerciane Viana de Araújo.

comemorando as 150 obras realizadas em um ano de governo. Mais do que isso, Ernani Sátyro equiparava a importância do 7 de setembro de 1822 com o 31 de março de 1964, colocando-as como “as duas grandes datas de nossa história”. Repetiria esta mesma ladainha no dia seguinte em Pombal afirmando que

[...] a melhor maneira de comemorar os 150 anos de nossa independência política era entregando ao povo 150 obras para a nossa emancipação econômica. [...]

A Arena é o partido da Revolução de Castelo Branco, de Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici que é, como estadista, a síntese e a soma dos seus antecessores, com a imagem já projetada para o futuro, porque, enquanto houver memória no Brasil, será lembrada a figura humana e simpática desse grande presidente. De um presidente que vive voltado para os altos problemas nacionais mas que é ao mesmo tempo, presente em todas as manifestações de alegria ou de sofrimento do povo. De alegria e entusiasmo dos campos de futebol e da copa do mundo. Participando do sofrimento do povo, como veio aqui na calamidade de 1970, estendendo sobre o Nordeste sua mão protetora.

Bendita Revolução, que evitou que o Brasil se precipitasse no abismo, no caos, na destruição, no comunismo e na miséria.

Bendita Revolução, que nós celebramos no dia 31 de março, justamente no dia em que iniciamos também as comemorações dos 150 anos de nossa independência. [...]

Mas para que o Brasil continuasse a viver, foi necessário este outro marco histórico que figura, hoje, ao lado da independência, que foi a Revolução de 31 de março de 1964 (SÁTYRO, 1994, p. 99-101) (Grifos nossos)

Em ambas as ocasiões podemos problematizar o vislumbre de Ernani Sátyro com o programa de inaugurações das obras e realizações, a comemoração pelos oito anos da dita “revolução” e o sesquicentenário da independência. Lançava uma narrativa que chegou a equiparar historicamente a importância e o significado das datas da Independência com a “Revolução”. Pelas palavras de Ernani Sátyro, D. Pedro I e Emílio Garrastazu Médici são ladeados e colocados como “estadistas”. Essa comparação não era um trocadilho qualquer; era uma apropriação que buscava moldar a imagem idealizada de um personagem do passado (D. Pedro I) para utilizá-lo como parte de um discurso alinhado com a política propagandística que associava as “realizações” do regime ao general-presidente Médici.

Nota-se também, que mesmo em um cenário comemorativo, permeado de festejos, obras e realizações, Ernani Sátyro não deixava de lado a possibilidade de expor seu viés conservador que reatualizava os inimigos que foram derrotados em 1964 e que de certa maneira, sob muita dificuldade, repressão e coerção, ainda permaneciam em uma atuação política de oposição e enfrentamento. Por isso que, para Ernani Sátyro, a “revolução” era a “bendita revolução, que evitou que o Brasil se precipitasse no abismo, no caos, na destruição, no comunismo e na miséria”. Esse traço continuaria sendo a tônica de muitos outros discursos e pronunciamentos feitos por Ernani Sátyro como veremos a seguir.

Em março de 1973, durante as solenidades comemorativas do nono ano da “revolução” e do segundo ano de governo estadual, Ernani Sátyro participou da cerimônia de inauguração da Escola Polivalente Presidente Médici, também chamada de Colégio do Sesquicentenário, localizada em João Pessoa. Nessa ocasião, Ernani Sátyro expôs um dos discursos mais acintosos, que recuperava e expressava seu alinhamento total ao governo dos militares. Com a palavra, o governador

Quando o Governo do Estado resolveu dar a esta escola o nome do Presidente Médici, é porque quis apresentar à mocidade um modelo de homem para uma escola modelo. Ninguém mais indicado para, com o seu nome, prestigiar este estabelecimento de ensino [...]

Devem estar lembrados os brasileiros qual era a situação do Brasil antes da Revolução. Era a **inflação** desenfreada [...] Era a **indisciplina e a falta de hierarquia nos quartéis, nas escolas, na própria vida. Era o comunismo infiltrado no Governo, no Congresso, nas próprias Forças Armadas.** Era uma minoria universitária exercendo uma verdadeira tirania sobre os estudantes que não queriam ser comunizados. Eram as **greves ilegais** de serviços essenciais [...] Greves feitas por uma minoria, mas com piquetes armados [...]

E eram as **Ligas Camponesas**, em alguns estados apoiadas pelo próprio Governo, a **lançar a desordem, a lançar a subversão e o crime no campo** [...]

Era o **Grupo dos 11. Era a Ação Popular.** Foi o comício feito pelo próprio Presidente da República em frente à Central do Brasil, numa afronta ao Congresso, às Forças Armadas, ao próprio povo brasileiro. Era o **comunismo apossado de duas poderosas forças: a União Nacional dos Estudantes e a Petrobras. Era o apoio oficial do Governo e o financiamento pelos cofres da União de comunistas que foram participar do II Congresso do partido do Kremlin. Receberam instruções ali os delegados brasileiros, instruções na Rússia sobre a maneira como deviam fazer a revolução comunista no Brasil.**

Era o pleno domínio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria pelos comunistas. Eram as passeatas dos estudantes francamente subversivos. Era o Exército atacado, criticado e ridicularizado pelos comunistas e pelas Ligas Camponesas. [...] Era, em suma, a porta do abismo. [...] Era já o último ou penúltimo passo para o caos, para a destruição da própria nação brasileira (SÁTYRO, 1994, p. 137-138)

Essa foi a primeira parte do discurso de Ernani Sátyro. Nesta parte, ele buscava recompor a imagem do Brasil antes da “Revolução”. Como se vê, tal qual no discurso anterior, há uma remodelagem intencional do passado para buscar justificar as ações que foram tomadas pelos militares. O retrato esboçado por Ernani Sátyro a respeito da situação do Brasil era a própria catástrofe: “inflação”, “indisciplina”, “falta de hierarquia”, “comunismo infiltrado”, “greves ilegais”, “desordem” e a “subversão”. Tudo isso provocado por uma “minoria universitária” que criava uma “tirania sobre os estudantes”, pelas “ligas camponesas” que provocavam “crimes no campo” e “ridicularizavam as Forças Armadas”, pelo “Grupo dos 11”, pela “Ação Popular”, pela “União Nacional dos Estudantes” e pela “Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria” “apossadas pelo “comunismo” e claro, pelo próprio “Presidente da República” que promoveu o afrontoso Comício da Central do Brasil e incitou a rebelião dos sargentos “desrespeitando

a disciplina e a hierarquia”. A retórica de Ernani Sátyro constituía um cenário de iminente revolução comunista no Brasil. Inclusive, afirmando que o Presidente Jango havia financiado a ida de delegados à Rússia para receber instruções de como fazer a revolução comunista no Brasil. Por tudo isso, Ernani Sátyro lançava a segunda parte do discurso

Foi contra tudo isso que se ergueram as Forças Armadas [...] Sim, porque **foi necessário que se desrespeitasse uma aparência de lei**, porque lei não era mais porque estava rasgada, para que se mantivesse intacto e dinâmico o verdadeiro sentido da legalidade, o verdadeiro sentido da ordem e da disciplina. [...]

Revolução como a própria palavra está a dizer, é o ato de resolver, é o ato de mudar, é o ato de reconstruir, como está reconstruindo o Brasil esta Revolução de 31 de março de 1964 [...]

Ninguém pode esquecer nunca a Marcha da Família Unida pelo Brasil. **Ninguém pode esquecer a ação de alguns parlamentares, entre os quais estava o modesto Governador da Paraíba, que agora tem a honra de falar a seu povo sobre a Revolução Brasileira.** Nós sustentávamos na tribuna do Congresso, nós sustentávamos nos comícios, no rádio, na televisão, em todas as formas de manifestação do pensamento e da propagação da palavra, nós sustentávamos a ideia e o princípio de que **era necessário salvar o Brasil do comunismo. E só poderíamos salvar o Brasil do comunismo se destruíssemos aquele simulacro**, se tirássemos a máscara daquele governo que não era mais governo, porque era o próprio desgoverno do Brasil [...]

Surgiu, então, esse homem que é patrono desta escola, que é o Presidente do Brasil, que é hoje o fiel intérprete do movimento revolucionário de 1964. E que é fiel intérprete das melhores aspirações de progresso, de desenvolvimento do povo brasileiro, que se chama **Emílio Garrastazu Médici [...]** realizando esse milagre, que é o milagre da simplicidade [...] que é o milagre de realizar uma obra de soerguimento econômico e social (SÁTYRO, 1994, p. 139-140) (Grifos nossos)

É interessante perceber que nesse discurso, dito nove anos após o golpe de 1964, Ernani Sátyro expressou o escopo de ilegalidade da campanha movida contra Jango. E quando nos referimos à ilegalidade é porque o próprio Ernani Sátyro mencionou que era “necessário que se desrespeitasse uma aparência de lei”, ou seja, em significativa medida havia uma compreensão de que a manobra política que estava sendo empreendida contra o presidente trabalhista era constituída por fora da legalidade, por fora da lei, utilizando recursos conspiratórios e ideológicos para compor a derrocada da democracia e estabelecer um governo de molde autocrático. Ainda mais, é perceptível como Ernani Sátyro se inclui como partícipe do movimento conservador e sinaliza isso até com um certo ar de vanglória ao dizer que “ninguém pode esquecer a atuação de alguns parlamentares, entre os quais estava o modesto Governador da Paraíba” e de que “nós sustentávamos a ideia e o princípio de que era necessário salvar o Brasil do comunismo”.

E já que se tratava da inauguração de uma escola que recebia o nome do general Emílio G. Médici (que no discurso anterior, Ernani havia comparado Médici a D. Pedro I) a cena final do discurso foi moldada para projetar uma imagem idealizada do general-

presidente como “fiel intérprete do movimento revolucionário de 1964”. Presidente que havia conseguido “reunir todas as virtudes do Presidente Castelo Branco e do Presidente Costa e Silva, realizando esse milagre [...] milagre de realizar uma obra de soerguimento econômico e social”. Muito embora, como veremos adiante, tal crescimento econômico não implicou necessariamente em uma melhoria social.

Tal narrativa seria novamente retomada em 1974, quando as comemorações estavam centradas nos dez anos da “revolução”. E para celebrar as festividades, o governo lançou um programa de inaugurações com as obras do Pavilhão de Técnicas Agrícolas, do Mercado de Artesanato de Tambaú, da Escola Polivalente Argemiro de Figueiredo e do Conjunto Castelo Branco III. Seria mais um momento chave para expressar o enlace do governador com o núcleo autoritário estabelecido. Afirmava Ernani Sátyro

É que hoje é o dia da revolução salvadora de 1964, deflagrada a vitória precisamente no dia 31 de março. [...] Nós sabíamos que o Brasil estava à beira do caos, o Brasil estava à beira da anarquia, da desorganização da família, da desorganização do Estado, da comunização, e por conseguinte, de uma crise. Foi a Revolução de março de 1964 que nos salvou dessa desgraça e dessa miséria. Essa Revolução foi patrioticamente deflagrada pelas Forças Armadas com o apoio de valorosos elementos civis que vinham pregando a queda daquele regime nefando [...]

E assim procuramos cumprir nossa promessa no que diz respeito ao terceiro aniversário do governo, fazendo mais uma prestação de contas, através de inauguração de obras. E no que diz respeito à Revolução, dedicando-as à Revolução de março de 1964 [...] E receba nossas homenagens a Revolução de 1964 (SÁTYRO, 1994, p. 207-208) (Grifos nossos)

Poucos dias depois, na inauguração do conjunto habitacional Castelo Branco III, Ernani Sátyro comporia um novo discurso sinalizando sua participação na deflagração do golpe em 1964 e seu alinhamento ao governo autoritário expressando que

Esse é o Conjunto III, que tem o nome do Castelo Branco, o grande, o imenso, o extraordinário primeiro Presidente revolucionário do Brasil, aquele que institucionalizou a Revolução, aquele que abriu a estrada, aquele que desbravou o caminho, para que depois viessem fincando os marcos definitivos os outros, esses também grandes Presidentes que se chamam Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Posso louvá-los a todos, sem suspeita de bajulador, porque mesmo na modéstia de minha contribuição, sou revolucionário da primeira hora, ou de antes da hora, através de 23 discursos, na Câmara, na praça pública, nas televisões, nas emissoras de rádio, contra o regime nefando que ameaçava levar o Brasil ao comunismo, ao caos à desagregação (SÁTYRO, 1994, p. 212) (Grifos nossos)

Quando mencionamos no começo desta dissertação a expressão de Ernani Sátyro se autoproclamando como um “homem da Revolução”, já buscávamos destacar uma marca presente na sua biografia política, isto é: os vínculos com a autocracia. Estas palavras do começo da dissertação encontram maior sentido na medida em que aproximamos com as

que foram postas na sequência dos discursos anteriores. Tanto os discursos do primeiro capítulo, como os discursos destacados ao longo deste segundo capítulo buscam demonstrar as marcas políticas-ideológicas que formaram os elementos da atuação de Ernani Sátyro enquanto Deputado Federal e depois Governador. Isto porque, tal como Deputado e depois como Governador esta característica política alinhada ao conservadorismo, ao autoritarismo e ao reacionarismo (no sentido de ser reativo à quaisquer mudanças propostas pelos movimento sociais subalternos) permaneceu como aspecto central da conduta política estabelecida por Ernani Sátyro.

Nesse encontro de palavras e discursos, precisamos considerar que não se tratam apenas de meras expressões circunstanciadas, pois não são apenas momentos isolados ou mera excepcionalidade da conduta política de Ernani Sátyro. Pelo contrário, são componentes argumentativos que demonstram como Ernani Sátyro buscou canalizar essas passagens e esses momentos como forma de projetar seu governo, a “revolução” e as “obras” realizadas. Além disso, ele aproveitava essas circunstâncias para difundir uma visão, uma interpretação e uma concepção a respeito da realidade que são moldadas a partir de um viés de classe.

Em nossa interpretação, esses discursos são tomados enquanto atos políticos que possuem sentido, significado e se constituem como indicadores da atuação de Ernani Sátyro. Nesse sentido, quando nos aproximamos desta atuação política do governador do estado, verificamos que há uma estreita relação entre a conduta de poder e o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional. Por exemplo, ao tomarmos os discursos como referência heurística, perceberemos que existe a formação de uma narrativa de termos ambivalentes.

Na ocasião de 1972, além de encontrarmos um tentativa de reconstituir o passado através de uma intencionalidade política, isto é, a tentativa de equiparar a Independência de 1822 com a “Revolução” de 1964, ainda assim, durante o discurso, Ernani Sátyro compôs o cenário antagônico entre a “Bendita Revolução” que havia “evitado que o Brasil de precipitasse no abismo, no caos, na destruição, no comunismo e na miséria”. De um lado, a “Bendita Revolução”, de outro, “o abismo, o caos, a destruição e a miséria” pertencentes ao “comunismo”.

No discurso proferido em 1973, que ocorreu na inauguração da Escola Polivalente Emílio G. Médici, este desenho foi reelaborado de maneira ainda mais enfática, na medida em que, Ernani Sátyro colocou de um lado a “indisciplina”, a “falta de hierarquia”, as “greves ilegais”, a “desordem”, a “subversão”, o “caos” e a “destruição da nação

brasileira” pelas mãos dos comunistas que atuavam “infiltrados no governo, no Congresso e nas próprias Forças Armadas”, “comunistas que atuavam nas universidades”, nas “Ligas Camponesas, nos estados e pelo próprio governo”, “era o Grupo dos 11”, era a “Ação Popular”. Era o “comunismo apossado da UNE e da Petrobrás”. Era o “pleno domínio da Confederação dos Trabalhadores da Indústria pelos comunistas”, eram as “passeatas dos estudantes francamente subversivos”. Era o “exército atacado, criticado e ridicularizado pelos comunistas e pelas Ligas Camponesas”. Era a “irradiação livre da propaganda comunista no Brasil” Era, afinal, o “apoio oficial do governo e o financiamento pelos cofres da União de comunistas que foram participar do II Congresso do partido no Kremlin” e, ali, “receberam as instruções de como deveriam fazer a revolução comunista no Brasil”.

Do outro lado estavam as Forças Armadas. com o seu “patriotismo”, sua “disciplina”, seu “senso de hierarquia”. seu “sentido de ordem”. Forças Armadas que “tinham salvo a nação brasileira de perigos terríveis”. Deste mesmo lado estava a “Marcha da Família Unida pelo Brasil”. estavam “três grandes homens das Forças Armadas: o Presidente Castelo Branco (que institucionalizou a revolução), o Presidente Costa e Silva (consolidador da obra revolucionária) e o Presidente Emílio G Médici (fiel intérprete do movimento revolucionário)” que “salvaram o Brasil do comunismo”, “destruíram o simulacro”, “tiraram a máscara do governo”.

Como vemos, a construção dessas narrativas embasadas na ambivalência, na dicotomia, na oposição, no embate de forças antagônicas remete ao funcionamento das engrenagens que moveram a Doutrina de Segurança Nacional, que foi difundida como instrumento ideológico para catapultar as forças conservadoras em direção ao projeto conservador e conspiratório que acabou derrubando o presidente trabalhista. De modo que esse construto ideológico não permaneceu estanque e imobilizado mediante a relação de forças e do novo cenário político instaurado pelo estado de exceção a partir de 1964. Apesar de manter a mesma base argumentativa amparada na dicotomia, após 1964, era preciso situar novas propostas de funcionamento e um dos novos arquétipos produzidos foi a formação do lema “Desenvolvimento e Segurança Nacional”.

Neste contexto, Ernani Sátyro ao recompor a narrativa de deflagração da dita “revolução”, se reconhecia, se alinhava e se assumia enquanto agente reprodutor da visão social situada no pólo conservador, reacionário, elitista, cristão, capitalista e ocidental. Por várias situações, Ernani Sátyro se colocou como apoiador integral e estreitamente imbricado com os rumos estabelecidos pelo governo dos militares. Por isso que, nos seus

discursos, apesar de estar sempre se referindo a um tempo pretérito, o peso de sua força e expressão também era projetada como forma de intervenção política no presente. Isto é, embora Ernani Sátiro estivesse falando do tempo de outrora, do tempo em que deflagrou-se da “Revolução” para combater o “comunismo”, era preciso reiterar aquele tipo de discurso, de visão e de percepção sobre o passado, para manter acesa e permanente a postura avessa a qualquer traço de “subversão” que pudesse emergir durante seu mandato.

2.3 - O GOVERNO DE ERNANI SÁTYRO E A REPRESSÃO POLICIAL

Como vimos em partes anteriores, a prática de repressão aos grupos sociais que faziam oposição ao governo, aos militares e ao status quo dominante foi um traço comum na política desenvolvida pelos governos de Pedro Gondim e João Agripino. Nas situações em que os movimentos políticos levantaram formas de contestação ao poder de exceção vigente, o instrumento coercitivo e o uso desproporcional da força foram empregados como recursos para coibir qualquer forma de crítica, de denúncia ou oposição. Por isso, quando Ernani Sátiro foi escolhido para assumir o governo do estado, estava inserido em um contexto de acirramento das forças repressivas que buscavam interromper as expressões populares que haviam se reorganizado a partir do impulso gerado pelos acontecimentos de 1968.

Portanto, ao pensar sobre os “anos de chumbo” é preciso considerá-lo enquanto a formação de um projeto político repressivo que visava interromper a ascensão de forças sociais que colocavam em dúvida, questionamento e crítica o poder autoritário vigente. E para promover essa interrupção nos movimentos políticos, o núcleo militar passou a centralizar as ações de repressão de modo que as instituições, as estruturas e os aparelhos coercitivos passaram a funcionar de modo coordenado e articulado sob a tutela militar.

Por isso, em 1970, era preciso escolher governadores que fossem aliados, que comungassem do pensamento reacionário e não criassem barreiras, impedimentos ou interferências na atuação dos aparelhos de repressão. Daí então que, diante dessa estrutura, Ernani Sátiro era um nome compatível com o projeto posto em vigência a partir do acirramento repressivo detonado com o AI-5. Quando o general-presidente Emílio G. Médici escolheu Ernani Sátiro, pesava o fato de o político paraibano ser um aliado histórico, aliado de primeira-hora, que havia ajudado a derrubar Jango e se manteve articulado aos militares garantindo o apoio legislativo às ações coercitivas impugnadas

durante o curso da ditadura e, além disso, Ernani Sátiro era um dos fiéis intérpretes do pensamento dominante difundido entre os chefes políticos.

Diante dessa situação, como questionar a atuação de Ernani Sátiro mediante os casos de repressão política cometidos na Paraíba durante seu mandato? De início, é preciso destacar que até este ponto da pesquisa, não encontramos indícios ou vestígios que apontem para o envolvimento direto de Ernani Sátiro nos casos de violência política que ocorreram na Paraíba entre 1971 e 1975.

No entanto, o acesso às fontes também demonstram que durante o período governado por Ernani Sátiro, houve casos de violência, repressão, torturas e violações de direitos humanos. Portanto, mesmo que tais casos não possuam direta relação com a atuação política de Ernani Sátiro, por outro lado, não é possível negligenciar ou deixar de considerar que durante o seu mandato ocorreram episódios de violência e repressão política promovidas pelo estado autoritário vigente do qual Ernani Sátiro também fazia parte. Mais do que isso: a proposta de evidenciar essas marcas da ditadura na Paraíba servem como contrapeso às narrativas que encontramos nos jornais que circulavam à época.

Vale destacar que durante este período, o arbítrio, o autoritarismo e a autocracia formavam instrumentos legalizados para punir os sujeitos que estivessem enquadrados pela Lei de Segurança Nacional. Em nossa interpretação, dialogando com outros autores como Pedro Henrique Pedreira Campos, escritor do livro chamado *Estranhas Catedrais*, bem como a escritora Mariana Joffily, que produziu o livro *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo*, estes estudos demonstram como o Estado, ao se tornar uma espécie de polícia política, cumpria uma dupla função: ao reprimir os movimentos sociais e políticos contestatórios, por tabela, estava funcionando em consonância com o projeto de poder, econômico e social hegemônico e produzido pelas elites dominantes burguesas.

Deste modo, os instrumentos coercitivos utilizados na Paraíba também funcionavam a partir da dupla função desenvolvida em âmbito nacional. Da mesma forma, esses mesmos instrumentos passaram por um processo de centralização, sofisticação e articulação com múltiplas instâncias repressivas. Por exemplo, tanto no livro *Estranhas Catedrais*, escrito por Pedro Henrique Pedreira Campos, como no livro *No centro da engrenagem*, escrito pela Mariana Joffily, há apontamentos entre a relação existente entre o empresariado nacional no patrocínio de ações de violência política promovidas pelo estado. Ou seja, havia uma concatenação entre os interesses privados dos agentes

econômicos empresariais com as medidas repressivas implementadas pelos militares. Aliás, não é à toa, que estes autores destacam a presença do empresariado brasileiro que investiu diretamente na estrutura de coerção.

É importante ressaltar que esta tal reformulação renovada dentro das margens que a Ditadura controlava, se iniciou com a aproximação dos agentes burocráticos do capital nacional industrial junto aos militares conhecidos como “linha dura”. Como afirma Pedro Henrique Pedreira Campos entre 1967/8-1974 houve um “período de alteração na composição das forças empresariais no aparelho de estado, com liderança do capital industrial, sobretudo paulista, e orientação expansionista da produção econômica” (CAMPOS, 2014, p. 409). Aliado a esta transformação em que a burguesia industrial e nacional passou a tomar à frente no intermédio das relações com o estado ditatorial, há a implementação do projeto de expansão da repressão como forma de reforçar o controle hegemônico. Portanto, concordamos com Pedro Henrique ao afirmar que

O fechamento maior da ditadura entre 1968 e 1969 foi apoiado pelo grupo e acabou lhe trazendo benefícios, como a maior repressão ao movimento operário e medidas de política econômica implantadas com o Congresso fechado que garantiam espaço às empresas nacionais e mais verbas para investimento. (CAMPOS, 2014, p. 416) .

Ou seja, a ampliação do Estado repressivo foi estruturado dentro das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, mas também como uma forma de garantir à ordem burguesa as transformações econômicas necessárias para expansão dos lucros. Um episódio que caracteriza esta junção entre o empresariado nacional em apoio às ações violentas ocorreu em 1969, que mesmo já em vigor o AI-5, foi criada a Operação Bandeirante e “a inauguração da Oban teve direito a coquetel e salgadinhos, expressiva presença de empresários, os convidados de honra que iriam financiar tudo aquilo” (JOFFILY, 2013, p.42). Financiamento realizado por “Antonio Delfim Neto - que seria futuro Ministro da Fazenda - Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo [...] Henning Boillessen, presidente da Ultragás [...] A Ford, a Volkswagen e a General Motors forneciam os carros” que juntaram recursos para investir na execução dos planos da Oban⁷⁹ para desarticular os movimentos sociais. (JOFFILY, 2013, p.43-44).

Aproximando esta perspectiva com os indícios da pesquisa, encontramos algo semelhante na Paraíba com a “Granja do Terror”. Esta granja estava localizada entre

⁷⁹ Além do apoio prestado pela classe empresarial à Oban, conforme apresentou a Mariana Joffily, houve também o apoio de políticos como o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf e o governador Roberto de Abreu Sodré. É importante ressaltar também, que a Oban vai servir como uma espécie de laboratório para a implementação dos DOI-Codi nas capitais do país.

Campina Grande e Jenipapo e era um sítio que foi cedido por um comerciante local chamado Manoel Bezerra, para que os agentes policiais usassem o espaço para cometer torturas, repressão e maus tratos contra os presos políticos. Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória (CEVPM-PB): “Este espaço foi dotado de uma infraestrutura permanente, a exemplo de máquina de choques, para atender as necessidades da prática desumana. Nessa granja, foram confinados e torturados inúmeros presos políticos”⁸⁰.

O que se percebe através da historiografia, é que no final da década de 1960 e início da década de 1970, existe uma reorganização das forças sociais que tinham sofrido um primeiro ataque em 1964. Esta reestruturação foi travada ao peso de muitas lutas, embates e vidas que se contrapuseram ao projeto dominante e autoritário em vigência. Nesse sentido, profundas contradições são motivadas pelas críticas formuladas ao modelo de sociedade implementado em 1964. Um exemplo pode ser percebido quando o Ato Institucional nº5 foi instaurado em 1968 e, no ano seguinte, é possível encontrar 93 núcleos de organizações de esquerda espalhados pelo país; em 1970, esse número sobe para 120 núcleos; em 1971, a quantidade cai para 109; em 1972, há uma queda brusca para 63; em 1973, reduz-se pela metade constando 33; no ano de 1974, existiam apenas 7 e em 1975, sobe um pouco para 13⁸¹.

Essa mesma tendência também pode ser observada no caso da Paraíba. Por exemplo, tanto no relatório final da *Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba* (CEVPM), bem como no projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), existem apontamentos que indicam para a presença de organizações de esquerda na Paraíba durante o período de 1969 até 1973. No BNM, consta que em 1969 havia um núcleo do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). No ano de 1971, apresenta a existência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1973, havia a presença do Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁸². Quando analisamos os documentos apresentados pela CEVPM, vemos que alguns integrantes do PCB aqui na Paraíba eram: Francisco de Assis Cunha Metri (Chicão), Alberto Nunes de Oliveira, Josinaldo e Netovich Maia Duarte. Do PCBR, localizamos o nome de Eraldo Fernandes. Do PCR, encontramos a referência à Anísio Maia⁸³. No entanto, ainda há tantos outros que foram

⁸⁰ Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, P. 307.

⁸¹ Dados extraídos a partir dos quadros apresentados no livro *Brasil: Nunca Mais*. (p. 131-134).

⁸² *Brasil: Nunca Mais*. As organizações de Esquerda. p. 133.

⁸³ Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 304-305.

presos e torturados dentro desse período em que Ernani Sátyro governou, como por exemplo, Ailton José de Araújo, Boerneges Timóteo de Souza, Dilza Rodrigues de França, Dinalva Rodrigues de França, Estácio Amaro da Silva, Expedito Diniz, Fernando Antônio Sousa Batista, Isanysis de Castro Cardoso, João Crisóstomo Moreira Dantas, Jorge Aguiar Leite (Jorgão), José Bernardo da Silva, José Lira, José Miranda Silva, José Pereira de Araújo (Zequinha), José Pereira dos Santos (Peba), Josélia Maria Ramos Wellen, Manoel Cícero de Oliveira, Maria da Conceição Correia Lyra, Maria Betânia Correia Lyra, Maria Lenita Agra Cardoso, Maria do Carmo Agra Cardoso de Azevedo, Maura Pires Ramos, Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, Olívia Ferreira de Araújo Alves, Orestes Ferreira de Araújo, Ovídio Raimundo dos Santos e Walter da Paz Ratis⁸⁴.

Podemos perceber que 1968 demarca a abertura de um momento em que é possível encontrar uma expansão dos grupos de esquerda, mas que concomitantemente, há um endurecimento das ações repressivas que fazem com que a duração destes grupos não se sustentasse por muito tempo. Mas é preciso reconhecer que houve a existência de críticas e oposição, inclusive armada, ao modelo repressivo que foi detonado com o AI-5. E neste território, entendidos aqui como parte do processo das lutas de classe, neste período (1969-1970), há uma íntima relação entre o aumento exponencial do aparato repressivo combinado com a proposta de desenvolvimento capitalista encabeçada por novos grupos econômicos que hegemonizaram as decisões burocráticas.

Portanto, o contexto da escolha dos governadores em 1970 está inserido dentro dessas injunções políticas e campos de interesses. Nesse sentido, quando as negociatas se iniciaram para decidir quem seriam os futuros governadores, estes aspectos mencionados até agora estavam dominantes na cena política. De modo que os governadores passariam a ser peças-chaves na manutenção desse projeto, tendo em vista que com o Congresso Nacional fechado e as Assembléias Legislativas com funcionamento restrito o elo de ligação do executivo federal se dava com os prepostos na instância estadual. Assim, os governadores que assumiram em 1971, ocuparam partes centrais na engrenagem repressiva e no projeto de poder que fora iniciado em 1964 e reordenado pela burguesia industrial em 1968.

Quando Ernani Sátyro assumiu o mandato de governador, havia na Paraíba o funcionamento de uma estrutura de repressão montada. Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, havia repartições

⁸⁴ Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 321-346.

que foram utilizadas como centros de informação e tortura em Bayeux (16º Regimento de Cavalaria Mecanizada), em Campina Grande (5º Companhia de Infantaria Motorizada - hoje nomeado de 31º Batalhão de Infantaria - e a “Granja do Terror) e em João Pessoa (Delegacia de Ordem Social e Política - DOPS - Delegacia de Investigações e Captura - DIC - Delegacia da Polícia Federal; 15º Batalhão de Infantaria Motorizado; 1º Grupamento de Engenharia e Construção; Delegacia de Agricultura).

Como veremos mais adiante, esses espaços policiais designados para práticas de torturas, coerções e violências, tinham uma certa interlocução, uma vez que uma pessoa presa em Campina Grande, poderia ser levada para ser torturada em João Pessoa. Também há casos de presos que foram transferidos para as unidades prisionais em Recife, por exemplo, como IV Exército e o DOI-Codi que receberam presos políticos. Isso demonstra que havia uma aproximação, uma comunicação e um elo repressivo entre essas instituições de segurança que atuavam no arcabouço repressivo montado pela ditadura.

2.3.1 - CASOS DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

Operação Juvenal

Foi uma força-tarefa montada em 1972, para vigiar todos os passos do ex-presidente Juscelino Kubitschek durante uma viagem realizada para João Pessoa. Segundo a CEVPMEP,

vieram agentes do Serviço Nacional de Informações à Paraíba; que entraram no quarto onde JK ficaria, instalaram “escutas” nos telefones e no cabo do aparelho de TV, infiltração de agentes como funcionários do hotel e cooptação de um empregado do alto escalão e um motorista da comitiva, bem como acompanhamento nas ruas de João Pessoa e vigilância na praia do Poço⁸⁵.

Além disso, os agentes procuram saber quantos quartos haviam sido reservados no Hotel Tambaú, quantas pessoas ficaram nestes quartos. Acompanharam também todos os movimentos realizados por JK: os lugares que visitou, as pessoas que o encontraram e de quem eram os carros que lhe transportava. Descobriram que a estadia do ex-presidente havia sido concedida pelo Secretário de Turismo Noaldo Dantas, e no relatório final, constava que era preciso apurar “se houve participação do governador Ernani Sátiro nas facilidades postas à disposição de JK”⁸⁶.

⁸⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p.168.

⁸⁶ Segundo Paulo Giovanni Antonino Nunes, em um artigo chamado *A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos*, há um detalhamento pormenorizado sobre a Operação Juvenal, na qual as estadias de Juscelino Kubitschek foram pagas pelo empresário Fernando Cunha Lima.

Em relação a este caso, impressiona a forma como os agentes da repressão atuaram: a entrada nos quartos em que a comitiva iria ficar, a instalação de “escutas”, a infiltração de agentes no quadro de funcionários, a “cooptação” de outros empregados e o acompanhamento do presidente em todos os locais em que esteve presente. Ou seja, não se trata apenas de uma “mera espionagem”, mas que demonstra um grau técnico de atuação, revelando como a Ditadura vigiou todos os passos realizados por JK, colocando ainda mais suspeita no envolvimento dos militares no “acidente” que ocasionou a morte do ex-presidente.

Outro aspecto presente no relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba corresponde aos casos de violação de direitos humanos que ocorreram durante a ditadura militar. Esses relatos foram colhidos através de audiências e oitivas com as pessoas ou familiares que vivenciaram as agruras da repressão. Como vimos anteriormente, a escalada coercitiva contra os grupos sociais subalternos tem suas raízes temporais muito antes de Ernani Sátiro assumir enquanto governador. Do mesmo modo, os processos de violência durante a ditadura passaram por mudanças, alterações e sofisticações que eram reestruturadas a partir da dinâmica conjuntural de combate e enfrentamento aos opositores. Com isso, quando Ernani Sátiro assumiu o governo do estado da Paraíba, ocorria novas condições de atuação policial. A partir de 1968, ocorre um novo refluxo repressivo capitaneado, sobretudo, pela centralização e autonomização das ações repressivas por parte das Forças Armadas, das Delegacias de Ordem Política e Social e dos DOI-CODI.

No entanto, apesar de criar outras formas de enfrentamento, esses grupos militares não estavam desconectados da realidade autoritária imposta nas instâncias estaduais. Pelo contrário, esses grupos militares possuíam, se não o apoio, tinham, no mínimo, a conivência das autoridades políticas para atuar do modo mais coercitivo possível. É desse ponto que buscamos compreender como não encontramos casos de violência cometidos diretamente por forças militares como a Política Militar⁸⁷, tendo em vista o processo de centralização e autonomização sob o comando das Forças Armadas.

⁸⁷ Isso também não quer dizer que não houve casos cometidos por agentes de segurança do estado. No entanto, o que foi possível captar através do relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba são ocorrências cometidas por instituições vinculadas às operações federais. Tal situação tem a ver com o próprio formato da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (e também da Comissão Nacional da Verdade) que não incluiu nas pesquisas, por exemplo, os casos relacionados aos chamados “Esquadrões da Morte”, que atuaram nos anos finais da ditadura militar e eram compostos por Policiais Militares do estado, que agiam, paralelamente, na execução sumária de sujeitos tidos como “criminosos”. Por isso, ainda que o trabalho da CEVPM-PB tenha realizado um trabalho significativo e importante; no entanto, também possuía uma série de limites devido à conjuntura e às intervenções políticas a que estava submetida.

De todo modo, recuperar as situações da violência policial que foram impugnadas aos mais diferentes sujeitos nos “porões da ditadura” trata-se de ter a possibilidade de acessar experiências históricas sensíveis, que expõem situações dolorosas de pessoas e familiares que sofreram e sofrem com as atrocidades que foram cometidas pelos agentes de segurança do aparelho repressivo militar. Por isso, retomaremos vinte e quatro casos de violência que ocorreram durante o período de 1971-1975, para possibilitar a análise mais aprofundada a respeito da tortura praticada na Paraíba.

Começamos pelo caso de Ailton José de Araújo⁸⁸: Preso em 1971, ficou encarcerado na sede da Polícia Federal, em João Pessoa, onde “muitos sofreram aborrecimentos, desmoralização, humilhação”, foram submetidos a tratamento desumano como “dormir ao lado de cachorros, interrogatório de madrugada”. Passou um tempo na Polícia Federal e depois foi transferido para a Secretaria de Segurança Pública de Recife. Foi condenado a dois anos e ficou encarcerado por seis meses no Presídio do Roger. Posteriormente, transferido para Campina Grande, ficou no Presídio do Monte Santo. Após alguns meses, havia conseguido um pedido de condicional e foi liberado.

Dois meses depois, sem nenhum motivo, foi preso pelo Sargento Marinho. Colocaram um pano escuro em sua cabeça, colocam-no em um veículo e foi levado para a Granja do Terror, onde viu companheiros sendo torturados e ele próprio também foi vítima de espancamentos e choques. Ele afirma: “Acordei com um chute, um chute tão grande que eu cai em pé. Deu um chute nos meus testículos que eu quase desmaio. E batiam pra valer e tome choque. Era tão horroroso o choque que parecia que a cabeça ia explodir, isso sempre de madrugada essa agonia”.

As irmãs Dilza Rodrigues de França⁸⁹ e Dinalva Rodrigues França também foram presas e torturadas. A primeira, Dilza, era professora do Colégio Pequeno Príncipe e foi sequestrada no próprio local de trabalho. Levada para a Granja do Terror, em Campina Grande, no dia 30 de abril de 1974. “passou por tortura física e psicológica por vários dias, sem o conhecimento do paradeiro por parte da família”. A segunda, Dinalva Rodrigues de França⁹⁰ era estudante da FURNE quando foi sequestrada em casa, no dia 11 de dezembro de 1974. Levada para o quartel do exército, passou por ameaças e torturas psicológicas. Ela afirmou na audiência pública à CEVPM: “Eu tinha certeza que ia morrer. A situação era tão estranha. Era um medo tão grande, um medo misturado com uma raiva”. Um

⁸⁸ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 316-322

⁸⁹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 327.

⁹⁰ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 327.

policial chegou a agredi-la para obrigá-la a baixar a cabeça. Outros policiais diziam: “olha, sua mãe vai morrer porque sua irmã já foi presa e ela já passou mal e agora vai morrer e a culpa é sua”.

O caso de Estácio Amaro da Silva⁹¹ indica a interligação entre as instituições de segurança. Capturado em 1973 pelos agentes da DOPS, foi encaminhado para um galpão da aeronáutica no Aeroporto Castro Pinto. Nesse local, “colocaram-no apenas de cueca e amarrado, deitado numa cama de ferro”. Em seguida, começou um interrogatório com sessões de choques elétricos. No dia seguinte, foi conduzido para onde funciona, atualmente, a Delegacia de do Ministério da Agricultura. Em seu relato, menciona que: “me algemaram e ligaram um fio elétrico na glande do meu pênis e outro no dedão do pé esquerdo e na posição característica, sem maiores cerimônias, iniciaram o conhecido e famoso pau-de-arara”. Após ter passado mal, o terceiro destino foi à sede da Polícia Federal, onde havia um médico para avaliar seu estado de saúde. Após o médico constatar que não havia nenhum problema grave, foi direcionado para o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, localizado em Bayeux, em que foi submetido a torturas. Nesse local, o “trancaram numa saleta vizinha à guarita. Acenderam uma luz de 500 watts e avisaram-me em voz alta, para que eu não deixasse de ouvir: ‘À meia noite, matem-no’. [...] Um carro passava a pequenos intervalos, fazendo barulho suficiente para não me deixar dormir. Íntima e psicologicamente, já me encontrava morto”.

Em setembro de 1973, o presidente do Sindicato dos Gráficos de Campina Grande e integrante do Partido Comunista Brasileiro, Expedito Diniz⁹², foi sequestrado no local onde trabalhava, encapuzado e levado para o 31º Batalhão de Infantaria, localizado em Campina Grande. Posteriormente, conduzido para o 15º Batalhão de Infantaria em João Pessoa, onde o mesmo relatou: “sofri todos os tipos de torturas com requintes de crueldade e desumanidade”.

O caso de Fernando Antônio Souto Batista⁹³ demonstra irracionalidade arbitrária da ditadura. Segundo o relatório, ele não possuía nenhum tipo de vinculação direta ou indireta com os grupos militantes da esquerda. Ele foi “acusado por dois soldados de ter direcionado palavras obscenas contra o hino nacional, em solenidade militar da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria em Pilões”. A partir daí foi preso, agredido fisicamente e ficou sem alimentação. Levado para Campina Grande, sofreu tortura nas dependências do

⁹¹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 306 - 328

⁹² Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 329.

⁹³ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 329-330.

Quartel Militar (31° BIMtz). O momento mais cruel da repressão foi quando colocaram-no em uma cadeira de dentista e usaram instrumentos odontológicos como forma de tortura. Em seu relato disse: “Com os braços imobilizados, meteram o motor odontológico por cima dos dentes. Certo dia, o motor atingiu sua gengiva e sangrou sem parar. Eu simplesmente, fiquei com pavor de dentista. Hoje não tenho nenhum dente na boca”. Além disso, perdeu o emprego que possuía na EMBRAPA.

Francisco de Assis da Cunha Metri ou “Chicão”⁹⁴ era militante do Partido Comunista Brasileiro e em 1973 foi preso com mais dois integrantes do partido por estarem entregando panfletos. Foram encaminhados para o 16° Regimento de Cavalaria Mecanizado, localizado em Bayeux. Em seu depoimento à CEVPM, falou que passou por “sessões de tortura com pau de arara, levar coronhada com fuzil no fígado e nos rins, circular a noite com os olhos vendados”. Certa vez, à noite, viu seus colegas serem ameaçados com metralhadoras e fuzis, como forma de coação para que ele dissesse novas informações. Conduzido para uma outra localidade próxima ao Batalhão de Bayeux, ficou amarrado a um mastro por três horas. Depois disso, foi encaminhado para o 15° Batalhão de Infantaria onde ficou mais de quinze dias sem nenhuma informação do que poderia acontecer. Posteriormente, Foi levado para a Penitenciária do Roger. Em seguida, foi julgado e condenado em Recife, onde passou dois anos e depois foi solto.

O caso de Isanysis de Castro Cardoso⁹⁵ demonstra a interlocução entre os órgãos de repressão entre a Paraíba e Pernambuco. Presa em 1972, foi levada para o Quartel do Exército (31° BIMtz) em Campina Grande. Passou por sessões de tortura sofrendo com agressões e afogamento. Ainda segundo Isanysis: “eles continuavam a tortura, acendendo charutos e em brasa viva, queimavam meus seios, que ficavam completamente inchados”. Transferida para o IV Exército em Recife, também foi submetida a tortura no pau de arara, teve o braço deslocado e com a boca tampada, os algozes colocavam água no nariz de Isanysis com conta-gotas. Depois, foi conduzida para o DOI-CODI, onde novamente passou por violações com choques elétricos. No Quartel da Polícia do Exército de Olinda, também passou por sessões de tortura psicológica ao ser ameaçada por militares com arma em punho. Sua permanência neste último local foi para sanar os ferimentos provenientes dos momentos de tortura pelos quais passou. Ao término, foi levada para a Secretaria de Segurança Pública de Recife.

⁹⁴ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 304.

⁹⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 331-332.

Segundo o relatório da CEVPM, João Crisóstomo Moreira Dantas⁹⁶ era “ativista cultural do setor teatral”. Um dia, estava no aeroporto de Campina Grande e viu um cartaz com uma mensagem de perseguição aos “terroristas”. Ao ver o cartaz, João Dantas arrancou-o da parede. Para os militares, isso por si só, já era um ato de subversão. João Dantas passou a ser perseguido pela ditadura. No mesmo dia, três homens entraram em sua residência, sem nenhuma ordem ou mandado, e começaram a vasculhar tudo que era possível. Foi retirado de casa, encapuzado e jogado em um veículo. Levado para a Granja do Terror, em Campina Grande, onde passou por um interrogatório com ameaças, socos e pontapés. Após isso, liberaram-no sob a prerrogativa de que não procurasse nenhuma autoridade e não saísse da cidade. Mas, passou um tempo no Amazonas e depois retornou para Campina Grande. Após sua volta, foi preso novamente, e desta vez pelo Sargento Marinho que o levou para o Quartel do Exército (atual 31º BIMtz). Foi torturado pelo comandante do batalhão, o major Câmara. Ficou sem alimentação, água e cobertor. Décadas depois, já sob os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, teve a oportunidade de ficar frente a frente com o Sargento Marinho em uma audiência promovida pela Comissão. Ao reencontrá-lo disse para o Sargento Marinho: “você serviu à tortura, à repressão, à ditadura, colaborou e participou, sim, de sessões de tortura [...] eu estive nas granjas. Você não pode esconder a existência das duas granjas”.

Jorge Aguiar Leite⁹⁷, ou “Jorgão” como era mais conhecido, foi sequestrado no trabalho, em 1972, por agentes que estavam em uma caminhonete do DNOCS. Jorge Aguiar Leite foi levado para a Granja do Terror e permaneceu durante três dias sendo alvo de torturas com choques elétricos nas partes íntimas e espancamento. Em seu relato, mencionou que: “no meu caso, foi porrada de todos os tipos e sessões de choque elétrico. A pessoa ficava de cueca, com as mãos atadas para trás sem os olhos vendados”. Além disso, os “torturadores colocavam um fio de alta tensão no dedo grande do pé e outro no pênis e ligavam um aparelho de 220 volts”. Era submetido a interrogatórios constantes e eram obrigados a assistir outras sessões de tortura nos demais presos, principalmente em José Pereira da Silva, conhecido como “Peba”. Foi transferido para o DOI-CODI e posteriormente para a DOPS em Recife. Tal caso, também aponta para a interligação entre os organismos repressivos da Paraíba e de Pernambuco, na medida em que os presos eram constantemente encaminhados para as outras instituições, onde passavam por sessões de tortura, repressão e coação.

⁹⁶ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 314 - 332.

⁹⁷ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 334.

José Bernardo da Silva⁹⁸ teve uma situação de sucessivos dramas durante a ditadura, devido aos vários momentos em que foi submetido à repressão. Inicialmente, foi preso em 1971, levado a João Pessoa, onde pôde encontrar outros presos como Ailton José, José Lira, Oliveiros Cavalcante e Boanerges Timóteo. No dia em que foi conduzido para a capital do estado, passou por sessões de tortura. Pouco tempo depois, foi sequestrado em pleno local de trabalho pelo Sargento Marinho em uma caminhonete do DNOCS. Após sua prisão, foi torturado na Granja do Terror em Campina Grande. Sofreu torturas no pau de arara, choques, espancamentos e foi torturado na frente da mulher. Em seu depoimento disse: “na hora que máquina de choque roda, você dá um berro tão grande, é um negócio”. Posteriormente, viajou para Sousa, onde permaneceu na casa de familiares. No entanto, a sanha de perseguição dos militares permaneceu no encalço de José Bernardo. Novamente, foi encontrado pelo Sargento Marinho e trazido para a Granja do Terror. Acusado de estar implementando uma célula comunista em Sousa, José Bernardo foi submetido a sessões de espancamentos e torturas. Muitos anos depois, retornou e reconheceu o local onde passou por tantos momentos de barbárie. Além disso, também foi espancado na Vila dos Oficiais em Campina Grande. José Bernardo da Silva ainda conta que: “toda noite sonhava que estava sendo torturado”.

A situação de José Lira⁹⁹ é reconhecida pelos depoimentos disponibilizados por outras vítimas, já que José Lira ficou recluso na mesma época que Ailton José de Araújo. Segundo este, “José Lira sofreu espancamentos em João Pessoa. Ficou perturbado mentalmente na cadeia e tentou suicídio”. Pelo relato anterior de José Bernardo, também se confirma que José Lira esteve preso em João Pessoa e foi submetido a torturas.

José Miranda Filho¹⁰⁰, ao saber que seus companheiros do Partido Comunista haviam sido capturados e que estava sendo procurado pela Polícia Federal, achou que a melhor alternativa naquele instante era fugir de casa e sair do trabalho para não ser encontrado. Seguindo a orientação de sua família, decidiu se apresentar espontaneamente na sede da PF. No mesmo dia da prisão, foi colocado em uma cela suja, escura, sem condição até mesmo para respirar e foi torturado.

O relato dos maus tratos sofridos por José Pereira de Araújo¹⁰¹ foi disponibilizado por sua filha, Fidélia Cassandra, que aos doze anos, ouvia as conversas de seu pai com

⁹⁸ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 335.

⁹⁹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 336.

¹⁰⁰ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 336-337.

¹⁰¹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 337

outros companheiros em que tratavam sobre as violências sofridas. Em 1973, Zequinha foi preso em Campina Grande, permanecendo cerca de quinze a vinte dias na Granja do Terror. Posteriormente, foi levado para o 15º Batalhão de Infantaria, em João Pessoa. Sua filha conta que: “vi meu pai dizendo que levava telefone [...] ficou em pau de arara, levava choque nos testículos, no ânus, passava a noite sentado numa cadeira, ajoelhado dentro de um tonel com um pingo d’água, com lâmpada nos olhos”. Depois disso, retornou para a Granja do Terror.

O caso de José Pereira dos Santos, o “Peba”¹⁰², talvez seja um dos mais marcantes pelos relatos que contam as histórias de dor e sofrimento que passou José Pereira dos Santos. Sindicalista e integrante do PCB, ele havia sido preso, inicialmente, em 1964, porque participou da campanha de posse de João Goulart em 1963 no retorno ao presidencialismo. Anos depois, em 1973 foi capturado e levado para a Granja do Terror. Segundo “Jorgão”, que ficou preso na Granja do Terror, no mesmo período em que “Peba” esteve lá, disse que “Peba foi a maior vítima dos famigerados torturadores por ter sido o escolhido para um efeito de demonstração em que foi longamente supliciado”. Além disso, “foi barbaramente torturado, servindo inclusive como cobaia em demonstração de tortura para servir de exemplo aos outros presos políticos”. Ele concedeu uma entrevista à Bernadete Aued, que escreveu o livro “O sapateiro militante”. Nesse relato, ele descreve o que sofreu:

Então, eles trouxeram um fio e o prenderam numa de minhas orelhas. Eu estava de pé, com as mãos amarradas. O torturador saiu do quarto e quando retornou recebi uma descarga elétrica. Não vi mais nada. Recuperei meus sentidos já caído no chão. Tentei me levantar, mas não conseguia ver nada, estava zonzo demais. Depois de uns minutos senti uma queimadura no rosto, era sangue escorrendo. Na queda meu dente havia cortado o lábio profundamente.

[...]

Eles me amarraram de novo e me ataram nos fios. Dessa vez foi mais forte do que na sessão anterior. Senti uma pancada na nuca tão grande, como se fosse uma machadada. Depois disso, não vi mais nada. Quando eles desligaram, eu estava no chão. Com muito sacrifício eu me levantei, estava completamente tonto, não atinava nada. Passei alguns minutos e não respondi mais nada. Fiquei jogado no quarto. Quando eles viram que eu tinha melhorado um pouco, chegou o Sargento Marinho, cujo nome de guerra era ‘Procurador’, e me disse: ‘Nós vamos soltar você no mato e nós vamos montar piquete. Cada um de nós ficará num piquete. Se você cair num de nossos piquetes, já sabe como vai ser, vamos atirar para matar. Se conseguir escapar, sorte sua. Como é? Não diz nada?’ (AUED, 2006, p. 370-371)

As filhas de José Pereira dos Santos, Anita Leocádia e Lygia Pereira Santos, tiveram a oportunidade de participar de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal e a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, em que estava presente o

¹⁰² Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p.337.

Sargento Marinho, um dos responsáveis pela prisão e tortura aplicadas a José dos Santos. Na ocasião, puderam manifestar o que haviam passado, presenciando os momentos de terror que vivenciaram diante os casos de maus tratos e violência que o pai delas passou.

Josélia Maria Ramos Wellen¹⁰³ foi capturada no dia 29 de abril de 1974, junto com Maura Ramos. Ambas foram levadas para o DOI-CODI do IV Exército em Recife. Ao ser reconduzida à Campina Grande, ficou reclusa na Granja do Terror, onde ela afirma que “éramos obrigadas a tirar a roupa, muitas vezes ficar só de calcinha, tinha choque elétrico, pancada por todo o corpo”.

Manoel Cícero de Oliveira¹⁰⁴ era um dos membros do PCB em Campina Grande e era secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem da Companhia de Tecidos Paraibana. Ficou encarcerado na sede da Polícia Federal em João Pessoa, em 1973, ficando numa “cela imunda, sem nenhuma condição de higiene”. Ao ser transferido para o I Grupamento de Engenharia, contou que “ficou um dia inteiro preso dentro de um carro de cor preta, totalmente fechado”. Além disso, no relatório consta que: “Os policiais batiam, davam tapas e chutavam os órgãos genitais, os chamavam de vagabundos, de subversivos entre outras coisas”.

Manoel Guerra Dantas¹⁰⁵, pai de Severino Dantas Fernandes, que estava exilado na Argentina, foi associado ao caso da bomba-relógio que explodiu no ano de 1975 em Cajazeiras. Como os militares estavam em busca de Severino Dantas, utilizaram a prisão de Manoel Guerra como forma de coação para informar a localidade em que o filho se encontrava. Foi deslocado duas vezes à sede da Polícia Federal, onde “passou por maus tratos para que confessasse em que lugar se encontrava seu filho”.

Maria Lenita Agra Cardoso e Maria do Carmo Agra Cardoso¹⁰⁶ eram irmãs do militante João Calístrato. Os policiais chegaram à casa delas, invadiram, espancaram as irmãs, foram até a casa de Isanysis de Castro Cardoso, que era namorada de João Calistrato e também a agrediram e a submeteram a práticas de torturas. As irmãs foram levadas para o 31º BIMtz e Maria Lenita foi despida e obrigada a ficar em cima de pedras de gelo. Essas cenas de tortura foram vistas tanto pelo coronel do batalhão, chamado Major Câmara, como também pela sua própria irmã Maria do Carmo, que era obrigada a ver sua

¹⁰³ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 337-338.

¹⁰⁴ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 338.

¹⁰⁵ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 338-339.

¹⁰⁶ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 341.

irmã ser submetida à tortura. Depois, Maria Lenita, Maria do Carmo e Isanysis Castro foram levadas para o DOI-CODI em Recife, onde as torturas continuaram a acontecer.

Maura Ramos Pires¹⁰⁷ Foi presa em Campina Grande, e foi levada para a “Granja do Terror” em 1974. Maura foi “sequestrada no caminho da casa para o trabalho, por elementos que se diziam da Polícia Federal. Algemada, encapuzada, foi jogada dentro de um kombi e levada para um local inicialmente não identificado”. Em seu depoimento afirma que

Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos ‘telefones’, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças.

Depois dessa situação foi levada para o DOI-CODI do IV Exército que ficava localizado em Recife. Lá também, foi vítima de tortura psicológica e maus tratos, como “dormir no chão, ficar sem comida e sem água; ser privada de banho [...] ver presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório, ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelho”.

O relato de Oliveiros Cavalcanti¹⁰⁸ advém de uma reportagem do jornal *A Palavra* que circulou em Campina Grande entre maio de junho de 1992. Essa reportagem foi reproduzida pelo relatório da CEVPM. Em relação ao caso em si, Oliveiros Cavalcanti foi “diuturnamente interrogado, sem que pudesse dormir durante mais de dez dias”. Além disso, foi torturado tanto no 31º BIMtz em Campina Grande, como na Polícia Federal em João Pessoa. Ao retornar a Campina Grande era convocado constantemente pelo Sargento Marinho, no Batalhão do Exército, para prestar depoimentos. Também foi perseguido pelos agentes do IV Exército de Recife quando ia ao Fórum.

Olívia Ferreira de Araújo e Orestes Ferreira de Araújo¹⁰⁹ eram irmãos e foram presos em 1973, acusados de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. Encaminhados para a Granja do Terror, passaram por momentos de torturas físicas e psicológicas. Posteriormente, Orestes foi liberado e Olívia foi transferida para Recife. Lá, passou 41 dias presa e depois foi levada para João Pessoa, onde permaneceu na sede da Polícia Federal.

Ovídio Raimundo dos Santos¹¹⁰ foi “Preso e torturado na Polícia Federal em João Pessoa” na mesma época em que esteve lá, Manoel Cícero de Oliveira. Participou do PCB

¹⁰⁷ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 313.

¹⁰⁸ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 343.

¹⁰⁹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 343.

¹¹⁰ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 344.

de Campina Grande. Permaneceu em uma cela que não tinha ventilação, pois as entradas de ar foram tampadas. Ainda assim, também passou por afogamento com mangueira. e na Central de Polícia deram comida com urina.

O caso de Walter da Paz ¹¹¹ foi relatado a partir da carta assinada pelo médico Firmino Brasileiro que chegou a atender alguns torturados na Granja do Terror em Campina Grande. Nesta carta, o médico menciona que: “[Walter] jazia deitado em colchão. [...] O mesmo apresentava uma crise de Cistalgia [...] Mediquei-o de urgência com aplicação de injeções e prescrição de medicamentos”.

Poderia-se questionar: por que apresentar cada um desses casos - que estão situados entre 1971-1975 - presentes no relatório final da CEVPM? Cada um desses nomes é importante para dizer que houve ações de oposição na Paraíba durante o mandato de Ernani Sátyro. Trata-se de experiências que contradizem os discursos jornalísticos, já que estes ocupavam um lugar central na ditadura por buscarem estabelecer pontos de legitimidade a partir da exposição de notícias vinculadas ao status quo dominante. Esses casos constituem-se como uma forma de estabelecer um contraponto às narrativas dos jornais paraibanos de maior circulação que estavam atrelados aos interesses dominantes e por um lado, fabricavam notícias que buscavam trazer uma ideia de progresso e desenvolvimento obtidos através das “obras e realizações” feitas durante a gestão de Ernani Sátyro; mas que por outro lado, silenciavam, por conta da censura prévia, quanto aos casos de violência e de tortura às pessoas que se posicionavam contra a ditadura.

Nesse sentido, se tivéssemos apenas centrado a análise do governo de Ernani Sátyro a partir dos jornais e dos discursos proferidos por ele, cairíamos na possibilidade de perder a captação de concepção mais ampla a respeito de uma realidade histórica tão conturbada como foi a ditadura. Daí a importância de trabalhos como o da Comissão Nacional da Verdade, das Comissões Estaduais da Verdade, das Comissões Institucionais, das entidades civis como o projeto Brasil: Nunca Mais, entre outras, pois permitem o acesso aos casos graves de violação aos direitos humanos que por muito tempo foram silenciados pelo rolo compressor do autoritarismo, da tutela militar, da coerção e da repressão implementada durante a Ditadura.

Trazer à tona cada um desses nomes e acessar a experiência que esses sujeitos vivenciaram transpondo as barreiras do trauma e do silêncio que a violência causou em suas vidas, podendo relatar e expor aspectos que ficaram marcados no íntimo delas para

¹¹¹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 346.

acertar as contas com questões do passado e, ao mesmo tempo, do presente, já que podem deixar registrado através desses relatórios, projetos e pesquisa um contraponto, uma contrabalança que desafia as “versões oficiais” que estão presentes nos jornais.

Portanto, é um dever historiográfico nesta dissertação reconhecer que ao longo do governo de Ernani Sátyro houve práticas de tortura, de violação aos direitos humanos, cerceamento das liberdades individual e coletiva, práticas de censura e repressão. Assim, constatamos na Paraíba um cenário semelhante ao observado em âmbito nacional: enquanto Ernani Sátyro estava em cena, nos palanques, nas festividades e nas cerimônias proferindo discursos contra os movimentos sociais e fazendo apologia aos militares, aparecendo nas capas e reportagens dos jornais que reproduziam a imagem de um governo responsável por “Construir e Humanizar”, pela “Tradição e Renovação”; por outro lado, ao mesmo tempo, havia pessoas que estavam sendo perseguidas, sequestradas, submetidas aos instrumentos e formas mais perversas de coação através de maus tratos, violência e tortura.

Assim sendo, o governo de Ernani Sátyro esteve entre a poeira das construções e a poeira sombria da repressão.

Capítulo 3

**“CONSTRUIR E HUMANIZAR” PARA QUEM? AS CONTRADIÇÕES DO
“MILAGRE ECONÔMICO” NA PARAÍBA (1971-1975)**

3- “CONSTRUIR E HUMANIZAR” PARA QUEM? AS CONTRADIÇÕES DO “MILAGRE ECONÔMICO” NA PARAÍBA (1971-1975)

Ao longo do capítulo anterior, vimos como a partir de 1968 a ditadura passou por uma recomposição no bloco que articulava governo e os grupos econômicos. Tal reorganização foi responsável por patrocinar, chancelar e expandir as ações repressivas que tomaram um novo impulso a partir das ações contestatórias dos movimentos sociais que ganhavam força. Era a abertura dos “anos de chumbo”. Por outro lado, a atuação de novos agentes econômicos da fração nacional e industrial garantiu o fomento de políticas que reordenaram o avanço capitalista. Era a abertura do “milagre econômico”. Deste modo, os “anos de chumbo” e o “milagre econômico” foram processos intimamente relacionados. Eram a expressão concreta do slogan “segurança e desenvolvimento”, em que dialeticamente combinou-se a repressão aos movimentos sociais e a expansão do desenvolvimento capitalista.

Como parte integrante desse arcabouço, estava o episódio da escolha dos governadores. Pela lógica do regime, era preciso escolher governadores que estivessem consoantes com esse processo de expansão repressiva e desenvolvimento capitalista. E a partir do capítulo anterior, foi possível demonstrar como durante o governo de Ernani Sátiro houve reprodução de todo um ideário conservador e elitista e ao mesmo tempo, a ocorrência de práticas repressivas infligidas a sujeitos que direta ou indiretamente estavam enquadrados no campo autoritário da “segurança nacional”. A partir daí, foi possível encontrar algumas marcas a respeito dos “anos de chumbo” na Paraíba. No entanto, como destacamos, essa é uma parte do processo em curso. Neste capítulo, buscaremos nos deter na outra ponta, onde problematizaremos o governo de Ernani Sátiro sob o prisma do “milagre econômico”.

Para isso, organizamos este capítulo com as seguintes partes: primeiramente, é preciso contextualizar as mudanças econômicas ocorridas ao longo da ditadura, dando ênfase principalmente ao recorte entre 1968 e 1974, que abarca o mandato do governo Ernani Sátiro. Em segundo lugar, analisaremos as políticas desenvolvidas durante a gestão de Ernani Sátiro, percebendo os aspectos comuns em relação ao âmbito nacional, mas também as especificidades encontradas na Paraíba. Em terceiro lugar, investigaremos os dados econômicos relativos à Paraíba para dimensionar os efeitos do “milagre econômico”.

3.1 - A POLÍTICA ECONÔMICA NOS TEMPOS DO “MILAGRE” E SUAS CONTRADIÇÕES.

Antes de iniciar a discussão em torno da atuação política de Ernani Sátyro, é preciso recuperar quais eram as diretrizes econômicas mais amplas que foram desenvolvidas entre 1968 e 1974, período que ficou conhecido como “Milagre econômico” brasileiro, tendo em vista as altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. Assim, o objetivo nesta parte do texto é apontar para as marcas inerentes a este processo de crescimento. Para tanto, dialogamos principalmente com três autores: o primeiro, Pedro Henrique Pedreira Campos, autor de um livro chamado *Estranhas Catedrais*, em que discute como este período foi marcado por um redirecionamento econômico a fim de privilegiar os interesses das empreiteiras nacionais. O segundo, Marcos Napolitano que escreveu um livro chamado *1964: História do Regime Militar brasileiro* que demonstra como essa euforia gerada pelo crescimento das cifras numéricas é notadamente marcado pelo enriquecimento das elites, e ainda mais, tratou-se de um *boom* efêmero já que se deu pelas condições de dependência da economia brasileira em relação ao capitalismo internacional. O terceiro, trata-se de um livro chamado *Política Econômica nos anos de chumbo* organizado pelo Pedro Henrique Pedreira Campos, Mônica de Souza Nunes Martins e Rafael Vaz da Motta Brandão, que reúne artigos que discutem o papel da ditadura militar no processo de acumulação capitalista no Brasil.

Durante os longos vinte e cinco da Ditadura Militar no Brasil, a economia passou por processos, injunções e interesses diversos, de modo que a historiografia a respeito do tema mapeia algumas fases. A primeira fase se inicia em 1964 e vai até 1967/8, na qual ocorre a “implementação do regime e com franco predomínio do capital estrangeiro e associado, além de políticas de corte monetarista”. Entre 1967/8 e 1974, houve “período de alteração na composição das forças empresariais no aparelho de estado, com liderança do capital industrial, sobretudo paulista, e orientação expansionista da produção econômica”. De 1974 a 1977/79, houve a “emergência de novos grupos e relativo alijamento do capital industrial paulista, apesar da política de crescimento econômico assentado em novas bases”. E por fim, entre 1977/1979 e 1985 é possível identificar uma “crise de hegemonia, com esfacelamento do pacto político de sustentação à ditadura e confronto entre diferentes capitais e grupos empresariais”. (CAMPOS, 2014, p. 409).

Na primeira fase, situada entre 1964 e 1967/8, durante o governo de Castelo Branco, foram tomadas medidas econômicas que visavam equilibrar as contas públicas, por exemplo, em relação à taxa de inflação, que em abril de 1964, chegou à porcentagem

de 144%. No entanto, é preciso destacar que essas mudanças econômicas e sociais postas em prática pelos militares tinham um arcabouço arquitetado pelos tecnoburocratas que estavam no corpo administrativo e que haviam participado da “conquista do Estado” em 1964. Por exemplo, os economistas liberais, Octávio de Gouvêa Bulhões, que assumiu a pasta do Ministério da Fazenda, e Roberto Campos, responsável pelo Ministério do Planejamento, serão os dois principais ideólogos na composição das políticas econômicas de controle de gastos e austeridade.

Por isso, é preciso destacar que na “interpretação das reformas deve-se levar em contas as bases sociais e a orientação ideológica que animava seus formuladores”. Em relação às bases sociais que davam apoio a este programa, estava um “arco de alianças que reunia diversos segmentos conservadores da burguesia interna, ao lado de frações de classe ligadas ao capital estrangeiro”. No que concerne ao aspecto ideológico, “a equipe liderada por Campos e Bulhões entendia que a ação estatal deveria induzir o desenvolvimento econômico abrindo espaços para a iniciativa privada” (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 26). Portanto, a marca central da política econômica desenvolvida pelos militares e tecnoburocratas tratou-se de uma combinação entre autoritarismo e liberalismo que reordenou a atuação do Estado, no sentido de cumprir ações que estivessem alinhadas à abertura e fomento das condições para atuação do capital multinacional e associado, mesmo que isto implicasse no desdobramento de consecutivos impactos à classe trabalhadora.

A proposta desenvolvida e combinada pelos tecnoburocratas e o núcleo militar visou um reajuste basicamente em três áreas: 1) reajuste de preços e tarifas; 2) nova política salarial; 3) cerceamento dos direitos trabalhistas. Em relação ao reajuste de preços e tarifas (por mais contraditório que possa parecer, uma vez que com o nível inflacionário galopante, que acarreta um fator que corrói o salário real, diminuindo o poder de compra) os militares e os tecnoburocratas “reajustaram os preços e tarifas de serviços públicos, além de controlar o preço dos aluguéis, dos transportes públicos, da eletricidade, da telefonia, do abastecimento de água, do aço, etc” além de retirar os subsídios de produtos como petróleo e trigo, fazendo com que em toda a cadeia produtiva o preço dos produtos fossem majorados. (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 27).

Em relação a nova política salarial, os tecnoburocratas e militares afixaram a correção salarial baseada no índice de projeção da inflação. No entanto, Como o reajuste salarial não estava baseado no patamar fixo e real, mas sim na projeção do ano seguinte, os

militares e tecnoburocratas planejavam a estimativa inflacionária para baixo¹¹². Com isto, “a nova política salarial implicou perda de salário real porque a previsão de inflação futura revelar-se-ia sistematicamente inferior à inflação verificada”. Essa defasagem entre a projeção da inflação e o seu efeito real fez com que “entre fevereiro de 1964 e fevereiro de 1968 o salário mínimo tivesse uma queda de 42,5%”. (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 29).

Fechando esse ciclo de alterações estava a implementação de novas regras que limitavam os direitos trabalhistas. Por exemplo, estabeleceram o fim do Estatuto da Estabilidade Decenal, promulgaram a Lei de Greve e ocasionaram a diminuição da atuação sindical. No primeiro caso, a estabilidade no emprego devido ao tempo de serviço, passou a ser esvaziada devido a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que estabelecia uma porcentagem compulsória a ser retirada do salário do empregado. Com isso, as garantias advindas do Estatuto da Estabilidade foram afetadas devido à severas limitações que as instituições trabalhistas passaram a sofrer pelos mecanismos coercitivos da ditadura. A Lei de Greve, aprovada em junho de 1964, foi uma das primeiras ações tomadas pelos militares e que “na prática, tornava as greves virtualmente ilegais”, proibindo as greves entre os “servidores públicos das três esferas de governo e autarquias”, além de que impunha “regras draconianas para quórum e votações em assembleias gerais de entidades sindicais”, que deveriam passar pelo crivo do Ministério Público do Trabalho ou pela Procuradoria Geral do Trabalho, e mais: “estabelecia critérios subjetivos para a definição da ilegalidade dos movimentos grevistas”, o que, em linhas gerais, em um estado de exceção caracterizado pelo autoritarismo, controle e violência das entidades trabalhistas, enquadrava a articulação e o movimento dos trabalhadores, enquanto crimes que deveriam ser punidos (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 27). (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 27).

Portanto, é preciso reiterar que, neste primeiro momento, as políticas econômicas conduzidas pelos militares e tecnoburocratas associados ao capital multinacional e associado, ocasionaram mudanças significativas para a classe trabalhadora. Mudanças que representaram em grande medida, severas degradações para os trabalhadores. Alterações que iam da elevação no preço de produtos básicos, perpassavam pela defasagem na correção salarial (impulsionados para baixo) e chegavam no controle de sindicatos, de

¹¹² A pesquisa de Fabrício Augusto de Oliveira, chamada *A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil* demonstra que “a estimativa de inflação para 1965, 1966 e 1967 fora de respectivamente, 25%, 10% e 5%; não obstante, a inflação efetivamente ocorrida foi de, respectivamente, 46%, 41% e 25% nesses anos” (OLIVEIRA, 1981, p. 40).

movimentos, de organizações trabalhistas, diminuíam a atuação do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho, cerceavam o direito à greve e ocasionavam um aumento na rotatividade da mão de obra, na ausência de uma reforma agrária e na diminuição do poder de barganha dos trabalhadores. A partir da conjunção dessas circunstâncias, nesta conjuntura construída pelos militares e tecnoburocratas, estavam lançadas as bases para um modelo no padrão de acumulação capitalista (que perpassaria os vinte um anos de ditadura) que estava intrinsecamente ligado à “concentração de renda, da riqueza e na exclusão social” (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 33).

Na segunda fase econômica, correspondente à conjuntura entre 1967/8 e 1974, há um certo consenso em considerar que houve um reordenamento no bloco dirigente, tendo em vista uma maior participação das frações empresariais nacionais no centro de comando das decisões políticas e econômicas. Isto é, forças do capital industrial nacional passaram a atuar efetivamente enquanto um grupo de pressão de seus interesses no fomento das políticas econômicas que seriam desenvolvidas pelo Estado. Nesse sentido, um outro bloco de reformas foi arquitetado e executado, de modo a expandir o padrão de acumulação capitalista, como por exemplo, mudanças nas políticas fiscal, tributária e no sistema financeiro. O principal problema da ordem econômica que era a inflação, passou a ser enfrentado com as alterações feitas no campo monetário, a fim de projetar o crescimento econômico. Assim, com a reforma tributária, o poder de arrecadação da União passará a ser muito mais amplo, o que por sua vez, permitiu que programas de investimentos, incentivos e crédito pudessem ser criados.

Por isso, será preciso compreender como essas alterações implicaram diretamente no conjunto das ações promovidas pelo governo estadual de Ernani Sátyro, como por exemplo, as ditas “obras e realizações” do governador podem ser compreendidas quando fazemos este recorte mais amplo da política econômica que estava em curso no âmbito da União. Ao mesmo tempo, na compreensão acerca das transformações em torno da política econômica gerida nacionalmente, em sua interface com as continuidades que podem ser enxergadas em âmbito local, também é possível visualizar e interpretar os limites e as contradições que o “milagre” econômico também impingiu no estado da Paraíba.

No final do governo Castelo Branco, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), havia introduzido os primeiros “mecanismos de correção monetária” para compensar as perdas tributárias e fiscais. Isto é, em muitos casos, ocorria que os tributos não eram arrecadados devido a inadimplência de muitos contribuintes e, aliado a isto, não constava medidas para corrigir o atraso nos pagamentos, nem tampouco, havia o

estabelecimento de punições para esse tipo de ação. Portanto, uma das primeiras medidas para sanar esta gargalo nas contas do governo, os militares e tecnoburocratas promoveram a “introdução de mecanismos de correção monetária dos impostos e de multas elevadas, além da implementação de leis criminalizando a sonegação ou o atraso de pagamentos, representaram elementos que viabilizaram a ação arrecadatória do Estado” (BASTOS, MATOS, BARONE, 2018, p. 35-36).

Isto implicou diretamente na ampliação do poder de arrecadação do Estado, fazendo com que novos recursos fossem captados e pudessem ser revertidos no processo de acumulação capitalista. Os dados quantitativos demonstram este salto de arrecadação da seguinte forma

Os efeitos da reforma sobre a arrecadação federal podem ser descritos pelos seguintes dados: a receita federal subiu de 7,8% do PIB, em 1963, para 8,3, em 1964, 8,9% em 1965, para 11,1% em 1966. Esta ampliação da receita teve papel decisivo para redução do déficit público, que caiu de 4,2% do PIB, em 1963, para 3,2% em 1964, para 1,6% em 1965 e para apenas 1,1% em 1966. Em 1960, a carga tributária bruta brasileira representava 17,4% do PIB; em 1965, 19% do PIB e, em 1970, quando já havia saltado para 26% do PIB, mantendo-se nesse patamar até às vésperas da promulgação da Constituição de 1988 (MATOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 37)

O que se percebe à primeira vista, é o crescimento dos valores brutos da arrecadação tributária. No entanto, outros fatores também contribuíram para tal crescimento. Por exemplo, “ampliação do Imposto de Renda”, “aumento nas alíquotas de diversos impostos” como Imposto de Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), e Imposto Sobre Serviços (ISS). Além disso, houve uma concentração de recursos que passaram a ser destinados à União, em detrimento da diminuição de valores que eram repassados a estados e municípios.

Este molde da reforma tributária poderia nos levar a crer que a ampliação na captação de impostos, significaria um poder maior de investimento em áreas historicamente marcadas pela desigualdade, como por exemplo, na forte concentração de renda existente na formação econômica e social do nosso país. Por outro lado, como já destacamos anteriormente, as bases sociais e ideológicas dos fundadores e condutores dessas reformas, demonstram que elas foram forjadas a partir do interesses da classe dominante e dirigente no período de exceção desta época. Uma prova desse argumento pode ser encontrada na partilha de investimentos elaborados pelos militares, a partir dos seguintes dados

Os gastos com a infraestrutura econômica e serviços mantiveram-se elevados durante todo o período, tendo atingido a média de 24% dos gastos federais entre 64/66, 23,7% entre 67/69 e 18% entre 70/73. Já os gastos com bem-estar social

se apresentaram declinantes: 4,8% para 64/66, 4% para 67/69 e tão somente 2% entre 70/73 enquanto Defesa e Segurança aumentaram de 17,9% para 24,1% e 22,8% nos mesmos períodos. (OLIVEIRA, 1981, p. 104).

Portanto, a nova composição das forças burguesas que atuavam junto ao núcleo militar foi responsável pelo desenvolvimento de reformas tributária, trabalhista e financeira. Ao mesmo tempo, é importante destacar que a concepção orientadora dessas reformas estava baseada em um “caráter fortemente concentrador de renda e de patrimônio” que “construíram um padrão de acumulação socialmente excludente” (MATOS, BASTOS, BARONE, 2018, p. 38). Foi a partir desse cenário, dessa nova conjugação de forças que combinava expansão do padrão de acumulação capitalista com a repressão e exclusão social que estruturou a execução do “milagre econômico” entre 1968 e 1974.

Nesse território moldado pela interferência das frações de classe da burguesia nacional, há de se destacar a influência exercida pelo ministro Antônio Delfim Neto, pois ele mesmo “representava a resposta à pressão dos aparelhos privados de hegemonia empresariais e atendia amplamente aos empresários brasileiros” (CAMPOS, 2014, p. 416). Iniciava-se, portanto, um período marcado por decisões econômicas que correspondiam aos interesses da elite industrial brasileira. Ou seja, os programas desenvolvidos nesta época: *Metas e bases para ação do governo; I Plano Nacional de Desenvolvimento* e o *Projeto de Integração Nacional*, tinham como pano de fundo a execução de propostas alinhadas à acumulação de capital que privilegiava a plutocracia, principalmente aquela composta por agentes econômicos da construção pesada, que concentrou as parcelas mais vultuosas de investimentos públicos para a execução de grandes projetos e grandes obras.

O período em que Delfim Neto esteve à frente do Ministério da Fazenda ficou conhecido como “delfinato” marcado por algumas características: inicialmente, percebe-se “um crescimento econômico que tinha continuidades com o modelo que foi implementado em 1955, em que o carro chefe da economia se baseava na predominância de bens de consumo duráveis, controlado pelo capital multinacional e dependente da liquidez internacional” (CAMPOS, 2014, p. 417). Em segundo lugar, há uma expansão de crédito proveniente dos acordos entre as empreiteiras, governo brasileiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a USAID. Em terceiro, aliado à concessão de empréstimo para desenvolvimento de tecnologia, ainda ocorreu um benefício fiscal tendo em vista a diminuição da alíquota de contribuição das empreiteiras para 1,5%. E por último, aproveitando o Congresso Nacional fechado devido ao AI-5, os militares

instituíram uma reserva de mercado para que todas as obras públicas fossem realizadas por empresas nacionais. (CAMPOS, 2014, p. 419-420).

Dadas todas estas condições a indústria nacional garantia um lastro de desenvolvimento que puxava o PIB nacional para cima.¹¹³ Um exemplo disto são as empreiteiras que se especializaram na construção de rodovias. Para se ter uma ideia “a quantidade de rodovias pavimentadas praticamente dobrou entre 1964 e 1971 passando de 12.157 quilômetros para 23.551 Km. Só na década de 1970 passou dos 23 mil para 47.500 quilômetros e a rede rodoviária saltou de 53,2 mil quilômetros para 88,5 mil Km. (CAMPOS, 2014, p. 423).

Para o setor rural foram desenvolvidos o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (Proterra), bem como o Plano Nacional de Tratores que tinham como objetivo a modernização técnica da agricultura, bem como a produção de máquinas e equipamentos (CAMPOS, 2014, p. 424).

Isto teve como resultado o seguinte: “[...] o período mais duro, autoritário e repressivo do regime foi o de maior contentamento das classes dominantes residentes” (CAMPOS, 2014, p. 416). Tratou-se do “auge do poder dos empreiteiros na ditadura”, tendo em vista o “volume de obras públicas que possibilitou o crescimento dessas empresas e a obtenção de altas taxas de lucro” (CAMPOS, 2014, p. 425).

No entanto, apesar destes números e cifras chamarem atenção, é preciso realizar uma leitura crítica desse crescimento econômico. De início, a pergunta que se apresenta é: será que esses índices implicou uma mudança qualitativa na vida dos brasileiros das classes mais baixas? Quanto a isso, a historiografia aponta para algumas contradições inerentes a este momento, principalmente no que concerne aos aspectos relacionados às áreas sociais. Por exemplo, Marcos Napolitano afirma que “apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais desse processo de maneira sustentável e equânime” (NAPOLITANO, 2014, p. 147).

É importante recuperar algumas informações que demonstram a fragilidade do tão propagandeado - até os dias atuais - “milagre econômico”. Primeiro: o “salário mínimo teve uma perda real de 15% entre 1967 e 1973”; em 1970, “a mortalidade infantil não representava os números de uma potência econômica em ascensão com 120 crianças falecidas em um conjunto de 100 mil habitantes” (NAPOLITANO, 2014, p. 149). Outro

¹¹³ Produto Interno Bruto: “1968-9,8% / 1969-9,5% / 1970-10,4% / 1971-11,3% / 1972-11,9% / 1973-14% / 1974-8,2% / 1975-5,2%.” (NAPOLITANO, 2014, p.147).

aspecto assinalado por Pedro Henrique é que “além disso, as inversões em rodovias e hidrelétricas não eram acompanhadas em investimentos em saúde e educação e o número de desnutridos se elevou de 27 milhões (1961-1963) para 71 milhões - 67% da população - (1968-1975)” (CAMPOS, 2014, p. 418). Além disso, a concentração de renda foi uma das características mais contundentes desse período já que “5% da população mais rica do país contribuía com 36,3% , enquanto 80% dos mais pobres contribuía com 36,8%” (NAPOLITANO, 2014, p. 164). Ou seja, a renda de 80% da população brasileira correspondia ao equivalente a renda de 5%, demonstrando como a desigualdade social e a concentração de renda se acentuaram na mesma proporção das cifras de crescimento quantitativo do PIB.

Em suma, ao tratar sobre o tão dito “milagre”, é preciso enfatizar que esse processo econômico foi resultado de um projeto político que ambicionava a expansão da acumulação capitalista, que por sua própria essência, foi pautado pela percepção ideológica de intelectuais orgânicos como Roberto Campos, Octávio Bulhões, Delfim Netto, entre outros que colocaram em execução uma proposta que resultou na ampliação da desigualdade social, na concentração de renda, na exclusão social e na repressão. O tal “milagre econômico” não foi capaz de curar os problemas estruturais e históricos da sociedade brasileira. Será que operou “milagre” na economia paraibana?

3.2 - O GOVERNO DE ERNANI SÁTYRO E O “MILAGRE ECONÔMICO”

Chegamos à problemática central: como analisar o governo Ernani Sátyro a partir das aproximações e distanciamentos, rupturas e continuidades com o modelo político implantado pelos militares e tecnoburocratas? Antes de mais nada, é preciso considerar que tal como Ernani Sátyro não inaugurou a estrutura repressiva que atuava no estado da Paraíba; mas ele acabou herdando e desenvolvendo o componente repressivo e autoritário que adveio dos governos de Pedro Gondim e João Agripino que também atuaram a partir de instrumentos coercitivos da violência como prática política e social que se conectava com o cenário mais amplo de complexo da política nacional; Ernani Sátyro recepcionou as bases econômicas oriundas dos governos anteriores. Sobretudo porque, o governo de João Agripino esteve inserido no recorte temporal inicial do "milagre econômico" entre os anos de 1967 e 1970.

Então, consideramos que para compreender melhor o desenrolar do "milagre econômico" na Paraíba durante a primeira metade da década de 1970, é preciso recuar e

esboçar quais foram as formas que as políticas econômicas estaduais assumiram e expressaram projetos e interesses a partir do governo de João Agripino. A respeito disso, precisamos dialogar com o livro *Poder local e ditadura militar. O governo João Agripino*, da autora Monique Cittadino.

A princípio, o primeiro aspecto a considerar é que o governo de João Agripino perpassou por um período de transformações relacionadas às reformas que foram apresentadas no bloco anterior. Como vimos, a proposta central era adequar o processo de acumulação capitalista a partir dos interesses da elite multinacional e associada. No entanto, o desencadeamento desse processo em um país como o Brasil, caracterizado por um capitalismo dependente, periférico e desigual, acabou reforçando as distorções regionais que atendiam os interesses provenientes das frações econômicas do centro-sul em detrimento da região nordeste.

Isso se refletiu ao longo do governo de João Agripino em que houve situações econômicas de relativa instabilidade. Por exemplo, quando ele assumiu a chefia do executivo estadual a situação era “desalentadora” (AGRIPINO apud em CITTADINO, 2006, p. 181). No balanço econômico financeiro entre 1966-1970, em três anos, a diferença entre a receita e a despesa fechou com saldo deficitário¹¹⁴, embora o conjunto geral fechasse superavitária. No ano primeiro ano de governo, João Agripino se viu obrigado a contrair um empréstimo de 5 milhões de Cruzeiros Novos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A mesma situação voltou a ocorrer em 1967. Além disso, outro “baque” nas contas públicas dos estados periféricos foi gerado a partir da Reforma Tributária de 1966. A respeito dessa reforma, Cittadino afirma que

No que se refere às repercussões sobre a federação, a reforma fiscal aprofundou a centralização econômico-financeira, uma vez que transferiu para a União todas as decisões referentes a tributação, limitando a autonomia de estados e municípios ao proibí-los de decretar novos impostos e de reajustar alíquotas dos tributos que permanecessem sob sua competência. Além disso, a reforma transferiu para o âmbito federal a prerrogativa de cobrança de impostos que eram da alçada de estados ou municípios, o que terminou por repercutir de forma incisiva sobre as finanças dessas instâncias de governo, tornando-os muito mais dependentes do governo central. Antes da reforma tributária de 1966, o principal imposto a cargo dos estados era o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) substituído, quando da reforma, pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Apesar do aumento da alíquota do ICM, a sua implantação foi deletéria para as finanças estaduais, a exceção do estado de São Paulo, que sofreram substanciais perda em arrecadação (CITTADINO, 2006, p. 185)

¹¹⁴ 1966: -2.728.00 / 1967: +24.600.958 / 1968: -10.545.517 / 1969: 22.998.681 / 1970: -17.235.662 (CITTADINO, 2006, p. 207).

Isso manifesta com clareza que as medidas tomadas pela Reforma Tributária acabou gerando impactos negativos para estados e municípios, uma vez que a proposta executada centralizou as principais fontes de recursos para o âmbito da União. A conversão do IVC para o ICM, combinada com o engessamento das atribuições relativas aos estados e municípios implicou em uma crescente dependência desses entes em relação à União. E mesmo que, a tecnocracia autocrática tenha desenvolvido o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a queda na arrecadação, a diminuição na receita acentuaram o efeito de dependência dos estados e municípios, que se tornou a regra na mediação com a União.

A consequência subsequente desse processo foi o endividamento dos estados e municípios que passaram a recorrer às chamadas Operações de Crédito junto o governo federal. Nesse sentido, o governo de João Agripino fomentou uma política econômica que por um lado, projetou a execução na contenção dos gastos, arrocho salarial e na austeridade das contas públicas; mas por outro lado, buscou captar as Operações de Crédito¹¹⁵ e os investimentos estrangeiros como forma de “tocar para frente” os projetos para alavancar a economia local. Segundo aponta Cittadino, no ano de 1967, “João Agripino endereçou um ofício ao ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, apontando a queda na arrecadação em decorrência da substituição do IVC pelo ICM”. Por este motivo, solicitava a concessão de uma Operação de Crédito orçada em 10 milhões de Cruzeiros Novos (CITTADINO, 2006, p. 190-191). Ainda em 1967, o esforço do governo estadual foi buscar captar um empréstimo no valor de 15 milhões de dólares, junto a instituições financeiras estrangeiras. Apesar das investidas estaduais, nenhum desses recursos citados chegou no ano de 1967.

Todavia, a partir de 1968-1969, houve a concessão de crédito no valor de 10 milhões de dólares referentes ao investimento dos bancos privados estrangeiros¹¹⁶. Esse montante seria aplicado na construção do chamado “Anel do Brejo”, rodovia que interligava as cidades de Campina Grande, Esperança, Remígio, Areia, Alagoa Grande e Juarez Távora (trecho 1) e Remígio, Arara, Solânea, Bananeiras, Pirpirituba, Guarabira e Sapé (trecho 2).

¹¹⁵ As Operações de Crédito foram realizadas em todos os anos do governo de João Agripino: “1966 = 19.672.00; 1967 = 41.367.000; 1968 = 4.038.674; 1969 = 28.405. 951; 1970 = 56.938.583” (CITTADINO, 2006, p. 203).

¹¹⁶ Os bancos estrangeiros que concederam o empréstimo foram: “Bankers Trust Company, Girard Trust Bank, National Bank of North America, The Bank of New York, Crocker-Citizens Internacional Bank e Franklin National Bank” (CITTADINO, 2006, p. 199).

Em que pese as dificuldades econômicas enfrentadas ao longo do mandato, o governo de João Agripino conseguiu estabelecer uma elevação das receitas, mas ao mesmo tempo, gerou uma elevação nas despesas. Conforme dito anteriormente, apesar de três anos as contas terem fechado no negativo, os dois anos que tiveram saldo positivo possibilitaram que na passagem de governo entre Agripino e Ernani Sátyro houvesse um saldo positivo de 17 milhões. Por outro lado, a contração das Operações de Crédito deixaram uma dívida pública a ser saldada entre 1971 e 1974, no valor de 140 milhões (CITTADINO, 2006, p. 207-208).

Esses saldos relativamente positivos do governo João Agripino, propiciou um conjunto de ações “modernizantes”, que em certa medida, têm correspondência com as marcas do “milagre econômico”. Alguns dos projetos de desenvolvimento de infraestrutura foram: eletrificação¹¹⁷, o Hotel Tambaú, a polêmica pavimentação da BR-230 e do “Anel do Brejo” e por fim, a industrialização. No entanto, gostaríamos de nos deter com um pouco mais de ênfase nos dois últimos itens: pavimentação das estradas e industrialização, pois versam sobre temas sensíveis e necessitam de questionamentos mais amplos.

Mencionamos a “polêmica pavimentação da BR-230 e do Anel do Brejo”, pois no texto escrito por Monique Cittadino, há menções a respeito do processo de escolha da empreiteira que deveria assumir a obra mediante concorrência pública via licitação. Dos sete trechos que interligam Campina Grande à Pombal, nos sete trechos (e em sete editais) a construtora vencedora foi a Camargo Corrêa. Esse trajeto perfaz um total de 247 quilômetros e custou 35 milhões de Cruzeiros Novos (CITTADINO, 2006, p. 217). Tal semelhança também ocorreu com o Anel do Brejo. Como dito anteriormente, o Anel do Brejo era dividido em dois trechos e totalizava 170 quilômetros. O governo do estado lançou o edital de concorrência para apenas um trecho e a construtora vencedora foi a Camargo Corrêa. Como se não bastasse tamanha semelhança, “um aditivo ao contrato foi adicionado, estabelecendo que a Camargo Corrêa passaria a responder por toda obra” (CITTADINO, 2006, p. 222).

Diante dessas circunstâncias, surgiram uma série de dúvidas, questionamentos e críticas a respeito da lisura no processo de escolha da construtora responsável pela execução das obras. No entanto, segundo a própria autora Monique Cittadino era preciso que

¹¹⁷ Ao final do mandato, “havia sido eletrificadas 103 sedes de municípios, 23 distritos e implantados ou reformados 1.731 Km de linhas de transmissão” (CITTADINO, 2006, p. 212)

uma obra das dimensões da BR-230 exigisse a participação de uma grande empreiteira, habilitada não só técnica, como financeiramente para o empreendimento, sendo capaz de, por exemplo, diante dos atrasos de pagamento, conseguir manter a obra em atividade, conforme o depoimento do engenheiro civil do DNER, Joaquim Antonio Pessoa Silveira, diretor do Serviço Técnico Distrital daquele órgão no período do governo João Agripino (CITTADINO, 2006, p. 215)

A autora utiliza o relato do engenheiro do DNER que atuou no período do governo de João Agripino, para repassar a ideia de que as “firmas locais foram afastadas do processo face à impossibilidade da obra ser executada por uma empresa de pequeno porte” (CITTADINO, 2006, p. 216). Pelas palavras do engenheiro responsável “as licitações foram absolutamente legais. Os processos passavam por mim [...] a gente analisava as concorrências, todas as licitações, analisava os preços e tudo foi absolutamente legal” (SILVEIRA citado em CITTADINO, 2006, p. 216). Além disso, outras construtoras também participaram do processo de concorrência como a Metropolitana e a Andrade Gutierrez, reforçando a percepção de que não houve irregularidade no procedimento.

No entanto, é preciso redimensionar algumas abordagens, sobretudo porque a partir de pesquisas mais recentes, por exemplo como a que resultou no já citado livro *Estranhas Catedrais* do autor Pedro Henrique Pedreira Campos, que refletiu e problematizou as relações sistemáticas que havia entre os agentes públicos e os construtores do ramo da engenharia pesada. Ou seja, entre o poder autoritário e os representantes da construção civil havia uma íntima relação, que modelava o campo de investimentos do Estado a fim de que se destinassem à execução de grandes projetos que estes mesmos empreiteiros dominavam e hegemonizaram. A respeito disso, Pedro Henrique Pedreira Campos afirmou que

Na composição política de então, os empreiteiros tinham forte presença no aparelho de Estado, com boa representação na pasta dos Transportes e, em alguns casos, canal direto com o ministro da Fazenda. Essa posição central dos construtores no bloco de poder, ao lado de outros industriais, resultou em políticas altamente favoráveis às suas atividades. (CAMPOS, 2018, p. 146)

A partir daí, vê-se uma interlocução entre os empresários da engenharia com integrantes centrais do aparelho burocrático. Por isso, “não à toa, os empresários da construção pesada se referem ao ano de 1967 como a ‘retomada’” (CAMPOS, 2018, p. 144). Outra informação importante que nos ajuda a refletir sobre a atuação da Camargo Corrêa, é a seguinte

[...] o alvo principal dos benefícios da Fazenda eram os grandes empreiteiros. Delfim, ligado a Sebastião Camargo (Camargo Corrêa - CC) e com relações e elogios públicos a outros empresários da construção pesada (Mendes Júnior,

Constran e Cetenco), intercedia nas concorrências em favor dessas grandes companhias, sobretudo a CC (CAMPOS, 2018, 149-150)

Por essas novas citações, podemos ao menos questionar quatro elementos: 1) O engenheiro do DNER, Joaquim Antonio Pessoa Silveira, que foi entrevistado por Monique Cittadino, informou no seu relato que o processo de licitação “foi baseado no sistema americano de critérios técnicos e foi o primeiro a ser aplicado no Brasil”, pois “levava em conta a quantidade de equipamentos, a capacidade técnica e profissional da empresa e a capacidade financeira para execução da obra” (SILVEIRA, citado em CITTADINO, 2006, p. 215-216). Ou seja, a mudança no perfil de escolha das empreiteiras atendeu aos interesses de que tipo de construtora? 2) Conforme mencionado anteriormente, a Camargo Corrêa venceu sete licitações diferentes para executar a BR-230. Não seria uma coincidência muito significativa? 3) O engenheiro do DNER disse que as “licitações foram absolutamente legais. Os processos passavam por mim”. Será que o engenheiro se auto denunciaria por um possível ato infracional na manipulação dos resultados da licitação? 4) No final de seu livro, a autora Monique Cittadino, ela mencionou que em 1974, João Agripino “assumiu o cargo de diretor-presidente da Camargo Corrêa Industrial S/A e Camargo Corrêa Brawn Boveri S/A. No grupo Camargo Corrêa, João Agripino ainda foi vice presidente da Construções Camargo Corrêa S/A” (CITTADINO, 2006, p. 350). Não seria, mais uma vez, uma forte coincidência, João Agripino ter alçado ao cargo de diretor-presidente e depois vice-presidente da empresa que venceu, ao todo, oito licitações dos maiores projetos rodoviários da Paraíba em execução entre 1966 e 1970?¹¹⁸

3.3 - AS MARCAS DO “MILAGRE ECONÔMICO” NA PARAÍBA

“A PARAÍBA ENCERRA HOJE UM PERÍODO DE SUA HISTÓRIA QUE SE CARACTERIZOU NO SLOGAN CONSTRUIR E HUMANIZAR.

Estamos em fase de progresso e desenvolvimento. A Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas congregando aqueles que ajudam o Governo na grande obra de fazer a Paraíba mais forte e seu povo mais feliz, saúda o governador Ivan Bichara, com os melhores votos de uma administração próspera e fecunda Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas.”

(*Jornal A União*, 15 mar. 1975)

¹¹⁸ Se não podemos afirmar categoricamente que a execução de uma das maiores rodovias do estado da Paraíba adveio de um processo escuso, duvidoso, nebuloso e cheio de “coincidências”; ao menos, podemos questionar e problematizar e deixar a reflexão para futuras pesquisas que buscarem refletir a respeito deste assunto.

“ERNANI SÁTYRO SERÁ SÓCIO HONORÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

A Associação Comercial de Campina Grande, em Assembleia Geral, realizada segunda feira, aprovou a concessão do título de Sócio Honorário ao governador do Estado, ministro Ernani Sátiro, em reconhecimento aos serviços que o Governo Estadual vem prestando a Campina Grande.”

(*Diário da Borborema*, 19 fev. 1975)

“DISCURSO PRONUNCIADO EM 11 DE SETEMBRO DE 1974, NA HOMENAGEM QUE LHE FOI PRESTADA PELAS CLASSES PRODUTORAS DA PARAÍBA

Recebo com a maior alegria, esta homenagem, ao mesmo tempo tão simples e tão significativa, de que foi portador, em nome das classes produtoras, meu velho e prezado amigo e colega de colégio, Renato Ribeiro Coutinho”

(*Tradição e Renovação. Discursos*, 1994)

Acima estão três ocasiões distintas que, à primeira vista, parecem não ter vínculos ou semelhanças. No primeiro trecho, está uma saudação elaborada pela Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas¹¹⁹, que foi divulgada pelo jornal *A União*, no dia 15 de março, ou seja, no dia de encerramento do governo de Ernani Sátiro e início do mandato de Ivan Bichara. Por isso, que daí podemos entender o porquê da expressão utilizada na manchete “A Paraíba encerra hoje um período de sua história que se caracterizou no slogan ‘Construir e Humanizar’”, tendo em vista que este slogan era o lema de governo utilizado por Ernani Sátiro para descrever as 1557 obras que foram feitas durante sua gestão.

O segundo recorte está relacionado à premiação de Sócio Honorário que a Associação Comercial de Campina Grande¹²⁰ entregou à Ernani Sátiro. Nesta ocasião, que diga-se de passagem, foi bastante veiculada pela imprensa, o presidente da ACCG, Francisco Medeiros Nóbrega, não faltou elogios para o governo e à pessoa de Ernani Sátiro, chegando inclusive a chamar o governador de “o mais dedicado operário da Paraíba” como também afirmou que “Ernani Sátiro recuperou o entusiasmo do campinense” (*Diário da Borborema*, 19 fev. 1975).

No terceiro caso, acompanhamos algumas palavras ditas pelo governador paraibano recebendo uma homenagem, no dia de seu aniversário, pelas mãos de um dos maiores latifundiários do estado da Paraíba, que era Renato Ribeiro Coutinho e que junto com seu irmão Carlos Antônio Ribeiro Coutinho, eram donos da CAIENA - Companhia Agro

¹¹⁹ Ao longo do texto, utilizaremos a sigla APEOP para nos referir a Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas.

¹²⁰ Ao longo do texto, utilizaremos a sigla ACCG quando for preciso citar a Associação Comercial de Campina Grande.

Industrial Santa Helena, que atuava principalmente no ramo da produção de cana-de-açúcar na região do brejo, mais especificamente em Sapé.

No entanto, o lugar de historiador nos provoca a construir perguntas que buscam dar sentido aos vários rastros do passado e por isso, a investigação procura ir além do que está posto no primeiro plano da narrativa, tentando elaborar um enredo que faça com que o acontecimento possa ter sustentabilidade dentro de uma conjuntura mais ampla. É inspirado nesta percepção que tentaremos articular essas três situações apresentadas, inserindo-as dentro do panorama político da primeira metade da década de 1970, quando se propagandeava os “feitos da Revolução de 1964” e principalmente, o crescimento obtido pelo “Milagre econômico”. Ainda assim, discutiremos o lugar de Ernani Sátyro nestas ocasiões, atentando especialmente, para os vínculos que foram estabelecidos com essas instituições representativas das classes dominantes do estado.

De início, algumas perguntas poderiam alargar o horizonte da problemática que tentaremos adentrar: o que possibilitou a Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas¹²¹ tecer uma espécie de agradecimento ao período de “progresso e desenvolvimento” do governo que tinha como lema “construir e humanizar”? Será que essas construtoras tinham parte no programa de obras que foi empreendido durante o mandato de Ernani Sátyro que propagandeava 1557 realizações?

No caso da Associação Comercial, quais os interesses foram contemplados para que o empresário Francisco Medeiros Nóbrega e toda a entidade da classe comerciante de Campina Grande tivesse tantos agradecimentos à Ernani Sátyro? Quais as medidas tomadas pelo governo do estado para que o setor de indústria e comércio acompanhasse o crescimento econômico?¹²²

E no caso das “classes produtoras”, quais situações anteriores permitiram que Renato Ribeiro Coutinho, notadamente conhecido pela atuação política, bem como pelos vastos hectares de terra destinados à produção de cana-de-açúcar, prestasse homenagens ao governador? Um indicativo desses bons tempos - para os latifundiários - da produção açucareira na Paraíba está contida na mensagem colocada na reportagem do jornal *A*

¹²¹ É importante destacar também quais eram as empreiteiras que faziam parte da APEOP: SOTEMA - Engenharia Comércio e Indústria LTDA; INCA Engenharia LTDA; Construtora WALTERSILVA LTDA; ENARQ - Engenharia e Arquitetura LTDA; SAMA - Sociedade Anônima de Mecanização Agrícola; CICAL - Construtora IRMÃO CABRAL e Cia. LTDA; CONPASA - Construtora Paraibana S/A; COJUDA - Construtora Julião - LTDA; CONTENOBRAS - Construtora LTDA; Construtora RODOARTE LTDA. (*Jornal A União*, 15 mar. 1975).

¹²² É importante destacar também, que no mesmo ano de 1974, a Junta Comercial do Estado da Paraíba (JUCEP), presidida pelo empresário Francisco Ferreira de Andrade, também prestou homenagens à Ernani Sátyro. (*Jornal A União*, 20 Ago. 1974)

União, que somente a Usina Santa Helena, após a modernização de seu parque tecnológico, conseguiu produzir 550 mil sacos de açúcar e a estimativa era de que no prazo de dois anos esse número saltasse para um milhão de sacos (*Jornal A União*, 15 mar. 1975).

Ou seja, percebemos que em quatro setores econômicos diferentes: construção civil, indústria, comércio e agricultura, neste período da primeira metade da década de 1970, os números das cifras de lucro pareciam estar fechando com o saldo positivo. No entanto, é preciso ampliar a contextualização do momento que envolve estes acontecimentos narrados e sempre que necessário, estaremos voltando a eles para dar sentido à crítica ao projeto que essas classes dominantes colocaram em prática durante este período.

3.3.1 - INDUSTRIALIZAÇÃO

Um dos setores mais que passou por um processo de expansão durante a gestão do governo Ernani Sátyro foi a indústria. Isso ocorreu devido às condições lançadas pelo governo de João Agripino que buscou dotar o estado uma infra estrutura técnica e burocrática que propiciasse a formação de bases para atrair novas indústrias. Como exemplo, podemos citar a criação da Secretaria do Planejamento e Coordenação Econômica (SEPLAN), o Fundo de de Industrialização do Estado da Paraíba (FUNDESP) e a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP). Segundo Monique Cittadino

Ao FUNDESP cabia a captação de recursos necessários a operação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, a atração de novos capitais a serem investidos na Paraíba e o financiamento de projetos industriais considerados prioritários para o desenvolvimento do estado. (CITTADINO, 2006, p. 260).

O FUNDESP era coordenado pela CINEP que tinha como proposta central a administração, o desenvolvimento, ampliação e melhoria dos distritos industriais. Aliada a essa burocracia voltada para a industrialização do estado, o governo João Agripino editou o decreto 4.312 de 1967, que regulamentava a política para a concessão de incentivos fiscais para as empresas que tivessem o interesse de se instalar na Paraíba. A *Revista do Fisco*¹²³ em uma edição dedicada exclusivamente para o dia da indústria, recupera a importância desse decreto que firmava os incentivos fiscais em três pontos: “compensação

¹²³ A *Revista do Fisco* foi criada em 1969 e foi desenvolvida pelos funcionários públicos do Fisco Estadual da Paraíba. Nesse periódico, faziam uma série de abordagens a respeito dos principais temas econômicos do estado. Todas as suas edições estão digitalizadas e disponibilizadas através do link: < <http://novarevistafisco.com.br/revistas> > Acesso em 08 jul. 2019.

financeira, o depósito no Banco do Estado e o crédito para aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos”¹²⁴.

Em conjunto com esse aparelho burocrático estadual designado para expandir as políticas de incentivos fiscais, havia outro grande expoente que atuava na instância federal/regional que era a SUDENE. Durante essa época, os principais recursos disponibilizados via Superintendência advinham dos recursos provenientes do artigo 34/18, que em síntese "repousava nos mecanismos de isenção fiscal [...] que permitia a dedução de até 50% do imposto de renda devido pelas empresas do país para investimentos no Nordeste" (CITTADINO, 2006, p. 268). A grande novidade do 34/18 também abria a possibilidade para que empresas estrangeiras também investirem na região.

Assim sendo, quando Ernani Sátiro assumiu o governo do estado, estava em curso um política de investimentos voltados para o desenvolvimento industrial do estado. Aproveitando essas condições já postas pelo governo anterior, Ernani Sátiro buscou imprimir uma proposta de continuidade na política de concessão de investimentos, incentivos fiscais e ampliação do setor industrial paraibano. Isso pode ser observado pelas informações contidas na Tabela 1 (Número de empresas beneficiárias do programa de incentivos fiscais por ano 1968-1976), ao demonstrar que nos anos de 1972 e 1974 houve o ápice na concessão de incentivos fiscais, com 32 e 23 empresas respectivamente que receberam apoio estatal.

Tabela 1 - Estado da Paraíba - Número de empresas beneficiárias do programa de incentivos fiscais por ano 1968-1976

Anos	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	Total
Nº E	04	15	0	03	32	02	23	5	2	86
%	4,6	17,4	-	3,4	37,2	2,3	26,7	5,8	2,3	100%

Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio da Paraíba, 1978. Disponível em: CITTADINO, 2006, p. 259.

¹²⁴ Incentivos fiscais na Paraíba. Evolução e novas Tendências. Revista do Fisco. Paraíba, nº 12, p. 9, mar./abr/maio. 1971.

Tabela 2 - Estado da Paraíba - N° de estabelecimentos industriais 1960-1975

Anos	1960	1970	1975	Incremento entre 1960-1970
N° de Est.	1.157	2.552	2.489	115,1%

Fonte: IBGE, Censo Industrial da Paraíba, 1960, 1970 e 1975. Disponível em: CITTADINO, 2006, p. 289.

Em consonância com o aumento das empresas que recebem concessão fiscal, também houve o aumento no número de estabelecimentos industriais entre 1960-1975, conforme vemos a partir da tabela 2. Crescimento significativo tendo em vista que na comparação dos dados, o incremento foi correspondente ao valor de 115%. Mesmo que tenha ocorrido uma queda entre os anos de 1975-1970, segundo a Monique Cittadino em decorrência "dos pequenos estabelecimentos (com menos de 5 pessoas) que caíram de um total de 1.757 para 1.159 estabelecimentos, enquanto que, aqueles com mais de 5 pessoas empregadas cresceram de 795 para 1330" (CITTADINO, 2006, p. 288).

Tabela 3 - Estado da Paraíba - Ano de instalação - número total de estabelecimentos 1960-1975

Anos	Até 1960	1961 - 1965	1966 - 1967	1968	1969	1970	1966 - 1970	1971 - 1975
Total	925	469	306	269	303	232	1110	1040

Fonte: IBGE, Censo Industrial da Paraíba, 1960, 1970 e 1975. Disponível em: CITTADINO, 2006, p. 290.

Tal crescimento na ordem de 115% gerou um avanço na posição ocupada pela Paraíba entre os estados nordestinos em relação à industrialização. O processo global demonstra que a "Paraíba saiu da última colocação no número de estabelecimentos industriais em 1959, para a sexta posição em 1975" constituindo o "mais alto salto percentual de crescimento médio ao ano dentre os estados nordestinos (4,9% ao ano)" (CITTADINO, 2006, p.288).

Um detalhe importante relaciona-se com a questão do perfil industrial estabelecido aqui na Paraíba. Basicamente, quatro ramos industriais monopolizavam o segmento secundário da economia paraibana. Os setores de "alimentos, mobiliário, minerais não metálicos e têxtil [...] Esses quatro setores respondiam por 76,8% no número de estabelecimentos, no ano de 1975" (CITTADINO, 2006, p. 288). Este aspecto, como veremos com mais detalhamento adiante, mostraria como o processo de industrialização no

estado foi marcado pela concentração em áreas, segmentos e setores específicos, ocasionando uma baixa dinamicidade do setor industrial.

Outro dado que demonstra uma expansão do setor secundário na PB pode ser obtido através do número de pessoal ocupado nos estabelecimentos fabris (Tabela 4). Quando comparamos os anos de 1959 a 1970, em que houve um aumento de pouco mais de dois mil novos postos de trabalho; em comparação com o período de 1970 a 1975, houve um aumento de mais de dez mil empregos nos estabelecimentos fabris. Ou seja, durante os cinco anos do governo de Ernani Sátyro, houve um crescimento significativo no número de postos de trabalho (10.661), se comparado com os dez anos anteriores em que foram criados (2.547).

Tabela 4 - Estado da Paraíba - Pessoal ocupado por gênero de indústria 1960-1975

Anos	Até 1959	Até 1970	Até 1975	Incremento entre 1975 - 1960
Total	17.215	19.762	30.423	76,7%

Fonte: IBGE, Censos Industriais da Paraíba, 1960, 1970 E 1975. Disponível em: CITTADINO, 2006, p. 292.

Tabela 5 - Estado da Paraíba - Valor de produção industrial 1959-1975

Anos	1959	1970	1975	Incremento entre 1975 - 1960
Total	581.388,70	698.597,94	1.900.038,65	226,81%

Fonte: IBGE, Censos Industriais da Paraíba, 1960, 1970 e 1975. Disponível em CITTADINO, 2006, p. 294.

Tabela 6 - Estado da Paraíba - Valor de transformação industrial 1959 - 1975

Anos	1959	1970	1975	Incremento entre 1975 - 1960
Total	221.258,22	288.205,25	768.927,15	247,5%

Fonte: IBGE, Censos Industriais da Paraíba, 1960, 1970 e 1975. Disponível em: CITTADINO, 2006, p. 295.

Esse cenário que acabou atrelando: incentivos fiscais tanto por parte do governo do estado. como por parte do governo federal através da SUDENE foram responsáveis por criar condições atrativas para inserção de indústrias e geraram um crescimento quantitativo do setor industrial estadual. Então, o arcabouço fabril que era incipiente passou por transformações e investimentos que puderam alavancar o poder de produção desse setor.

Conforme podemos perceber pelas tabelas anteriores 5 e 6, em que tratam do valor de produção e do valor de transformação industrial, respectivamente, que tiveram um incremento de 226,81% (valor de produção) e 247, 5% (valor de transformação industrial) durante o período entre 1960 e 1975.

Tabela 7 - Nordeste - Produto Interno Bruto a custo de fatores, no setor de Indústria e serviços industriais de utilidade pública, segundo os Estados do Nordeste - 1970 - 1975.
(Valor Cr\$ 1.000.000).

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Maranhão	258,9	301,0	339,2	588,0	973,2	1.040,9
Piauí	188,6	245,6	330,5	402,8	524,7	631,5
Ceará	672,2	835,7	1.030,3	1.396,7	2.115,8	3.264,6
R G do Norte	261,2	368,3	465,4	688,3	1.003,7	1.366,5
Paraíba	381,3	363,8	516,1	787,1	1.254,4	1.956,8
Pernambuco	1.511,8	2.003,6	.876,6	3.767,7	5.895,9	8.890,4
Alagoas	305,9	399,8	497,9	628,5	1.104,4	1.622,3
Sergipe	252,3	353,5	495,3	617,3	1.018,1	1.459,5
Bahia	2.004,9	2.921,3	3.974,2	5.734,8	9.164,9	13.525,5
NORDESTE	5.837,3	7.792,6	10.525,5	14.611,2	23.055,1	33.758,0

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife,

Por fim, a partir da Tabela 7, podemos acompanhar a evolução do PIB industrial paraibano entre os anos de 1970 e 1975. Um PIB industrial que no ano de 1970 correspondia a Cr\$ 381,300 e saltou para Cr\$ 1.956.800. Demonstrando um crescimento relativo de pouco mais de 400% durante o período em que Ernani Sátyro esteve à frente do governo.

3.3.2 - OBRAS E CONTAS PÚBLICAS

No dia 01 de março de 1975, o jornal *Diário da Borborema* lançou no caderno especial uma reportagem intitulada “1557 Obras”. Trazia uma imagem de Ernani Sátiro e de seus secretários e o seguinte texto

A ação foi a tônica. Construir e humanizar foi o meu lema. A Paraíba andou em tempo de trabalho. Obras mudaram a feição do estado, pela atualidade, pela dimensão social, pelo significado econômico. Quatro anos de trabalho até o último dia. Os edifícios, as estradas, os estádios, as adutoras, são obras que vemos, tocamos e sobre elas caminhamos. São a infraestrutura para que delas brotem e cresçam produtoras [...] Construir e humanizar. Aí está o binômio que inspirou o trabalho político no melhor dos sentidos. [...] Polícia para garantir a ordem e a liberdade (*Diário da Borborema*, Caderno especial. 01 mar. 1975)

Retomando o lema de governo apresentado por Ernani Sátiro, baseado no binômio “Construir e Humanizar” adentramos em um campo de análise crucial para entender e interpretar o arcabouço da atuação política do governador do estado. Isso porque, sem sombra de dúvidas, esse aspecto de enfatizar “as obras”, “que a Paraíba andou em tempo de trabalho”, “trabalho até o último dia”, esboçando os “edifícios, os estádios e as adutoras”, tudo isso foi um jargão comum ao longo do governo Ernani Sátiro. Aliás, essa retórica política de publicizar cotidianamente o que estava sendo “feito” foi o carro-chefe da propaganda estabelecida ao longo de 1971 e 1975.

Tal pensamento segue a proposta de buscar perceber que o programa de obras empreendido durante este período (1971-1975), também seguiu algumas linhas de continuidade com o que foi executado na política nacional. Ou seja, além dessas “obras e realizações” estarem inseridas em um esquadro econômico de privilegiamento das elites e de desenvolvimento do capitalismo; por outro lado, também é possível encontrar uma diversidade de documentos que indicam como as “obras e realizações” serviram como forma de propaganda política junto à sociedade. Sobre este último aspecto, Pedro Henrique afirma que

Uma forma pela qual as políticas da ditadura para as firmas de construção se mostraram foi nas **grandes obras que viraram emblemas do regime**. Projetos como a Transamazônica, Itaipu, a ponte Rio-Niterói, as usinas de Angra e outras “estranhas catedrais” eram apresentados como sinal de desenvolvimento e modernidade do país e, apesar das polêmicas, viraram **peças de propaganda do governo. Os feitos do regime eram relacionados à sua capacidade de realização de obras e à envergadura dos projetos tocados**. (CAMPOS, 2014, p. 452). (Grifos nossos)

A partir da leitura proposta por Pedro Henrique Pedreira Campos, que relaciona os grandes projetos de engenharia como “peças de propaganda do governo”, podemos constatar que havia uma combinação entre “milagre econômico”, atuação do governo em

“obras e realizações” e propaganda política. De modo que, aproveitava-se a estrutura econômica proveniente do crescimento quantitativo do “milagre” para desenvolver projetos destinados a promover as “obras e realizações” do governo e fechando o ciclo, estabelecer uma ampla propaganda que atrelava a imagem do governo e por tabela, também a própria “revolução”. Portanto, era a tentativa de divulgar os “feitos do regime” através da “realização de obras” e da “envergadura dos projetos tocados”.

Nesse sentido, é a partir desse arranjo que a gente pode interpretar como ocorreu essa difusão sistemática das “obras e realizações” promovidas durante o governo de Ernani Sátyro. Para isso, retomaremos algumas reportagens dos jornais paraibanos e da *Revista do Fisco*. Por exemplo, essa mesma reportagem do dia 1 de março de 1975 do *Diário da Borborema* retomava os dados que foram produzidos pela Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo e publicados no livro chamado *Obras e realizações do Governo Ernani Sátyro*, lançado ainda em 1974, em que são enumeradas, uma a uma, as 1557 obras que foram feitas durante a gestão de Ernani Sátyro. Não é à toa, que nesse livro, são descritas as vinte maiores edificações. E algumas chamam atenção, por exemplo:

Tabela 8 - Paraíba - “As vinte maiores realizações do governo Ernani Sátiro”

OBRAS	VALORES (Cr\$ 1.000.000)
Palácio da Assembleia Legislativa	5,8
II Adutora de Campina Grande	40
Controle de poluição das águas no estado.	105
Programa Agro-pastoril e industrial	46
Centro Administrativo do Estado	20
Pavimentação da PB-344	50
Eletrificação Rural	18
Central de abastecimento - João Pessoa	35
Central de abastecimento - Campina Grande	31
Escola Polivalente Emílio G. Médici	1,5
Estádio de Futebol - João Pessoa	40
Estádio de Futebol - Campina Grande	40
Saneamento de João Pessoa	70
Saneamento de Campina Grande	70
Saneamento de cidades interioranas	70
Escola Polivalente Argemiro Figueiredo	1,5
Gráfica Editora “A União”	2,7
Centro de Estudos de Solos da Paraíba	4
Novos Quartéis (Patos e Guarabira)	1,7

Fonte: Obras e realizações do Governo Ernani Sátiro. Construindo e Humanizando. Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo. João Pessoa, PB, 1974.

O livro com essas ditas “obras e realizações” seria tomado como exemplo para que os outros veículos de comunicação também difundissem propagandas associadas ao governo. Um dos períodos que mais repercutiu esse cenário de propagandar os feitos do governo Ernani Sátiro, foi exatamente no encerramento de suas atividades como governador em 1975. O *Diário da Borborema*, no dia 15 de março de 1975, fez mais uma reportagem para retratar as principais construções feitas por Ernani Sátiro. A matéria veio

com a seguinte manchete: “Seja você o melhor juiz”. Daí trazia a fotografia do Centro Administrativo do Estado, do Prédio da Assembleia Legislativa, da Gráfica “A União”, do Centro de Estudos do Solo, dos Estádios, da rodovia feita Sapé - BR-230, da rodovia BR-344 (Redenção do Vale), dos Conjuntos Residenciais, da Eletrificação Rural, dos tratores da CIDAGRO, da II Adutora de Campina Grande e dos Colégios Polivalentes.

No mesmo caderno especial, o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP) também lançava uma nota divulgando um balanço de suas atividades, demonstrando inclusive, a participação no Plano Nacional de Habitação que estabelecia parcerias entre o Banco Nacional de Habitação (BNH) com outras autarquias públicas para o financiamento dos conjuntos habitacionais. Os dados relativos ao convênio entre IPEP e BNH são os seguintes:

Tabela 9 - Número de casas construídas pelo convênio IPEP e BNH.

ANO	Nº DE CASAS	VALOR (Cr\$)
1971	844	11.560.000,00
1972	823	7.993.518,94
1973	845	9.947.856,57
1974	312	6.479.092,41
1975	360	10.761.408,00
TOTAL	2.924	46.741.875

Fonte: *Diário da Borborema*, Caderno Especial, 15 mar. 1975

Outra empresa pública que fez questão de expor os resultados entre 1971 e 1975 foi a CAGEPA. Lançou a seguinte matéria: “A CAGEPA em quatro anos de Ernani”. E claro, a propaganda trazia o seguinte texto:

O número de ligações hidráulicas domiciliares em 1971 a 1975, aumentou de 40 mil e poucas para mais de 132 mil. Resolveu o problema de saneamento das principais cidades do Estado [...] As estações de tratamento do saneamento de Campina Grande e as obras de engenharia da II Adutora de Boqueirão equiparam-se às maiores obras de engenharia sanitária da América do Sul (*Diário da Borborema*. Caderno Especial, 15 mar. 1975).

A *Revista do Fisco* também traria uma edição especial dedicada à transição política entre Ernani Sátiro e Ivan Bichara¹²⁵. Edição que retomou as “obras” do governo de Ernani Sátiro em 37 páginas que, fazendo um balanço minucioso de áreas como

¹²⁵ *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975.

Agricultura, Turismo, Finanças Públicas, Rodovias, Banco do Estado da Paraíba (BEP), CINEP, CAGEPA, SAELPA e da SUPLAN.

Na área da Agricultura os destaques eram:

- **1971:** Criação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba (CIDAGRO), responsável pela revenda de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas, e prestação de serviços de mecanização agrícola e engenharia rural, bem como de armazenagem e comercialização de produtos agropecuários. Criação do Escritório de Promoção da Exportação do Estado da Paraíba (PROMOEXPORT) para promover a exportação dos produtos agrícolas e industriais.
- **1972:** Produção de 450.00 Kg de sementes de Algodão Mocó; 350.000 Kg de sementes de Algodão Herbáceo; Aprovação para criação do Centro de Estudos do Solo; Assistência ao cooperativismo (assistência técnica, contábil e administrativa); Convênios entre SUDENE e Serviço de Extensão Rural (ANCAR-PB); Revenda de insumos moderno pela CIDAGRO (Cr\$ 2.183.925)
- **1973:** Produção de 781,1 toneladas de algodão; Construção das Centrais de Abastecimento; Revenda de insumos modernos pela CIDAGRO com investimentos de Cr\$ 6.111.156,45; Aumento no maquinário da CIDAGRO (70 tratores); Assistência técnica, estudos e pesquisas, publicações, treinamentos e seminários promovidos pela PROMOEXPORT aos exportadores. Programa de convênios com SUDENE, IBC, DNOCS e BNB (Cr\$ 12. 509, 981)
- **1974:** CIDAGRO - distribuiu 263.220 Kg de sementes de algodão, além de revender materiais e insumos com faturamento de Cr\$ 11.104.717,03 e alcance de 4.525 hectares no preparo de terras; ANCAR e extensão rural voltada para convênios com o DNOCS com vistas à irrigação de terras; Liberação de 833 planos de crédito, totalizando Cr\$ 52.163.132,00.

A SUPLAN, que era a secretaria responsável pelo planejamento das obras, fez um balanço retroativo das principais construções que foram realizadas, tais como: a construção de Colégios, edificação do prédio da Gráfica “A União”, do Mercado de Artesanato, da I Ciretran de Campina Grande, do Quartel da Polícia de Guarabira, da Assembleia Legislativa, do Centro de Estudos do Solo, do Centro Administrativo.

Também houve destaque para as “realizações no setor rodoviário” em que destacou-se a elaboração do Plano Rodoviário Estadual, constituído por 4.323 km de

rodovias, das quais 200 Km eram pavimentadas, 2.154 Km eram implantados e 1968,5 Km eram carroçáveis.

O Banco do Estado da Paraíba (BEP) apresentava os dados quantitativos de sua expansão, quando saiu em 1970, de um capital total de 15 milhões de cruzeiros para atingir em 1975, um capital total de 32 milhões de cruzeiros. Esse novo potencial financeiro, permitiu que o banco fosse um dos principais agentes de investimento no estado criando as chamadas “carteiras de crédito” destinadas tanto para o fomento da indústria como para a agropecuária.

Por fim, também pode-se assinalar a reiterada tentativa de repassar uma imagem de positividade quanto as contas e os gastos públicos. Por exemplo, no periódico oficial do governo, *A União*, no dia 31 de março de 1974 - ou seja, a data aqui não é a toa, tendo em vista as comemorações em torno dos dez anos da “Revolução” - lançava uma reportagem intitulada “A forma paraibana de comemorar” em que apresentava, em dados numéricos, um comparativo entre a gestão do governador anterior, João Agripino, com o período de Ernani Sátiro. Os dados são os seguintes:

JOÃO AGRIPINO - DÉFICIT: 11,2 MILHÕES DE CRUZEIROS (1970).
ERNANI SÁTYRO - SUPERÁVIT: 35,2 MILHÕES DE CRUZEIROS (1973).

JOÃO AGRIPINO - RECEITA ORÇAMENTÁRIA: 159,1 MILHÕES DE CRUZEIROS (1970).
ERNANI SÁTYRO - RECEITA ORÇAMENTÁRIA: 376,6 MILHÕES DE CRUZEIROS (1973).

JOÃO AGRIPINO - ARRECADAÇÃO DE ICM: 64,3 MILHÕES (1970).
ERNANI SÁTYRO - ARRECADAÇÃO DE ICM: 166,9 MILHÕES (1973).

JOÃO AGRIPINO - INVESTIMENTOS: 80,9 MILHÕES (1970)
ERNANI SÁTYRO - INVESTIMENTOS: 167 MILHÕES (1973)

(Jornal A União, 31 mar. 1974)

Esses dados também estão associados ao livro central das propagandas “Obras e realizações do governo Ernani Sátiro”, afinal de contas, era preciso também esboçar que o programa de investimentos na indústria, na agricultura, nas rodovias, nos edifícios, no turismo, tudo isso era correspondente ao equilíbrio e à expansão quantitativa da economia paraibana. Por isso, o livro oficial do governo trazia os seguintes dados:

Tabela 10 - Receita total 1970/73

Dados	1970	%	1971	%	1972	%	1973	%
Receita corrente	91.941	57,8	115.799	66,6	165.407	74,8	221.277	57,9
Receita de Capital	67.217	42,2	57.933	33,4	57.583	25,2	161.163	42,1
TOTAL	159.158	100,0	173.732	100,0	222.990	100,0	382.440	100,0

Fonte: Obras e Realizações do Governo Ernani Sátyro. Construindo e Humanizando. Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo.

Tabela 11 - Receita Tributária e I.C.M.. - 80%

Dados	1970	1971	1972	1973
Receita Tributária	65.206	79.610	111.066	170.373
I.C.M	64.328	75.835	106.187	166.952

Fonte: Obras e Realizações do Governo Ernani Sátyro. Construindo e Humanizando. Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo.

Tabela 12 - Despesa Orçamentária 1970/73

Dados	1970	%	1971	%	1972	%	1973	%
Despesas Correntes	89.383	52,4	111.624	60,9	150.832	66,2	180.093	51,9
Despesas de Capital	80.983	47,6	71.645	39,1	76.920	33,0	167.036	48,1
TOTAL	170.366	100,0	183,269	100,0	227.752	100,0	347.179	100,0

Fonte: Obras e Realizações do Governo Ernani Sátyro. Construindo e Humanizando. Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo.

Tabela 13 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS DE 1970/73

ANO	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT	SUPERÁVIT
1970	159.158	170.366	11.208	-
1971	173.732	183.269	9.537	-
1972	222.990	227.752	4.762	-
1973	382.440	347.179	-	35.261

Fonte: Obras e Realizações do Governo Ernani Sátyro. Construindo e Humanizando. Secretaria de Estado da Divulgação e Turismo.

Esses dados relativos às contas públicas apontam que a situação financeira do estado, ao menos no cálculo dos números, possuía um relativo equilíbrio. Como se vê a partir das Tabela 10 e 11, houve um acréscimo na captação de receitas tanto corrente, como de capital, mas também houve aumento na arrecadação de receita tributária e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). É interessante notar que essas taxas de crescimento atingiram um patamar superior a 150% em três anos de governo, demonstrando como o governo emplacou uma política de absorção de recursos provenientes das receitas disponíveis.

Por outro lado, a tabela 12 aponta que paralelamente ao aumento na receita estadual, também ocorreu um avanço no campo das despesas. Por essa razão se explica, porque durante os anos de 1970, 1971 e 1972 houve um déficit nas contas públicas que veio a ser superado apenas em 1974. Ao mesmo tempo, é possível questionar se essa base superavitária se manteve, na medida em que a partir de 1973, em decorrência da crise do petróleo e a retração de investimentos, gerou um retorno ao patamar deficitário.

Mas, pelo esboço traçado pelo livro oficial de divulgação das “obras e realizações” do governo, que era replicado pelas fontes jornalísticas, demonstram que havia um crescimento quantitativo das cifras econômicas do estado, durante o período em que Ernani Sátyro esteve à frente do governo. Nesse sentido, em nossa interpretação o arranjo positivo elaborado nas fontes que encontramos e listamos ao longo deste capítulo, tanto em relação à indústria, às obras, à agricultura e às contas públicas correspondem ao processo mais amplo que estava em curso relacionado à expansão capitalista em decorrência do “milagre econômico”. Ou seja, a partir do cenário econômico nacional em que havia uma projeção de crescimento (por exemplo, a partir do crescimento do PIB), a Paraíba também contém essas marcas semelhantes e de aproximação com a conjuntura econômica.

Ao mesmo tempo, quando retornamos às ocasiões que foram narradas no início do presente tópico, e tantas outras que encontramos nos jornais, compreendemos que para além de Ernani Sátyro ser posto como personagem principal, havia em sua atuação política, uma íntima relação com entes representantes das frações dominantes. Por exemplo, Na Associação Comercial, recebeu como prêmio uma estatueta de ouro com a miniatura do estádio “O Amigão”; na Junta Comercial, tinha um quadro seu estampado na parede; das “Classes Produtoras” também, o texto fala de uma homenagem entregue pelo próprio Renato Ribeiro Coutinho. Então podemos questionar: qual a razão de ser dessas ocasiões que apontam para o envolvimento do poder públicos com entidades da classe dominante?

Ao entrecruzar as fontes jornalísticas, compreendemos que havia um interesse da elite em mobilizar tais acontecimentos para firmar um elo e daí poder retirar benefícios oriundos do governo que atuava na organização e disponibilização dos recursos e dos incentivos financeiros. Ou seja, essas entidades de classe utilizavam estes momentos para poder consolidar os vínculos com o estado e daí ensejar algum lucro advindo das políticas colocadas em prática pelo governo do estado. Por esta via, faz sentido que os industriais se interessassem pela aproximação com o governo, já que este, controlava organismos como a CINEP, o FUNDESP, o NAI e a própria concessão de incentivos. Por esta via, faz sentido que os agropecuários das “classes produtoras” estivessem em consonância com o governo, já que este, mantinha programas para a agricultura como a CIDAGRO, a PROMOEXPORT e a ANCAR que fomentaram investimentos, auxílios, concessão de sementes, melhoramento do solo, entre outros aspectos destinados apenas à agricultura. Por esta via, faz sentido os empreiteiros da Associação Paraibana de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP) estarem pleiteando aproximações com o governo estadual, já que através da SUPLAN ocorria a organização do processo de escolha das empreiteiras que atuariam no programa de obras do estado. Afinal, em um governo que propagandeava “1557 Obras” qual empreiteiro não se interessaria em fazer parte de tal programa?

É por isso que encontramos a atuação de diversas empreiteiras atuando na realização das obras que depois iriam servir de propaganda para o governo. Por exemplo, “a rodovia entre Bananeiras e Pirpirituba, que custou 25 milhões de cruzeiros e foi construída por uma das maiores empreiteiras no ramo da construção pesada - até hoje, diga-se de passagem - a Construtora Norberto Odebrecht”¹²⁶ (*Jornal A União*, 15 mar. 1975).

Outra obra que consta na Tabela 8 (20 maiores realizações do governo Ernani Sátyro) “Saneamento de Campina Grande”, também foi realizada por uma empreiteira de grande atuação neste período: Construtora Omar O’Grady¹²⁷. Em uma reportagem do *Diário da Borborema* de 28 de fevereiro de 1975, a própria construtora lançou a propaganda sobre o trabalho de saneamento que estava fazendo nos bairros da Prata, Alto Branco, Conceição, Monte Santo, Palmeira e São José com o seguinte slogan: “Brevemente, mais uma obra do século”.

¹²⁶ Quando esta reportagem foi veiculada pelo *Jornal A União* em 1975, a construtora Odebrecht ocupava o 6º lugar no ranking das maiores empreiteiras brasileiras durante a Ditadura Militar (CAMPOS, 2014, p. 114).

¹²⁷ Esta construtora também chamada de COMASA, tinha sede na Bahia, e segundo avaliação de Pedro Henrique Pedreira Campos, estava entre as nove maiores empreiteiras que atuaram ao longo da Ditadura Militar (CAMPOS, 2014, p.114).

Outra grande indústria de construção pesada que atuou na Paraíba no projeto dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão” foi a SEEBLA (Serviço de Engenharia Emílio Baumgart). Esta mesma empresa noticiou no jornal *Diário da Borborema*, que “com estes projetos [do “Amigão” e do “Almeidão”] completava quatorze projetos de estádios e conjuntos esportivos” e além disso, estava com cerca de “2.500 projetos executados ou em execução [...] dentre elas: o Terminal Açucareiro de Maceió, o estádio ‘Albertão’ em Teresina e as pontes da Estrada de Ferro Carajás-Itaqui”. Ainda na mesma matéria fazia questão em dizer que possuía “140 engenheiros e se colocava entre as cinco maiores empresas de projetos do Brasil”¹²⁸ (*Diário da Borborema*, 15 mar. 1975).

Ou seja, temos alguns indícios que tratam da presença de grandes construtoras e empreiteiras nessas “obras e realizações”. Isto não quer dizer também que não houvesse espaço para a atuação das firmas locais. Um exemplo disso é a ENARQ (Engenharia e Arquitetura LTDA.), que fazia parte da APEOP e atuou na construção do estádio “O Almeidão” em João Pessoa, conforme a reportagem do *Jornal A União*¹²⁹. Ainda nesta mesma matéria, havia a seguinte manchete “A ENARQ deu a maior bola para o futebol paraibano. Tornando o progresso da Paraíba um fato concreto”. No entanto, chama atenção que a própria construtora fez questão de mencionar que já havia trabalhado “nas Estações de Tratamento de D’Água e Esgotos de João Pessoa e Patos, no Mercado Público do Bairro dos estados e na Via Expressa da Miguel Couto”, além de ter atuado outras edificações nos estados do Rio Grande do Norte e Alagoas.

Mas, por outro lado, acreditamos já ter reunido indícios suficientes para fazer alguns apontamentos: o primeiro, é que percebemos algumas linhas de continuidade entre o “milagre econômico” observado no plano nacional, para o plano local da Paraíba entre 1971-1975. Como exemplo, podemos citar as rodovias, os programas de saneamento, os estádios e os conjuntos habitacionais que serviam como “peça de propaganda” para o governo. Ou seja, a Paraíba vivenciou nessa época, um programa de obras que seguiu uma tendência semelhante ao que observamos no quadro mais amplo da economia brasileira, tanto por conter uma aproximação com as políticas de desenvolvimento quantitativo do capitalismo assim como por ser um processo marcado pelos limites, contradições e desigualdades que passaremos a analisar a partir do próximo ponto.

¹²⁸ Essa empreiteira, como podemos perceber pelo indício trazido na reportagem do *Diário da Borborema* já possuía uma larga atuação em grandes projetos. Não é a toa que ela consta no quadro apresentado pelo Pedro Henrique Pedreira Campos, estando entre as dezesseis maiores empresas projetistas durante a Ditadura Militar (CAMPOS, 2014, p. 124).

¹²⁹ Reportagem do dia 9 mar. 1975.

3.3.3 – IMAGENS DA PROPAGANDA DO “MILAGRE” NA PARAÍBA

Imagem 01: Ernani Sátyro na inauguração do prédio da Assembleia Legislativa



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

Imagem 02: Ernani Sátyro na inauguração dos Conjuntos Habitacionais



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

Imagem 03: Inauguração da Escola do Sesquicentenário - Escola Presidente Emílio G. Médici



Fonte: Arquivo da Fundação Ernani Sátiro (FUNES)

Imagem 04: Inauguração do Estádio de futebol de Campina Grande



Fonte: Jornal A União, 9 mar. 1975

Imagem 05: Ernani na inauguração do Centro de Estudos de Solos



Fonte: Diário da Borborema, 19 fev. 1975

Imagem 06: Inauguração do Centro Administrativo



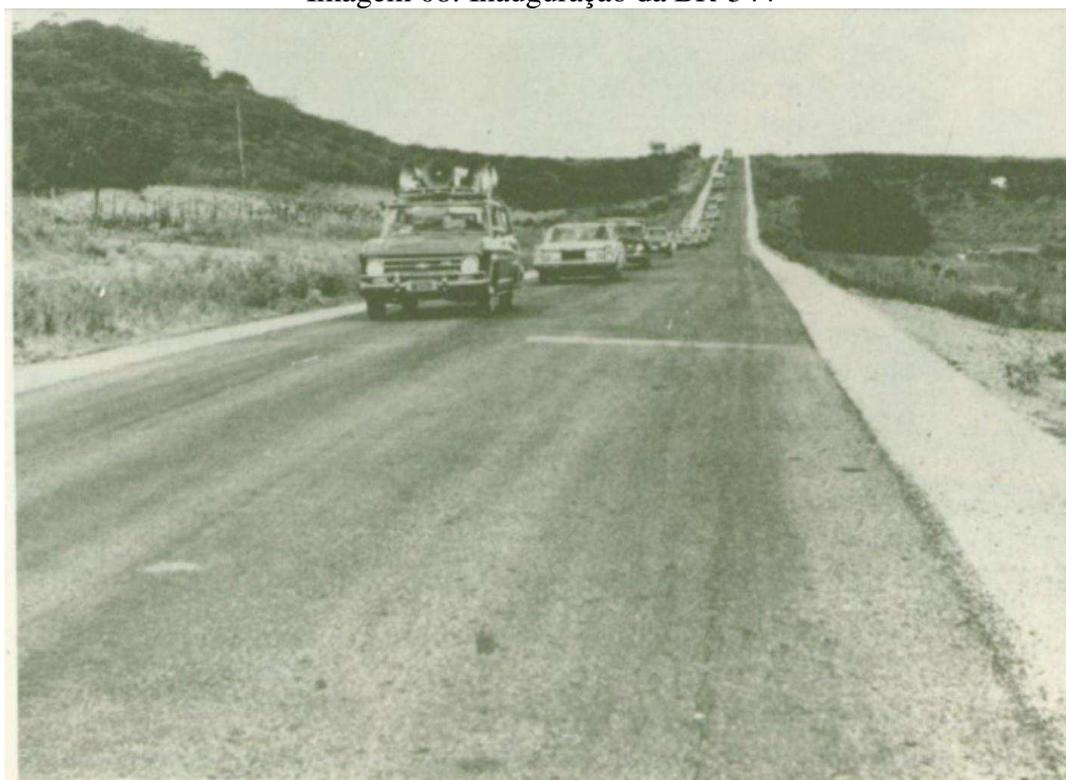
Fonte: Revista Edição Comemorativa do Centenário do Ex Governador, set. 2011

Imagem 07: Tratores da CIDAGRO



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

Imagem 08: Inauguração da BR-344



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

Imagem 9: Prédio da gráfica da editora A União



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

Imagem 10: Mercado de artesanato de Tambaú



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba, nº32, mar./1975

3.4 - O “MILAGRE” QUE NÃO VEIO: O AVESSE DA EXPANSÃO CAPITALISTA NA PARAÍBA

Se formos analisar apenas os números apresentados pelos dados econômicos, pelos livros oficiais, pelos jornais e até mesmo pelo próprio discurso de Ernani Sátyro, perceberemos que é possível constatar um crescimento quantitativo da economia paraibana e talvez, levantar a hipótese de que o estado estaria trilhando o caminho de um avanço significativo. No entanto, como vimos na parte anterior do texto, o “milagre” correspondeu a um processo marcado pelas diretrizes econômicas a fim de privilegiar a burguesia industrial nacional e local. Do mesmo modo, o “milagre” também fazia parte de um projeto econômico e social que previa maximizar a acumulação capitalista. Por isso, os agentes da “autocracia burguesa” se aproximaram do expoente militar da “linha dura” para criar uma interlocução mais eficiente que atendesse suas demandas no curso da condução econômica. Em contrapartida, esses mesmos grupos do ordenamento capitalista, garantiriam o apoio necessário à implementação das políticas repressivas que se maximizaram a partir de 1968.

Ou seja, a expansão da repressão foi combinada com a ampliação da acumulação capitalista. No entanto, se nós pensarmos para além dos efeitos políticos imediatistas que ocorrem no plano da propaganda, e nos situarmos em um ponto da reflexão mais amplo, em que o questionamento passa a ser: quais os efeitos da acumulação capitalista em um estado como a Paraíba? Se os números trazem dados quantitativos em relação ao crescimento econômico, o que esses mesmos dados quantitativos expressam quando confrontados com outras instâncias? Será que estas 1557 obras realizadas durante o mandato de Ernani Sátyro repercutiram qualitativamente na vida das classes subalternas? Afinal de contas, já que o lema de governo era “construir e humanizar”, perguntamos: construir e humanizar para quem?

Nesta parte do texto, estas perguntas vão buscar captar as possíveis contradições inerentes ao processo de crescimento quantitativo da economia paraibana ocorrida durante o período do “milagre”. Para isso, separamos a análise em dois níveis: primeiro, do ponto de vista econômico e segundo, do ponto de vista social.

3.4.1 - ASPECTOS ECONÔMICOS

Ao analisarmos a formação das condições industriais na Paraíba, ainda durante o período de João Agripino à frente do executivo, percebemos que houve uma tentativa governamental em dotar o estado de aparelhos técnico-burocráticos para atrair novos investimentos industriais. Como parte dessa política, vimos a criação da CINEP, do FUNDESP e do NAI/PB, institutos que atuavam nas mudanças necessárias através de

atendimento técnico, auxílio logístico, melhoramento na infraestrutura dos distritos industriais, etc. Tudo isso para fazer com que as empresas pudessem receber os investimentos do governo e pudessem se instalar.

Quando Ernani Sátyro assumiu o cargo de governador, já havia uma série de mecanismos que funcionavam no âmbito do desenvolvimento industrial. As tabelas 1, 2, 3 e 4 demonstram a expansão do aparato industrial entre os anos de 1960 e 1975, seja em relação ao aumento no número de empresas beneficiárias de incentivos fiscais, seja no acréscimo no número de estabelecimentos fabris (115%), seja no crescimento do número de pessoal ocupado (75%). A junção desses dados demonstram como houve um recrudescimento no poderio do setor secundário do estado, sendo possível constatar nas tabelas 5 e 6 que contêm o valor de produção (226%) e do valor de transformação industrial (247%).

Esse cenário teve reflexo diretamente no valor do PIB industrial, que em 1970, tinha um valor correspondente a 381,3 e saltou para 1.956,8 em 1975, conforme vemos na tabela a seguir:

Tabela 7¹³⁰ - Nordeste - Produto Interno Bruto a custo de fatores, no setor de Indústria e serviços industriais de utilidade pública, segundo os Estados do Nordeste - 1970 - 1975.

(Valor Cr\$ 1.000.000).

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Maranhão	258,9	301,0	339,2	588,0	973,2	1.040,9
Piauí	188,6	245,6	330,5	402,8	524,7	631,5
Ceará	672,2	835,7	1.030,3	1.396,7	2.115,8	3.264,6
R G do Norte	261,2	368,3	465,4	688,3	1.003,7	1.366,5
Paraíba	381,3	363,8	516,1	787,1	1.254,4	1.956,8
Pernambuco	1.511,8	2.003,6	.876,6	3.767,7	5.895,9	8.890,4
Alagoas	305,9	399,8	497,9	628,5	1.104,4	1.622,3
Sergipe	252,3	353,5	495,3	617,3	1.018,1	1.459,5
Bahia	2.004,9	2.921,3	3.974,2	5.734,8	9.164,9	13.525,5
NORDESTE	5.837,3	7.792,6	10.525,5	14.611,2	23.055,1	33.758,0

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980.

No entanto, a partir dessa mesma tabela anterior, também é possível constatarmos que em 1970, a Paraíba ocupava o 4º lugar do PIB industrial, se comparado com os demais estados do Nordeste, em 1971 cai para 6º lugar e, em 1972, volta para o 4º lugar onde permanece até 1975. Ou seja, isso nos leva a refletir que o crescimento da indústria paraibana é um crescimento relativo, na medida em que projeta-se quantitativamente, mas permanece dentro do mesmo patamar, sem por exemplo, alcançar outras posições acima. E tais posições acima, que são correspondentes ao 3º (Ceará - 3.264,6), 2º (Pernambuco - 8.890,4) e 1º lugar (Bahia - 13.525) estão muito aquém do resultado paraibano. Isto é, há

¹³⁰ Esta mesma tabela foi utilizada no tópico anterior 3.3 para tratar sobre a expansão da indústria paraibana. Aqui ela será retomada para indicar outros aspectos que apontam os limites de tal desenvolvimento.

uma disparidade, uma distância e uma desigualdade significativa da Paraíba em relação aos demais estados que possuem dados superiores.

Deste modo, concordamos com a posição defendida pela autora Monique Cittadino ao dizer que “o setor industrial viveu um importante crescimento numérico daqueles aspectos sem que, entretanto, esse crescimento fosse acompanhado de uma proporcional diversificação e dinamização de sua estrutura” (CITTADINO, 2006, p. 287). A baixa “diversificação e dinamização da estrutura” industrial está associada ao aspecto do processo de formação fabril que ocorreu no estado, marcado pela concentração de “90% da produção realizada em estabelecimentos industriais de maior porte, o tradicionalismo, o pequeno dinamismo da indústria paraibana [...] e a centralização” (CITTADINO, 2006, p. 296-197).

E ao aproximarmos a análise em relação às diferenciações locais, destacamos com estas se apresentam também em âmbito estadual, tanto em relação entre João Pessoa e Campina Grande, em que a maior parte dos recursos são destinados aos distritos localizados na capital, bem como entre Campina Grande/João Pessoa e as demais cidades do estado, uma vez que a disponibilidade de recursos permanecia concentrada principalmente nessas duas cidades que possuíam os distritos industriais, conforme se vê na tabela 14, a seguir.

Tabela 14 - João Pessoa e Campina Grande - Inversões em infraestrutura dos distritos industriais

Anos	João Pessoa	Campina Grande	Total
1962-1965	4.017.251,70	2.710.939,00	6.728.190,70
1966-1970	4.306.450,94	4.782.997,02	9.089.447,96
1971-1973	3.464.941,51	2.577.732,34	6.042.673,85

Fonte: Paraíba, CINEP. Manual de dados básicos do Estado da Paraíba. João Pessoa: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1974, p. 140.

Tal como a industrialização, o setor agropecuário também foi marcado por disparidades. Conforme se vê na tabela 15, o PIB do setor secundário paraibano possuía em 1970, um índice relativo 314,6. Em 1975, houve um crescimento que elevou esse índice para 2.238. Conforme vimos, a agropecuária era um dos expoentes na propaganda política elaborada pelo governo Ernani Sátyro que buscava também evidenciar os desenvolvimentos dessa área. Programas como o da CIDAGRO, da PROMOEXPORT, os investimentos da “caderneta agrícola” do BEP, assim como os incentivos fiscais do

governo estadual e do governo federal através do Proterra e do Prorrural eram expoentes na condução política para promoção do setor agrícola. Tais propostas estão interligadas ao avanço quantitativo dos dados numéricos referentes ao estado da Paraíba.

Tabela 15 - Produto interno bruto a custo de fatores, nos setores de Agropecuária, Silvicultura e Pesca segundo os estados do Nordeste - 1970 - 75

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Maranhão	475,6	656,2	961,6	1.369,6	2.155,4	3.386,3
Piauí	161,7	337,6	398,8	650,4	581,1	1.276,3
Ceará	438,5	1.214,5	1.408,0	2.549,3	2.396,2	3.751,5
R G do Norte	168,6	452,7	535,1	879,5	943,8	1.573,0
Paraíba	314,6	766,1	866,5	1.367,4	1.509,6	2.238,0
Pernambuco	699,9	1.249,5	1.708,2	2.513,4	3.070,7	4.129,1
Alagoas	284,2	435,3	517,5	893,7	1.182,8	1.831,0
Sergipe	137,2	218,7	308,9	491,5	547,8	920,7
Bahia	1.660	2.203,6	3.166,4	5.749,4	7.121,5	12.830,1
NORDESTE	4.340	7.534,2	9.871,0	16.464	19.508	31.936,0

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980.

Em contrapartida, quando colocamos os dados agrícolas da Paraíba em contraste com o cenário mais amplo da região Nordeste, vemos que em entre 1970-1975, o estado permaneceu com o mesmo patamar do 5º lugar. E assim como ocorreu no âmbito da indústria, também chamamos atenção para a disparidade dos estados que estavam acima da Paraíba: 4º lugar - Maranhão (3386); 3º lugar - Ceará (3751); 2º lugar - Pernambuco (4129) e o 1º lugar - Bahia (12830).

Tabela 16 - Produto interno bruto a custo de fatores, no setor de Serviços, segundo os Estados do Nordeste - 1970 - 75

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Maranhão	579,4	759,2	954,2	1.279,4	1.864,4	2.585,7
Piauí	376,3	520,8	693,7	1.003,9	1.419,4	2.011,0
Ceará	1.545,3	2.028,6	2.717,7	3.711,8	5.006,0	6.712,3
R G do Norte	584,9	773,0	1.036,6	1.418,1	2.105,5	2.997,4
Paraíba	735,5	947,7	1.249,4	1.698,7	2.229,6	3.041,7
Pernambuco	3.232,1	4.060,9	5.334,5	7.189,5	9.988,8	14.069,1
Alagoas	602,5	813,1	1.121,1	1.506,3	2.166,1	3.197,0
Sergipe	483,0	539,6	736,0	1.096,1	1.532,3	2.169,3
Bahia	3.394,0	4.338,6	5.735,7	7.769,6	11.033,2	16.078,3
NORDESTE	11.533,0	14.781,5	19.578,9	26.673,4	37.345,3	52.861,8

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980.

Por fim, para fecharmos os dados comparativos entre os setores produtivos, chegamos à área econômica de serviços, que também segue a tendência observada nos blocos anteriores, em que se percebe um notável crescimento, pois em 1970, o PIB de serviços marcava a ordem numérica de 735 e, posteriormente em 1975, alcançou a marca de 3.041. No entanto, a análise global demonstra que o desenvolvimento quantitativo do setor de serviços é de ordem relativa, na medida em que na comparação com os outros estados, a Paraíba que ocupava o 4º lugar em 1970, perdeu uma posição para o estado de Alagoas.

Tabela 17 - Estados do Nordeste - Participação no PIB real segundo setores econômicos (em %)

ESTADOS	1970			1975		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Maranhão	13,6	3,2	5,9	13,2	2,7	6,1
Piauí	4,4	1,2	3,3	4,7	1,3	3,7
Ceará	10,5	11,1	13,7	11,5	10,4	12,5
RG Norte	3,8	4,2	5,1	5,2	5,7	5,4
Paraíba	7,3	4,9	6,1	8,3	6,0	5,8
Pernambuco	15,8	29,7	26,8	14,3	29,7	25,1
Alagoas	7,4	5,3	5,5	7,3	4,9	5,2
Sergipe	3,5	5,1	3,3	3,0	4,6	3,5
Bahia	33,7	35,2	30,3	32,6	34,7	32,8

Fonte: POLARI, apud em CITTADINO, 2006, p. 283.

Tabela 18 - Estados do Nordeste - Participação e crescimento do produto interno bruto real (PIB) (em %) 1970-1975.

Estados	Participação em 1970	Participação em 1975	Crescimento PIB entre 1975 e 1970.
Maranhão	7,2	7,0	57,8
Piauí	3,2	3,4	74,8
Ceará	12,5	11,8	53,6
R. G do Norte	4,7	5,4	89,0
Paraíba	6,1	6,4	69,0
Pernambuco	24,7	23,6	55,4
Alagoas	5,9	5,6	54,6
Sergipe	3,7	3,6	57,0
Bahia	32,0	33,2	68,5
Nordeste	100	100	62,6

Fonte: POLARI, apud em: CITTADINO, 2006, p. 282.

Tabela 19 - Produto interno bruto per capita, segundo os Estados do Nordeste -1970 – 75

ESTADOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Maranhão	436,3	558,4	718,6	1.010,3	1.525,9	2.104,1
Piauí	424,3	625,0	781,0	1.094,6	1.302,9	2.053,2
Ceará	598,7	892,7	1.095,9	1.580,7	1.907,9	2.672,5
R G do Norte	638,2	976,1	1.201,5	1.705,5	2.242,4	3.182,1
Paraíba	590,3	839,7	1.042,6	1.495,7	1.899,0	2.695,8
Pernambuco	1.046,7	1.372,5	1.816,7	2.407,5	3.305,4	4.608,6
Alagoas	750,0	1.012,0	1.280,7	1.772,4	2.543,9	3.707,8
Sergipe	965,0	1.206,8	1.640,0	2.302,8	3.173,4	4.569,2
Bahia	940,3	1.230,7	1.634,5	2.385,6	3.303,7	5.007,6

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p. 164

O livro “Nordeste em Dados” foi produzido pela SUDENE utilizando os dados relativos aos censos elaborados pelo IBGE e traz uma visão de conjunto da situação sócio-econômica do Nordeste até a década de 1980. Neste sentido, o nosso objetivo é buscar traçar um perfil da Paraíba no que se refere aos aspectos sócio-econômicos em interface com o Nordeste e com o Brasil.

3.4.2 – ASPECTOS SOCIAIS

Tabela 20: Emigração da Paraíba segundo o destino para outros estados do Nordeste e outras regiões - 1940 - 1970.

Paraíba	1940	1950	1970
Intra	131.762	194.411	268.832
Inter	26.977	52.359	353.459
Total	158.739	246.770	622.291

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p.19

Tabela 21: Imigração da Paraíba segundo a origem de outros Estados do Nordeste e de outras regiões - 1940 - 1970

Paraíba	1940	1950	1970
Intra	102.565	98.446	106.175
Inter	1.618	1.713	7.156
Total	104.183	100.159	113.331

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p.20

Tabela 22: Saldo migratório da Paraíba - 1940 - 1970

	1940	1950	1970
Paraíba	- 54.556	- 146.611	- 508.960

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p. 21

Tabela 23: População residente recenseada, total, urbana e rural da Paraíba - 1950 - 1970.

Paraíba	1950	1960	1970
Rural	1.256.500	1.303.500	1.380.400
Urbana	456.700	697.400	1.002.200
Total	1.713.200	2.000.900	2.382.600

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p.22

Tabela 24: População residente recenseada total, urbana e rural do Nordeste entre 1950 e 1970

Nordeste	1950	1960	1970
Rural	13.228.600	15.321.500	17.055.700
Urbana	4.744.800	7.683.900	12.021.100
Total	17.973.400	23.005.400	29.076.800

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980. p.22

Tabela 25: População residente recenseada total, urbana e rural do Brasil entre 1950 e 1970

Brasil	1950	1960	1970
Rural	33.161.500	38.767.400	41.054.000
Urbana	18.782.900	31.303.000	52.085.000
Total	51.944.400	70.070.400	93.193.000

Fonte: SUDENE, CIN. Nordeste em Dados. Recife, 1980, p.22

Esses dados apresentados acima indicam uma situação em que a Paraíba vivenciava um forte afluxo de pessoas que saíam do estado e buscavam outras regiões para sobreviver. Na tabela 1 encontramos como ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1970 houve um crescente êxodo: 158.739 de pessoas em 1940, 246.770 emigrantes em 1950; até chegar ao ápice com cerca de 622.291 de pessoas em 1970. Isto é, em duas décadas a quantidade de pessoas que foram embora do estado da Paraíba praticamente triplicou. Em contrapartida, o número de habitantes que passaram a viver na Paraíba no mesmo período (tabela 2) apesar de ter aumentado, não significou um crescimento expressivo: 104.183 em 1940, 100.159 em 1950 e 113.331 em 1970. Tal situação demonstra o contraste entre o número de habitantes que saíam e que entravam no estado, apontando para um déficit significativo que chegou ao patamar de 508.960 em 1970 (tabela 3).

Isto nos remete a outra questão exposta na tabela 4, em que poderíamos considerar que se não fosse o êxodo, isto é, a saída de tais pessoas do estado, poderia ter havido um acréscimo de quase $\frac{1}{4}$ no número de habitantes totais residentes na Paraíba. Em consequência podemos perceber que até a década de 1970, tínhamos mais habitantes concentrados nas áreas rurais em relação às zonas urbanas.

Então, o que de fato isto representa em termos concretos em relação ao processo econômico do “milagre”? Estes breves dados são apontamentos que permitem indicar os contrastes e os limites de um processo marcado pelas políticas econômicas voltadas para a concentração de recursos e investimentos que atendiam a restritos setores dominantes, seja na área da indústria, seja na área da agricultura, seja na área dos serviços. Em contrapartida, ao confrontar os dados de crescimento dessas áreas com a situação social por meio de dados, por exemplo, de imigração, emigração e população recenseada nas áreas rural, urbana e total, verificamos que a situação da Paraíba se caracteriza por um cenário de debilidade, tendo em vista que há perda populacional, há saída de contingente humano de seus espaços de origem para buscar novas condições de vida diferentes das que possuíam aqui na Paraíba. Ou seja, emerge um contraste: por um lado, vimos o aumento quantitativo dos setores econômicos; por outro lado, vimos que também ocorre um aumento na saída populacional. Então, por que houve tal dissociação? Será que tal cenário se produz de maneira mais profunda em outros aspectos da vida social?

Esse ainda é um caminho que permanece em aberto para futuras pesquisas, tendo em vista que, devido nas circunstâncias específicas da dissertação, não foi possível avançar em pesquisas mais abrangentes que se debrucem mais detalhadamente sobre o aspecto social. Por exemplo: conforme os dados mostram, tivemos um processo de expansão das indústrias que recebiam investimentos e incentivos fiscais; no entanto, quais características se desdobram dessa tal conjuntura? Quais os impactos dessa industrialização para os segmentos proletários que passaram a ocupar esses espaços produtivos? Os dados quantitativos também indicam uma expansão no setor da agricultura, que também obteve margens de investimentos públicos. No entanto, quais os desdobramentos foram sentidos pela classe trabalhadora do campo? Ao mesmo tempo, pode-se refletir: será que tais crescimentos mudaram o cenário da miséria e da desigualdade social?

Portanto, ainda há nuances significativas que ainda precisam ser melhor investigadas, de modo que possamos avançar no debate a respeito das condições, possibilidades e limites específicos que demarcaram essa conjuntura histórica, econômica, social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando João Goulart recebeu a notícia de que Jânio Quadros havia renunciado, não tinha a noção da dificuldade que lhe esperava nos anos seguintes: parlamentarismo, crise financeira, conspirações e desgastes políticos. As forças burguesas que haviam se acomodado histórica e estruturalmente ao populismo, encontravam os limites de um regime político que possibilitava a participação e o engajamento popular que avançava na formação crítica do sistema capitalista dominante. Para os planos dominantes, não era mais viável continuar apoiando essa tipologia política. O engate necessário para mobilizar os setores dominantes dispersos foi calcado pelo instrumental ideológico lançado por organizações como IPES, IBAD e ESG.

Entre os anos de 1961 e 1964, as forças conservadoras foram se conjugando em torno de um projeto político de matriz reacionária e conspiracionista. Ao longo desse percurso, embates foram travados e conflitos foram produzidos, a fim de minar as possibilidades de encaminhamento ao projeto das reformas de base, que ao final das contas, buscava ampliar as possibilidades de participação popular dentro dos limites da democracia burguesa.

Em meio a esse cenário, encontramos Ernani Sátiro, um bacharel em Direito, escritor e político advindo da oligarquia dos “Sátiro” da região de Patos, no interior da Paraíba. Esta condição social foi o passaporte necessário para sua inserção e projeção política, tendo atuado, desde a década de 1930, como Prefeito de João Pessoa, Deputado Estadual e Deputado Federal. Em seu histórico como parlamentar da Câmara dos Deputados, se aliou ao bloco político conservador da UDN.

Esse mesmo bloco desempenharia um papel fundamental no cenário de crise do populismo na década de 1960, atuando como um dos principais porta-vozes das críticas e dos embargos lançados ao governo janguista. Nesse sentido, durante este período, Ernani Sátiro permaneceu estritamente atuante no campo oposicionista, efetuando uma série de discursos, votações e articulações para interromper os caminhos estabelecidos pelo governo populista.

Essa atuação manteve Ernani Sátiro no epicentro das tramas do golpe que derrubou Jango em 1964. E diferentemente de outros políticos que passaram a ver seus mandatos cassados, seus direitos políticos anulados e que precisaram se exilar em outros países para se livrar da maquinaria repressiva instituída; por outro lado, Ernani Sátiro

continuou atuante no rol da autocracia burguesa e associado às políticas repressivas da Ditadura Militar.

Esse histórico o credenciou para ser escolhido pelo general-presidente Emílio G. Médici, para governador do Estado da Paraíba, em um momento de ascensão autoritária que visava cessar as movimentações e mobilizações populares que haviam retomado força a partir dos acontecimentos de 1968. Por isso, o governo de Ernani Sátiro permeia os dois polos centrais: os “anos de chumbo” e o “milagre econômico”.

Quando o governo de Ernani Sátiro findou no dia 15 de março de 1975, transmitiu o cargo para o seu indicado político, Ivan Bichara, o segundo governador biônico da Paraíba no curso da ditadura. Ernani Sátiro concluiu seu mandato com severas rugas com o outro líder chave da ARENA e ex-governador, João Agripino. Mas, Ernani Sátiro não cessaria seu percurso pela ditadura com o término de seu governo. Em 1978, seria eleito, novamente, deputado federal e, em 1979, voltaria a desempenhar um papel fundamental na transição tutelada e controlada pelos militares: Ernani Sátiro seria o relator do Projeto de Anistia aprovado em 1979.

Ou seja, no conjunto dos acontecimentos, podemos perceber que a atuação do político paraibano transcreve o percurso de um molde hegemônico em que o território político é controlado por forças conservadoras, autoritárias e reacionárias. Forças essas que controlam os canais políticos, tutelam as possibilidades de ascensão social, de mobilização popular e do recrudescimento à crítica ao status quo dominante.

ANEXOS

Ernani Sátyro, Castelo Branco e o editor José Olympio



Fonte: Perfis Parlamentares, 2011, p. 778

Ernani Sátyro no Superior Tribunal Militar



Fonte: Revista Edição Comemorativa do Centenário do ex-Governador Ernani Sátyro, 2011

Ernani Sátyro em audiência com Emílio G. Médici



Fonte: Perfis Parlamentares, 2011, p. 779

Ernani Sátyro e o general-presidente Ernesto Geisel



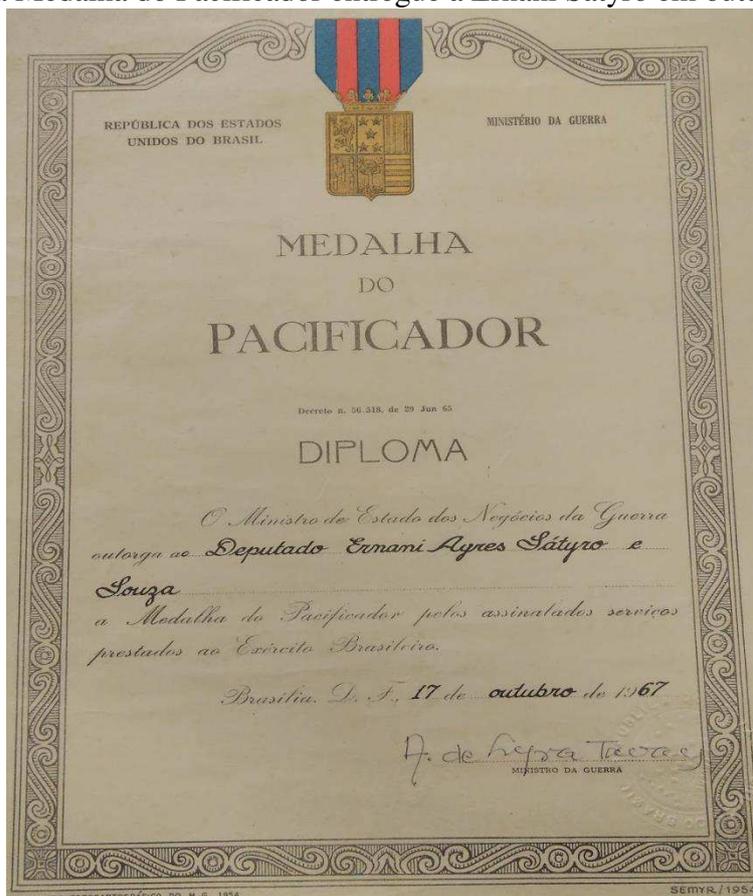
Fonte: Perfis Parlamentares, 2011, p. 780

Ernani Sátyro em audiência com o general-presidente Figueiredo



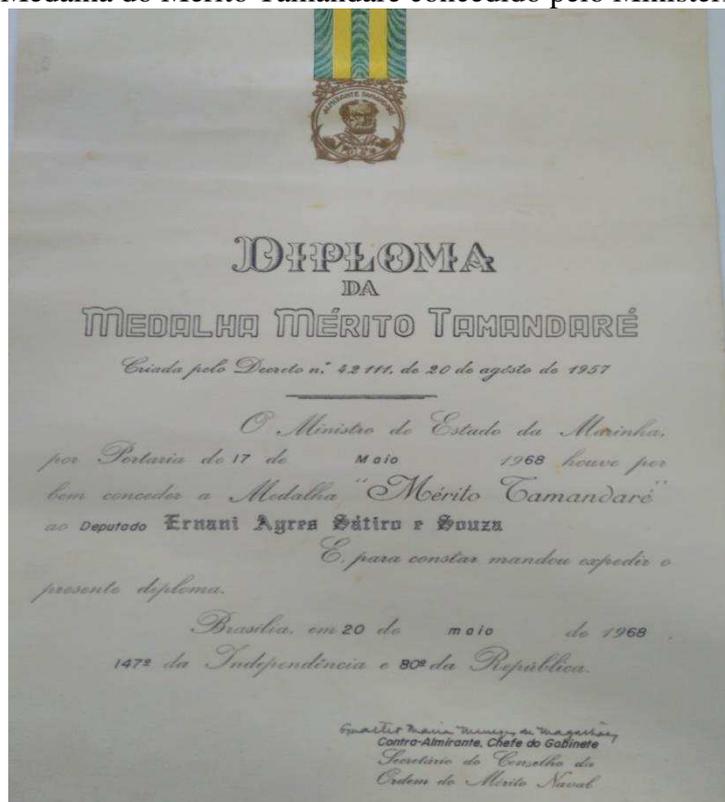
Fonte: Perfis Parlamentares, 2011, p. 782

Diploma da Medalha do Pacificador entregue à Ernani Sátyro em outubro de 1967



Fonte: Arquivo do Governador Ernani Sátyro - FUNES

Diploma da Medalha do Mérito Tamandaré concedido pelo Ministério da Marinha



Fonte: Arquivo do Governador Ernani Sátiro - FUNES

Ordem do Mérito Militar do Corpo de Graduados Especiais concedida a Ernani Sátiro



Fonte: Arquivo do Governador Ernani Sátiro - FUNES

REFERÊNCIAS

FONTES

Documentos Oficiais

Perfis Parlamentares, nº61. Sátyro, Ernani (1911-1986). Ernani Sátyro / organização, seleção e apresentação, Flávio Sátyro Fernandes - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 783 p.

Diários e Anais da Câmara dos Deputados.

Obras e Realizações do Governo Ernani Sátyro (1974)

Nordeste em Dados. SUDENE. Recife, 1980.

Jornais

Diário da Borborema 7 jul. 1970

Diário da Borborema 8 jul. 1970

Diário da Borborema 9 jul. 1970

Diário da Borborema 3 out. 1970

Diário da Borborema 19 fev. 1975

Diário da Borborema 28 fev. 1975

Diário da Borborema 01 mar. 1975

Diário da Borborema 15 mar. 1975

Jornal A União 7 jan. 1971

Jornal A União 17 jan. 1971

Jornal A União 13 abr. 1971

Jornal A União 20 abr. 1971

Jornal A União 23 abr. 1971

Jornal A União 25 abr. 1971

Jornal A União 9 maio 1971

Jornal A União 2 jun. 1971

Jornal A União 16 jun. 1971

Jornal A União 17 jun. 1971

Jornal A União 17 set. 1971

Jornal A União 25 set. 1971

Jornal A União 26 out. 1971

Jornal A União 17 nov. 1971

Jornal A União 23 nov. 1971

Jornal A União 21 dez. 1971

Jornal A União 31 mar. 1974

Jornal A União 20 ago. 1974

Jornal A União 19 dez. 1974

Jornal A União 21 dez. 1974

Jornal A União 9 mar. 1975

Revistas

Revista do Fisco, Paraíba, nº 32, mar./1975

Revista do Fisco, Paraíba, nº 12, mar./abr./maio/ 1971

LIVROS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **BRASIL: NUNCA MAIS**. Petrópolis: Vozes, 2011.

AUED, Bernadette. **O sapateiro militante**: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande, EDUEPB, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7.ed. rev. e ampliada, Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf> > Acesso em: 20 maio de 2018.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. – 7º ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional em câmera lenta: o caso do Brasil. In: PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (Orgs). **O Passado que não passou**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRITO, Gilvan de. **A Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos Editora, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)** Niterói: Editora da UFF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e política econômica durante a ditadura: o caso dos empreiteiros de obras públicas. In: **Política econômica nos anos de chumbo**. Mônica de Souza Nunes Martins, Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão (Orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2018

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil** (1964-1985). São Paulo: Boitempo, 1997.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**: o Governo João Agripino - Paraíba (1965-1971). Bauru: Edusc, 2006.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba** (1945 – 1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideia, 1998.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon CASTRO, Celso Castro. **Visões do golpe. A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: Ferreira Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Prefácio: José de Souza Martins, 5^o Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. As ilusões armadas. 2^o ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969-1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4^o. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: Edusp, 2013.

MARIA, Chico. **Confidencial Entrevista**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 4a. ed., Florianópolis: Insular, 2013.

MATTOS, Fernando Augusto; BASTOS, Pedro Paulo; BARONE, Ricardo Strazzacappa. O "debate pioneiro" sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. In: **Política econômica nos anos de chumbo**. Mônica de Souza Nunes Martins, Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão (Orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2018

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: Zachariadhes, Grimaldo Carneiro (Org). **1964: 50 anos depois a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015, PP. 35/83.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. Org.: Demian Bezerra de Melo. In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2015.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: AIRES, Luciano de Queiroz;

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; SILVA, Vânia Cristina (Orgs.). **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

SÁTYRO, Ernani. **Tradição e Renovação**. Organização e apresentação de Flávio Sátyro Fernandes. Patos: Fundação Ernani Sátyro, 1994.

_____, Ernani. **Como se fossem memórias**. Discursos e crônicas do Deputado Ernani Sátyro, Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

ARTIGOS

SILVA, Janaína Gomes da. **Os anos de chumbo da Ditadura Militar na Paraíba (1969-1974)**. In.: Cadernos de Anais do II Encontro Nacional de História Política. João Pessoa, 2017. Disponível em: < http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45120-28042017-224421.pdf > Acesso em 25 Jan. 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: **Saeculum** – Revista de História, nº 31, João Pessoa: jul./dez. 2014.

TRABALHOS ACADÊMICOS

ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. **Dormia a nossa Pátria Mãe tão distraída: comemorações ao sesquicentenário da Independência do Brasil em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1377.pdf> > Acesso em 05 fev. 2016.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **Festa, alegria e futebol: o governador Ernani Sátyro e a construção dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão” (1975)**. Trabalho de conclusão de curso em História - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa, PB: UFPB, 2016.

SITES

Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Eventos de 2014. Disponível em: < http://anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1220 > Acesso em 24 Jan. 2018 >

Bloco Parlamentar Revolucionário. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/bloco-parlamentar-revolucionario-bpr> > Acesso 29 abr. 2019.

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571 > Acesso em 26 Out. 2016.

Eleições 1962. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/1962.html > Acesso em 26 abril de 2019.

Índices econômicos do governo João Goulart. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-joao-goulart-1961-1964/mapas/indices-economicos-no-governo-jango> > Acesso em 29 abril 2019

Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Disponível em: < <http://cev.pb.gov.br/relatorio-final> > Acesso em 09 fev. 2018.

Afrânio Lajes. Disponível em: < <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/afranio-salgado-lajes> > Acesso em 10 jul. 2019.

Alberto Tavares Silva. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva> > Acesso em 10 jul. 2019.

Antônio Carlos Magalhães. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes> > Acesso em 10 jul. 2019.

Antônio de Pádua Chagas Freitas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas> > Acesso em 10 jul. 2019.

Arthur Gerhardt. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-carlos-gerhardt-santos> > Acesso em: 10 jul. 2019.

Cesar Cals. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho> > Acesso em 10 jul. 2019.

Colombo Machado Sales. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/colombo-machado-sales> > Acesso em 10 jul. 2019.

Eraldo Leite Gueiros. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-gueiros-leite> >
Acesso em: 10 jul. 2019.

Ernani Sátyro. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-gueiros-leite> > Acesso em 10 jul. 2019.

Euclides Triches. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/triches-euclides> >
Acesso em 10 jul. 2019.

Francisco Wanderley Dantas. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/francisco-vanderlei-dantas> > Acesso em 10 jul. 2019.

Haroldo Leon Peres. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/peres-haroldo-leon> >
Acesso em 10 jul. 2019.

João Valter. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/joao-valter-de-andrade> > Acesso em 10 jul. 2019.

José Fragelli. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/jose-manuel-fontanillas-fragelli> > Acesso em 10 jul. 2019.

José Cortez Pereira. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/jose-cortez-pereira-de-araujo> > Acesso em 10 jul. 2019.

Laudo Natel. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo> > Acesso em 10 jul. 2019.

Leonino Caiado. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonino-di-ramos-caiado> > Acesso em 10 jul. 2019.

Paulo Barreto. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/paulo-barreto-de-meneses> > Acesso em: 10 jul. 2019.

Pedro Neiva Santana. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pedro-neiva-de-santana> > Acesso em 10 jul. 2019.

Raimundo Padilha. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha> > Acesso em 10 jul. 2019.

Rondon Pacheco. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-rondon> >
Acesso em 10 jul. 2019.